



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

MARIA JOSÉ ANTUNES DA SILVA

A CIDADE DE PALMAS A PARTIR DA
TEORIA MARXISTA SOBRE A RENDA DA TERRA URBANA

BRASÍLIA
2019

MARIA JOSÉ ANTUNES DA SILVA

**A CIDADE DE PALMAS A PARTIR DA
TEORIA MARXISTA SOBRE A RENDA DA TERRA URBANA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, submetida à defesa no curso de Doutorado em Política Social, sob a orientação do Prof. Dr. Perci Coelho de Souza.

BRASÍLIA

2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SM332c SILVA, MARIA JOSE ANTUNES DA
A CIDADE DE PALMAS A PARTIR DA TEORIA MARXISTA SOBRE A
RENDA DA TERRA URBANA / MARIA JOSE ANTUNES DA SILVA;
orientador PERCI COELHO DE SOUZA. -- Brasília, 2019.
203 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Política Social) --
Universidade de Brasília, 2019.

1. Teoria do Valor e Renda da Terra. 2. Processo
ampliado da produção capitalista. 3. Questão urbana e
condições de moradia dos trabalhadores. 4. Segregação
socioespacial de Palmas. 5. Lutas de classe. I. SOUZA,
PERCI COELHO DE, orient. II. Título.

MARIA JOSÉ ANTUNES DA SILVA

**A CIDADE DE PALMAS A PARTIR DA
TEORIA MARXISTA SOBRE A RENDA DA TERRA URBANA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, submetida à defesa no curso de Doutorado em Política Social, sob a orientação do Prof. Dr. Perci Coelho de Souza.

Aprovada em: 04/12/2019

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Perci Coelho de Souza – Orientador
PPGPS/SER/IH/UnB

Profa. Dra. Maria Helena Rauta Ramos – Membro Externo à universidade
Professora Aposentada da PPGSS/ESS/UFRJ

Prof. Dr. Benny Schvarsberg – Membro interno fora do programa
PPG/FAU/UnB

Profa. Dra. Silvia Cristina Yannoulas – Membro interno
PPGPS/SER/IH/UnB

Profa. Dra. Maria Lúcia Lopes da Silva – Membro interno (Suplente)
PPGPS/SER/IH/UnB

Dedico este trabalho à minha família e à
classe trabalhadora que luta por justiça social.

AGRADECIMENTOS

Viver em uma sociedade onde estudar é tratado como um privilégio, torna-se quase um sonho irrealizável a aventura de ambicionar fazer um Doutorado. Às vezes, a sensação é como se estivesse fazendo uma grande transgressão, desafiando o impossível, entrando em uma seara que somente uma pequena elite pode acessar. E quando isso ocorre, com uma trabalhadora que furou diversas lógicas da realidade e se tornou docente de uma universidade pública, por esses motivos, às vezes, sou tratada quase que como uma delituosa, como se estivesse usurpando algo de uma fração de classe a qual não pertenço. É esse o sentimento que em mim é gerado pela maneira como muitos da sociedade me tratam.

Não obstante, devo ressaltar tanta solidariedade que encontrei em meu caminho. Sei que, sem minha luta não chegaria ao caminho por onde estou me aventurando percorrer, mas sem o movimento da solidariedade que me rodeia, também não seria possível tamanha realização profissional e pessoal. Um dia ouvi de Omari Ludovico, uma ex-professora que se tornou minha amiga: “Adoro essa sua ousadia!” É isso! Sempre relutei em me submeter aos limites impostos pela realidade. Ousei chegar onde não tinha sequer sonhado na infância. Como sonhar com algo que não se sabe que pode existir?

Essa força interior vem de longe, de inspiração na família, de ter visto tamanha luta da minha mãe que cuidou, sustentou e educou seis filhos, após se aventurar em dizer um basta, colocando barreiras diante de um marido ciumento. Como ela conseguiu? Da mesma forma que milhares de mulheres brasileiras conseguem cotidianamente vencer a lógica da sociedade, desafiando a realidade sua realidade de classe e gênero.

Assim, para a minha mãe ter filhos formados foram fatos inimagináveis, muito menos que uma de suas filhas se aventuraria a se tornar uma professora universitária e Doutora. É muito bem provável que a Senhora Antonia Antunes da Silva, que foi quebradeira de coco no Bico do Papagaio, no Estado do Tocantins, não tivesse noção do que era um Doutorado, mas isso não tinha a menor importância e, para ela, o importante sempre foi apoiar os estudos dos filhos de todas as formas possíveis e impossíveis. Por tudo isso, a agradeço imensamente.

Ao meu pai, Jesus Lopes da Silva, trabalhador rural e sonhador, também agradeço, porque mesmo não acreditando que o estudo poderia levar alguém a algum lugar, e mesmo com suas poucas letras, já tinha consciência de que trabalhar para os outros somente servia para se empobrecer enquanto enriquecia outros. Para mim, essa foi a primeira lição de Marx que dele recebi, ainda na infância.

Aos meus queridos irmãos Helivando, Osires, Silvânia, Marilene e David, a essa linda e extensa família, agradeço por todo apoio direto e indireto nesse longo percurso de quatro anos de estudos, em especial ao David, pela colaboração na tabulação dos dados das plantas genéricas de valores de Palmas.

Um agradecimento muito especial ao meu querido companheiro Robson, que vivencia cotidiana e pacientemente, e em afetiva colaboração, o verdadeiro sentido de uma relação de amor, empatia e coleguismo. Estendo também meus agradecimentos ao lindo e amado filho Artur, que teve que conviver com as ausências da mãe, mas que sempre coloriu minha vida com seu amor, alegria e brilho infantil.

À minha sogra Maria do Carmo (*in memoriam*), mulher moderna, solidária e grande lutadora, que sabia como seria difícil a longa jornada do Doutorado, requerendo quatro anos de estudos em outro Estado, de como a família seria afetada com essa empreitada. Ainda assim, sempre torceu para que eu realizasse meus sonhos. Também estendo meus agradecimentos ao meu sogro Ermelito, aos meus cunhados Riviane e esposo, Leandro, a Rubiane e Rômulo, pelo apoio recebido.

Às minhas sobrinhas Kamila, Maria Elysa e Ana Sofya, que me cobriram de amor nessa jornada de estudo.

Aos amigos das lutas sociais Maria Vanir Ilídio, Antonio Marcos, Messias Vieira, Bismarque Miranda, Veneranda Elias, Eutália Barbosa, Germana Coriolano, Adão Francisco, Doracy Dias Aguiar, Fábio Duarte, Patrícia Orfila, João Aparecido Bazzoli.

Aos professores do Programa de Doutorado Profa. Dra. Daniele Neves, Profa. Dra. Sandra de Oliveira, Profa. Dra. Ivanete Boschetti, Prof. Dr. Evilásio Salvador, Profa. Dra. Silvia Yannoulas, Profa. Dra. Marlene Teixeira que colaboraram diretamente em suas disciplinas para meus estudos.

Aos colegas de Doutorado Júlio, Lúcio, Isabela, Beatriz, Wanderley, Felipe e Samia, pelos ricos debates e amizade.

Um agradecimento à Raquel Sabará, minha colega de trabalho que, nesses longos quatro anos de estudo, tornou-se uma grande amiga. Foi uma bela trajetória, entre moradia, viagens, aulas, eventos da universidade e entretenimentos que resultaram em uma amizade na ultrapassagem de limites da relação interna à universidade, em uma afinidade e colaboração mútuas e também em frutos acadêmicos, decorrentes dos longos e costumeiros diálogos.

À querida amiga Josenice Ferreira e sua família, que sempre deram total apoio a esse projeto de estudo, com sua amizade e solidariedade.

Aos colegas de trabalho, André Luiz, Celso Acker, Graziela Scheffer, Micheli Burginski, Maria Helena Cariaga, Mariléia Borges, Rosimeire Negreiros, Rosimeire Birk, Rosemeire Santos, e tantos outros, meu muito obrigada pela torcida e palavras amigas.

Ao Prof. Dr. Perci Coelho de Souza, meu querido orientador que, durante quatro anos, tivemos a doce e dura convivência de orientação, com longos diálogos, diversas atividades em "Locuss convida", "Quintas Urbanas", reuniões com movimentos sociais e intercâmbio em Aracaju, no Programa Promob. Essa foi uma longa e fértil convivência acadêmica da qual fico imensamente grata.

À Profa. Dra. Maria Helena Rauta Ramos, gostaria de fazer um agradecimento especial, pois a partir do momento que o Prof. Dr. Perci Coelho de Souza nos apresentou, nasceu ali uma relação de amizade e colaboração acadêmica. Rauta é uma professora *nata*. A minha relação com ela produziu frutos incalculáveis, pois toda a convivência veio carregada de ensinamentos, diálogos e estudos que iluminaram os debates contidos nesta Tese, e não tenha dúvida que sua solidariedade acadêmica tem uma colaboração de forma objetiva, tanto na qualificação do Projeto como ao longo da produção desta pesquisa, inclusive fazendo a tradução do livro de Topalov, *Le profit, la rente et la ville*.

Ao Prof. Dr. Benny Schvarsberg e à Profa. Dra. Silvia Cristina Yannoulas que, ao aceitarem participar da banca de qualificação, passaram a fazer parte da direção que essa pesquisa assumiu.

Agradeço imensamente o cuidado, carinho, respeito e amizade que recebi da secretária do Programa de Pós-Graduação em Política Social, à querida Domingas.

À CAPES meu sincero e respeitoso agradecimento, pela concessão da bolsa de estudos que favoreceu enormemente a realização desta pesquisa. Sem esse aporte, seria impensável seguir cursando o Doutorado.

Cada crença e cada não crença devem ser mantidas com respeito, na convivência social e nos dilemas existenciais e individuais de cada um. Então, não posso deixar de agradecer a Deus, a quem atribuo o mérito de toda *minha fortaleza*, que assegurou uma firmeza destemida às minhas lutas e conquistas.

Os de cá e os de lá moram na mesma cidade, embora vivam em realidades diferentes. Os de cá podem até se importar com o que acontece com os de lá, mas não trocariam de lugar. Nesta cidade, e em milhares de outras neste país, há essa divisão silenciosa, essa segregação perversa.

STEPHAN (2019, p. 19)

RESUMO

Com a criação do Estado do Tocantins, a cidade de Palmas foi constituída inicialmente por agentes do Estado, processo que englobou pressões provenientes tanto do capital como da força de trabalho, com destaque para frações de classes organizadas em movimentos sociais. Nesse processo, a terra urbana de Palmas foi valorizada, mediante a instalação de infraestrutura urbana e edificações, sendo seu território marcado por uma desigualdade socioespacial, reflexo da contradição entre capital e trabalho. Essa Tese tem como objeto de estudo a cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins no período de 2008 a 2018 e, tem, como objetivo, a busca de explicações, à luz dos ensinamentos de Marx e de alguns de seus intérpretes, para o processo de elevação da renda da terra urbana e seu impacto nas condições de vida e de moradia da classe trabalhadora, provocando segregação socioespacial, processo esse vivenciado com lutas e resistência. De modo específico, tornou-se necessário o aprofundamento na Teoria do Valor Trabalho para compreender a renda da terra, o processo de segregação socioespacial manifestado na cidade de Palmas. Escolheu-se uma estratégia metodológica que contempla o ponto de vista teórico e de coleta de dados empíricos, tendo como suporte o resgate do debate clássico e de autores contemporâneos marxistas. Inserido no campo da Teoria Social Crítica, este estudo visa a contribuir para a produção do conhecimento sobre a realidade social do Brasil, em particular, sobre a cidade de Palmas. A ideia central desta Tese se assenta na seguinte assertiva: a elevação da renda da terra, ancorada na teoria do valor de Marx, é questão determinante na produção da segregação socioespacial na cidade de Palmas.

Palavras-chave: Teoria do Valor e Renda da Terra. Processo ampliado da produção capitalista. Questão urbana e condições de moradia dos trabalhadores. Segregação socioespacial de Palmas. Lutas de classe.

ABSTRACT

With the creation of the State of Tocantins (BRAZIL), the municipality of Palmas was initially constituted by agents of the State, a process that encompassed pressures from both the capital and the workforce, with emphasis on fractions of organized classes in social movements. In this process, the urban land of Palmas was valued, through the installation of urban infrastructure and buildings, being its territory marked by a socio-spatial inequality, a reflection of the contradiction between capital and work. This Thesis has as object of study the city of Palmas, capital of the State of Tocantins from 2008 to 2018, and it aims the search for explanations, in the light of the teachings of Marx and some of his interpreters, for the process of raising the income of the urban land and its impact on the living and on the living conditions of the working class, causing socio-spatial segregation, a process experienced with struggles and resistance. The Theory of Value Work was analyzed in order to understand the income of the land, and the process of socio-spatial segregation manifested in the city of Palmas. A methodological strategy was chosen to contemplate the theoretical and empirical data collection point of view, based on the rescue of classical debate and on marxist contemporary authors. Inserted in the field of Critical Social Theory, this study aims to contribute to the production of knowledge about social reality of Brazil, in particular, about the city of Palmas. The central idea of this Thesis is based on the following assertion: the increase in the land income, anchored in Marx's Theory of Value, is a determining question in the production of socio-spatial segregation in the city of Palmas.

Keywords: Value Theory and Land Income. Expanded process of capitalist production. Urban issue and conditions of housing of workers. Socio-spatial segregation of Palmas. Class fights.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARNE	Área Residencial Nordeste
ARNO	Área Residencial Noroeste
ARSE	Área Residencial Sudeste
ARSO	Áreas Residencial Sudoeste
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CDHP	Centro de Direitos Humanos de Palmas
CF	Constituição Federal
CNS	Conselho Nacional de Saúde
EUA	Estados Unidos da América
FACOMTO	Federação das Associações comunitárias do Tocantins
FCP	Fundo da Casa Própria
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMHIS	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
IAP	Instituto de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IH	Instituto de Ciências Humanas
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LOCUSS-UnB	Grupo de Pesquisas sobre Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social da Universidade de Brasília
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MEC	Ministério da Educação
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MPL	Movimento do Passe Livre
MSU	Movimentos Sociais Urbanos
MST	Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PBF	Programa Bolsa Família
PHB	Política Habitacional Brasileira
PIB	Produto Interno Bruto
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PPGPS	Programa de Pós-Graduação em Política Social
PROMORAR	Programa de Erradicação de Submoradia
SEET	Sindicato dos Profissionais da Enfermagem do Estado do Tocantins
SER	Departamento de Serviço Social
SINASEP	Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Tocantins
SINTAD	Sindicato dos Técnicos Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Tocantins
SINTET	Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins
SINTRAS	Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado do Tocantins
UNITINS	Fundação Universidade do Tocantins
UF	Unidade da Federação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UnB	Universidade de Brasília
Unid.	Unidade
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ponte de entrada da cidade de Palmas	82
Figura 2: Mapa do Território do Tocantins	87
Figura 3: Mapa do Território de Palmas.....	90
Figura 4: Traçado urbano inicial do município de Palmas.....	93
Figura 5: Etapas de ocupação de Palmas.....	94
Figura 6: Mapa de série histórica de parcelamentos aprovados	95
Figura 7: Série histórica dos preços médios por metros quadrados de 1993 até 2012.....	104
Figura 8: Série histórica dos maiores preços por metros quadrados de 1993 até 2012.....	105
Figura 9: Série histórica dos menores preços por metros quadrados de 1993 até 2012.....	106
Figura 10: Série histórica dos maiores preços por metro quadrado de 1998 até 2008.....	107
Figura 11: Série histórica dos menores preços por metro quadrado de 1998 até 2008.....	107
Figura 12: Série histórica dos maiores preços por metro quadrado de 2008 até 2012.....	108
Figura 13: Série histórica dos menores preços por metro quadrado de 2008 até 2012.....	108
Figura 14: Série histórica dos maiores preços por metro quadrado de 1993 até 1998.....	110
Figura 15: Série histórica dos menores preços por metro quadrado de 1993 até 1998.....	111
Figura 16: Áreas irregulares em Palmas, Tocantins – 2012.....	112
Figura 17: Mapa do solo urbano de Palmas: Incremento de valor de 1993 até 2012 (%).....	114
Figura 18: Densidade demográfica por Setor Censitário (2010).....	117
Figura 19: Modalidade de transporte em Palmas	123
Figura 20: Unidades de saúde primária, secundária e terciária	124
Figura 21: Estabelecimentos de saúde.....	125
Figura 22: Escolas de Tempo Integral, CEMEI, Escolas municipais e Centro de Educação de jovens e adultos por número de pessoas incluídas no Programa Bolsa Família.....	126
Figura 23: Escolas estaduais com maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família.....	126
Figura 24: Escolas de Tempo Integral em Palmas	127
Figura 25: Valor do solo urbano de Palmas: Planta genérica de valores de 1993.....	137
Figura 26: Valor do solo urbano de Palmas: Planta genérica de valores de 1998.....	138
Figura 27: Valor do solo urbano de Palmas: Planta genérica de valores de 2012.....	139
Figura 28: Receitas orçamentárias realizadas/impostos/imposto sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano (unidade: R\$ x 1000)	142

Figura 29: Receitas orçamentárias realizadas/impostos/imposto sobre o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (unidade: R\$ x 1000)	143
Figura 30: Valor do Fundo de Participação dos Municípios (Unidade: R\$ x1000)	144
Figura 31: Índice de Desenvolvimento Humano	145
Figura 32: Mapa da cidade de Palmas com a população com renda de até R\$ 70,00 (setenta reais).....	146
Figura 33: Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família por domicílio	148
Figura 34: Rede socioassistencial em Palmas	149
Figura 35: Localização dos projetos habitacionais.....	154
Figura 36: ZEIS 2018	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução populacional de Palmas/TO.....	96
Tabela 2: Número de empregos formais, variação absoluta e relativa no período 2015-2016 por setor de atividade econômica em Palmas	141
Tabela 3: Estratificação econômica de Palmas.....	141
Tabela 4: Domicílios na cidade de Palmas e no Estado do Tocantins	155
Tabela 5: Déficit habitacional ou quantitativo em Palmas - 2000 e 2010.....	157
Tabela 6: Inadequação de moradias ou déficit qualitativo em Palmas - 2000 e 2010.....	158
Tabela 7: Estimativa para demanda demográfica futura em Palmas para 2020.....	158
Tabela 8: Necessidades Habitacionais em Palmas para 2010	159

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PARTE 1 - RENDA DA TERRA, A LEI DO VALOR TRABALHO DE MARX E A QUESTÃO URBANA	27
CAPÍTULO I - ELEMENTOS DA TEORIA DO VALOR TRABALHO PARA EXPLICAÇÃO DA RENDA DA TERRA	29
CAPÍTULO II – CONTRADIÇÕES DO CAPITAL E A RENDA DA TERRA	44
CAPÍTULO III - RENDA DA TERRA E A CIDADE	56
PARTE II - CIDADE CAPITALISTA NO CONTEXTO NEOLIBERAL E A FUNDAÇÃO DE PALMAS	72
CAPÍTULO IV - O DEBATE MARXISTA SOBRE A CIDADE	73
CAPÍTULO V - PRODUÇÃO DA CIDADE DE PALMAS, CAPITAL DO RECÉM-CRIADO ESTADO DE TOCANTINS, SOB A ÉGIDE DO NEOLIBERALISMO	83
CAPÍTULO VI - QUANDO O HECTARE VIRA METRO QUADRADO: CONTRADIÇÕES DO SOLO URBANO/RURAL DE PALMAS	104
PARTE III – CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA URBANA DE PALMAS E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	122
CAPÍTULO VII - A URBANIZAÇÃO E O LUGAR OCUPADO POR PALMAS NO PROCESSO AMPLIADO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	123
CAPÍTULO VIII - A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EXPRESSÃO DA CONTRADIÇÃO DE CLASSE SOCIAL NO TECIDO URBANO DE PALMAS	137
CAPÍTULO XIX - A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, REFLEXOS NA MORADIA E LUTAS POPULARES	155
CONCLUSÃO	186
REFERÊNCIAS	192

INTRODUÇÃO

A presente Tese representa a exposição dos resultados da pesquisa elaborada como fruto da condensação dos estudos realizados no Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (PPGPS/SER/UnB), vinculada à linha de pesquisa “Movimentos Sociais e Cidadania”.

Inicialmente a proposta de estudo, aprovada no processo seletivo para o ingresso no então Programa de Pós-Graduação, possuía, como objeto de pesquisa, o seguinte título: *Os sentidos dos sujeitos políticos nas lutas sociais pela moradia no Tocantins*. Na continuidade, e sob a mesma motivação, foram realizados aprofundamentos teóricos e observação de realidades empíricas, processo esse que foi acompanhado de inserção em movimentos sociais, o que revelou a complexidade do tema e sua relação com as lutas sociais e políticas vigentes.

Todavia, no decorrer da participação em disciplinas do PPGPS, surgiram pontos de dissenso, em função do percurso político-ideológico escolhido para sua realização. Na disciplina Movimentos Sociais, os questionamentos foram se afunilando – momento que se identifica a tendência hegemônica presente na literatura brasileira de análise dos movimentos sociais, aquela afastada da perspectiva de classe, tomando o sujeito coletivo como produto de relações interpessoais.

A inserção no Grupo de Pesquisas sobre Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social da Universidade de Brasília (LOCUSS-UnB), com as controvérsias e divergências surgidas nos debates, contribuiu para identificar a necessidade de repensar a orientação teórica na delimitação do objeto de pesquisa, buscando principalmente o aprofundamento da perspectiva marxista de análise, com o apoio particularmente das discussões encaminhadas pela Profa. Dra. Maria Helena Rauta Ramos, e por outros pesquisadores.

Contribuiu também para melhor delimitação do objeto de pesquisa a minha participação como aluna ouvinte de parte da disciplina de Economia Política, ministrada pela Profa. Dra. Maria de Lourdes Mollo, o que colaborou com a definição da renda da terra como elemento fundante da compreensão das contradições presentes na problemática das condições de moradia da classe trabalhadora.

Porém, a melhor apreensão do objeto da pesquisa foi alcançada na atividade oferecida pelo LOCUSS-UnB, sobre a Teoria do Valor Trabalho e a renda da terra, sob a coordenação do Prof. Dr. Perci Coelho de Souza, sob a condução da Profa. Dra. Maria Helena Rauta Ramos e diversos pesquisadores da vertente marxista, dentre eles o Prof. Dr. Carlos Lima e o Prof. Dr.

Gilson Dantas de Santana, além da contribuição de outros participantes, professores e doutorandos.

Por fim, o objeto da pesquisa foi sendo construído, concomitante à busca da realização de uma investigação que considera os processos estruturais e socioeconômicos, pois somente dentro desse marco é que se desvelam as lutas sociais, movidas pelas contradições de classes (capital *versus* trabalho).

Os estudos na elaboração deste trabalho, por meio das diversas aproximações à temática, têm levado à seguinte compreensão: a principal determinação que produz a segregação socioespacial com as péssimas condições de habitação dos setores mais empobrecidos da população e o seu não acesso às terras do centro urbano trata-se da elevação da renda da terra, provocada pela incorporação de trabalho social em seu território, através da instalação de infraestrutura urbana, de equipamentos e serviços coletivos, no dizer de Marx, da instalação das condições gerais da produção capitalista.

A fim de explicar a segregação socioespacial na cidade do capital, como expressão da exploração da renda da terra que se materializa em Palmas/TO em seus fundamentos fenomênicos, foi necessário realizar uma incursão teórica sobre a renda da terra, o que demandou um estudo nas obras de Marx que desvelam esse conteúdo, para tanto, foi necessário realizar estudos no livro IV de O Capital, sobre as teorias da mais-valia, para compreender do ponto de vista histórico o debate em torno da renda da terra no mundo do capital. Também foi preciso estudar o livro I e III de O capital para construir o debate sobre a teoria do valor trabalho, demonstrando os resultados das pesquisas desse autor sobre a forma como às riquezas são produzidas na sociedade do capital, fruto do processo da apropriação do trabalho não pago do trabalhador.

O trabalho buscou também as explicações de como a renda da terra é apropriada pelo capital financeiro, em função do processo de acumulação do capital que demanda reter seus lucros, e para tanto realizam a apropriação da renda da terra. Foi necessário trazer também elucidações para entender às crises como fruto do processo de superprodução, e como esses superlucros apropriados da renda da terra em determinados momentos da história tornam-se detonadores de crises do capital.

Na sequência do processo de explicação da renda da terra urbana, apropriou-se do debate de como a renda da terra se materializa nas cidades capitalistas, onde demonstra-se como o processo da luta de classes tem a potência de interferir no desenho da cidade segregacionista, em alguns momentos redesenhando os espaços de moradia.

Nesse resgate teórico fez necessário trazer o debate desde os fisiocratas, que já tinham a compreensão de que o trabalhador do campo tinha parte de seu trabalho expropriado pelo proprietário da terra e para essa escola econômica da fisiocracia, era na terra que se produziam todas as riquezas.

De acordo com Marx (O Capital - Livro III), pode-se afirmar que a renda da terra urbana ou a renda obtida com a venda, o arrendamento, o aluguel de terrenos ou de prédios, no espaço urbano, consiste no recebimento de uma parte da mais-valia extraída dos trabalhadores, no processo de produção das mercadorias, cujo somatório constitui toda a riqueza social. Esse processo de extração da mais-valia ocorre por meio da cooperação simples, com a criação da figura do trabalhador coletivo ou pela cooperação ampliada de todo o conjunto da sociedade. Essa cooperação ampliada ocorre através do que Marx (2013) chamou de condições gerais de produção capitalista (no sentido estrito, meios de comunicação e transporte). Neste último caso, o trabalho social despendido pelo Estado é apropriado privadamente com a incorporação de renda (total ou em parte) pelo proprietário do lote urbano ou pelo empresário capitalista que explora a terra urbana ou construções urbanas.

As explicações para o processo de segregação socioespacial, particularmente em Palmas, dentro de sua configuração urbana, foram procuradas na Teoria do Valor Trabalho para explicar a renda da terra urbana e a configuração urbana, dentro do processo ampliado de produção capitalista. Inclui-se, de forma integrada a esse processo, a resistência da classe trabalhadora na defesa de melhores condições de moradia, realizada em especial por aquelas frações desprovidas de empregos ou cuja renda familiar é nula ou muito baixa. As habitações dessas frações de classe são aqui definidas como de interesse social.

Portanto, essa Tese tem como objeto de estudo a cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins no período de 2008 a 2018 e, tem, como objetivo, a busca de explicações, à luz dos ensinamentos de Marx e de alguns de seus intérpretes, para o processo de elevação da renda da terra urbana e seu impacto nas condições de vida e de moradia da classe trabalhadora, provocando segregação socioespacial, processo esse vivenciado com lutas e resistência.

Em um cenário de manifestação das contradições sociais, os trabalhadores articulam-se e vivem em uma constante luta para a melhoria de seus salários, das condições de trabalho e de moradia, ou seja, lutam para obter acesso aos bens e serviços socialmente produzidos, em um contexto de desemprego, de precarização do trabalho e de negação ao acesso à moradia. Em face dessas contradições, frações da classe trabalhadora se organizam em movimentos sociais e se expressam através de lutas, provocando, em algumas situações, determinados ganhos

sociais, que podem ser considerados como “momentos de furo” no bloqueio construído pelo capital que assume o controle do uso da terra urbana, negando seu acesso à moradias de qualidade. Esse “furo” traz como consequência o acesso da classe trabalhadora em determinados locais antes proibidos pelo grande capital, ou seja, pelas classes dominantes.

Movimentos de luta por reforma urbana¹ eclodiram em todo o Brasil, especialmente a partir década de 1970. De acordo com Silva (1989, p. 67), “é nesse período que surgem, nas maiores cidades do país, movimentos populares reivindicando não só melhorias imediatas de luz, água e esgoto, mas também questionando a própria Política Habitacional Brasileira (PHB) e lutando pelo direito à moradia.”

Esses movimentos se articularam com outros movimentos sociais, constituindo uma força que chegou a causar impacto no cenário político, visto seu grau de efervescência e de organicidade. Porém, alguns autores indicam sua retração no período 1990-2000, logo após o processo de democratização da sociedade brasileira. É possível pensar que o surgimento de alguns partidos de base popular pode ter incorporado demandas dos movimentos sociais e integrado seus dirigentes.

Na atualidade, tanto em termos regionais, nacionais e mundiais, insere-se o levante de manifestações sociais reivindicando seu direito à participação na riqueza social, seja aquela produzida no campo, seja aquela produzida nas cidades. Por outro lado, presencia-se a ascensão de movimentos de extrema direita com capacidade conjuntural de eleger governos conservadores e mesmo reacionários. No Brasil, tal fato ocorreu com a retirada do governo petista², seguida pela eleição de um grupo formado por uma coalizão de extrema direita, ultraconservadora e reacionária. Esses são processos que podem ser entendidos como uma reprodução no plano político local, dos efeitos da crise internacional do capital, eclodida ainda nos anos 2008, cujas repercussões chegaram ao Brasil mais tardiamente.

Lefebvre (1999) demonstra que a cidade exerce função muito importante no processo ampliado de produção do capital, desde a formação da mais-valia, como sua realização e distribuição, desempenhando funções específicas em cada um desses ciclos. Ademais, é nas

¹ A partir da segunda metade da década de 1970, a sociedade brasileira viveu momentos de grande mobilização social. Destaca-se especialmente o movimento pela anistia aos condenados pela ditadura militar, as greves operárias de São Paulo, as manifestações dos estudantes contra a ditadura, o crescimento das organizações de base nascidas no espaço residencial – muitas delas apoiadas pela militância de setores da Igreja Católica – e a consolidação de um partido político de oposição (representante de uma grande frente contra a ditadura) (RAUTA RAMOS, 1994, p. 43).

² No ano de 2016 foi realizado um impeachment do governo petista da então presidenta Dilma Rousseff, muitos pesquisadores consideraram esse ato um golpe, tendo em vista que às alegações legais para a justificativa desse impeachment foram pedaladas fiscais, que trata-se de atos administrativos praticados pelos governos e logo em seguida a saída da presidenta esses tipos de ações administrativas foram normatizados.

idades que as condições gerais da produção capitalista se instalam de modo preponderante. O capital exige condições necessárias para sua produção e reprodução, tais como: vias de circulação e comunicação, estabelecimentos onde a mercadoria é exposta e negociada e comercializada; e demais equipamentos e serviços coletivos como escolas, unidades de saúde, construção de moradias, instalação de redes bancárias, sistemas avançados de internet, enfim, a cidade é um instrumento vital no processo de produção, realização e distribuição da mais-valia.

Nessas condições, se agrega a questão dos trabalhadores, sua aglomeração nas cidades, deixando ou sendo expulsos da produção do campo, e vindo se instalar nos centros urbanos em busca de trabalho e melhores condições de vida. Nas cidades estão localizadas as grandes massas de trabalhadores, inseridos nos processos de trabalho ou como exército industrial de reserva. Aí se forma muita mão de obra sobrando. Tudo isso é também fruto da apropriação capitalista do solo, tanto no campo como na cidade, onde ocorre a produção social. Sob o capitalismo, seu objetivo se centra na acumulação de riqueza em poucas mãos, sobretudo a riqueza social da cidade, empurrando para as cidades os camponeses.

Para melhor delimitar o objeto de estudo, fez-se importante trazer alguns elementos norteadores da pesquisa com o objetivo apreender seus nexos, a fim de problematizá-los. Aqui se tem o tratamento de referência sobre as concepções que fundamentam o debate teórico marxista que oferece explicações para a segregação socioespacial com seu reflexo na moradia. Tal procedimento foi necessário para se observar o que ocorre em Palmas, em sua configuração urbana, em especial a discussão da renda da terra urbana, com base na Teoria do Valor Trabalho de Marx, que apresenta elementos teóricos necessários à elucidação da questão urbana nessa cidade e da produção capitalista da habitação subsidiada pelo Estado, tanto, aquela de interesse social, quanto a produção de habitação voltada para os interesses de mercado. Fração do capital imobiliário que atuam na habitação de interesse social, geralmente pequenas e/ou grandes construtoras entraram nesse programa a fim de se apropriarem de fundos públicos. Conforme Rolnik (2015), a financeirização da moradia acompanha a fase atual do capitalismo financeirizado.

Na delimitação do objeto de pesquisa, procurou-se evidenciar três eixos, examinados a partir das relações sociais de produção, quais sejam:

- 1) a renda da terra a partir da Teoria do Valor Trabalho de Marx;
- 2) a questão urbana e a segregação socioespacial em Palmas/TO;

3) e as contradições da disputa pela terra pelas classes sociais, no período de 2008 a 2018, na cidade de Palmas.

O recorte do período supramencionado se deu examinando-se elementos considerados importantes para a análise do objeto. O ano de 2008 foi marcado pela detonação de uma crise internacional do capital, que teve como seu “detonador”³ a questão imobiliária nos Estados Unidos da América (EUA), que se refletiu alguns anos depois no Brasil. Tal crise teve na renda da terra seu principal motivador, conhecida como crise do *subprime*, em sua diversidade de usos na sociedade capitalista contemporânea.

Essa investigação elegeu como problema geral a seguinte questão: Quais as relações da renda da terra com a moradia e como as lutas de classe reconfiguram historicamente a cidade de Palmas/TO? Essa questão orientou o aprofundamento teórico para o estudo da Teoria do Valor Trabalho de Marx, que buscou nesse fundamento as premissas para a explicação do processo de segregação socioespacial em uma cidade projetada no século XXI, sob a égide do neoliberalismo.

Esse problema geral se desdobrou em outras questões que colaboraram para a elaboração dos argumentos que nortearam esse trabalho, quais sejam:

- 1) Qual a relação da Teoria do Valor Trabalho de Marx com a elevação de renda da terra urbana?
- 2) Como ocorre o processo de elevação de renda da terra urbana?
- 3) Qual a configuração urbana da cidade, em especial, qual a origem do processo de segregação socioespacial que caracteriza grande parte dos espaços residenciais da classe trabalhadora empobrecida?
- 4) E como as lutas urbanas impactam na reconfiguração das condições de moradia de segmentos empobrecidos?

Diante da problematização dessas questões, chegou-se à seguinte hipótese matriz: o processo de segregação socioespacial em Palmas possui particularidades em termos de questão urbana, no contexto da contrarreforma neoliberal, portanto da resposta dada pelo Estado, ou seja, das políticas urbanas, levando-se em consideração as tipificações da renda da terra (1 - renda absoluta, 2 - renda de monopólio e 3 - renda diferencial), as condições de moradia dos setores mais empobrecidos da classe trabalhadora e as formas de enfrentamento dessas contradições sociais e sua relação com as lutas de classe.

³ “A espiral da crise precisa ser compreendida por dentro dos ciclos longos de expansão e depressão, superando-se, dessa forma, a tendência de os economistas articularem às crises aos detonadores imediatos, que em geral são os catalizadores da depressão, mas não a sua causa.” (BEHRING, 2011, p. 166).

Nessa direção, buscou-se, no início da pesquisa, o conjunto de hipóteses daí decorrentes:

- 1) no solo urbano, a elevação da renda da terra decorre de um processo de valorização produzido pelo trabalho social incorporado à terra, a partir da instalação das condições gerais necessárias ao processo de produção, como, por exemplo, a infraestrutura urbana (em especial, meios de comunicação e de transporte) e os equipamentos de uso coletivo;
- 2) O processo de aglomeração espacial dá origem a uma localidade privilegiada de circulação de mercadoria, para a realização da mais-valia, integrada aos demais ciclos do processo ampliado de produção (desde a extração da mais-valia até a sua distribuição), considerando o capital em sua forma global de produção e reprodução. Logo, a urbanização em Palmas leva a um processo de valorização dos terrenos urbanos, que segregou os trabalhadores empobrecidos, sendo esses empurrados para as periferias e localidades insalubres, distantes dos centros urbanos e seus locais de trabalho, tendo que se submeterem a moradias precárias e com infraestrutura urbana inadequada e/ou insuficiente;
- 3) Em seu processo de urbanização, Palmas constituiu um processo de segregação socioespacial, respondendo a uma lógica socioeconômica própria das cidades capitalistas, no estágio atual de desenvolvimento do capital, e mesmo quando o Estado produziu investimentos na política de habitação de interesse social, respondeu a uma ordem econômica que manteve a segregação socioespacial;
- 4) Agrega-se que os investimentos nas políticas habitacionais no período 2008-2018, em Palmas, apesar de incipientes em relação ao orçamento geral do Governo Federal, teve impactos no retardamento da repercussão nessa cidade dos impactos da crise internacional do capital;
- 5) Uma série desses processos foram permeadas por lutas da classe trabalhadora, que tentaram com diversas formas de resistências, na perspectiva de conquistas de melhores condições de moradia, em Palmas e, como respostas àquelas lutas no município, diversas moradias populares foram construídas em regiões de menor segregação socioespacial.

Desse modo, a pesquisa teve como objetivo geral apreender, à luz dos ensinamentos de Marx e de alguns de seus intérpretes, para o processo de elevação da renda da terra urbana e seu impacto nas condições de vida e de moradia da classe trabalhadora, provocando segregação

socioespacial, processo esse vivenciado com lutas e resistência. Para tanto os objetivos específicos são os seguintes:

- 1) apontar como a elevação da renda da terra urbana impacta diretamente na questão da segregação socioespacial das camadas trabalhadores empobrecidas de Palmas;
- 2) e descrever a configuração urbana de Palmas, como reflexo das determinações do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e sua particularidade no TO.

A fim de responder às questões, testar as hipóteses e alcançar os objetivos, buscou-se desenvolver o presente estudo, a partir de um processo de investigação que pressupôs caminhar em uma abordagem teórico-metodológica, tendo como fundamento uma concepção ontológica, onde o movimento lógico e histórico engendra, na realidade social, de um lado, a concentração da riqueza em poucas mãos, e de outro, a expansão e aprofundamento da pobreza e da miséria, alcançando, em contraposição, cada vez mais, vastas camadas da sociedade, processo esse resultante da hegemonia do capital financeiro, no atual estágio de desenvolvimento, sob a ofensiva do ideário neoliberal. Em contraposição, na busca de reversão, em face das contradições, pretende-se identificar, no processo ocorrido na constituição da cidade de Palmas, a resistência da classe trabalhadora expressa em lutas sociais.

Na obra de Marx (2013), é raro se encontrar uma discussão sobre método, salvo no famoso texto “Introdução à Crítica da economia política”, escrito em 1857-1858, quando faz uma incursão ao processo metodológico, apresentando inicialmente seu objeto de pesquisa, a produção material.

Conforme Netto (2011), o percurso de pesquisa deve ser constituído de sucessivas aproximações que busquem saturar as determinações do objeto em estudo. Tal processo será o caminho para a análise da essência do objeto que, na situação presente, perpassa pela questão da Teoria do Valor Trabalho, do debate sobre renda da terra urbana, das questões vinculada às condições de moradia da classe trabalhadora e de seu impacto na segregação socioespacial, levando em consideração as lutas dos movimentos sociais. Tanto a constituição da classe trabalhadora e suas frações, como as suas lutas contra a exploração e a dominação do capital, estão relacionadas as determinações históricas e conjunturais, presentes na constituição da classe trabalhadora.

A Teoria do Valor, a questão da renda da terra urbana, o processo de segregação socioespacial e as condições de moradia se apresentaram, no objeto de estudo, como componentes em graus diferenciados de importância. Para tanto, se fez necessária rigorosa pesquisa, para o aprofundamento da teoria social. No caso da pesquisa empírica, era necessário

ultrapassar a realidade fenomênica para se chegar ao concreto, síntese de múltiplas determinações, no sentido de reproduzir “[...] no plano ideal, a essência do objeto” (NETTO, 2011, p. 22). Logo, De acordo com Netto (2011, p. 44),

[...] a abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável – aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador. A abstração, possibilitando a análise, retira do elemento abstraído as suas determinações mais concretas, até atingir “determinações as mais simples.

No caso da Teoria escolhida para dar suporte nessa pesquisa, foi preciso extrair as categorias que se conectam com o objeto de estudo. Sobre a questão, Netto (2011, p. 46) atenta que as categorias são “[...] históricas e transitórias.” Com base no método de Marx, foi preciso focar o movimento contraditório da realidade, considerando seus diferentes componentes, dentro de uma perspectiva de unidade, valorizando as categorias da totalidade, contradição e mediação. Para se pensar em um objeto a partir de uma totalidade, não é possível considerar uma mera soma entre as partes, mas uma relação dialética entre as totalidades de menor complexidade.

Lukács (1992) indica que estudar a partir da ortodoxia marxista não implica em reflexões acríticas ou transpostas do período de análise desenvolvidas por Marx, uma vez que cada tempo se constitui em totalidades da realidade apresentada no tempo em estudo. Então, é importante construir estudos considerando a ortodoxia do método em Marx. De acordo com Netto (1992), os estudos, para uma real validade, precisam passar por rigoroso crivo crítico em uma dada época, sendo aqui escolhido o tempo presente, a contemporaneidade, mais especificamente o período de 2008 a 2018, onde foi possível identificar o problema que demandou esse estudo tendo por norte decifrar a realidade em questão.

Além de o pesquisador ser, ao mesmo tempo, um militante político, é necessário que a teoria não fique restrita a esse grupo social, mas que seja também elaborada e absorvida pelas massas, para que as lutas de classe alcancem seus reais objetivos. Do contrário, a mobilização das massas sem a teoria revolucionária ou vazia de conteúdo a coloca em uma posição de mera aparência sem o significado da essência da realidade, pois é a realidade que deve construir o pensamento e não o contrário, como a dialética de Hegel apontava, tendo em vista que, segundo Lukács (1992, p. 61):

Quando se dá uma situação histórica na qual o conhecimento exato da sociedade vem a ser, para uma classe, a condição imediata da sua autoafirmação na luta; quando, para esta classe, o conhecimento de si significa, simultaneamente, o conhecimento correto de toda a sociedade; quando, em sequência, para um tal conhecimento, esta classe é ao mesmo tempo sujeito e objeto, a teoria, deste modo, intervindo imediata e adequadamente sobre o processo da revolução social – eis quando a unidade da teoria e da práxis, condição prévia da função revolucionária da teoria, torna-se possível.

Lukács (1992), ao discutir a dialética de Hegel, evidencia que esse foi o ponto de partida dos estudos de Marx, que supera seu mestre e avança no sentido de explicar a dialética a partir do movimento da realidade, para transformá-la, pois não é o pensamento que produz a realidade, mas é a partir da realidade que a consciência é produzida. Lukács (1992, p. 82) afirma o seguinte:

A unidade da teoria e da práxis, portanto, é a outra face da situação social e histórica do proletariado: do ponto de vista do proletariado, conhecimento de si mesmo e conhecimento da totalidade coincidem – o proletariado é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do seu próprio conhecimento.

De acordo com o pensamento de Marx (2009), não há como realizar uma pesquisa a partir da metodologia do materialismo histórico sem considerar o proletariado. No capitalismo, esse tem sua forma mais desenvolvida. As lutas de classe são as engrenagens de um processo histórico que se apresenta em constante transformação, tendo em vista que se depara com as contradições da vida cotidiana, com a devida reação. Não se deve pensar que o tempo presente é o fim da história, uma vez que essa será sempre reconstruída com as armas que estiverem disponíveis em cada realidade histórica.

A fim de compreender a configuração urbana da cidade de Palmas no contexto de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e em TO, foi preciso estudar o desenvolvimento local de Palmas, inserido no TO, atinando para as diferentes fases do capitalismo atravessadas pela sociedade brasileira, para finalmente construir a configuração urbana da cidade de Palmas, através da coleta de dados teóricos e empíricos. Para tanto, foi realizada uma pesquisa nas produções elaboradas sobre a cidade de Palmas e o Estado do Tocantins (TO) em Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado que se encontram no Banco Nacional de Teses e no Google Acadêmico. Também foi necessária a realização de uma pesquisa empírica com a organização de dados estatísticos disponibilizados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A intenção desse estudo foi a de registrar como a divisão social do trabalho se manifesta na cidade, tornando os espaços residenciais expressão das desigualdades sociais.

Para descrever o processo de segregação socioespacial de Palmas, foi necessário mapear o local de moradia dos trabalhadores empobrecidos, mostrando dados sobre a materialidade do processo de segregação com identificação do mapa da população empobrecida e, além de diversos mapas que demonstram as aglomerações da população segregada, além de diversos dados da população economicamente ativa, como renda e IDH, provimento de redes de serviços e equipamentos coletivos, distância em relação ao centro, além da pesquisa sobre a série histórica da ocupação da cidade.

Desse modo, em tal procedimento, identificou-se a infraestrutura urbana disponível nesses locais, não apenas com os dados advindos do IBGE, como os coletados em outras fontes e mesmo coletados através de observação direta em campo. Como fontes de dados, também se recorreu ao Diagnóstico Estadual de 2012, ao Plano Local (2010) e Estadual (2012) de Habitação de interesse social, ao Plano Diretor de 2018, e à pesquisa junto aos indicadores socioeconômicos de 2017, em TO.

Para atingir o outro objetivo específico que é o de apontar como a elevação da renda da terra urbana impacta diretamente na questão da segregação socioespacial das moradias das classes trabalhadores empobrecidas na cidade de Palmas, buscou-se responder às seguintes questões: Como ocorre o processo de elevação da renda da terra urbana? E qual a relação da renda da terra com o processo de segregação socioespacial. Para tanto, partiu-se de um estudo bibliográfico de obras de autores clássicos e contemporâneos marxistas, que estudam os determinantes da segregação socioespacial, enquanto expressão no território citadino da divisão social do trabalho, manifestação no espaço residencial das desigualdades sociais.

A exposição dos resultados dessa investigação encontra-se dividida em três partes, sendo que cada uma delas conta com três capítulos, quais sejam: capítulo I - Os elementos da Teoria do Valor Trabalho para a explicação da renda da terra, capítulo II - Contradições do capital e a renda da terra e capítulo III - Renda da terra e a cidade. Parte-se da abordagem do grande debate teórico que explica a Teoria do Valor, seguido da discussão sobre a cidade capitalista contemporânea. Dessa maneira, na primeira parte, desenvolveu-se a discussão sobre a renda da terra, partindo da lei do valor trabalho chegando à questão urbana.

A segunda parte deste trabalho se ocupa do debate sobre a cidade capitalista, particularizando o contexto neoliberal e a fundação de Palmas, apresentando dados empíricos resultantes da investigação realizada na demonstração das hipóteses de pesquisa. Os três capítulos são: capítulo IV - Debate marxista sobre a cidade, capítulo V - Produção da cidade do

capital sob a égide do neoliberalismo no recém-criado Estado de Tocantins, e capítulo VI - Quando o hectare vira metro quadrado: contradições do solo urbano/rural em Palmas.

E por fim, a terceira parte trata da configuração urbana e seu processo de segregação socioespacial. Para tanto, foi necessária a construção de três capítulos que se ocuparam de aproximações sucessivas ao processo de elevação da renda da terra e à produção da segregação socioespacial. Nessa parte, os capítulos foram assim intitulados: capítulo VII - A urbanização e o lugar ocupado por Palmas no processo ampliado de produção do capital, capítulo VXIII - A segregação socioespacial expressão da contradição de classe no tecido urbano de Palmas, e capítulo XIX - A segregação socioespacial, reflexos na moradia e lutas populares.

PARTE 1 - RENDA DA TERRA, A LEI DO VALOR TRABALHO DE MARX E A QUESTÃO URBANA

Essa parte do trabalho é composta por três capítulos, onde o capítulo I traz a ocorrência do processo de produção do trabalho não pago, a mais-valia extraída do trabalho pelo capital. Daí chega-se às formas de produção da renda, à composição orgânica do capital, em sua relação com o capital constante e capital variável, à taxa de mais-valia e sua diferença com a taxa de lucro, ao preço de custo e preço de produção, ao nivelamento da taxa média de lucro e às formas desiguais de distribuição da mais-valia apropriada no processo de produção das mercadorias, considerada pelo capitalista como lucro. Chega-se assim, as formas de superlucros do capitalista, móvel da concorrência acirrada entre os capitalistas e a outra forma de como os superlucros relacionada à renda da terra, considerando às rendas diferenciais I e II, a renda de monopólio e a renda absoluta. Então, no primeiro capítulo expõe-se os elementos da Teoria do Valor Trabalho para a explicação da renda da terra, fazendo-se um resgate histórico nas leituras de Marx sobre as origens da produção da riqueza social, produto exclusivo da expropriação do trabalho alheio.

No segundo capítulo, discute-se o processo de produção da mercadoria e a captura da renda da terra pelo capital financeiro. Aí procurou-se apreender a concepção marxista sobre a mercadoria, compreendendo que a terra não é uma mercadoria, porque não é produto do trabalho humano, a terra não é reprodutível pela produção capitalista, mas ela tem um preço. Foi necessário estudar o que é a mercadoria no modo de produção capitalista, assim como o trabalho, sendo ele a fonte das riquezas do capital, dando elementos para a compreensão de que o lucro não é produzido na circulação, embora seja distribuído desigualmente entre os capitalistas. Este capítulo traz a discussão da mercadoria-dinheiro, de como essa mercadoria adquire autonomia e esconde toda a sua relação com o processo de produção, ganhando vida própria, passando pelo capital fictício. Procurou-se derivar o debate para as crises do capital e sua relação com a questão da financeirização e, em particular, com a questão da moradia.

E, no terceiro capítulo dessa primeira parte realiza-se um debate sobre a renda da terra e a cidade, onde se procura identificar qual a relação dessa questão com o processo de produção da mercadoria e portanto com a formação da mais-valia e sua distribuição desigual, na qual concorre a produção de superlucros, relativos à apropriação da renda da terra, ou seja, a parte que cabe a seus proprietários na distribuição da mais-valia extraída. Tais processos estão relacionados e são determinantes para a segregação socioespacial. Assim, demonstra-se como

aparece a renda da terra na cidade em seus diversos formatos de renda (diferencial I, II, renda absoluta e renda de monopólio), considerando a cidade como espaço de produção, circulação e distribuição da mais-valia. Faz parte desse capítulo a introdução do debate da luta de classes, de como os trabalhadores resistem às condições de segregação socioespacial sob a determinação da renda da terra, também demonstra-se que as produções habitacionais se desenham de acordo com as camadas sociais: superiores, intermediárias e periféricas, evidenciando três tipos de submercados: o submercado privilegiado, o submercado normal e o submercado infra normal.

CAPÍTULO I - ELEMENTOS DA TEORIA DO VALOR TRABALHO PARA EXPLICAÇÃO DA RENDA DA TERRA

Estudar a renda da terra é uma tarefa não muito simples, e sua compreensão exige esforço bem grande, com consulta a diferentes autores e, principalmente, um estudo aprofundado na obra de Marx, especialmente no Livro III de *O Capital*. Para este autor, a renda da terra resulta do processo de distribuição da mais-valia. Como a fonte de riqueza é a exploração do trabalho alheio, de horas de trabalho não pago, e a acumulação do capital resulta dessa expropriação. Portanto, o trabalho não pago constitui elemento central na produção da riqueza social.

Para enfrentar esse debate, tornou-se necessário buscar: os conteúdos que desvendam a produção do valor e sua relação com a renda da terra; as modalidades de renda da terra (renda absoluta, renda diferencial e renda de monopólio); e o papel dos superlucros na reprodução ampliada do capital (a distribuição desigual dos lucros decorrente do processo de competição entre os capitalistas). Logo, o objetivo desse capítulo é o de explicar a renda da terra, a partir do processo de produção do capital, e sua participação na captura dos superlucros, como parte da mais-valia.

Segundo Carcanholo (2013, p. 35), “a teoria do valor trabalho, tal como concebe Marx, começa por mostrar que, na sociedade mercantil e, em particular, sob o regime capitalista, o produto e a produção adquirem uma nova característica, inexistente em outras formas de organização social.” O que o autor pretende evidenciar, reportando-se as análises de Marx, é que a produção de mercadorias ocorre em diversos modos de produção. No entanto, é no modo de produção capitalista que essa produção cria *valor*, não somente valor de uso, como ocorria em outros modos de produção, mas e principalmente no *valor* de troca.

Então, Marx (2017a), em sua obra magna, *O Capital*, explica a produção do valor, abordando no Livro III a questão da renda da terra. Ele partiu das ideias dos fisiocratas, passando pelo pensamento smithiano e ricardiano. Os fisiocratas surgiram na fase inicial do desenvolvimento do capitalismo, quando uma importante produção da riqueza era ainda de base agrícola. Para Marx (1980), os fisiocratas são os verdadeiros pais da economia moderna, na medida em que consideravam o modo de produção burguês integrado às formas sociais.

Para os fisiocratas, contemporâneos a seu tempo, “o trabalho agrícola o único *trabalho produtivo*, porque o consideram o único trabalho que *gera mais-valia*, e a *renda fundiária* é a *única forma de mais-valia* que conhecem.” (MARX, 1980, p. 21, grifos do autor). Já fica claro

que, nesse processo de produção, o trabalhador recebe somente o necessário para custear sua sobrevivência, portanto, bem menos do que o produto do trabalho que ele realiza na agricultura. Apesar de ficar evidenciado esse elemento central, os fisiocratas não explicam que o sobre trabalho (trabalho extra, trabalho não pago) é o elemento responsável pela produção de riqueza.

Apesar de os donos de terras se apropriarem do trabalho excedente, os fisiocratas não o tratavam como trabalho social, considerando a riqueza uma dádiva natural fornecida pela fertilidade do solo, uma generosidade da natureza em contraposição à produção social, ou seja, às relações sociais. Por conseguinte, esse pensamento tratava a produção burguesa como algo natural. A escola fisiocrata, considerada por alguns estudiosos como a primeira escola econômica, preceituava que a riqueza é oriunda do trabalho agrícola, sendo distribuída por outras classes, a empresários da indústria e dos bancos, considerados meros apêndices improdutivos da agricultura. Isso porque o polo mais dinâmico da economia estava na produção agrícola (primeira metade do século XVIII).

Mais adiante, na historiografia da economia smithiana, considerada a fundadora da economia clássica, critica o pensamento dos fisiocratas, pois considera o trabalho humano despendido na indústria o produtor da riqueza social, e considera o juro e a renda da terra como ramificações do trabalho realizado no setor industrial.

Segundo Marx (1980), para os fisiocratas, todos os impostos deveriam ser extraídos da renda fundiária, pois sendo a terra quem produz a riqueza da sociedade (mais-valia), a indústria deveria ficar livre de tributação. Fica evidenciado que os fisiocratas tratam o trabalho agrícola como produtor da riqueza (manifestada em renda fundiária, que é redistribuída entre os demais produtores, industriais e bancários), a partir das formas mais modernas dessa produção, a exemplo da produção do trigo, o principal produto nutricional daquelas populações naquele momento histórico. Segundo Marx (2017a, p. 675), isso ocorre porque

[...] a agricultura está dominada pelo modo de produção capitalista exatamente do mesmo modo que a manufatura, isto é, que a agricultura é operada por capitalistas, que num primeiro momento se distingue dos demais capitalistas pela maneira como o seu capital está investido e pelo trabalho assalariado posto em movimento por esse capital.

Para Marx (1980), a concepção de renda da terra está subordinada à produção capitalista, portanto, à extração da mais-valia no processo de produção das mercadorias. Isso decorre da seguinte situação: o proprietário da terra, na produção agrícola, recebe pela cessão da terra ao empreendedor capitalista o correspondente ao investimento que será ali aplicado, pagamento

esse que permite o seu uso pelo capitalista. Do mesmo modo, o prestamista (aplicador de dinheiro) recebe juros do banco quando o empresta.

Na análise de Topalov (1984), são variadas as formas de apropriação da renda fundiária, que se distribuirá por diversos agentes do mundo capitalista. A renda fundiária é sinônimo de superlucros localizados, tratando-se de uma categoria econômica que se origina das relações sociais, e a forma de distribuição de lucros dessa renda não muda em nada suas origens. É necessário compreender a origem dessa renda, que decorre do processo de produção capitalista, onde o valor é criado pelo trabalho do trabalhador mediante trabalho não pago, ou seja, mais especificamente, sua origem está na geração da mais-valia. Eis a origem da renda da terra.

Os fisiocratas viram, na mais-valia, a fonte de acumulação capitalista. Nesse quesito, segundo Marx (1980), eles estavam corretos. No entanto, eles não conseguiram explicar os fundamentos da mais-valia e nem do capital. O pensamento smithiano, ao discutir o trabalho, indica que todo produto do trabalho deveria pertencer ao trabalhador que o produziu, ou seja, caso não houvesse os proprietários de terras, não seria necessário dividir as produções dos trabalhadores com outros. O problema de Smith é o de confundir o trabalho com o produto do trabalho.

Para Marx (1980, p. 54), “[...] a riqueza não consiste mais no produto do próprio trabalho, mas na quantidade de trabalho alheio que esse produto comanda, no trabalho social que pode comprar, quantidade essa determinada pela quantidade de trabalho nele mesmo inserida.” Conforme Marx (1980), Smith, em seus estudos – apesar de não ter plena consciência de suas ideias, quando se refere à classe trabalhadora chamando seus integrantes de *pessoas industriosas* –, já evidencia a existência de duas classes, uma a qual pertencem todos os meios de produção, e outra, que detém a mão de obra. Nessa divisão já está contida toda a lógica do modo de produção capitalista.

Smith, debatido por Marx (1980), avança na compreensão da mais-valia em relação aos fisiocratas, que pensavam que essa era oriunda apenas da renda da terra. Porém, esse nível de análise generalista pode o ter levado a identificar ou relacionar diretamente o lucro com a mais-valia. Na verdade, “o lucro total medido em preço de produção deverá ser diferente da mais-valia total medida em valor. *Justamente por serem iguais, são diferentes: é o paradoxo da desigualdade dos iguais.*” (CARCANHOLO, 2013, p. 28, grifos do autor). O pensamento smithiano não trata das formas especiais da mais-valia, mas “reduz a mais-valia tanto a lucro quanto a renda fundiária, duas espécies particulares de mais-valia, cujo movimento obedece a leis absolutamente diversas.” (MARX, 1980, p. 70). No entanto, segundo Marx (1980, p. 61),

A renda fundiária, como o próprio lucro industrial, é apenas parte do trabalho que o trabalhador acrescenta aos materiais, cede, transfere sem pagamento ao proprietário, ao dono da terra, e portanto não passa de parte do trabalho excedente que o trabalhador executa além da parte do tempo de trabalho destinada a pagar seu salário ou a proporcionar um equivalente ao tempo de trabalho contido no salário.

Portanto, em Marx, a renda da terra é parte da mais-valia que é distribuída entre os diversos agentes capitalistas: juros destinados aos bancários (e aplicadores de dinheiro); lucro aos industriais e comerciantes; e renda da terra aos proprietários de terra. Sabe-se que a riqueza é, de fato, trabalho acumulado, ou seja, trabalho materializado, trabalho morto. Afinal, o capital somente se reproduz como relação social. Logo, o modo de produção capitalista é relação social, pois é mediante as relações de coação e coerção que o capitalista incita o trabalhador a despender trabalho excedente apropriado por diversas frações de capitalistas.

O trabalho desenvolvido por um artesão, que o leva a dar conta de um produto acabado, será dominado exclusivamente por esse trabalhador. Todavia, com a divisão social do trabalho, no modo de produção capitalista, quando são partilhadas entre os diferentes trabalhadores, o produto final se transforma em um produto social, fruto do trabalho coletivo. “Para trabalhar produtivamente, já não é mais necessário fazê-lo com suas próprias mãos; basta, agora, ser um órgão do trabalhador coletivo, executar qualquer uma de suas subfunções.” (MARX, 2013, p. 577).

O trabalho no modo de produção capitalista não significa somente a produção de mercadorias, mas a produção de mais-valia, que o trabalhador produzirá para o capital, em termos de trabalho não pago, ou seja, trabalha-se o tempo necessário, para cobrir o salário, e mais outro tanto, de sobre trabalho, de trabalho extra, não pago. Além disso, o trabalhador coletivo produz para o capitalista, gratuitamente, um *plus* de produção, que não o faria se estivesse como trabalhador individual, responsável exclusivamente por toda a obra.

Caso todo o trabalho realizado fosse consumido com a reprodução social do trabalhador, o capital não existiria, tampouco a propriedade privada. Então, conforme Marx (2013), a mais-valia, ou seja, o trabalho não pago ao trabalhador, é fruto do capital variável, pois é nele que é criada toda a fonte de valorização do capital e, sem essa valorização o capital não cresceria. De acordo com Topalov (1984), para o capital se valorizar, é necessário o conjunto articulado de elementos, como: força de trabalho, meios de trabalho e objeto de trabalho. É esse conjunto articulado de trabalho que produzirá capital que se acumulará ao longo do processo de produção.

Os lucros extras podem ser extraídos em diferentes ramos de produção. Isso ocorre em função da concorrência entre capitalistas, buscando aumentar o capital acumulado. Essa disputa entre capitalistas se enraíza na reprodução do antagonismo entre capital e trabalho (proprietários dos meios de produção e proprietários exclusivamente da força de trabalho). Ou seja, o capital social se reparte entre diferentes frações de capitalistas (capital bancário, capital industrial, capital comercial e capital fundiário, que se dividem em grandes, médios, pequenos e microempresários). A extração de superlucros é, portanto, resultante da concorrência entre capitalistas, que realiza uma corrida feroz para a inovação de suas máquinas e instalações, elevando a composição orgânica de seu capital.

O capital empregado para iniciar um ciclo produtivo, denominado por Marx (2013) de capital adiantado, é composto por dois elementos: capital constante e capital variável. O primeiro trata-se dos gastos com máquinas, com instalações, etc. Ou seja, o trabalho é considerado morto ou trabalho cristalizado na medida em que esse capital não agrega valor à mercadoria produzida. Já o capital variável é considerado vivo, pois preserva os gastos despendidos na produção das mercadorias e agrega um novo valor, isto é, o sobre valor.

O sobre valor trata-se do trabalho a mais empregado no processo de produção, ou seja, trabalho excedente, que não é devolvido ao trabalhador em forma de pagamento (salário), pois é apropriado pelo capitalista. Esse valor a mais promove a valorização do capital adiantado. O trabalho pago são horas de trabalho que correspondem ao que será coberto ao trabalhador em forma de salário, para garantir sua reprodução social. O trabalho não pago representa as horas a mais do trabalho necessário para repor a força de trabalho. Essas horas não pagas se constituem no elemento crucial no modo de produção capitalista, pois resulta do processo de exploração da força de trabalho, meio pelo qual o capitalista extrairá lucros. Esse mais-trabalho, horas de trabalho não pagas, será o responsável pela criação da mais-valia, sendo ela o elemento central de toda a produção de riqueza do capitalista, de onde deriva o processo de acumulação capitalista. Haja vista que, Para Marx (2013, p. 286),

[...] a parte do capital constituída de força de trabalho modifica seu valor no processo de produção. Ela não só reproduz o equivalente ao seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias.

A composição orgânica do capital é a relação entre o capital constante e o capital variável. O preço de custo de uma mercadoria será tanto menor quanto for mais elevada a composição orgânica do capital empregado. Para se chegar ao preço de custo de uma

mercadoria, divide-se a quantidade de capital constante (meios de trabalho) empregado, pelo capital variável (força de trabalho que opera essa capital). Quanto maior a composição orgânica do capital, oriunda de maior investimento em capital constante, menor será o custo de produção. Consequência disso será maior rentabilidade para esses capitalistas.

Por outro lado, aquelas empresas que não dispõem de capital para modernizar seu maquinário e instalações, gasto de capital constante, precisa empregar uma quantidade maior de força de trabalho, ou seja, faz mais investimento em capital variável, em mão de obra, do que em capital constante. Isso faz elevar o preço de custo da mercadoria produzida, pois é baixa a produtividade de sua força de trabalho. Para exemplificar como esse processo gera mais lucratividade para o capitalista, através da elevação de composição orgânica de seu capital, Marx (2013, p. 279) relata o seguinte:

Suponhamos que, em consequência de uma invenção qualquer, o fiandeiro possa fiar em 6 horas a mesma quantidade de algodão que ele antes fiava em 36 horas. Como atividade adequada a um fim, útil e produtiva, seu trabalho sextuplicou sua força. Seu produto é seis vezes maior, 36 libras de fio em vez de 6. Mas as 36 libras de algodão absorvem agora apenas o mesmo tempo de trabalho antes absorvido por 6 libras. A quantidade de trabalho novo que lhe é adicionada é seis vezes menor do que com o método antigo, portanto apenas $\frac{1}{6}$ do valor anterior. Por outro lado, o valor de algodão agora contido no produto é 6 vezes maior, isto é, 36 libras.

Eis a evidência de que uma invenção qualquer, fruto do trabalho passado, acumulado, ao ser incorporado à fábrica, enquanto capital constante, potencializa a produção de mais mercadorias com a elevação da produtividade da força de trabalho.

O consumo das máquinas e instalações na produção de mercadorias é diluído em anos, ou seja, por “sua repetida utilização num número maior ou menor de processos de trabalho sucessivos.” (MARX, 2013, p. 281). Isso de acordo com o seu tempo de vida útil e sua depreciação. Assim, “os meios de produção só transferem valor à nova figura do produto na medida em que, durante o processo de trabalho, perdem valor a figura de seus antigos valores.” (MARX, 2013, p. 283).

Nos gastos com capital constante, incide também a necessidade de manutenção das máquinas, sendo essa parte do trabalho necessário para a produção dos meios de trabalho. Portanto, esses reparos entram no custo do capital constante. Por mais que sejam modernos e onerosos os meios de produção, esse irá transferir para a mercadoria apenas o equivalente a uma pequeníssima parte do seu custo em equipamentos e instalações, pois vê-se que, no processo de desenvolvimento de trabalho, ele somente representa valor de uso. Somente o capital variável é capaz de produzir valor novo, além de conservar o valor despendido em sua

produção (por exemplo, gastos em matérias primas, material auxiliar e energia), tendo em vista que, de acordo com Marx (2013, p. 284):

A capacidade de conservar valor ao mesmo tempo que adiciona valor é um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo um dom que não custa nada ao trabalhador, mas é muito rentável para o capitalista, na medida em que conserva valor existente do capital.

O gasto com capital variável (força de trabalho) entra no preço de custo da mercadoria como tempo de trabalho necessário à produção, isto é, referente aos gastos com os componentes que formam o produto, entre eles, a própria reprodução da força de trabalho. Porém, o trabalhador cria mais-valia, “não apenas seu próprio valor é reproduzido, mas também um valor excedente. Esse mais-valor constitui o excedente do valor do produto sobre o valor dos elementos formadores do produto, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho.” (MARX, 2013, p. 286).

Para o capitalista, o lucro representa a remuneração do seu capital, empregado no processo produtivo da mercadoria, porém, para Marx (2013), sendo o trabalho a única fonte da riqueza social, o lucro é a forma metamorfoseada da mais-valia, utilizada pelo capitalista para escamotear a exploração da classe trabalhadora. Para o capitalista, do mesmo modo que a classe trabalhadora é remunerada pelo salário, seu capital empregado na produção de mercadorias é remunerado pelo lucro. Assim o capitalista explica para o conjunto da sociedade sua fonte de renda e justifica a expropriação do trabalho mediante trabalho não pago.

Para Marx (2013), identificar o lucro como a remuneração do capital adiantado esconde a fonte da riqueza como fruto da extração do trabalho não pago. Na verdade, trata-se da mais-valia, ou seja, a massa de lucro extraída pelo capitalista é a massa da mais-valia. Porém, a explicação dessas massas será dada de acordo com os interesses que os permeiam.

A mais-valia é diferente da taxa de mais-valia, pois é resultado da divisão entre a totalidade da mais-valia por todo o capital variável. Ao capitalista interessa ocultar a real fonte de suas riquezas. Já Marx (2013) pretende demonstrar ao trabalhador o seu papel no processo de produção da riqueza, e o resultado desses estudos servem como instrumentos de lutas.

Sendo a fonte de lucro o trabalho não pago em forma de mais-valia, obtém-se a taxa do lucro dividindo a soma da mais-valia (igual à soma do lucro) pela soma dos gastos em capital constante e em capital variável. Por outro lado, a taxa de mais-valia é obtida com a divisão da soma da mais-valia pelo gasto em capital variável. Interessa ao capitalista quantificar seus ganhos com a totalidade do capital consumido. A Marx (2017a) interessa quantificar o índice

de exploração da força de trabalho. Por isso, a totalidade da mais-valia tem que ser dividida pelo gasto com a força de trabalho. Dessa maneira, Marx (2017a, p. 68) enuncia as equações para se obter a taxa de lucro e a taxa de mais-valia, uma vez que:

O lucro do capitalista provém do fato de que ele possui para vender algo pelo qual não pagou. O mais-trabalho, ou lucro, consiste precisamente no excedente do valor-mercadoria sobre seu preço de custo, isto é, no excedente da soma total de trabalho contida na mercadoria sobre a soma de trabalho paga nela contida. O mais-valor, independentemente de onde provenha, é, pois, um excedente de capital total adiantado. Esse excedente encontra-se numa proporção para com o capital total que se expressa na fração m/c , onde C significa capital total. Assim, obtemos a taxa de lucro $m/c = m/(c+v)$ em contraste com a taxa de mais-valor m/v .

Marx (2017a, p. 68) demonstra como as duas taxas (de mais-valia e de lucro) são, ao mesmo tempo, relações diferentes, mas que expressam a mesma grandeza, ou seja, “expressam simultaneamente proporções ou relações distintas da mesma grandeza.” A taxa de lucro é o resultado da totalidade de todos os ganhos (mais-valia) divididos pela totalidade de todos os gastos empregados na produção de uma mercadoria, haja vista, que “a diferença efetiva da grandeza entre lucro e mais-valor – nas esferas particulares da produção oculta por completo a verdadeira natureza da origem do lucro não só ao capitalista, que aqui tem um interesse especial em enganar a si mesmo, mas também ao trabalhador.” (p. 202).

Rubin (1980, p. 240) indica que “a concorrência de capitais entre diferentes esferas de produção leva à formação de uma taxa média, geral, e à venda das mercadorias ao preço de produção, que são iguais aos custos de produção mais o lucro médio [...]”, ou de acordo com Marx (2017a), o preço de produção é igual ao preço de custo mais a taxa média de lucro. Todavia, a taxa média de lucro passa por vários determinantes (rotação do capital, capital por tipo de empresa, por ramo, por país), que influenciam em seu resultado e, a partir disso, é possível se extrair uma média geral dessa taxa de lucro que entra no cálculo do preço de produção. De acordo com Marx (2017a, p. 206),

[a] taxa média de lucro não é senão o lucro percentualmente calculado que se obtém naquela esfera de composição média, na qual, portanto, o lucro coincide com o mais-valor. A taxa de lucro é, pois, a mesma em todas as esferas da produção, que quer dizer, nivela-se em todas elas tendo como base a taxa de lucro que prevalece nessas esferas médias da produção, nas quais impera a composição média do capital.

O preço de produção é o resultado da soma dos gastos em capital constante mais o capital variável (gastos em força de trabalho) e mais a taxa média de lucro, conforme afirma Marx (2017a, p. 192):

Os preços que se formam extraindo a média das diferentes taxas de lucro das diversas esferas da produção e agregando-a aos preços de custo das diversas esferas de produção são os *preços de produção*. Seu pressuposto é a existência de uma taxa geral de lucro, e esta, por sua vez, implica que as taxas de lucro, tomadas isoladamente em cada esfera de produção, já se encontram reduzidas a um número igual as taxas médias.

Todavia, independentemente dos preços de produção, que podem obter mais ou menos lucros a depender da composição orgânica do capital empregado nessa produção, os capitalistas irão disputar individualmente os lucros na concorrência, no momento da circulação, quando uns conseguirão extrair mais lucros e outros menos. Por vezes, eles podem ter até prejuízos e, como no mundo do capital não existe solidariedade, muitos capitalistas são jogados para fora do mercado, com a falência de suas indústrias.

Essa discussão envolve elementos constituintes do processo de produção e distribuição do valor, tais como: composição orgânica do capital (capital constante e capital variável), lucro e mais-valia; taxa de lucro e taxa de mais-valia; lucro médio nivelamento da taxa de lucro; e preço de produção. Através desse procedimento, buscou-se explicar a origem dos lucros, portanto, da acumulação do capital, a fim de explicar as determinações dos superlucros.

O objetivo central dos capitalistas é absorver mais lucro do que a taxa média e, quando isso ocorre, eles se apropriam de lucro extra, os superlucros. Todavia, esse é um movimento contraditório, e a própria concorrência faz esse superlucro desaparecer, sendo que, com o tempo, pode renascer.

A diferença da taxa de lucro está tanto em ramos diferentes como em produções dos mesmos ramos, e a isso será impactada a quantidade de massa de mais-valia, além do tempo de rotação desse capital empregado. O aumento da produção e o alto investimento em capital constante faz cair o preço. A produção no mesmo ramo favorece os superlucros de capitalistas. Apesar de as condições de produção serem diferentes, o preço da mercadoria é nivelado pelo mercado, e isso provoca lucratividades diferentes, então, algumas empresas terão lucros menores e outras, lucros maiores.

Quando a diferença de lucratividade ocorre em função de questões externas e não internas à empresa, Topalov (1984) vai trazer para o debate o conceito de renda diferencial, discutida por Marx. Nesse processo, os monopólios conseguirão manter um preço maior que o do custo de produção, pois, na circulação, os monopólios seguram os preços como desejam, produzindo vultuosos superlucros.

De acordo com Marx (2013), quanto maior a composição orgânica de capital, índice da relação entre capital constante e capital variável, mais elevada será a capacidade de extração de superlucros na produção das mercadorias. No sentido de se apropriar de lucros extras, a concorrência leva os capitalistas a realizarem uma corrida para a inovação de suas máquinas, das instalações e dos equipamentos e a conseqüente redução da sua força de trabalho, ou seja, para elevar a composição orgânica de seu capital.

Este debate se fez necessário para se compreender a função desempenhada pela renda da terra na extração de superlucros. A terra é um meio de produção e também objeto de produção que o capitalista não pode controlar, por haver um proprietário fundiário. Portanto, mesmo não participando da produção, ele tem acesso a uma parte da mais-valia.

Até o presente momento, a discussão desenvolvida se ocupou dos elementos constituintes da produção capitalista e da distribuição dos lucros, na corrida por superlucros, mediante investimentos em capital constante e a conseqüente redução da força de trabalho, elevando a composição orgânica do capital.

Marx (2017a, p. 703) afirma que os preços de venda da mercadoria “são formados por seus elementos de custo (ao valor dos capitais constante e variável consumidos), acrescidos de um lucro, determinado pela taxa geral de lucro e calculado sobre o capital total adiantado, consumido ou não.” A partir disso, Marx discute os superlucros advindo da renda da terra, sendo essa modalidade de superlucros diferente daquela apropriada pelos capitalistas, cuja base se origina na composição orgânica do capital.

No livro III de O Capital, Marx (2017a) afirma que a renda da terra é parte da mais-valia, como o lucro do industrial, o lucro do comerciante e o juro do banqueiro. No entanto, é preciso identificar como essa parte do lucro é convertida em renda fundiária, e ainda como essa renda passa para as mãos dos proprietários fundiários e dos empresários como fonte de superlucros. A renda da terra é transferida para o proprietário fundiário quando o capitalista paga pelo arrendamento, aluguel ou compra da terra. No entanto, esse gasto não entra na composição da taxa média de lucros, pois não participa do preço de custo nem entra na composição do preço de produção, pois não integra enquanto lucro o nivelamento da taxa média de lucro.

De acordo com Marx (2017a), de modo geral, os preços da mercadoria são regulados pelo preço de produção, em torno do qual se formam os preços de mercados a partir de injunções do mercado. O capitalista, de forma individualizada que utiliza os atributos da natureza em seu processo produtivo, tem menor preço de custo que os capitalistas em geral, mas venderá sua

mercadoria pelo preço de produção ou preço praticado no mercado por todos os capitalistas, o que lhe dará um *plus* de lucro.

Marx (2017a) ilustra como ocorre a apropriação do superlucro do capitalista que usa os atributos da natureza em seu processo produtivo, com o exemplo da existência de uma queda-d'água na geração de energia, em determinado processo produtivo de um capitalista individual. Com o uso da força da queda-d'água, o capitalista tem um preço de custo, na produção de mercadorias, menor do que os capitalistas, que extraem energia de usinas, precisando pagar às usinas pela energia gasta. Já o capitalista que usa a queda-d'água não tem esse gasto. Portanto, o capitalista individual que usou esse atributo da terra em seu processo produtivo terá um lucro maior no momento da realização da mercadoria, pois ele irá vendê-la ao preço de mercado que se estabelece em torno do preço de produção.

O superlucro somente ocorre quando o preço de custo, em particular, é menor que no mercado, em geral, e esse resultado se dá quando há a utilização das forças naturais em sua potência. Entretanto, isso somente ocorrerá para o capitalista individual que monopolizou essas forças naturais. Esse tipo de superlucro está sempre vinculado a determinadas qualidades de solos que não são reprodutíveis. Então, somente o proprietário ou explorador poderá usufruir desse lucro extra, que se trata de um superlucro fixado em um determinado terreno, portanto, localizado.

Outra questão a ser esclarecida advém da seguinte indagação: por que esse superlucro não entra no preço de produção das mercadorias (ou seja, do nivelamento da taxa média, geral, de lucro)? Tendo em vista que esse superlucro advém da natureza, ele “provém da maior força produtiva natural espontânea do trabalho, vinculada a uma força natural, que não se encontra à disposição de todo capital na mesma esfera de produção.” (MARX, 2017a, p. 707).

Na Inglaterra, as rendas das terras irão aparecer em casas, pedreiras, minas, fundições, pesqueiras, usinas de gás e ferrovias. Esses são os exemplos dados por Marx (2013), ao analisar o aumento das rendas tributáveis na Inglaterra no período de 1853 a 1864. Nessa direção, Lefebvre (1999, p. 162) indica que:

Em toda parte onde forças naturais podem ser monopolizadas e assegurar um sobrelucro ao industrial que as explora – quer se trate de quedas de águas, de minas ricas em minerais, de águas ricas em peixes ou de um terreno para construção bem situado – esse sobrelucro é extraído, sob forma de renda, do capital em função, por aquele que um título de propriedade, sobre a parcela do globo, fez dele o proprietário dessas riquezas naturais.

Então, os superlucros, oriundos de recursos da natureza, são rendas diferenciais, superlucros fixados na terra, portanto, localizados e que não entram na composição do preço de produção, porque esse recurso, conforme Marx (2017a, p. 708),

[...] só se encontra na natureza de maneira localizada e, onde não está presente, não pode ser produzida mediante determinado desembolso de capital. Não está ligada a produtos que podem ser criadas pelo trabalho, como máquinas, carvão, etc., mas sim a determinadas condições naturais de determinadas parte do solo.

Somente o produtor individual, que detém o monopólio do solo portador desse recurso natural, tem acesso ao superlucro, que não é criado pela terra, que apenas capacita a transferência de um superlucro ao produtor. Marx (2017a) trabalha com a existência de três formas de superlucros apropriados da renda da terra: renda diferencial I e II, renda absoluta e renda de monopólio. A renda da terra diferencial perpassa por determinantes que se relacionam com a fertilidade do solo, sua localização e sua não reprodutividade. Nesse sentido “a propriedade da terra capacita o proprietário a apoderar-se da diferença entre o lucro individual e o lucro médio; o lucro embolsado, que se renova anualmente, pode ser capitalizado e aparece, então, como preço da própria força natural.” (MARX, 2017a, p. 710).

O superlucro da renda da terra diferencial I se apresenta como o resultado de investimentos de igual valor no solo do mesmo tamanho, mas que produz rendimentos diferenciados, e essa diferença pode ser oriunda da fertilidade, da localização ou dos impostos diferenciados do solo. De acordo com Marx (2017a), a localização da terra possibilita extração de rendas diferenciais em função da disponibilidade de meios de comunicação e transporte. Entretanto, a fertilidade natural da terra também fornece melhor produtividade para a plantação.

Observe que a renda diferencial I é obtida quando um terreno apresenta maior fertilidade e quando sua localização favorece a diminuição dos gastos com transporte, tanto para levar insumos para a produção, quanto para escoá-la. Tais fenômenos são inerentes ao solo e não dependem da interferência do capital, o que tem, como resultado, os superlucros. Conforme González (2010), cada tipo de solo definirá as rendas a serem extraídas da terra e o superlucro, sendo fruto dos atributos diferenciais de cada solo.

A renda diferencial II é apenas uma forma diferente de expressão da renda diferencial I, já que será originada quando é acrescida de mais investimento de capital aplicado à terra. Logo, a renda diferencial II é resultado de maior investimento de capital em terras com os mesmos atributos que gera a renda diferencial do tipo I.

Conforme Marx (2017a), onde existe terra ou recursos naturais e/ou boa localização, existe a renda diferencial. O proprietário fundiário se apropriará de lucro extra, em forma de renda, ou seja, renda diferencial I ou II, e toda essa renda diferencial é regulada pela mesma lógica da renda extraída do setor agrícola.

A renda absoluta se refere à capacidade dada, onde toda terra tem potencial de ser explorada, à capacidade de absorção de renda da terra em solos que não constam atributos de fertilidade nem de localidade. Para González (2010), o potencial de geração de renda da terra está presente em todos os tipos de terra, e essa é uma lei absoluta de Marx (2017a), que identificou que não existe lucro nulo na utilização do solo, tendo em vista que o proprietário fundiário não fornece à terra sem cobrar sua parte nos lucros.

De acordo com González (2010), o valor do preço de mercado não é o mesmo do valor da produção de cada ramo, tendo em vista que os capitalistas têm composições orgânicas diferenciadas, mas está diretamente relacionado ao valor do preço de produção. E esses são os elementos-chave para identificar a questão da renda absoluta.

Seguindo nessa lógica de debate, Topalov (1984) esclarece que a renda absoluta não depende exclusivamente do lucro de ramo, mas da renda de monopólio. Diversos autores que não se fundamentam em Marx analisam a renda absoluta como fruto de rendas irregulares, ou seja, que ela é determinada pela oferta e demanda do solo.

A formulação de renda absoluta é uma questão central no debate marxista e é vital para a compreensão da renda agrícola. No entanto, para Topalov (1984), esse é um debate carregado de imprecisões entre os estudiosos que aplicam o método de Marx em seus estudos. Essas confusões se dão em função de Marx ter elaborado diversos rascunhos que foram publicados somente após a sua morte ou porque a sua leitura toma como base somente elementos quantitativos, sem considerar as relações sociais presentes no processo. Todavia, as respostas a essa questão são extremamente complexas, e isso pode, muitas vezes, induzir a erros teóricos. Outra questão que dificulta a análise é a interpretação dogmática do marxismo, e o fato de diversos pesquisadores se aventurarem em transpor a discussão da renda da terra agrícola para a urbana, o que impossibilita análises acertadas.

Para alguns estudiosos, a escassez da oferta de solo está ligada à concentração de terras nas mãos de poucos donos. Um segundo elemento sugere que a escassez vem da raridade física do solo, sendo provenientes de fatores naturais. Essas são duas explicações da renda de monopólio, porém, é preciso avaliar outros elementos que não a raridade e a retenção dos solos, mas deve-se considerar as relações sociais que criam essa especificidade de renda. Quem irá

regular o preço geral de mercado é o terreno menos fértil e mais mal situado, pois o empresário irá pagar por ele ao seu proprietário.

Eis uma questão polêmica, pois essa discussão mostra que a terra não tem valor, seguindo a lógica de que quem cria valor é o trabalho, então, como algo que não tem valor pode ter preço, já que todo uso da terra é pago de alguma forma ao seu proprietário?

Topalov (2018) alerta que pode ocorrer um processo de abstração maior de um determinado lucro por ramo no momento da perequação, o que dará ao capitalista uma possibilidade maior de acumulação, que pode ser utilizada pelo monopólio ou pelo proprietário fundiário. O superlucro de ramo irá aparecer quando o proprietário fundiário preceder o capitalismo. A terra é um produto da natureza finito, não é como vento ou o ar, pois a terra é única e rara. O que determina sua renda é a relação social que ela se envolve. Uma questão muito relevante é a centralidade que a propriedade privada representa para o capitalismo, afinal, sem ela, não é possível o desenvolvimento do sistema. “A propriedade fundiária se baseia no monopólio de certas pessoas sobre porções definidas do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada, com exclusão de todas as outras.” (MARX, 2017a, p. 676).

Para González (2010), a renda de monopólio trata-se da não reprodutividade da terra, ou seja, de sua escassez, então ela passa a ser uma barreira para a ampliação da produção capitalista, e esse processo gera a capacidade de superlucros dos bens produzidos na terra, ou que dependem de uma parcela do solo para serem produzidos. O preço formado nesse produto que apresenta a raridade por se tratar de um solo escasso produz uma renda denominada de monopólio. De acordo com Marx (2017a, p. 834),

[...] a propriedade fundiária implica o direito dos proprietários a explorar o corpo do planeta, as entranhas da terra, a atmosfera e, com isso, a conservação do desenvolvimento da vida. Não só o crescimento populacional e, com ele, a crescente necessidade de moradias, mas também o desenvolvimento do capital fixo – que se incorpora à terra ou nela cria raízes, nela repousa, como todos os edifícios industriais, as ferrovias, os armazéns, os galpões de fábricas, as docas e etc. -, aumenta necessariamente a renda fundiária.

Esse debate de Marx evidencia, como a produção da renda, com o trabalho social empregado à terra, a partir de diversas edificações em uma determinada localidade, mesmo que não tem nenhuma fertilidade, adquira uma rentabilidade exorbitante ao ser vendida, arrendada ou alugada. Conforme Marx (2013, p. 583),

A excelência das condições naturais limita-se a fornecer a possibilidade, jamais a realidade do mais-trabalho, portanto, do mais-valor ou do mais-produto. A diversidade das condições naturais do trabalho faz com que, em países diferentes, a

mesma quantidade de trabalho satisfaça a diferentes massas de necessidades; que, por conseguinte, sob condições de resto análogas, o tempo de trabalho necessário seja diferente.

Tal observação indica como o indivíduo que se apropriou da terra criará os mecanismos que lhe garanta a extração de superlucro, colocando outros indivíduos para produzir na terra e, dela, tirar rendimentos, além de ressaltar as diferenças de potencialidades de extração de rendas em diferentes países. Isso motivará os capitalistas a investirem seu capital em locais que possam adquirir mais rendimentos, o que foi facilitado com o desenvolvimento do transporte.

CAPÍTULO II – CONTRADIÇÕES DO CAPITAL E A RENDA DA TERRA

O objetivo deste capítulo é o de explicar a renda da terra a partir do processo da acumulação do capital, da propriedade privada, passando pela explicação da mercadoria e do trabalho até chegar na função da capital financeiro e nas crises capitalistas. De acordo com González (2010), Marx realiza uma série de análises com uma sucessão de abstrações hierarquizadas, onde traz a reflexão dos aspectos mais elementares da organização social, considerando a divisão do trabalho social, a teoria sobre a mercadoria, a mais-valia e a acumulação. Com essas abstrações, Marx identifica que é necessária uma determinada quantidade de trabalho abstrato no processo de produção da mercadoria. Tendo em vista que todas as riquezas são fruto do trabalho, é preciso considerar a essência do processo, pois, conforme Marx (2013, p. 305),

[...] a grandeza do mais-produto é determinada por sua relação não com o resto do produto total, mas com a parte do produto em que está incorporado o trabalho necessário. Como a produção de mais-valor é objetivo determinante da produção capitalista, o que mede o grau de riqueza não é a grandeza absoluta do produto, mas a grandeza relativa do mais-produto.

Somente a partir da equivalência entre mercadorias é que se pode chegar ao valor que será dado a qualquer uma delas, pois “[...] um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato.” (MARX, 2013, p. 116). Uma determinada mercadoria, “é antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer”, e esse objeto tem um duplo caráter, o de uso, e o de troca (MARX, 2013, p. 113).

González (2010) afirma que a terra não é uma mercadoria, porque ela não é reprodutível e nem entra na produção do valor, mas adquire um preço, porque a terra tem um proprietário que exige uma remuneração pelo direito de seu uso. Diferentemente da terra, a mercadoria é um produto reprodutível e pode ser trocada, por ter valor de uso e valor de troca. O valor de uso é manipulado pelo capitalista, mesmo que esse não seja especificamente uma mercadoria.

Esse valor de uso pode ser materializado por trabalho cristalizado ou por já existir na própria natureza. Em outras palavras, tais valores de uso não foram controlados de forma particular por um determinado capitalista e, mesmo que tenham um preço, não transmitem esse valor para a mercadoria. Topalov (1984) afirma que tem determinadas propriedades que não custaram nada ao capitalista, o que pode ser observar em diversos produtos da natureza e, nesse caso, ocorre apenas a expropriação.

Topalov (1984) destaca que, aparentemente, esses valores de uso não reprodutíveis não são fruto do trabalho humano, mas são resultado do trabalho social. Apesar de determinados bens serem frutos da natureza, sua exploração com fins capitalistas somente ocorre em função

da produção do trabalho social imbricado, questão que se evidencia no processo de extração de petróleo, produção de energia, dentre outros.

Para se pensar em um valor de uso, deve-se considerar elementos materiais e imateriais, pois a utilidade é determinada tanto pelas questões biológicas, quanto por desejos, que são infinitos. O valor de uso tem a grandeza de utilidade/utilização de uma determinada mercadoria. Para ser uma mercadoria, é preciso ter valor de troca, pois nem tudo que tem valor de uso é uma mercadoria. Já o valor de troca trata-se do quanto será necessário para produzir/vender/comprar uma determinada mercadoria. Segundo Marx (2013, p. 118), é a capacidade de trocá-la que gera o valor de troca:

[...] a grandeza de valor de uma mercadoria permanece constante se permanece igualmente constante o tempo de trabalho requerido para sua produção. Mas este valor muda com cada mudança na força produtiva do trabalho. Essa força produtiva do trabalho é determinada por múltiplas circunstâncias, dentre outras pelo grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais.

Logo, o trabalho será tratado como a questão central em torno da qual gira a economia política. Não há mercadoria sem trabalho, portanto, há a necessidade de ligar dois elementos: a matéria natural e o trabalho. De acordo com Marx (2013, p. 120),

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza e, portanto, da vida humana.

O valor de uma mercadoria pode variar de acordo com os fenômenos que o seguem, por exemplo, fatores relacionados à natureza ou às inovações tecnológicas. Marx (2013) afirma que a tecnologia aumenta a produtividade, diminui o trabalho necessário gasto e, em consequência, a mercadoria também diminui seu valor relativo, mas o próprio trabalho morto é resultado de trabalho materializado.

Marx (2013) confirma que a quantidade de trabalho gasto na produção das mercadorias imediatamente se torna trabalho social e que, independentemente do tipo de mercadoria, será sempre necessário o emprego de trabalho humano para transformar a matéria em mercadoria. Ele indica também que a forma valor se desdobra em infinitas comparações de troca de mercadorias, e isso resulta em um conjunto de trabalho humano empregado.

O caráter fetichista ou místico de uma mercadoria não se revelará em seu valor de uso que corresponde à atenção a uma determinada necessidade humana, nem mesmo na forma de expressar seu valor, que se apresenta como o dispêndio de trabalho humano empregado, com o gasto de força física, de nervos, de neurônios, etc. Também não se trata da quantidade de trabalho empregada. Tal caráter fetichista se associa a tudo isso, o que reflete na relação social,

tendo em vista que todos os atos imediatos se esconderão na mercadoria, já que não será possível olhar imediatamente cada gasto de trabalho na mercadoria produzida, uma vez que, segundo Marx (2013, p. 147),

[...] a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais (*dinglichen*) que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.

Essa é a explicação para se entender o processo de distanciamento entre o produtor da mercadoria e a própria mercadoria, em um processo de inversão, no qual o próprio trabalhador terá sua força de trabalho objetivada como coisa, ou seja, como mercadoria. A consequência disso é a alienação da classe trabalhadora. O trabalho, ao criar valor, que será apropriado como capital, se movimenta da seguinte forma, de acordo com Marx (2013, p.639), a seguir:

A transformação de uma quantia de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro movimento realizado pela quantidade de valor que deve funcionar como capital. Ela age no mercado, na esfera de circulação. A segunda fase do movimento, o processo de produção, é constituída assim que os meios de produção estão convertidos em mercadorias cujo valor supera o valor de suas partes constitutivas e, portanto, contém o capital originalmente adiantado acrescido de um mais-valor. Em seguida, essas mercadorias têm, por sua vez, de ser lançadas novamente na esfera da circulação. O objetivo é vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, converter esse dinheiro novamente em capital, e assim sucessivamente.

Marx (2013) trouxe as explicações que colaboram com a compreensão de como a mais-valia produz mais capital, pois o processo de transformação ou reconversão da mais-valia em capital proporcionará gradativamente a acumulação de mais renda para os capitalistas. É muito comum achar que o lucro é produzido na circulação, todavia, ele surge da produção e do uso dos produtos dependentes da sua composição e não da oferta e da procura. “[...] O mais-valor só pode ser convertido em capital porque o mais-produto, do qual ele é o valor, já traz em si os componentes materiais de um novo capital.” (MARX, 2013, p. 656). Nessa frase, Marx está se referindo ao fato de que a acumulação do capital ocorre em função da produção excedente, mas não como elemento de consumo, pois se assim o fosse não sobraria nada para acumular. Então, é necessário reservar uma parte desse excedente e transformá-lo em capital. Duas fontes de acumulação importantes são as reservas que são necessárias para fazer investimentos em meios de produção e em reprodução social. Tais reservas são, por si só, um meio de acumulação do capital.

É equivocada a ideia de que o consumo excessivo ou a acumulação de mercadorias atrapalha a concentração de capital. Isso cria, na verdade, um estancamento no processo de acumulação da renda dos capitalistas. Isso quer dizer que o capital é gasto com trabalho de

forma sucessiva, desde o primeiro trabalho necessário para a produção de mercadorias; exemplo: a produção do fio que será vendido para produzir tecidos.

Para que a acumulação se efetive, é necessário que ocorra sempre, ou infinitamente, o aumento da exploração do trabalho. No entanto, o salário pago ao trabalhador precisa compensar sua força de trabalho e ser suficiente para sua reprodução social e de sua família. Essa apropriação do trabalho alheio não ocorrerá sob pressão ou à força, mas sob alienação e conforme as leis pré-estabelecidas, com o argumento de que alguém compra ou aluga a força de trabalho.

A lei da acumulação se inicia desde os primórdios, e a regra é reinvestir o máximo que se pode em acumulação. Todavia, esse enriquecimento sempre foi realizado às custas do trabalho não-pago. Então, não é o fato de substituir a palavra “capital” por “abstinência” que mudará a realidade da lógica da produção e da apropriação da mais-valia. No entanto, essa foi uma defesa dos economistas vulgares, como se o fato de não consumir fosse responsável pelas grandes fortunas dos capitalistas.

Marx (2013) traz as observações sobre como o capitalista faz para extrair maior quantidade de mais-valia dos trabalhadores, dizendo que isso ocorre de diversas maneiras, inclusive com o trabalho domiciliar que também é uma forma de acumular mais-valia. Além disso, pode-se falar do acréscimo de horas trabalhadas pelo trabalhador e dos bens naturais apropriados pelo capitalista por meio da extração direta de minerais, como carvão, por exemplo, no qual será necessário o uso da força de trabalho que, quanto mais estendida, maior será o lucro do capitalista.

Mesmo com o uso de diversas tecnologias para aperfeiçoar a semente, a adubação, o plantio ou a colheita, sempre será necessário o trabalho humano. Segundo Marx (2013, p. 681-682),

Conservar valor velho enquanto cria valor novo é um dom natural do trabalho vivo. Com o aumento da eficiência, do volume e do valor de seus meios de produção, ou seja, com a acumulação que acompanha o desenvolvimento de sua força produtiva, o trabalho conserva e perpetua, sob formas sempre novas, um valor de capital em crescimento constante. Essa força natural do trabalho aparece como força de autoconservação do capital no qual ela está incorporada, exatamente do mesmo modo que suas forças produtivas sociais aparecem como propriedades desse capital e a apropriação constante do mais-trabalho pelo capitalista aparece como autovalorização contínua do capital.

Na indústria, por exemplo, o capitalista usufruirá de mais-valia sem fazer mais investimento de seu capital, somente aumentando o mais-trabalho. Logo, de acordo com Marx (2013, p. 679),

[...] o capital ao incorporar os dois formadores originais da riqueza, a força de trabalho e a terra, adquire uma força expansiva que lhe permite estender os elementos de uma acumulação além dos limites aparentemente fixados por sua própria grandeza, limites

estabelecidos pelo valor e pela massa dos meios de produção já produzidos, nos quais o capital tem sua existência.

Quanto mais houver aumento da massa de capital, mais se acumulará os meios de trabalho, e a proporção de consumo do capital diminuirá. É essa repetição constante que eleva o capital ao máximo. Tudo isso se inicia com o trabalho não pago acumulado no passado. O trabalho gratuito foi chamado pelos burgueses de “saldo da abstinência do passado”, como se as riquezas passadas fossem resultantes de economia das famílias progressas, o que não é verdade.

Todavia, Marx (2013) demonstra, em seus estudos, que o fato de os ricos terem ficado mais ricos não significa que a classe trabalhadora tenha tido sua reprodução social melhorada. Na verdade, a pobreza continuou. Ele observa que, apesar de os salários, em geral, terem aumentado, o custo de reprodução social também aumentou. Isso ficou evidente na Inglaterra, conforme relata Engels (2010), em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, ao demonstrar as condições deletérias de moradia dos trabalhadores naquele país, provocada principalmente em função do uso da renda fundiária urbana.

Conforme Topalov (1984), o uso do solo no modo de produção capitalista exercerá duas funções, de acordo com os elementos fornecidos por Marx: a de se caracterizar pelo uso de excedente de lucro e a de se tornar solo arrendado pelo capitalista com a possibilidade de extrair dela a partir do seu uso os superlucros. Quando a propriedade não é utilizada no processo de produção, torna-se relação de consumo, por se tratar apenas de valor de uso. Esse é o caso do uso de moradias, que também podem ser usadas pelo locatário que as aluga e lucra com o aluguel, além do processo de produção de moradia para venda. Além disso, o mesmo ocorre com o caso de equipamentos de uso coletivo, como praças, escolas, hospitais, quando esses serviços ofertados não são mercadorias. Topalov (1984) fala em renda que se apropria, mas a questão da moradia também é reprodução social, no entanto, a propriedade capitalista da casa tem outra característica.

Conforme Topalov (1984), a terra passa a ser obstáculo ao construtor imobiliário no modo de produção capitalista nas cidades, onde a produção imobiliária é determinada pelos superlucros de setores localizados, já que deixa de ter mera função de construção e passa a ser usada como capital. Isso se tornará dominante nas grandes cidades a partir do final do século XIX. É nas cidades modernas que as formas, ainda que pré-capitalistas, irão se descortinar, até alcançarem as formas mais desenvolvidas sob o capitalismo.

A propriedade privada é uma herança deixada pela Revolução Francesa de 1789, centrada nas liberdades de propriedade privada, o que rompe com o *status* feudal e com suas tradições. No contexto do século XVIII, uma sociedade civil emergiu, na França, com uma pequena burguesia disputando os espaços políticos, em pleno conflito com o estado prussiano da época. A Revolução Francesa defendia o fim dos velhos proprietários fundiários, porém essa

revolução resolveu apenas o problema da “reforma agrária”, e na medida em que os burgueses iam se enriquecendo, iam adquirindo terras, como pode-se ver em Lefebvre (1999, p. 161):

A propriedade da terra, no fundo intacta, reconstituída pelo capitalismo, pesa sobre o conjunto da sociedade.

O cordão umbilical que ligava a sociedade à natureza foi mal cortado. [...]. Especialmente e sobretudo subordinando a terra ao mercado, fazendo da terra um “bem” comercializável, dependendo do valor de troca e da especulação, não do uso e do valor de uso.

O que ocorreu, conforme Marx (2017b), foi uma degradação maior dos pauperizados que passaram a ser proibidos de colher madeiras livremente. Para isso, promulgou-se uma lei proibitiva, sendo que era ilegal cortar galhos ou mesmo colher madeiras já caídas no chão. Com essa lei, os *despossuídos* de terras que colhessem madeiras em propriedades privadas poderiam ser presos ou pagar sua pena em trabalho para o “dono” das terras.

Com essa lei, um ato de busca pela sobrevivência em face de invernos rigorosos passou a ser um crime contra a propriedade. Tal proibição foi criada pelo Estado no século XVIII, com o objetivo de proteger um segmento de proprietários, em detrimento do povo. O que está em voga nessa lei é a diferença moderna que se estabelece entre o que é público e o que é privado, enaltecendo-se, dessa forma, o direito à propriedade privada. Porém, isso legitima gradativamente o cerceamento da liberdade, elimina a organização baseada nos costumes de uso da terra e proíbe o direito do bem comum aos pobres do que é fornecido pela natureza.

Marx (2017b) critica Locke ao falar da propriedade privada pelo direito de ocupação, ou seja, o primeiro que ocupar é o dono. Entretanto, nem toda ocupação é oriunda de trabalho. Muitas delas são oriundas da força praticada contra quem ali já residia. Marx (2017b) fez uma denúncia no jornal do qual era redator, em 1842, na Gazeta Renana, sobre o roubo de madeira. Para os legisladores, “os atos de *subtrair madeira caída* ou ajuntar madeira seca também são subsumidos sob a rubrica ‘furto’ e estão sujeitos à mesma punição que a subtração de madeira verde, das árvores ainda em pé.” (MARX, 2017b, p. 79). No entanto, existe uma grande diferença entre cortar árvores e colher madeiras secas, pois a madeira seca já não pertence à árvore, e trata-se de restos. Quando o Estado aplica essa lei, está protegendo meramente o proprietário da terra que pretende buscar lucros, até mesmo por meio dos galhos secos que se encontram em sua propriedade.

Nesse caso, os expropriados de terras ou os despossuídos de terras restringidos de meios para sua reprodução social, pois a eles restava colher o que, na verdade, estava sobrando. Porém, esse ato passou a ser delituoso e tornou os pauperizados criminosos que precisam cumprir penas das mais variadas, inclusive com prestação de trabalho, o que irá assegurar renda para o proprietário de terras.

Para Marx (2017b), classificar em lei a coleta de galhos secos como furto é um ato jurídico errado, pois a coleta trata-se simplesmente da limpeza do que já foi descartado pela

própria árvore. Nesse caso, a lei é improcedente e tem o único objetivo de sacrificar os pauperizados. Dessa forma, a população enxerga apenas a pena e não o crime, pois, para o povo, é evidente que não estão cometendo crime algum. Essa lei dá margem para questionar o próprio conceito de propriedade, pois, se todo ato indiscriminadamente for considerado crime, a própria apropriação privada de uns em detrimento de outros também é um crime. Afinal, o fato de uma propriedade ter donos, significa a exclusão de terceiros como detentores daquela posse.

Marx (2017b), ao tratar da contraditoriedade do direito consuetudinário, indica que, se por um lado a nobreza feudal se coloca herdeira dos direitos das terras, de outro, a classe trabalhadora tem o costume de se utilizar de bens da natureza que têm uma função híbrida de reprodução, das quais jamais poderia ser privada. Porém, o direito baseado nos costumes precisa ser analisado a partir de suas contradições, pois pode se inclinar a perpetuar injustiças históricas. O problema da lei do furto da madeira é que busca garantir o direito irrestrito do proprietário e não o do bem comum, ou seja, essa lei não está preocupada com a exploração das florestas em seu sentido *stricto sensu*, mas está a serviço da garantia da retenção de lucros.

Marx (2017b, p. 100), ao retratar o soldado que vigia a floresta de prováveis “roubos” de madeira, denuncia que:

Quando se trata de pôr suas ferramentas a serviço de outras pessoas e dourar meios duvidosos, o interesse próprio põe os óculos coloridos, com os quais enxerga suas ferramentas e seus meios envoltos em um brilho mágico, iludindo a si mesmo e a outros com os devaneios aprazíveis e nada práticos de uma alma delicada e confiante.

Quando o “ladrão de madeiras” “rouba” galhos secos, o proprietário da terra está resguardado de que aquele ato seja um crime contra sua propriedade. O sujeito informa que somente pegou a madeira porque necessitava dela para sua sobrevivência, então ele conta com a benevolência do proprietário que se aproveita da lei para colocá-lo a seu serviço em troca de não o mandar para cadeia. Dessa forma, naquele período, o proprietário ganhava serviço e aumentava seu lucro em sua propriedade e, ao sujeito sem posses, restava apenas trabalhar em troca de galhos e madeiras que a própria árvore já havia descartado. De acordo com Marx (2017b), a lei do roubo de madeira é uma atrocidade contra os desapropriados.

Segundo a análise de Topalov (1984), a acumulação de riquezas começou com a exploração dos camponeses pela aristocracia inglesa no período da acumulação primitiva. No modo de produção capitalista, os camponeses foram expulsos de suas terras, para se tornarem trabalhadores assalariados. Por outro lado, os aristocratas também perderam suas terras para os capitalistas, que vorazmente as devoraram com seu capital excedente. Assim sendo, o capitalista irá dominar todo o processo de direção da produção.

Nesse contexto contraditório de produção do capital, o dinheiro exercerá uma função de extrema importância. De acordo com Harvey (2016, p. 35) “às vezes parece que o dinheiro é o Deus supremo do mundo das mercadorias: todos devem curvar-se diante dele, submeter-se a seus ditames e adorá-lo diante do altar de seu poder.” O dinheiro exerce uma função

contínua, utilizado como meio de compra e venda de mercadoria, e esse processo não é linear, pois ocorrem interrupções e metamorfoses. Nessas transformações, ocorre o processo de criação da mercadoria-dinheiro, e essa passa a ter um fim em si mesmo, ou seja, o vendedor passa a entesourar o bem ou o dinheiro. Conforme Marx (2013, p. 206),

Como no dinheiro está apagada toda diferença qualitativa entre mercadorias, também ele, por sua vez, apaga, como *leveller* radical, todas as diferenças. Mas o dinheiro é, ele próprio, uma mercadoria, uma coisa externa, que pode se tornar a propriedade privada de qualquer um. Assim, a potência social torna-se potência privada da pessoa privada.

De acordo com Marx (2013, p. 145), ao discutir sobre a forma mercadoria-dinheiro, vale considerar que

[...] o tipo específico de mercadoria em cuja forma natural, a forma equivalente, se confunde socialmente torna-se mercadoria-dinheiro [*Geldware*] ou funciona como dinheiro. Desempenhar o papel do equivalente universal no mundo das mercadorias torna-se sua função especificamente social e, assim, seu monopólio social.

Além disso, é importante o fato de que “as reservas servem, ao mesmo tempo, como canais de fluxo e refluxo do dinheiro em circulação, o qual, assim regulado, jamais extravasa seus canais de circulação.” (MARX, 2013, p. 206). O dinheiro se tornará meio de pagamento de mercadorias. Vale destacar que as mercadorias têm tempo de produção diferente. Além disso, o processo de produção ocorre antes mesmo de haver um comprador, sendo possível também o contrário, ou seja, o ato de comprar uma mercadoria antes mesmo de ela ser produzida. Esse processo ocorre na compra de uma casa, que pode ser comprada antes mesmo de ser paga. Dessa forma, o comprador vira devedor, enquanto o vendedor da casa torna-se credor, com a devida intermediação do banco, onde é aplicado o juro como forma de garantir o lucro do banqueiro. Nesse caso, vende-se um título, com a promessa de pagamento futuro. Segundo Marx (2013, p. 211):

Quando se trata de fazer um pagamento efetivo, o dinheiro não se apresenta como meio de circulação, como mera forma evanescente e mediadora do metabolismo, mas como encarnação individual do trabalho social, existência autônoma do valor de troca, mercadoria absoluta. Essa contradição emerge no momento das crises de produção e comércio, conhecidas como crises monetárias.

Marx (2013) esclarece que o primeiro capital vem do trabalho acumulado no passado, ou seja, é o trabalho passado, que foi utilizado pela burguesia para comprar mercadorias e transformá-lo em capital, no processo de produção capitalista, seguindo a fórmula $C - M - C'$. Não existe nenhum valor produzido sem a presença do trabalho. De onde vêm as riquezas do capital? Como tudo começa? De onde vem o dinheiro? Essa sempre foi uma pergunta feita na tentativa de entender a fórmula $D + M + D = D'$.

A resposta dessa fórmula está na acumulação primitiva, pois o dinheiro excedente é fruto da acumulação de exploração advinda de seus diversos formatos, antes do capitalismo. Não é possível defender a ideia de que, para alguns, foi dada a dádiva de enriquecer naturalmente por sua inteligência e astúcia e, a outros, o azar de serem pobres e menos capacitados. Na verdade, essas são ideias idílicas de alguns estudiosos que não se ocuparam em entender todo o fenômeno essencial que perpassa a formação da sociedade até o advento do capitalismo. Ao contrário, se ocuparam em justificar as desigualdades sociais.

Tanto o dinheiro como a mercadoria não são capital *a priori*. É preciso que ocorra seu processo de transformação em capital. De acordo com Marx (2017a), quando o dinheiro se converte em capital, passa a exercer uma função de autonomia, de valorizar a si próprio, extraindo trabalho não pago na produção de mercadorias. Ao adquirir essa forma, ele se torna mercadoria. Esse dinheiro, ao ser repassado para um outro, que o utiliza para produzir outra mercadoria, através da extração de trabalho não pago, devolve ao dono uma parte dessa mais-valia, e esse dono não precisou fazer nada para receber tal lucro. Trata-se do mecanismo de repartição da mais-valia, e essa parte do valor se chama de juros. Para Marx (1980, p. 61),

O juro, portanto, ou é parte do lucro feito com capital emprestado, e então é forma secundária do próprio lucro, derivação desse, mera divisão ulterior, entre pessoas diferentes, da mais-valia apropriada na forma de lucro. Ou é pago pela renda fundiária e a este caso se aplica a mesma observação. Ou é pago do capital próprio ou alheio, pelo prestatário.

O lucro é regulado pelo processo global de realização da mercadoria, onde uma parte da mais-valia é destinado ao proprietário do dinheiro, sendo paga em juros. A forma mais fetichista da relação capitalista se apresenta como capital portador de juros, que se apresenta com a forma D-D'. Na verdade, as poupanças são os resultados da extração da mais-valia do passado. A simples promessa de pagamento também é recorrente e chamada de letra de câmbio, e até que o pagamento dessas letras de câmbio pode circular como meio de pagamento, essas letras de câmbio se tornam o dinheiro creditício. O banco passa a acumular um grande volume de capital monetário, e sai da cena o prestamista individual que passa a ser representado pelos banqueiros que se tornarão os administradores do capital monetário.

Topalov (1984) indica que os concentradores de terras, tornados rentistas, são meros sobreviventes das relações de produção que antecederam o capitalismo. Então, nas cidades, quando os solos são transformados em capital, torna-se possível a substituição da renda por toda forma de capital. Dessa forma, todo capital, inclusive o financeiro, passa a fazer o uso do solo como mecanismo de acumulação, sob a forma de lucro. Entretanto, essas relações são obscurecidas na análise, na qual não se explica a verdadeira essência desse lucro. De acordo com análises de Marx (2017a), o capitalista, ao acumular qualquer quantia de dinheiro,

imediatamente busca formas de reinvesti-lo para arrecadar juros ou lucro. Uma forma importante de absorção de riquezas, na Inglaterra, por muitos anos, foi a dívida pública.

As riquezas ociosas são as causas das crises do capital, pois capital monetário ocioso provoca a queda dos juros, em função do grande valor acumulado sem a circulação de mercadoria equivalente. Nesses momentos, os capitalistas preferem deixar o capital parado para evitar maiores perdas, e essa lógica contribui para o início da retomada do crescimento econômico.

A simples alta nas taxas de lucros não representa uma consequência do aumento na taxa de juros, pois, de acordo com Marx (2017a, p. 478), “A demanda de capital monetário e, portanto, o ‘valor-capital’ pode subir ainda que diminua o lucro; tão logo caia a oferta relativa de capital monetário, aumenta seu ‘valor’.” Conforme pode ser observado nessa discussão, o uso da renda da terra pela capital financeiro não é um fenômeno da atualidade. Muito pelo contrário. Essa é uma realidade posta desde todo o processo de apropriação do valor. Na atualidade, esse uso introduziu formas modernas, inclusive muito lucrativas. Todavia, em determinadas anos, sua utilização abusiva se tornou indutora de crises do capital.

As crises são inerentes ao modo de produção capitalista, não sendo “[...] acontecimentos isolados. Embora tenham gatilhos óbvios, as mudanças tectônicas que representam levam anos para se desenvolver.” (HARVEY, 2016, p. 10). Mollo (2011, p. 450) destaca que, na atualidade, é importante considerar que é preciso “em particular, explorar a inerência da crise financeira, sua relação com a lógica própria do modo de produção capitalista a partir do crédito e do capital fictício.” Para a autora, o capital fictício é diferente de capital dinheiro, ou capital portador de juros, pois o que o caracteriza é o afastamento da base real de produção que o criou. Porém, a base real que o criou precisa se valorizar para que o capital fictício se valorize. Para a renda da terra é criada uma série de mecanismos para sua valorização, de tal forma que se torna ativo financeiro de grande valor, porém esse processo tem limites que levam a crises. Conforme Mollo (2011, p. 253), o capital fictício é:

[...] uma categoria da circulação, um caso claro de autonomia da circulação em que seu valor aparece, cresce ou cai conforme oferta e demanda, sem relação direta com a produção cujos valores-trabalho são gerados. Os valores fictícios ampliam-se com o uso dos valores das ações para caucionar empréstimos ou os chamados derivativos de crédito, ou seja, dívidas derivadas das dívidas. Isso também ocorre com produtos financeiros compostos de dívidas negociadas ao longo do crescimento da bolha imobiliária que desencadeou a crise.

Nessa forma de uso de capital transformada em capital fictício, com base em futuras construções de moradias, os bancos emprestam dinheiro com a garantia de que o irão receber de volta com o acréscimo de juros. Essa potencialidade de uso desse tipo de capital é materializada com os incentivos governamentais, o que proporciona maior oferta de créditos imobiliários, abrindo a possibilidade de inflacionar os preços dos imóveis já existentes. Portanto, fica mais vantajoso emprestar dinheiro com a hipoteca de imóveis.

Um ponto também relevante é o processo de criação de empregos na construção civil, quando há elevados incentivos para a construção de moradias. Além de esse processo aquecer o mercado imobiliário, ele supervaloriza as habitações e a terra onde será edificada a casa, proporcionando um uso abusivo de ativos por via da renda da terra e da casa naquele espaço⁴. Esse tipo de uso capitalista da produção habitacional torna cada vez mais distante o acesso a moradias dignas aos trabalhadores. O uso abusivo desses ativos tem limitações. Aqueles que fizeram vultuosos empréstimos não conseguem arcar com seu endividamento, e a casa não tem mais o mesmo valor. Diante disso, ocorre um processo de quebra de bancos e uma sucessiva crise no mercado, atingindo outros setores da economia.

Conforme Mandel (1990), existem duas grandes escolas que se dedicam a estudar as crises do capital. Uma delas traz como elemento central o subconsumo e, a outra traz a superacumulação. Ambas apresentam problemas pois, segundo Marx, é preciso ligar às crises às quedas tendenciais das taxas de lucro, que ocorrem em função da superprodução que impactam nos valores de troca. Harvey (2014a) denuncia a forma como a economia convencional dá pouca importância à questão urbana e, particularmente, à moradia. Como o exemplo da bolha imobiliária de 2008, considera que essa crise foi tratada como algo casual, sem a devida conexão com o processo global da economia. Porém, conforme Harvey (2014a, p. 68),

O colapso no setor imobiliário nos Estados Unidos, entre 2007 e 2010 foi, sem dúvida, mais profundo e mais longo do que a maioria – na verdade, pode muito bem assinalar o fim de uma era na história econômica estadunidense -, mas não foi de modo algum inédito em sua relação com os transtornos macroeconômicos do mercado mundial, e há muitos indícios de que esteja prestes a se repetir.

Para Harvey (2014a), os neoliberais apostavam na ideia de que o Estado deveria manter o mínimo de regulação possível no mercado imobiliário, e essa falta de regulação, na verdade, colabora para um processo de exploração lucrativa da terra por aqueles que têm acesso ao dinheiro. Os trabalhadores são colocados às margens do acesso à moradia, geralmente, passando a usar somente residências insalubres, distantes e segregadas. Para Harvey (2014a, p. 70), a terra “não é uma mercadoria no sentido corrente do termo. É uma forma fictícia de capital que deriva das expectativas de aluguéis futuros.” Contrariando esse processo, os movimentos sociais urbanos realizam enfrentamentos que tensionam o direcionamento do uso da terra.

Segundo Harvey (2014a), embora a terra não seja mercadoria, existem diversas formas de seu uso extrair renda, sendo responsável por inúmeras formas de se apropriar de mais dinheiro. No caso de moradia, sua realização ocorre de forma absolutamente agressiva,

⁴ Esse processo pode ser exemplificado na atualidade com o que ocorreu com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) com uma valorização dos preços da terra pelo aquecimento imobiliário.

inclusive com a defesa do Banco Mundial, e os bancos oferecem diversas formas de financiamento imobiliário.

Conseqüentemente, ficaram registrados, na história, diversas crises, como a de 1973, que se originou na crise imobiliária, além do fim do *boom* no Japão, em 1990, que ocorreu após o barateamento das terras, ou seja, “houve centenas de crises financeiras desde 1973 (em comparação com as poucas que houveram anteriormente), e um número razoável delas originou-se do desenvolvimento imobiliário ou urbano.” (HARVEY, 2014a, p. 74). As crises com motivações imobiliárias não são questões recentes, pois “os títulos imobiliários de emissão pública afetaram a atividade construtora na década de 1920.” (HARVEY, 2014, p. 76). E os crescimentos de investimentos imobiliários antecederam as crises de 1929, 1973, 1987 e 2000.

A produção das cidades, surgida com o processo de urbanização, absorveu grande parte do excedente de capital, nas análises de Harvey (2014a, p. 96): “A pressão para o mercado imobiliário e o desenvolvimento urbano nos Estados Unidos absorve o excedente e o capital sobreacumulado por meio da atividade especulativa começou a adquirir força em meados da década de 1990.” Esses dados demonstram como o uso abusivo de ativos financeiros, paradoxalmente, produz lucro exacerbado e também influenciam nas crises no capitalismo.

CAPÍTULO III - RENDA DA TERRA E A CIDADE

Inicia-se o debate sobre a renda da terra e a cidade com a seguinte questão: *é possível se conceber a renda da terra urbana, com base na teoria marxista de renda da terra?* Em seguida são aportados elementos para a compreensão da renda da terra urbana e o processo de segregação socioespacial na cidade capitalista, fazendo alusão às classes sociais e à questão urbana; e por fim, chega-se aos rebatimentos da elevação da renda da terra no acesso à moradia das classes trabalhadoras.

O estudo de González (2010) aponta que é possível analisar a renda da terra urbana a partir dos ensinamentos de Marx. Em seu livro *Hacia una teoría de la renta del suelo urbano*, ele desenvolve uma comparação entre as formas de extração de renda fundiária diferencial I e II, renda absoluta e renda de monopólio, no meio rural, com a renda do solo urbano. Para ele, a primeira modalidade de renda da terra urbana primária tipo 1 é muito similar à renda da terra rural diferencial I. No caso do solo urbano, a renda se produzirá a partir da construtabilidade, por possuir características geomorfológicas e físicas favoráveis às construções. Esse quesito se equipara à renda da agricultura em terras férteis. No caso da cidade, o construtor despenderá menor custo no processo da construção, em função das boas condições do lote, o que oportuniza maiores lucros com sua comercialização. Outra fonte de renda primária do solo urbano é a localização, onde há a presença da rede terciária de serviços públicos, infraestrutura presentes no local, além de representar o local do consumo.

Já a segunda modalidade de renda, intitulada por González (2010) de renda primária diferencial tipo 2, faz relação à renda diferencial II de Marx. No caso urbano, trata-se da capacidade de aplicação de capital em edificações, processo que proporciona sua multiplicação de forma extraordinária, com a edificações verticais de prédios e um grande número de moradias e/ou comércios, hospitais, escolas. Enfim, prédios são construídos até para destinar a garagens nos grandes centros urbanos.

Ao tratar da renda absoluta urbana, González (2010) afirma que assim como na renda absoluta fundiária, no solo urbano também não existe terras gratuitas, e todas, ao terem trabalho social incorporado, estão aptas à extração de rendas. Essas terras, antes de tornarem-se urbanas e servir ao uso máximo do capital, eram agrícolas, de onde já se extraía renda. Ao transferir seu uso como terra urbana, já impõe uma valorização, pois a própria lógica de utilização se modifica, a começar pelo tamanho do lote, por exemplo. Pelo fato de a terra agrícola ser comercializada em hectare, e a urbana, em metro quadrado, a renda mínima das terras urbanas é muito superior à renda fundiária rural.

A cidade constitui-se em um espaço que se coloca em uma articulação com diversos processos de produção, circulação, troca e consumo, pois esta é a natureza do solo urbano. Todavia, a quantidade de solo urbano é limitada, o que, em determinados momentos, impõe sua

escassez. A solução encontrada para muitas cidades é a realização de expansões, mas nem sempre é possível, em função dos limites geográficos, como lagos e montanhas.

Por outro lado, de acordo com González (2010), as rendas de monopólio irão aparecer nos espaços da cidade em localizações privilegiadas, com vantagens paisagísticas e ambiental, valor histórico, dentre outros. Esses são os locais escolhidos para a construção de moradias luxuosas, e que atraem moradores das frações burguesas, dando origem à apropriação da mais-valia. Tais moradias são construídas nos melhores terrenos. A diferença de renda de monopólio urbano irá aparecer em diferentes cidades capitalistas, seja elas centrais ou periféricas.

Seguindo a mesma lógica de rendimentos, em princípio, os terrenos na cidade têm sua renda regulada por sua localização, já que dependem de sua capacidade de construtibilidade. Somada a esses elementos, estão os tipos de usos que o poder público imprime por meio de mecanismos regulatórios postos em instrumentos como o Plano Diretor, o que promove a valorização imobiliária. Em algumas situações, na ausência de infraestrutura urbana, o proprietário não realiza ações importantes, e a ele cabe apenas esperar o progresso do desenvolvimento chegar, sem falar na grande potencialidade que o proprietário tem de explorar a miséria alheia, com a cobrança de aluguéis ou vendas, com parcelas de vultuosos acréscimos anuais, produzindo uma grande lucratividade desses terrenos.

De acordo com Topalov (1984), a renda fundiária, originária da agricultura, na cidade, se realiza com a produção habitacional, dentre outras modalidades. O superlucro gerado nesse processo dará origem à renda fundiária urbana, conforme discutido no Capítulo I. Logo, esses superlucros são utilizados para outros fins, como na aquisição de mais lotes urbanos, ao invés de entrarem na perequação entre os capitalistas. Esses processos fixam, em um espaço urbano determinado, um superlucro localizado, a fim de valorizar o capital. A renda fundiária aparecerá como preço ou aluguel para o dono do solo, como o aluguel, se for para um rentista imobiliário, como superlucro de promoção, se houver um promotor, ou em juros, se tiver a relação com o banco.

Considerar a compra de um terreno como um gasto, ou seja, um dispêndio de capital, em função da especulação, é um equívoco. Afinal, a compra de um terreno é uma forma de utilização de um superlucro localizado, ou seja, é o capital que movimenta o processo de fixação de superlucro, com as diversas formas de uso da renda fundiária. Isso evidencia que a compra de um terreno por um capitalista não significa um gasto para o capital, mas a fixação de uma mais-valia sobrança. O uso da renda fundiária é uma maneira de reter os lucros, criando um monopólio. Então, a propriedade fundiária se fixa como rendas diferenciais, enquanto superlucros.

Para que isso ocorra, é necessário que a terra seja colocada como parte integrante da produção capitalista, com todas as leis do capital do livre comércio, afastando o obstáculo fundiário e o obstáculo da regulação, ou seja, o capital para usar a terra como componente da

sua produção deve se apropriar dela, afastando o comando de seu uso das mãos de seu proprietário fundiário. O solo urbano, depois de afastados todos os obstáculos, ganha autonomia, e é nesse processo que é usado como capital. Então, por meio dessas etapas, surgem as rendas fundiárias urbanas.

O crescimento das rendas incide no aumento do preço do solo, e não o contrário, ou seja, não é o solo que aumenta seu preço, mas a renda que aumenta o preço da terra urbana. Esses elementos são importantes para compreender o movimento dos preços dos terrenos, e é notório que, em tempos de crescimento econômico, o valor dos imóveis sobe de preço e, em tempos de crise, ocorre o processo inverso.

A terra não é reprodutível, é única, e esse é um obstáculo ao capital. No entanto, o capitalista produz um movimento de especulação quando antecipa usos futuros dos terrenos. Isso se materializa quando é anunciada a construção de uma indústria ou de um shopping center em determinadas áreas. Essa notícia, por si só, já eleva os valores da terra naquelas redondezas.

As propriedades fundiárias que não estão sob o controle dos capitalistas têm se tornado um obstáculo à renda fundiária urbana. Conforme Topalov (1984), grande parte delas são constituídas, por exemplo, por áreas de produção rural, da agricultura familiar que se encontram próximas ao perímetro urbano. O periurbano é, portanto, uma forma de resistência à acumulação localizada do capitalista da renda da terra.

Outro tipo de propriedade fundiária não capitalista consiste na ocupação de moradias. Conforme Topalov (1984), a utilização da habitação está no campo do valor de uso (mercadoria-dinheiro-mercadoria), que não se converterá automaticamente em lucro, salvo em regiões em que a localização do solo proporciona um valor aumentado. Todavia, o fato de o valor imobiliário estar com elevado valor, nem sempre é motivo de venda, pois determinados moradores desenvolvem pertencimentos subjetivos que os motivam a não trocarem suas casas por dinheiro. Esse fenômeno é um obstáculo para os capitalistas, que tendem a destruir as construções antigas para construir novos e atualizados imóveis, conforme a valorização do capital naquele local.

Topalov (1984) destaca, também, que a propriedade imobiliária do Estado se constitui como um obstáculo ao livre desenvolvimento do capital nas cidades. Os superlucros provenientes da renda fundiária são motivos de disputa por diversos capitalistas e setores do capital. Outra forma de gestão desse patrimônio é a “especulação pública”. Nesse caso, os terrenos são cedidos à iniciativa privada que explora ao máximo a lucratividade da renda fundiária. Assim sendo, o Estado e/ou agentes públicos se apropriam da produção dessa renda, e isso é muito comum em Estados muito corruptos.

Conforme ficou evidente nos estudos de Marx (2017a), a terra por si só não tem capacidade de gerar renda, e tal processo se dá a partir do trabalho social nela incorporado. Logo, seu proprietário extrai renda quando vende, arrenda ou aluga seu terreno ou prédio construído na cidade. Essa renda é calculada com base na expectativa de mais-valia a

ser extraída na produção em pauta. É preciso considerar, de acordo com Topalov (1984), que a renda da terra não se trata de uma coisa, mas de uma relação social.

A terra é o primeiro lugar de reprodução social, pois faz parte das forças produtivas; e, posteriormente, nesse mesmo processo de desenvolvimento, produzir-se-á a cidade que servirá também de espaço de produção e reprodução para o capitalista. Conforme Lefebvre (1999, p. 85), “[...] a terra, o campo, a cidade, a indústria, desempenham um papel essencial no futuro da sociedade humana, nas transformações da produção e das relações e modos de produção.”

Na discussão sobre a produção de riqueza, Lefebvre (2008) contesta a ideia de que a cidade é somente superestrutura, tendo em vista que a cidade é parte do processo de produção, distribuição e troca no modo de produção capitalista, tendo relação direta com a estrutura econômica. Conforme Rauta Ramos (1997, p. 93), o espaço urbano é “cenário e, ao mesmo tempo, instrumento de reprodução ampliada do capital.” Logo, a cidade e o campo produzirão os suportes necessários para as mudanças no contexto societário.

Segundo Lefebvre (1999), a dicotomia cidade e campo, traz como raiz central a questão da alienação e, ao se dividir o território dessa maneira, há a divisão das classes sociais, como se houvesse dois tipos de capitalismo, um moderno e um arcaico. E isso não é verdade, pois são integradas e cumprem papéis que dão sustentação ao capital. Na verdade, essa relação é dialética e em alguns momentos o campo é subsumido pelo capital e, em outros, é a cidade, seguindo as necessidades do capital. Assim, a cidade se constituirá em espaço de transformação da natureza, sendo mediação no processo de produção das riquezas e na produção de si própria. Ainda, conforme Lefebvre (1999, p. 144),

Na esfera da agricultura, a grande indústria age mais revolucionariamente que em outros lugares, fazendo desaparecer o camponês, baluarte da antiga sociedade, substituindo-o pelo assalariado. As necessidades de transformação social e a luta de classes são assim levadas aos campos no mesmo nível que nas cidades.

As cidades nasceram antes do surgimento do capitalismo, ainda no período medieval, porém, o capitalismo necessita da cidade em seu processo de desenvolvimento, pois é nesse local onde se realizará fundamentalmente o comércio. Tal espaço se tornará imprescindível à continuidade do ciclo do capital, que se estenderá por todo o mundo. É na cidade que se concentram também os “serviços”, que fornecerão subsídios que garantam a produtividade e a lucratividade do capital. Nas palavras de Lefebvre (1999, p. 150), serviço é

[...] somente uma expressão para designar um *valor de uso*, fornecido em uma troca de soma de dinheiro por um “ativo” que pode dispor de meios de produção; ele equivale um “serviço” enquanto atividade, serviço esse comprado e vendido como uma coisa, ainda que não seja forçosamente uma coisa. (LEFEBVRE, 1999, p. 150)

Topalov (1984) aponta que, a partir da década de 1970, torna-se campo de evidência o extraordinário processo de alta nos terrenos urbanos, o que dá origem a diversas problemáticas,

tendo em vista que se apresenta um grande processo de exploração da renda do solo urbano, o que traz como consequência o aumento do valor das habitações no mundo capitalista atual, dos serviços e equipamentos de uso coletivo (antes públicos são gradativamente privatizados, como, por exemplo, as escolas, os hospitais e clínicas). Além disso há a exorbitante segregação socioespacial dos trabalhadores e grandes desperdícios de recursos.

Diante dessas problemáticas, reconhecidas como questão urbana, uma série de especialistas se debruçam buscando respostas, sejam os planejadores, os gestores, os investidores rentistas ou imobiliários ou os trabalhadores assalariados ou não. Enfim, esse será campo de diversas disputas que se realizam conforme os projetos de sociedade que são defendidos.

Conforme evidencia Topalov (1984), a propriedade fundiária e a renda ganham vida própria, e essa autonomia produz diversas contradições, que podem ser imediatas entre o vendedor do terreno e o promotor imobiliário, em uma disputa pelo preço. A chamada contradição *global* advém das diferenças de uso da renda e do lucro por meio dos quais são modificadas as relações sociais de troca da mercadoria; esse movimento se dará de forma diferente do processo de perequação habitual dos lucros. Já a contradição *específica* advém da resistência de terrenos aos superlucros localizados, por se tratar de solo não capitalista (exemplo: comunidades tradicionais quilombolas e terras indígenas).

Existe também a contradição entre os agentes do mercado. Quando ocorre um processo de uso da exploração máxima da renda da terra urbana, esse mercado pode ser ameaçado a produzir superlucros ou a perder superlucros, o que pode resultar em recessões. Topalov (1984) irá indicar que a renda fundiária impacta os bens imobiliários, e isso ocorre diretamente com a produção de edifícios e, de forma indireta, ao reduzir o “movimento da acumulação da construção civil”. A tensão no processo de valorização do preço do lote dependerá das relações entre capital e a propriedade fundiária. Esse processo se dá em função das contradições e das lutas impostas, pois, em determinados momentos históricos, alguns segmentos conseguem se fixar em locais valorizados, porém são empurrados o tempo todo para darem espaço ao capital monopolista.

Topalov (1984) traz o debate sobre as mercadorias não reprodutíveis, que é o caso de obras de arte, de mercadorias que foram produzidas manualmente, que se tornaram relíquias e antiguidades. Para essas mercadorias, há um público específico de consumidores, como o que ocorre com os consumidores de vinhos. Há os que “consomem” construções em locais totalmente nobres. Investimentos nesse campo representam a fixação de superlucro, pois tudo isso não pode ser reproduzido pelo capital.

A lógica do superlucro é desaparecer em um lugar para reaparecer em outro. No caso dos monopólios, esses superlucros são criados para benefício do próprio monopólio. Esses grupos poderosos fixam seus lucros em detrimento de outros capitalistas. Outra forma de fixação de superlucro é via renda fundiária, que tem como característica a sua não

reprodutividade, como é o caso da terra que não pode ser reproduzida, pois é única. Este é um fenômeno recorrente nas cidades, com a não reprodutibilidade e a apropriação privada, um mecanismo de valorização do capital pelos capitalistas. Esse processo pode ser tanto resultado de grandes aglomerações, quanto de regiões que dão suporte à produção do capital, como é o caso da cidade de Palmas, em TO, objeto de estudo deste trabalho.

Então, as atividades capitalistas urbanas serão movidas principalmente pelo local mais privilegiado no processo de valorização imobiliária, advindas da incorporação de infraestruturas urbanas, tanto no processo de produção, circulação e também de moradia. Ao contrário do que se dissemina comumente sobre os altos custos dos lotes nos centros urbanos, como fruto de especulação imobiliária, na verdade, trata-se do processo de extração da renda fundiária. Ou seja, a renda da terra é elevada não em função de meros processos especulativos determinados pela oferta e procura, que se constitui um fetiche. Conforme Rauta Ramos *et al.* (2014, p. 8),

A elevação da renda da terra depende, especialmente, do grau de instalação das condições gerais da produção (meios de comunicação e transporte) e da concentração da força de trabalho. Os serviços de infraestrutura são determinantes para o crescimento da renda da terra.

As cidades capitalistas trazem consigo a característica de aglomeração das condições gerais da produção capitalista, em termos de infraestrutura urbana, compondo-se como um todo orgânico no processo de produção capitalista, sendo espaço privilegiado não apenas de produção de mercadorias (através da instalação de indústrias), como especialmente espaço de troca e circulação de mercadorias e sendo o espaço de instalação de equipamentos e serviços coletivos. Tal espaço constitui o ambiente privilegiado da reprodução social do trabalho. No entanto, tem-se o local que reserva aos trabalhadores as piores condições de sobrevivência, em ambientes longínquos, com estrutura urbana precária ou inexistente, além de condições sanitárias inadequadas. Estas são as contradições da cidade que produzem a segregação socioespacial.

No processo em questão, a renda da terra é o fator determinante da segregação socioespacial da moradia do trabalhador com baixo rendimento, pois, conforme Lefebvre (1999, p. 161), “especialmente e, sobretudo subordinando a terra ao mercado, fazendo da terra um “bem” comercializável dependente do valor de troca.” Eis um processo que impacta diretamente na elevação da renda da terra urbana.

Marx (2017a), em *O Capital*, aponta as duas funções do uso do solo, que é instrumento de produção e suporte de meios de produção, circulação e consumo, sendo esse último a moradia. Outra função do uso do solo é a “crescente importância com a socialização das condições gerais de produção: o que chamamos sua capacidade de **aglomerar**, logo, de **combinar socialmente** meios de produção e meios de reprodução de uma formação social.” (LOJKINE, 1997, p. 186, grifo do autor). De acordo com Lojkine (1997, p. 187),

[...] o capitalismo monopolista caracteriza-se [...] **pela apropriação progressiva e contraditória da renda fundiária pelos grandes grupos monopolistas.**

Lênin já assinalava essa transformação da função da renda fundiária: “o monopólio dos bancos funde aqui com a renda fundiária e com o das vias de comunicação, porque a subida dos preços dos terrenos, a possibilidade de vendê-los, bem mais caros em lotes... dependem sobretudo da facilidade das comunicações com o centro da cidade, e estas comunicações estão em mãos das grandes companhias ligadas a esses mesmos bancos pelo sistema de participação e pela repartição dos postos de direção [...]”. (grifo do autor)

A construção de moradias é um processo que se subordina à lógica capitalista da extração de lucro. Para Kowarick (1993, p. 60), tal processo é resultante “de uma complexa rede de agentes, inclusive comerciais e financeiros, na qual o controle sobre a terra constitui um fator fundamental no preço das mercadorias colocadas no mercado.”

Não se pode perder de vista que, no modo de produção capitalista, a moradia, além de ser espaço de reprodução social, com valor de uso, é também valor de troca e, portanto, uma mercadoria, considerando o duplo caráter de uma mercadoria. Eis uma questão inerente à sociabilidade capitalista, que determinará o significado que é dado à moradia, de modo que terá participação no processo de produção do valor, tanto produtivo quanto financeiro.

Diante dessa realidade ocorre o processo da disputa por terra pelas classes sociais. Existe um debate realizado por diversos autores em torno da concepção de classes sociais, sob as mais variadas vertentes teóricas. Fernandes (2008) recupera esse debate na obra de Marx Weber, Karl Marx e Emile Durkheim, objetivando discutir as classes sociais a partir das contradições sócio históricas.

No processo histórico da humanidade, observa-se que a dominação de um grupo sobre outro encontra-se absolutamente presente, ora pela força (como ocorria no caso das sociedades escravagistas, onde os dominantes mantinham fortes guardas para manter a dominação sobre seus escravos), ora pela “promessa de proteção” (como ocorria no caso dos senhores feudais em relação aos servos, que extorquiam o trabalho deles e, em contrapartida, “garantiam” a proteção contra as guerras). Os senhores feudais mantinham também forças armadas que asseguravam essa forma de dominação, mas vale lembrar que os processos de estratificação social, nesse período, eram bastante complexos, com a presença de escravos, servos ou senhores feudais (NETTO; BRAZ, 2007).

Essas relações arcaicas de sujeição de diversos grupos societários foram substituídas por formas mais modernas, com a revolução burguesa que constituiu outras formas de subordinação. Tal subordinação não ocorreu somente pela força física, mas pela força ideológica da exploração do trabalhador, via *reificação*, em que o objeto passou a ter mais importância que o próprio homem, que passou a ser uma “coisa”, sendo esse o determinante que produz sua alienação.

Marx (2013), ao discutir a acumulação primitiva, analisa como o processo de expropriação social do capitalismo cria o trabalhador que não terá nenhuma alternativa para sobreviver, uma vez que, dele, serão retiradas todas as possibilidades de produzir seu trabalho para sua própria vida. Isso será feito principalmente por meio do cercamento de terras, que dará origem à propriedade privada. Então, para Marx e Engels (1998), foi nesse momento que surgiram as duas classes fundamentais, a *burguesia*⁵ e o *proletariado*⁶, que irão se metamorfosear. Conforme Lojkin (1990), trata-se de uma categoria dialética que irá imprimir contradições. Então, à medida que o capitalismo se desenvolve, as classes também irão passar por transformações. Para conhecer melhor o que ocorrerá com alguns segmentos sociais, vale recorrer a Marx e Engels (1998, p. 14), que esclarecessem que

As pequenas classes intermediárias anteriores, os pequenos industriais e comerciantes e os rentistas, os artesões e os camponeses, todas essas classes engrossam as fileiras do proletariado, seja porque o seu pequeno capital não chega para o grande empreendimento industrial e se sucumbe na concorrência com os capitalistas maiores, seja porque sua habilidade profissional é desvalorizada por novos métodos de produção. Assim, o proletariado se recruta em todas as classes da população.

Essa reflexão mostra que as classes sociais fundamentais, no capitalismo, apesar de suas metamorfoses, decorrem da contradição entre capital e trabalho, verificada no processo em que os donos do capital extraem a mais-valia e, a partir disso, constituem suas riquezas. A sociedade irá se inserir nessa dinâmica, ainda que nem sempre os indivíduos consigam visualizar a que classe pertencem, principalmente devido ao processo de alienação produzido a partir da *reificação* no contexto da sociabilidade burguesa.

A constituição das classes não é produto de uma construção natural. O próprio Marx (2013) trata sobre algumas classes sociais em suas diversas manifestações. Pode-se observar, no processo das construções socio-históricas que, quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais carrega saturações com diferentes manifestações de classe. Os capitalistas integrarão latifundiários, industriais, bancários e empresários do setor de serviços. Enfim, sua origem decorrerá das numerosas formas de acumulação. Assim, ficará cada vez mais difícil para o trabalhador identificar quais sujeitos capitalistas que realizam extração de mais-valia, uma vez que, nesse processo, o trabalho aparece a cada fase do capitalismo, na sua forma abstrata, no sentido da generalização do trabalho.

Por outro lado, o trabalhador, na divisão social e técnica do trabalho, sofrerá formas diferenciadas de exploração, sendo que aquele que empregar mais trabalho intelectual geralmente será mais bem remunerado. Já o trabalhador que desenvolver ações do “chão da

⁵ Por burgueses, compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção, que empregam o trabalho assalariado (MARX; ENGELS, 1998, p. 4).

⁶ Por proletários, compreende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se veem obrigados a vender sua força de trabalho para poderem sobreviver (MARX; ENGELS, 1998, p. 4).

fábrica” será menos remunerado. Existem também as mais variadas formas de calcular o preço do trabalho, que poderá ser por hora, por peça ou de outras diversas maneiras, e o trabalhador dificilmente conseguirá identificar como ocorre sua exploração. Nesse caso, serão criadas formas diferentes de pobreza, absoluta ou relativa. Quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais se diversificam as formas de exploração do trabalho, como é o caso a uberização do trabalho.⁷ Haverá, também, indivíduos que ficarão completamente fora do processo de trabalho, uns por não terem condições fisiológicas adequadas para exercer qualquer ofício, e outros que, apesar de terem formação e boa aptidão, não conseguirão se inserir nem mesmo no processo mais elevado de exploração do trabalho. Esses trabalhadores em desemprego terão uma função muito importante dentro do sistema capitalista: a de diminuir os salários dos trabalhadores que estão inseridos no processo de trabalho. Constituem o exército industrial de reserva. Em períodos mais dinâmicos, são contratados e, em períodos de penúria ou de superprodução, são dispensados.

Além da classe trabalhadora que está diretamente ou indiretamente vinculada aos processos que criam mais-valia, haverá ainda uma considerável fração de trabalhadores que compõem o trabalho improdutivo. Fazem parte dessa fração diversos segmentos de serviços públicos que não se vinculam diretamente à dinâmica da extração de mais-valia, do “chão da fábrica”. Todavia, os trabalhadores desses segmentos se inserem nas condições necessárias para a reprodução ampliada do capital. E esses trabalhadores terão uma diversidade gigantesca de remuneração, indo desde os mais altos salários (que geralmente se concentram muito mais no judiciário) até a salários mínimos.

O processo de alienação tem cumprido seu papel, ou seja, a quantidade de trabalhadores que vivem da venda da sua força de trabalho é incalculável, sem haver reconhecimento como classe e sendo severamente explorados pelo capital. No caso dos trabalhadores dos serviços públicos estatais, essa alienação também é grande, pois, na maioria das vezes, eles nem mesmo se reconhecem como trabalhadores, mas se intitulam como servidores públicos, como se não tivessem nada a ver com o processo de acumulação capitalista.

Ainda assim, parcela da classe trabalhadora empobrecida desenvolverá uma importante resistência na disputa pelo uso do solo e, muitas vezes, fará isso de forma organizada, o que pode se concretizar por meio de ocupações. Muitas vezes, essas moradias ocupadas não são comercializáveis, salvo quando o uso do solo é redimensionado em determinados espaços.

Para Topalov (1984), a divisão social indica que não existem espaços iguais, e todos eles têm diferenças. O autor classifica três segmentos que irão construir em espaços diferenciados, sendo eles: *camadas superiores*, *camadas intermediárias* e *operários*. Essa

⁷ Essa é a forma mais moderna de precarização das relações trabalho da atualidade, que tem como mediação aplicativos de tecnologia, onde o trabalhador é incentivado a desenvolver suas ações como um empreendedor que detém seus meios de produção. Todavia, ele depende do aplicativo UBER para ser acionado para prestação do seu trabalho. O trabalhador paga um percentual para o aplicativo e, nessa relação trabalhista, não existe nenhuma mediação de direitos vinculados ao seu trabalho. (ANTUNES, 2018)

divisão evidencia a segregação dos operários. As camadas superiores são constituídas pelos donos do capital, que podem pertencer a oligarquias financeiras ou serem grandes industriais, pertencentes da média burguesia, chefes de empresas, etc. A construção dessas habitações seguirá um elevado padrão construtivo, e os engenheiros desenvolverão projetos que respondem a essa demanda. São essas camadas que irão usufruir de um espaço de habitação escasso, ou seja, não reprodutível, tendo em vista que o solo é único e insubstituível, na divisão das habitações.

Os indivíduos que pertencem a camadas superiores são os que menos mudam de residência. Os bairros centrais de Paris foram, aos poucos, ocupados por espaços mais comerciais, diminuindo a quantidade de moradores. Porém, independentemente do local habitado pelas camadas superiores, sabe-se que são nesses locais que os equipamentos sociais de melhor qualidade serão fixados. Assim como as camadas superiores moram em espaços próprios com características próprias a seu modo de vida, os operários também têm seus próprios espaços de moradia, que possuem suas particularidades, as quais geralmente são contrárias àquelas encontradas nos espaços das classes superiores.

Topalov (1984) trata sobre a importância de as moradias dos trabalhadores estarem próximas ao seu trabalho, porém a indústria muda de lugar conforme a conveniência de lucros. Nessas situações, os operários com menor qualificação profissional são os que mais têm mobilidade de emprego. E os equipamentos urbanos de menor qualidade estão mais próximos às moradias operárias. As moradias das camadas médias têm características que se diferenciam tanto das que pertencem às camadas superiores, quanto das habitações dos operários. Enquanto as camadas superiores e os operários têm baixa mobilidade, ou seja, trocam menos de moradias, as camadas médias seguem um ritmo contrário. Para esse autor, as práticas de localização das moradias urbanas são carregadas de uma multiplicidade de fatores, e isso acarreta diversidade no uso do solo urbano. Essa multiplicidade de usos possui relação com os grupos sociais que se instalam nesses locais.

De acordo com Topalov (1984), as estruturas que mais determinam a formação urbana são os sistemas produtivos, que são mediados pela divisão do trabalho na produção, circulação e troca das mercadorias. Esse processo sofre influência da maneira como é organizado o modo de produção do capital monopolista e financeiro. O Estado não é o único agente responsável pelo processo, apesar de resguardar grande responsabilidade, tendo em vista que há uma série de agentes privados envolvidos na produção habitacional.

As profundas mudanças nos diversos modos de produção impactam diretamente a forma de organização do espaço das moradias. As planificações urbanas têm uma forte ligação com os processos econômicos correntes. Os promotores de habitações procurarão espaços de uso do solo que lhes possibilitem a maximização de seus lucros, e isso não significa que constroem em terrenos muito caros, mas naqueles que lhes ofertarão maior renda de monopólio. O preço do

solo se modifica não somente em relação ao centro, mas também em função da composição dos grupos sociais e econômicos que aí se aglomeram.

Topalov (1984) traz a reflexão de como é comum se observar, nas construções luxuosas de determinadas cidades, a divisão de zonas, em seu processo de valorização. Às vezes, essa valorização não paga a edificação, mas somente por fazer parte daquela zona, paga-se um alto custo, Mesmo em locais onde existem somente construções de alto padrão, como em cidades turísticas, se segrega o local de moradia dos trabalhadores, que são os que constroem a cidade.

Todavia, assim como em Paris, a partir dos anos 1950, ocorre um controle por parte do poder público em relação aos preços das novas construções. Essa participação representa custos financeiros que são cobrados. No entanto, esse preço não é independente, pois o mercado é levado em consideração, tendo em vista que há uma concorrência nesse processo. Geralmente, o mercado segue os preços administrativos quando precisa de financiamentos públicos e, quando não é necessário, esse mercado compra e vende da forma que deseja. Quanto mais a região é periférica, menores são os preços das habitações, e quanto mais são acompanhadas de prestígio social, maiores são os preços. Essa reflexão ajuda a desmistificar a ideia de que o alto custo da habitação está mediado apenas pela distância entre a residência e o centro da cidade, ou seja, há condomínios de luxo com alto padrão construtivo que são distantes do centro e têm preços muito elevados.

Vale destacar que os submercados regulam seus preços, independentemente dos preços administrativos (TOPALOV, 1984). A acessibilidade é um importante determinante na definição dos preços, embora existam zonas de preços autônomos, ou seja, não são definidos somente pela qualificação ou localidade. Existe uma hierarquização e uma heterogeneidade das zonas. Tendo em vista que essa acessibilidade é algo muito importante no processo para a moradia dos operários como, por exemplo, o tempo de deslocamento é algo fundamental. Outro elemento importante são os equipamentos urbanos a serem analisados em seus aspectos quantitativos e qualitativos.

Existem três submercados de habitação: privilegiada, normal e infranormal. Não é somente a qualidade da habitação que define seu preço, mas o tipo de mercado e outros elementos, como zonas e a raridade do local. A recessão/ascensão do capitalismo também influenciam nesses submercados. A questão das construções tem essa característica, pois um terreno é sempre único, e não é possível reproduzi-lo na mesma localização. Também não é a oferta que define os preços, mas diversos fatores, conforme está se debatendo nesta tese.

Os mercados da habitação privilegiada ocorrem em localizações raras, e é onde se aplica o preço de monopólio. Os preços não dependem do preço de produção, mas do preço de monopólio, tratando-se de habitações com valor de mercado mais elevado. Essas habitações têm limitações na sua reprodutividade em função da matéria, ou seja, do espaço em que estão localizadas. O ambiente *social* dos moradores que ali se abrigam é *simbólico*, em função do que representa aquele local. Topalov (1984) irá demonstrar que não existe déficit nessas moradias,

mas uma limitação em decorrência da raridade da terra de produção desse tipo de moradia. *O mercado da habitação normal* é a produção em massa, que o capitalista disponibiliza para vender ou alugar para camadas populares, construídas em zonas urbanas menos importantes.

Até o século XIX, as exigências sanitárias não eram as mesmas presentes na atualidade, que são fruto das necessidades higienistas, as quais, para serem viáveis, precisam de investimentos do poder público em infraestrutura urbana, como asfalto e saneamento básico. As habitações normais têm um padrão de moradores das classes populares, e a vizinhança também influencia o preço dos imóveis. Os componentes que constituem o preço de uma habitação normal são, de acordo com Topalov (1984):

- 1) Preço de produção + lucro normal;
- 2) Custo do solo = terrenos piores, onde as rendas diferenciais e superlucros poderão aparecer, a depender da negociação com os donos dos solos.

Nesse caso, os lotes não são raros, pois podem ser substituídos por qualquer outro lote. Também não são limitados, então não podem ter preços de monopólios e, dependendo do movimento do capital, é possível extrair renda absoluta. Estabelecido um valor comercial para habitação comum, esse servirá de parâmetro para a definição de valores para outros imóveis nas mesmas condições, independentemente do período de sua construção e do valor gasto com a mesma (TOPALOV, 1984).

No tocante às construções mais antigas, será necessário realizar gastos suplementares para colocá-las de acordo com o padrão das novas exigências de habitabilidade. Os custos com transporte da classe trabalhadora serão uma penalização pela moradia distante, e outro custo importante se refere aos impostos cobrados por essas moradias. Conforme Topalov (1984), os gastos de produção serão modificados na circulação na qual esse valor será materializado, por ser influenciado pelo preço de monopólio.

Os mercados da habitação infranormal, de acordo com Topalov (1984), referem-se ao processo de construção no qual o mercado imobiliário não tem interesse em produzir novas habitações, tendo em vista que o preço da habitação não cobre o preço do custo de produção. Isso ocorre com muita frequência em loteamentos em áreas muito desvalorizadas. Nesse caso, os preços serão definidos na circulação, e os moradores desses locais serão trabalhadores com baixos rendimentos que não conseguem se inserir em habitações normais.

De acordo com Topalov (1984), podem existir diversos tipos de preços de habitação, tendo em vista que a forma de criação do preço é diferente, mas toda forma de preço parte do preço regulador, que geralmente é formado a partir da produção em massa de habitações novas, em condições de habitabilidade e em localidades com características comuns. O valor das moradias em determinadas localidades se apresenta com um tipo de preço de monopólio ao qual Topalov (1984) se refere como “*preço de monopólio de igualação do custo de uso*”. Um determinante importante na definição do valor da moradia será o custo de transporte da

aglomeração. Na *habitação privilegiada*, a localização não se constitui como o fator que determina o preço, dado que o preço é definido pela raridade da zona de edificações. Esse preço também não tem relação com o custo da produção, mas com a presença de indivíduos com rendas privilegiadas, considerada por Topalov (1984) como “*preço de monopólio de segregação social*”.

O *monopólio de penúria*, caracterizado por habitações que o capital não tem interesse em produzir e também não se trata de zonas apropriadas para comercialização. Geralmente, essa produção habitacional não segue nem preço regulador e nem alto custo. Logo, a renda de monopólio tanto pode ser de custo elevado, regulador ou inferior, e isso dependerá das condições em que ele se apresenta. Os efeitos dos preços das habitações antigas e novas formam o fenômeno da renda imobiliária. A habitação é uma mercadoria de longa duração que, mesmo construída em períodos diferentes e com diferentes condições de produção, ainda assim são produzidos preços uniformes para essa mercadoria, sendo um processo que resulta da renda imobiliária.

Para Harvey (2016), uma casa tem um valor de uso e um valor de troca. Em seu valor de uso, a casa representa uma série de valores, de proteção, de reprodução social, de pertencimento de determinada classe social, de memória histórica, que pode ser um espaço tombado pelo patrimônio histórico e tornando-se um local de visitação. Uma casa também pode ser o local de produção de uma determinada mercadoria, artesanal ou não, que pode ser utilizada até como abrigo de migrantes perseguidos. O valor que pode ser atribuído a uma casa é infinito. Todavia, o valor de troca perpassa o processo de compra, aluguel ou arrendamento, ou seja, para isso é necessário uso de dinheiro.

Harvey (2016) lembra que, na história da humanidade, antes o abrigo era construído de forma diferente, pois a terra não tinha dono, e era utilizado material sem a intervenção da indústria da construção civil, como o barro, madeiras e palhas. Também era utilizada a mão de obra de forma solidária, com a colaboração das pessoas. Essa forma de construção ainda ocorre hoje na produção de favelas de grandes cidades brasileiras. O modelo de cooperação na construção de moradias foi amplamente motivado pelo Banco Mundial, como alternativa de economia de dinheiro para a construção de moradias populares.⁸

De acordo com Maricato (2006), o processo de favelização do mundo ocorre de forma galopante: em torno de 25 milhões a cada ano. Esse fenômeno é potencializado com a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os Planos de Ajustes Estruturais (PAEs), aplicados aos países menos desenvolvidos que possuem as maiores taxas de

⁸ A quadra 1.306 sul, em Palmas, foi conquistada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia, que organizou um projeto chamado “Construindo Juntos”, que utilizou a mão de obra dos beneficiários para baratear o custo da obra, inclusive porque os recursos liberados para construção das moradias eram insuficientes naquele período. O Programa Crédito Solidário, fonte de recurso para a construção de 400 casas, liberou R\$ 10.000,00, em 2006, para a construção dessas casas, valor esse aquém do necessário para a construção de uma casa. (SILVA, 2009)

urbanização na atualidade. As casas geralmente são construídas a partir de todo um arcabouço técnico, com a participação no processo construtivo de arquitetos, engenheiros, pedreiros e carpinteiros, e esse processo demanda um custo na produção habitacional que influenciará no preço da casa a ser vendida. No mundo capitalista, conforme Harvey (2016), a construção de moradias seguirá uma lógica de especulação, produzindo a casa como uma mercadoria, tendo como objetivo obter o valor de troca, sem se preocupar com o valor de uso de uma moradia.

A casa terá um preço que, muitas vezes, impedirá que o trabalhador a compre, restando-lhe duas possibilidades: ou aluga a casa ou adquire um financiamento. Geralmente esses financiamentos têm um prazo de 30 anos para sua quitação. Nesse processo, o trabalhador paga pelo preço da casa e pelos juros ao banco, juros esses que passa do dobro do valor da casa. Todavia, o trabalhador precisa do valor de uso da moradia para se reproduzir, e isso o impõe à necessidade de efetuar esse gasto. O valor de troca da casa pode aumentar ou diminuir, a depender da diversidade das forças sociais impostas. Conforme Harvey (2016, p. 310),

Se as casas ao meu redor estiverem em mau estado ou as pessoas “erradas” se mudarem para lá, é provável que o valor da minha casa diminua, mesmo que eu a mantenha em perfeito estado de conservação. Inversamente, “melhorias” na vizinhança (como a gentrificação, por exemplo) farão o valor da minha casa aumentar, ainda que eu mesmo não tenha investido nada.

O autor evidenciou com essa fala que a vizinhança também influencia no valor imobiliário, independente da logística do imóvel, e essa é uma característica básica da contemporaneidade no processo da segregação socioespacial.

A casa tem sido utilizada de forma especulativa, pois diversos investidores adquirem casas para venderem mais tarde por um preço maior do que foi pago. Sabe-se que esse fenômeno não ocorre de forma natural, de acordo com as análises sobre a renda da terra, a elevação de seu valor perpassa por objetivações no processo de produção de lucro extra, discutidos no primeiro capítulo dessa tese. De acordo com Topalov (1984), a habitação é colocada como capital no momento em que é destinada ao aluguel. A renda imobiliária irá aparecer de duas formas: sobre a alta do aluguel e sobre o valor venal da habitação. Então, é possível identificar a renda imobiliária ao se estudar o movimento do capital.

Também há outros fatores que incidem no valor do aluguel, tais como: as condições de conservação da moradia, da edificação, além das mudanças dos locatários, o tempo que a casa fica desalugada, etc. Ao alugar, o locatário está comprando o direito de moradia por um dado período, e o preço regulador dos aluguéis toma, como referência, as novas construções. Quando elas são correntes e quando esse processo não está ocorrendo, esse preço será chamado por Topalov (1984) de “aluguel de equilíbrio”, em um processo de reprodução simples do capital

empregado, o que pode assegurar uma rentabilidade do juro corrente. Para que isso ocorra, é necessária a soma das seguintes condições:

- 1) consideração do custo da manutenção para que a casa mantenha as condições de aluguel;
- 2) previsão dos gastos da administração do aluguel, dos gastos que o envolvem, inclusive o período em que a casa irá ficar desalugada;
- 3) consideração de que o preço do aluguel precisa avaliar o custo de produção do imóvel, do lote, além do lucro.

Engels (2015) desenvolve essa discussão sobre a questão da moradia, demonstrando como o processo de custo da moradia é carregado de fatores que precisam ser considerados no momento do aluguel. Então, o preço do aluguel somente é rentável quando somadas todas as condições de rentabilidade.

O capital empregado na habitação pode vir de duas fontes: de capital excedente e/ou de empréstimos. Nesse último, há também a contabilização dos juros ao sistema financeiro. Outros elementos são peculiares a esse processo, pois há casas centenárias que permanecem em condições de aluguel, enquanto diversas casas são demolidas muito antes desse período. Nessa direção, o preço do aluguel representa uma expressão contábil do lucro, que é determinado pelas condições apresentadas no momento da locação. Tanto quem mantém o imóvel em condições de moradia quanto quem o abandona à deterioração, segue uma tendência diferente de acessar a renda imobiliária.

No caso da manutenção da habitação, é possível manter um valor do aluguel corrente que se equipara aos imóveis novos, quando estão bem conservados, mas essa manutenção implica em custo, para que o aluguel seja coberto e ainda seja capaz de amortizar, em longo prazo, o valor do imóvel. No caso dos imóveis degradados, quando não ocorre o investimento em manutenção, é possível obter aluguéis com valor baixo. Porém, a forma de extração de lucro, nesse caso, decorre mais em função da valorização do solo que, ao ser demolido, pode ser aproveitado para outros usos, sendo possível extrair o lucro por meio da renda imobiliária. A renda do aluguel se torna independente dos custos de produção, e esse processo desemboca na renda de monopólio.

No entanto, essa realidade pode ser substituída pela gestão social do patrimônio público do solo. Conforme Topalov (1984), esse processo se dá quando há grande mobilização social e esses movimentos conseguem garantir a destinação de áreas para a produção de habitações populares. Esse foi um fenômeno que barrou o processo de elitização desenfreada da cidade de

Palmas, onde é possível observar diversas moradias ocupadas por trabalhadores em locais que haviam sido destinados para o segmento de classes sociais altas.

PARTE II - CIDADE CAPITALISTA NO CONTEXTO NEOLIBERAL E A FUNDAÇÃO DE PALMAS

A segunda parte dessa Tese possui três capítulos, na sequência da lógica discursiva da primeira parte. Nessa direção, no quarto capítulo, é realizada uma síntese do debate marxista sobre a cidade no capitalismo, onde busca-se compreender o percurso da constituição de cidades em outros modos de produção, a partir de Lefebvre (1999), questão fundamental para se entender a teia dessa discussão. Na sequência desenvolve-se as concepções da cidade capitalista em Lojkine (1997) e sua crítica à teoria sobre a questão urbana de Manuel Castells, tendo em vista que esse autor conceitua a cidade a partir do processo de circulação. Lojkine (1997), ao contrário, parte da produção da mais-valia, da teoria do valor trabalho de Marx, considerando o processo ampliado de produção (ou seja, inserindo além da extração da mais-valia, sua circulação e sua distribuição). Inclui-se aí também, para ajudar a entender às divergências sobre a questão cidade, outras autoras como Rauta Ramos e Icasuriaga (2012), de onde se extrai elementos das matrizes teóricas para entender a cidade (Marx, Weber e Durkheim).

O quinto capítulo dedica-se à análise da produção da cidade sob a égide do neoliberalismo, em TO, onde se considera aspectos históricos da produção desse Estado, procurando demonstrar que Palmas é uma cidade constituída no século XX, que imprime, em sua criação, a visão neoliberal de organização cidadina, com a produção de um perverso processo de privatização de importantes serviços e do território recém-desapropriado pelo Estado, de posseiros e pequenos agricultores, para transformá-lo em espaço para sediar o capital, ou seja, a constituição de uma cidade do capital.

No sexto capítulo, ainda na perspectiva de explicar o processo de produção de Palmas, são trazidas reflexões sobre a transformação da terra em metro quadrado, ao destruir um território rural e construir, sobre o mesmo, uma cidade capitalista. Nessa análise foi possível visualizar a evolução do preço administrativo do metro quadrado, onde se demonstra os valores do preço do solo urbano em uma série histórica de 1993 até 2012. Discutiu-se também o processo contraditório de ocupação e regularização fundiária do solo urbano de Palmas.

CAPÍTULO IV - O DEBATE MARXISTA SOBRE A CIDADE

A fim de melhor compreender o objeto de estudo sobre a temática, denotou-se a necessidade de traçar, ainda que de forma breve, o debate sobre a cidade capitalista, que é fruto de diversos estudos desenvolvidos pelos mais variados pesquisadores, e que registra perspectivas teóricas diferenciadas. Porém, a perspectiva adotada neste trabalho encontra-se na literatura francesa marxista, responsável pela crítica à escola de Chicago, a partir da década de 1960.

Conforme lembra Topalov (1984), nos anos 1960, nos Estados Unidos, os teóricos neoclássicos produziram teorias para analisar as questões referentes ao crescimento das cidades. Todavia, esses estudos desconsideram o processo de valorização do solo na sua centralidade, com suas nuances no processo de produção de valor. Diversos autores trabalharam suas visões sobre a distribuição social de espaço, dentro da ecologia urbana, economia neoclássica e sociologia culturalista. Cada uma dessas visões teóricas trabalha a questão do espaço diferentemente, com seus limitadores próprios de interpretação, porém todas ignoram as relações entre as classes determinadas pelo antagonismo capital *versus* trabalho.

Na década de 1970, esse debate se densificou com a adoção da vertente advinda do pensamento marxista. Nesse processo, o solo urbano é tratado a partir da Teoria do Valor trabalho elaborada por Marx, considerando a totalidade da realidade social e não mais formas fragmentadas. Para tanto, buscou-se particularmente os estudos de Lefebvre (1999), com uma incursão no desenvolvimento da cidade, partindo da antiguidade, passando pela Idade média e Período Feudal até chegar à cidade do capital. Na sequência, seguem os estudos desenvolvidos por Lojkin (1997), com sua crítica a Manuel Castells (2014), e sobre a concepção de cidade nos clássicos da Sociologia, serão abordadas considerações produzidas por Rauta Ramos e Icasuriaga (2012).

De acordo com Marx e Engels (2007), em *A Ideologia Alemã*, o surgimento das cidades representou um verdadeiro processo revolucionário no campo da organização comunitária, pois é a partir de seu advento que foi se modernizando as formas de administração e de produção do Estado, ou seja, da política em geral, tendo em vista que “a cidade é, de pronto, o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades [...]” (p. 52). Nessa obra encontram-se elementos sobre o desenvolvimento histórico da cidade, a divisão entre cidade e campo, os espaços territoriais importantes do processo produtivo e informações sobre como a cidade irá subsumir o campo. Além disso, em diversos trechos de *O Capital*, podem ser encontradas também análises nas quais Marx faz referência à cidade. Conforme Rauta Ramos (1997, p. 94), Marx e Engels indicam que:

A passagem da cidade medieval para a cidade capitalista foi um passo para a constituição do “capital abstrato” e do “trabalho abstrato”: a separação do comércio da produção imediata, o surgimento de uma fração de classe particular – os comerciantes. Podemos dizer, resguardando-se as diferenças quantitativas e

qualitativas, que ocorreu o mesmo processo com o desenvolvimento do capital financeiro – e de seu conseqüente, a oligarquia financeira – e sua aparente separação do capital industrial, dentro do processo ampliado de produção que hoje, mais do que nunca, encontra-se globalizado.

Para Lefebvre (1999, p. 44), os homens se transformam a partir do processo de produção que

[...] não se limita à atividade que fabrica coisas para trocá-las. Existem as obras e produtos. A produção em sentido amplo (produção do ser humano por ele mesmo) implica e compreende a produção de ideias, das representações, da linguagem. Intimamente misturada “à atividade material e ao comércio material dos homens, ela é a linguagem da vida real”. Os homens *produzem* as representações, as ideias, mas são “os homens reais, ativos”. (grifos do autor)

Lefebvre (1999, p. 47), ao falar das origens dos homens, elenca quatro questões, sendo elas: “a produção de meios (instrumentos, ferramentas) permitindo satisfazer a primeira necessidade; a produção de novas necessidades; a reprodução, isto é, a família; os laços que associam os trabalhadores na produção.” E esse processo se descortina em uma determinada localidade e, na cidade, ele ganha grande relevância, por sua capacidade de aglutinar todo o processo de reprodução do capital. Então, de acordo com Lefebvre (1999, p. 85),

A cidade? Não Houve “modo de produção urbano” como não houve “modo de produção fundiário” ou “agrário”. Do mesmo modo não há para Marx sociedade industrial, como não há “revolução industrial”. Entretanto, a terra, o campo, a cidade, a indústria, desempenham um papel essencial no futuro da sociedade humana, nas transformações da produção e das relações e modos de produção.

A cidade não representa um modo de produção específico, ou seja, o urbano como algo diferente das relações de produção do meio rural. O estudo da cidade traz elementos que contribuem para a compreensão da importância da questão urbana no modo de produção capitalista, como parte do processo que se apoia em uma lógica global, presente no processo ampliado de produção que incluem o meio rural e o meio urbano. Para Lefebvre (1999, p. 86), as relações de cidade-campo são conflituosas, e também são parte do processo de desenvolvimento do capital, pois,

Cidade-campo é o suporte permanente das mudanças da sociedade. O que é então a Cidade? Como a terra nela se apoia, a cidade é um espaço, um intermediário, uma mediação, um meio, o mais vasto dos meios, o mais importante. A transformação da natureza e da terra implica um outro lugar, um outro ambiente: a cidade.

Em seu estudo sobre o surgimento das cidades, Lefebvre (1999) diferencia as sociedades asiáticas das ocidentais, e ainda traz elementos do processo de constituição das cidades a partir das especificidades, mostrando que o modo predominante será o modelo ocidental. A

passagem de comunidade⁹ para comuna (onde ocorre a perda de laços/desagregação e as relações de produção são mais determinantes que as relações entre os sujeitos) dará condições a outro processo de organização, com mais modernidade no Ocidente que no Oriente, em função das influências das ocupações dos bárbaros.

A comuna terá uma relação direta com a propriedade privada, regulada administrativamente pelo Estado, que trará relações modernas com outras formas de exploração. Para isso, foi necessário a dissolução do vínculo do homem do campo, ou seja, da terra comunal, por um processo de cercamento de terras. Esse processo ocorreu carregado de extrema violência, gerando a acumulação de propriedades para um determinado grupo que passou a “contratar” trabalho dos sujeitos desprovidos de terras e meios de produção. Assim, o dinheiro passa a ser o mediador no processo de troca de todas as formas de mercadoria, tanto a mercadoria trabalho, quanto para a mercadoria fruto do trabalho.

Ao falar sobre a importância da Idade Média, na Europa, sobre as cidades, encontra-se o seguinte, conforme Lefebvre (1999, p. 43):

O *sistema urbano* não se poderia fechar sobre si mesmo, porque representava a quebra (a abertura) do *sistema feudal*. No decorrer desse processo, a cidade engendra uma coisa diferente e superior a si mesma: no plano econômico – a indústria; no plano social – a propriedade mobiliária (não sem concessões às formas feudais de propriedade e de organização); enfim, no plano político – o Estado. Tal foi na Europa, o resultado histórico da primeira grande luta das classes e das formas sociais: cidade contra campo, burguesia contra feudalidade, propriedade mobiliária e privada contra propriedade fundiária e comunitária.

Lefebvre (1999) aponta a importância histórica do desenvolvimento da cidade, inclusive no processo de revolução da burguesia, que irá produzir uma grande mudança nos rumos da sociedade. Lefebvre (2008, p. 13) trabalha com a hipótese da “urbanização completa da sociedade”, considerada por ele como a sociedade urbana, alerta que a urbanização completa é diferente para cada localidade, pois cada uma tem relações sociais particulares e provenientes de como as determinações se apresentam. Então, é necessário considerar todo o processo em que ela se desenha com suas determinações políticas, econômicas, sociais, culturais e históricas. O autor trata a sociedade urbana como aquela que surge a partir da industrialização. Essa é uma questão relevante do marco dessa análise, pois é a partir da dominação industrial em detrimento da produção agrícola que, “[ao final de um processo no curso do qual], *explodem* as antigas formas urbanas, herdadas de transformações *descontínuas*.” (LEFEBVRE, 2008, p. 13).

Em uma crítica às análises que abordam a sociedade urbana de forma fragmentada, ou seja, a partir das diversas profissões, referenciando na divisão técnica do trabalho, suas análises irão classificar os tipos de sociedades, tais como: “sociedade industrial, e mais recente, de

⁹ Comunidade é diferente de comuna. Na comunidade, há o predomínio das relações familiares e, na comuna, das relações de produção e troca.

sociedade pós-industrial, de sociedade técnica, de sociedade de abundância, de sociedade de lazeres, de consumo, etc.” (LEFEBVRE, 2008, p. 14). Mas essa não é a realidade de toda a sociedade. O autor mostrou que, nos países em subdesenvolvimento, a realidade da dominação econômica industrial não ocorre da mesma forma que em países desenvolvidos. Nos locais periféricos, ainda há a predominância da agricultura. Mas o fato de haver domínio econômico oriundo da indústria, não faz desaparecer a agricultura, pois essa irá aparecer a partir de uma diversidade de locais e formas de organização.

O elemento central é que “a concentração da população acompanha a dos meios de produção. *O tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária.” (LEFEBVRE, 2008, p. 15 - grifo do autor). O autor faz referência aos equipamentos urbanos que irão aparecer no campo, dando, como exemplo: “uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo.” (p. 15). O que se apresenta na organização da produção agrícola são as *agrovilas*, que irão dar suporte à reprodução social do trabalhador do campo. Por outro lado, no processo de industrialização e urbanização, aparece a grande metrópole, acompanhada de contradições gigantescas entre o trabalhador excluído dos processos produtivos, os trabalhadores incluídos, mas com baixos rendimentos, os trabalhadores com melhor renda e, em um outro polo antagônico, os capitalistas. Toda a cidade vem carregada de contrastes e, muitas vezes, de verdadeiros *apartheids* sociais.

A produção da grande cidade reúne, portanto, as maiores contradições de desigualdades sociais, já demonstradas por Engels (2010). Ao tratar da situação da classe trabalhadora na Inglaterra, sua pesquisa evidenciou as mazelas produzidas pela exploração do capital, manifestadas na face deletéria da miséria dos trabalhadores, que não chegaram a alcançar a dignidade humana. Engels (2010) questiona também como é possível a aceitação de tanta miséria humana, visível nas moradias e nas condições de vida dos trabalhadores, sem nenhuma infraestrutura urbana. Essa é prova da mais pura degradação da humanidade como consequência da extorsão do trabalho não pago no processo produtivo das mercadorias, com o único objetivo: a acumulação ampliada do capital.

Para Lefebvre (2008, p. 18), assim inicia o processo da constituição do urbano:

No início o que há? Populações destacadas pela etnologia, pela antropologia. Em torno desse marco zero inicial, os primeiros grupos humanos (coletores, pescadores, caçadores, talvez pastores) marcaram e nomearam o espaço; eles o exploraram balizando-o. Indicaram os lugares nomeados, as topias fundamentais.

O importante para Lefebvre (2008) é que, na maioria dos locais do mundo, as cidades se constituem próximas a aldeias ou a aglomerados já existentes. Todavia, antes da consolidação da sociedade urbanizada, cujo marco é a industrialização capitalista, já existiam cidades antigas que tinham papéis importantes no processo de reprodução social da sociedade. Lefebvre (2008) analisa três tipos de cidade: *política*, *mercantil* e *comercial*. A *cidade política* era o lugar que abrigava as lideranças políticas e religiosas e que dependia da linguagem escrita,

sendo o lugar onde eram abrigados os artesãos e os trabalhadores como espaço de comercialização, além de proteção de sua população e como ponto de partida para explorar territórios de cidades vizinhas.

Entretanto, com o desenvolvimento histórico, a *cidade política* passou a ser ameaçada pelo comércio e pelas trocas de mercadorias, processo que ganhou força somente no final da Idade Média no Ocidente Europeu. Esse predomínio da mercadoria deu origem à *cidade mercantil*, por volta do século XIV, como espaço de trocas comerciais. A cidade passou a ganhar tanta expressão que a relação cidade e campo, que até então tinha a primazia no campo, se modificou. O campo se tornou o vizinho da cidade que ganhou supremacia nas relações econômicas e políticas. Portanto, alteraram-se as relações sociais, e os trabalhadores passaram a ver a cidade como espaço de liberdade.

Nessa linha histórica do surgimento da cidade, Lefebvre (2008) demonstra que a cidade comercial surgiu dentro da *cidade política* e, mais adiante, no processo do espaço e do tempo, surgiu a *cidade industrial*. Porém, esse processo não ocorreu sem resistência por parte das cidades políticas e comerciais, que utilizaram mecanismos para dificultar o domínio da indústria; ou seja, essas transições não foram automáticas. Houve contradições, resistências, avanços e retrocessos em todos esses processos. Sobre a *cidade industrial*, o autor esclarece que a indústria se instalou próxima aos locais que ofereciam disponibilidade de energia, de insumos para a produção e também de trabalhadores com mão de obra disponível.

No processo de industrialização, muitos elementos se congregam: a produção, a troca, o consumo e uma imensidão de aglomerados urbanos. Eis o surgimento de uma zona crítica, onde ocorreu um processo de implosão e explosão da realidade urbana. Nessa realidade que se apresenta, a problemática urbana passou a ser motivo de preocupação no mundo inteiro, segundo Lefebvre (2008, p. 24):

A realidade urbana modifica as relações de produção, sem aliás ser suficiente para transformá-las. Ela torna-se força produtiva, como a ciência. O espaço e a política do espaço “exprimem” as relações sociais, mas reagem sobre elas. Bem entendido, se há uma realidade urbana que se afirma e se confirma como dominante, isso só se dá através da *problemática urbana*.

Nesse trecho, Lefebvre (2008) evidencia que a cidade é uma área da ciência que precisa ser estudada, a fim de buscar soluções para a problemática material da vida urbana. A partir do desenvolvimento da *cidade industrial*, é possível compreender a *cidade comercial*, forma menos desenvolvida da cidade. Os modos de produção são analisados de forma periodizada, assim sendo: “asiático, escravista, feudal, capitalista, socialista. Esse recorte tem certas vantagens e alguns inconvenientes.” (LEFEBVRE, 2008, p. 32). Em relação à cidade, o autor indica a ocorrência de um processo de evolução no tempo e no espaço, se diferenciando em cada particularidade. Além disso, o nascimento das cidades não ocorre exclusivamente por meio

do processo de industrialização, tendo em vista que as cidades já existiam antes dos primeiros aparatos industriais. Segundo Lefebvre (2016, p. 12),

Houve a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana, ligada à posse de escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais, mas em luta contra a feudalidade da terra). As cidades oriental e arcaica foram essencialmente políticas; a cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária. Ela ingressou os mercadores outrora quase nômades, relegados para fora da cidade.

Na verdade, quando ocorreu o processo de industrialização, ainda no capitalismo concorrencial, as cidades já exerciam uma poderosa influência no processo de desenvolvimento da sociedade. Inclusive as grandes obras das cidades antigas se constituíram em verdadeiros monumentos históricos, porém, o desenvolvimento do capitalismo imprimiu um processo de destruição e de reconstrução de diversas cidades para atender às necessidades do novo modo de produção. Ainda assim, diversas obras de cidades antigas persistem e se constituem em patrimônio histórico e cultural, tema amplamente pesquisado, principalmente por historiadores e antropólogos. Tais cidades são espaço de uso e investimento das riquezas excedentes da expropriação de mais-valia, que já ocorrera no campo. A cidade também será espaço de lutas tanto pela libertação dos camponeses quanto em favor dos avanços do capital, e a burguesia saberá tirar proveito desse espaço para materializar a revolução burguesa. Esse espaço se constituirá em arena de lutas contra essa burguesia.

No século XIX, o processo de industrialização foi predominante no processo de urbanização das grandes cidades, conforme Engels (2010) e, no tempo presente, a industrialização é um determinante de fundamental importância, por ser indutor da urbanização e de vários problemas urbanos. Paradoxalmente se configura como espaço das lutas de classe, embora haja cidades que não são criadas diretamente por determinação da grande indústria, como é o caso de Palmas. Desse modo, o processo da sua configuração urbana é permeado por outros elementos indutores de suas problemáticas urbanas e organização que produzirão suas contradições internas.

A cidade de Palmas não nasceu imediatamente da industrialização, mas foi concebida em um tempo e em um espaço que guardam suas particularidades. Porém, a discussão sobre a *cidade capitalista* corrobora para se decifrar a produção de seu espaço, que se configura em uma cidade marcada pela lógica do capital, pois nasceu para cumprir um papel, o de centro administrativo do Estado recém-criado, sob uma lógica neoliberal, com o predomínio do capital financeirizado. Para explicar essa questão observável em muitas localidades e em diversos países, há a contribuição de Marx (2013) que destaca o papel da cidade no processo de cooperação que amplia o capital, ou seja, na garantia do processo de cooperação para além do espaço da fábrica, sede do trabalhador coletivo (Livro I - O Capital). Nessa direção teórica,

Lojkine (1997) desenvolveu seus estudos sobre a questão urbana da cidade, fazendo uso da categoria teórica “condições gerais da produção capitalista”.

Conforme Rauta Ramos (2016), Lojkine realiza reflexões sobre a cooperação simples de Marx, que revelam a produção da figura do trabalhador coletivo da fábrica, na produção de uma massa maior de mais-valia, pelo qual o capitalista não o remunera. Com a cooperação ampliada, todo o conjunto da sociedade se integra no processo de produção, através dos meios de comunicação e transporte. Então, Lojkine (1997) agrega a essas condições gerais de produção os meios de reprodução da força de trabalho, tais como: serviços de saúde, educação, transporte, saneamento básico, dentre outros, que inicialmente são fornecidos pelo Estado, com recursos oriundos dos impostos. Todavia, há um processo de privatização em setores produtivos de lucro.

Diferentemente de Lefebvre e de Lojkine (que debatem a questão urbana a partir do processo ampliado de produção), seu contemporâneo, Castells (2014) trata da questão urbana a partir da circulação/consumo. Para Souza (2005), ao não considerar a Teoria do Valor no processo de urbanização, Castells se alinha a um pensamento dominante na burguesia de que o lucro advém dos investimentos em capital constante, ou seja, do trabalho morto. Souza (2005), ao estudar as contribuições da escola marxista francesa sobre a questão urbana, evidencia principalmente as contribuições de Henri Lefebvre, Jean Lojkine e Castells, grandes expoentes nesse debate, ainda atual, no século XXI. Dedicar-se a estudar as divergências que aparecem entre as pesquisas de Castells e de Lojkine, em que demonstra que enquanto Castells se ancora em Althusser (1965), Lojkine realizará seus estudos diretamente em *O Capital*, de Karl Marx.

De acordo com Lojkine (1997), o problema da análise realizada por Castells, ao se apoiar no Estruturalismo de Althusser, para discutir a problemática urbana, se assenta na questão de não trazer uma proposta de teoria de mudança de projeto societário. Outra questão problemática na análise de Castells é que ele confere pouca importância ao papel do sujeito (classe trabalhadora) como ator de transformação social. Segundo Lojkine (1997, p. 81),

No debate que seguiu a publicação desse artigo, P. Birnbaum precisou sua crítica a Castells: “Na linha de Althusser que ainda recentemente enfatizava o fato que a história é um processo sem sujeitos, ou de Poulantzas segundo o qual “os agentes de produção são suportes de estruturas”, Castells em *La question urbaine*, concebe pouca importância às práticas dos atores [...] seria difícil conhecer, a partir apenas da análise feita por ele, o papel exato do pessoal político na proposta da renovação urbana de Paris.

O debate de Althusser reifica de forma mecanicista alguns conceitos de Marx, ao considerar que, de acordo com Lojkine (1997, p. 87),

1. O conceito hegeliano de contradição interna é eliminado, o que impede os estruturalistas de conceitualizarem a mudança.
2. O indivíduo, o ator social, fica reduzido a “suporte de uma função econômica”, o que impede que seja explicado o papel dos indivíduos na História, sobretudo o

fenômeno de “tomada de consciência” revolucionária e de luta de classes. (grifos do autor)

No livro “A questão urbana”, Castells (2014) desenvolve pontos importantes. Há uma crítica sistemática sobre as principais contribuições das ciências sociais sobre a urbanização. Considerando essas críticas, ele se baseia na teoria marxista, porém codificada pela versão althusseriana, de corte estruturalista, e realiza investigações empíricas com base em novos instrumentos, buscando provar a validade desses novos instrumentos.

A obra “A questão Urbana”, de Castells (2014), foi produzida entre os anos 1969-1971 e traduzida para o português somente em 1983. O autor afirma que a realidade brasileira tem particularidades dentro do modo de produção capitalista que precisam ser consideradas. Em 1976, o autor elaborou um prólogo anexo ao livro sobre as sociedades latino-americanas, ponderando o debate da questão urbana em sociedades dependentes, ressaltando a importância de seus determinantes em termos da sociedade urbana, que se diferenciam das sociedades capitalistas desenvolvidas, em função das formas espaciais adotadas, do processo de reprodução da força de trabalho e, por fim, da sua articulação com a ideologia do urbano. Ele faz uma crítica de ideologia do urbano em sociedades de economias dependentes que se baseiam nas ideias do neomalthusianismo demográfico, referindo-se ao crescimento populacional urbano em países subdesenvolvidos e à necessidade urgente do controle de natalidade, inclusive propondo a esterilização compulsória das massas.

Para Castells (2014), esse viés de estudo não tem validade, tendo em vista que a mera demografia não representa uma determinação fundamental na questão urbana, pois o número da população não é utilizado de forma exclusiva para realizar planejamentos de serviços necessários para a população. Estudos demográficos somente são capazes de demonstrar riscos de inchamento de determinadas cidades. E ainda, a realidade tem demonstrado que esse processo de superpopulações em algumas cidades já é um debate ultrapassado, pois a taxa de fecundidade atualmente no Brasil se encontra menor que a necessária somente para a reposição populacional. Todavia, em algumas regiões estratégicas, do ponto de vista da reprodução do capital, ocorrem processos migratórios que impactam no crescimento populacional.

Outra questão apontada por Castells (2014) em relação às formas espaciais da análise da questão urbana em países de economias dependentes é de que não existe uma igualdade na forma de urbanização, exigindo a análise específica a partir de suas particularidades, considerando as relações sociais e o processo histórico de suas formas espaciais. Outra consideração acerca da questão urbana dependente se refere aos processos de reprodução coletiva da força de trabalho, onde indica, como uma problemática, a falta de uma consciência de classe em reconhecer os fundamentos do capitalismo no processo de exploração da classe trabalhadora.

Em países de economias dependentes, assiste-se a um maior número de um tipo de consumo de luxo, apresentando-se uma contradição entre o consumo para a reprodução social

e o consumo improdutivo. Outra característica é a baixa intervenção do Estado, apesar do discurso oficial de direita reproduzir que os problemas do país são oriundos do exorbitante gasto do Estado. Na verdade, os Estados são pequenos em relação aos países desenvolvidos. O que há, nesses países, é uma forte política de repressão, em detrimento da integração.

Em seu posfácio de 1975, Castells (2014) reconhece que, em sua obra, existem importantes problemas teóricos, afirmando que o aprofundamento no debate marxista sobre a questão urbana possibilitou a identificação dessas fragilidades. Todavia, ele ratifica as mesmas posições em termos de sua concepção de questões urbanas como aquelas que ocorrem no espaço de reprodução da força de trabalho. Segundo Castells (2014, p. 567),

Talvez a fonte dos principais problemas teóricos encontrados para um desenvolvimento das teses expostas na *Questão Urbana* seja o fato de que o encaminhamento geral desse livro se coloca numa contracorrente. Isto é, em lugar de partir de bases teóricas próprias (as do marxismo) e de definir seus próprios alvos (a lógica social subjacente aos meios de consumo e/ou à organização social do espaço), ele percorre a problemática urbana, libertando-se progressivamente da ideologia implícita, através de um movimento que combina a crítica, a pesquisa concreta e a proposição, ainda balbuciante, de novos conceitos. (grifos do autor)

Para Castells (2014, p. 568), o problema dos pesquisadores marxistas é gastarem muito tempo explicando o porquê de utilizarem as teorias marxistas, o que demanda muito tempo e aprofundamento nos estudos dos textos originais, enquanto que “é bem mais importante se ater às tarefas da pesquisa, de elaboração e de investigação que nos espera.” Ainda na perspectiva de decifrar as questões teóricas do debate sobre a cidade, é importante recorrer às autoras Rauta Ramos e Icasuriaga (2012), que indicam suas diferentes interpretações sobre esse tema advindo de autores clássicos, em suas matrizes teóricas: Marx e Engels, Durkheim e Weber.

A influência de durkheimiana no debate da questão urbana é evidente desde 1893, pois já aparece na sua obra magna *Da divisão do trabalho social*. O autor constrói a ideia de solidariedade orgânica, que é diferente de solidariedade mecânica, produto do desenvolvimento da divisão do trabalho social existente nos clãs e aldeias, regidas por laços de parentesco. Através dessas duas categoriais, Durkheim explica o processo histórico. Na solidariedade orgânica, o que determina as relações será o tipo de atividade social que é mais desenvolvida pelos grupos sociais, pois o trabalho passa a ser bem mais dividido, dando origem a grupos sociais com relativa autonomia. A constituição histórica das cidades, para Durkheim, é fruto da divisão do trabalho social, ou seja, é regida pela forma dos homens trabalharem e de se reproduzirem. Além disso, as cidades se distinguem enquanto portadoras de diversas características, tais como: cidades capitais, cidades portos, cidades comerciais, cidades políticas, e tantas outras particularidades de cidades universitárias, de funcionários públicos, de fábricas e de comércios. A propriedade privada é algo natural, que se estabelece a partir do

terreno em que a família enterrava seus antepassados, portanto, essa terra passava a ser sagrada, atributo que a história repassou para o direito à propriedade privada.

Todavia, a propriedade privada não é atribuída pela natureza a alguns e negada a outros, como se fosse algo natural, pois, como lembra Marx (2004), ao citar Smith, toda propriedade privada é fruto do roubo, sendo, em princípio, uma apropriação e não um dom ou doação. Outro problema na análise de durkheimiana sobre a cidade se assenta na sua perspectiva evolucionista, sem relacionar com as determinações dos momentos históricos que produzem o processo de transformação da sociedade.

Conforme Rauta Ramos e Icasuriaga (2012, p. 274), Weber é um autor importante no debate sobre a cidade, e seus estudos poderão ser encontrados na obra *Economia e Sociedade*, no capítulo: *A dominação não legítima (Tipologia das cidades)*, que trouxe as seguintes contribuições a este debate:

- 1) Construiu um tipo ideal de cidade; 2) Deu um tratamento original à cidade ocidental, em relação às demais cidades do resto do mundo, do ponto da racionalização; 3) Identificou as variedades da racionalização urbana no Ocidente; e 4) indicou às consequências políticas dessa racionalização.

No pensamento weberiano, existem cidades de consumo e cidades de produção, apesar de ambas assumirem atribuições diversas. A cidade do consumo é administrativa, onde seus moradores vivem do serviço público, da renda da terra, de aposentadorias, etc. As cidades industriais é o local de produção industrial e comercialização das mercadorias. Weber faz uma análise sobre a cidade desde os períodos anteriores à modernidade, ainda no processo de produção não capitalista. Ele diferencia-se das posições marxianas porque esses aglomerados são explicados a partir de sua relação direta com o processo de circulação e não com o da produção.

Entretanto, é em Marx e Engels que essas autoras Rauta Ramos e Icasuriaga (2012) vão buscar elementos para explicar o surgimento da cidade capitalista. Em sua obra, há importantes contribuições para o estudo da cidade, que se vinculam aos seus estudos sobre as determinações do capital, constituindo a sociedade burguesa, tomando como base o processo ampliado de produção, entendido como produção, circulação e troca de mercadoria.

CAPÍTULO V - PRODUÇÃO DA CIDADE DE PALMAS, CAPITAL DO RECÉM-CRIADO ESTADO DE TOCANTINS, SOB A ÉGIDE DO NEOLIBERALISMO

Este capítulo traz como questão os elementos da constituição histórico-estrutural da cidade de Palmas, no recém-criado Estado do Tocantins, situando o contexto neoliberal de seu nascimento, o processo histórico de demarcação de seu território, povoamento, e a ocupação e distribuição de suas terras sob a determinação das relações entre as classes sociais, com destaque para as lutas das frações da classe trabalhadora.

O estudo do processo de constituição de uma capital de Estado, dentro do território brasileiro não pode ser realizado de forma focal, fragmentada, isolada das realidades que a cercam. Portanto, é preciso considerar não apenas seus aspectos locais, mas, principalmente, entender que eles estão inseridos em questões globais. Pois, conforme Rauta Ramos (1997), os fenômenos de uma localidade devem ser analisados considerando as relações sociais que os permeiam. Inclusive, no caso de Palmas, é preciso demarcar que se trata de uma cidade nascida recentemente sob a lógica do capital financeirizado e neoliberal.

De acordo com Borón (1999), os governos se orientam pela defesa do livre mercado em função da concorrência capitalista e observa para isso as nações e as regiões no mundo globalizado. Todavia, contraditoriamente, para esse autor, há um processo de subordinação com uma forte interferência dos Estados dos países mais ricos pertencentes ao capitalismo desenvolvido, com Estados grandes e poderosos, dentro de uma hierarquia que regula o mercado, arrecadando a riqueza socialmente produzida em diversas partes do mundo, com a transferência de lucros e dividendo, e promovendo, de forma sutil, o protecionismo com subsídios e, ao mesmo tempo, convivendo com déficits fiscais elevados.

O Brasil se insere nesse quadro de forma subordinada, e a cidade de Palmas é gestada sob lógicas do neoliberalismo, dominante no mundo capitalista, cujas características podem ser resumidas em suas quatro dimensões: mercantilização do direito, satanização do estado em detrimento do mercado; senso comum neoliberal; inexistência de outra alternativa, enquanto pensamento único. No entanto, ao se analisar as reformas de acordo com o Consenso de Washington, observa-se que o triunfo neoliberal, foi mais cultural e ideológica do que econômico, e que representou mundialmente a derrota das forças populares.

Para Borón (1999), a ofensiva burguesa lança desde os anos 1970 um processo de privatização e/ou mercantilização dos direitos sociais, considerados como direitos contábeis; e que questões de natureza pública foram, muito rapidamente, transferidas para a esfera individual, sendo o cidadão responsabilizado pelos seus “*fracassos*”. Portanto, se a educação e a saúde foram historicamente conquistadas enquanto direito, passam a ser um mero serviço, vendidos no mercado, onde compra quem pode pagar.

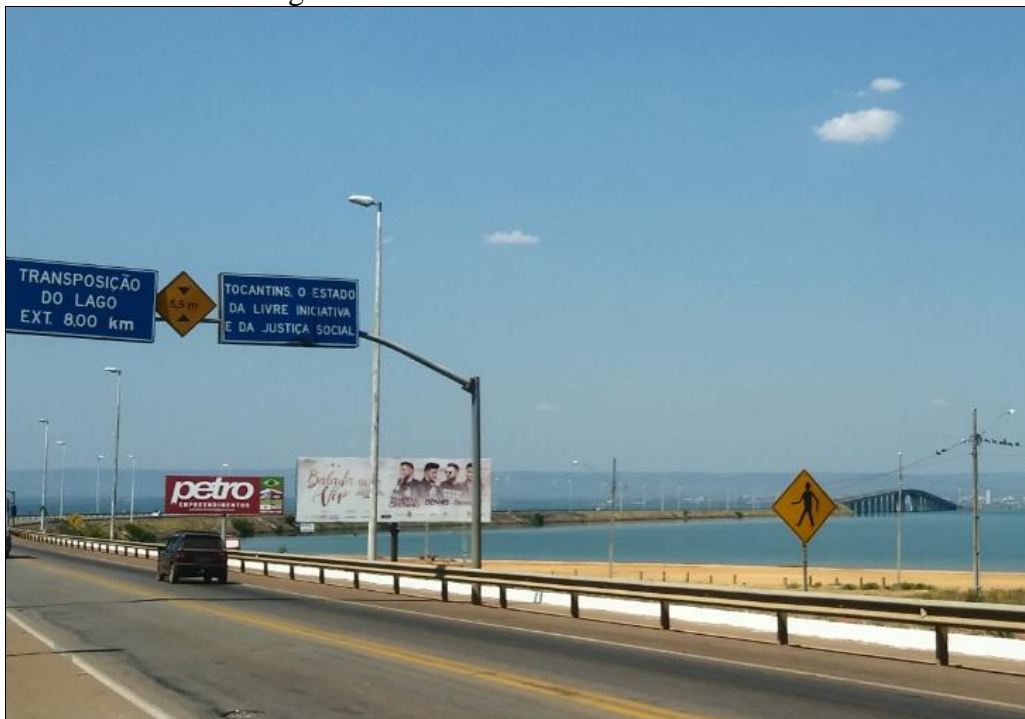
De acordo com Saad Filho e Morais (2018), apesar de o neoliberalismo ter ganhado expressão na década de 1970, quando se materializou para dar respostas ao enfrentamento das

crises inerentes ao capitalismo, o neoliberalismo ganhou expressão na década de 1990, contraditoriamente, logo após a promulgação da CF e também em um período da etapa do capitalismo altamente financeirizado e internacionalizado. Nessa direção, o neoliberalismo produziu maior exploração do trabalho não pago e seguiu uma lógica de fortalecimento do capital privado e internacionalizado, com o objetivo da proteção ao sistema financeiro, com a lógica de produção de metas para a inflação, além de superávits primários. Conforme Saad Filho (2015, p. 67),

O neoliberalismo baseia-se no poder do Estado para impor a hegemonia da finança globalizada em cada área da vida social, em particular a própria produção, sob o véu ideológico da não-intervenção; e ele exige que cada Estado nacional dirija, apoie e gerencie a internacionalização da produção e das finanças em seu território. A forma de reprodução social que se segue é tipicamente neoliberal – ela é a forma historicamente específica de existência do capitalismo contemporâneo, ou o sistema de acumulação dominante.

Essa perspectiva de organização social, política e econômica está impressa em uma das entradas da cidade de Palmas, na Ponte da Amizade, também chamada de ponte Fernando Henrique Cardoso,¹⁰ com a inscrição da seguinte frase: “Tocantins o estado da livre iniciativa e da justiça social”, como se vê na Figura 1, abaixo:

Figura 1: Ponte de entrada da cidade de Palmas



Fonte: Foto produzida pela autora (outubro de 2019)

¹⁰ Essa ponte foi inaugurada em 2002, fica no TO-080, e é a saída mais próxima para a rodovia BR-153, principal rota que interliga Palmas com o restante do país. Essa travessia tem uma extensão de 8 quilômetros sendo que desses, têm duas pontes de 100 metros e uma de 1.000 metros e o restante é aterro. Esse modelo de ponte é uma das maiores do país.

Sob essa lógica, ocorreu o nascimento da cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins, em tempos relativamente recentes, juntamente com a criação Estado do TO,¹¹ no ano de 1988, em decorrência de uma nova divisão político-administrativa do Estado de Goiás. De acordo com Harvey (2016, p. 144), “a criação de novas divisões territoriais de trabalho, novos complexos de recursos e novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital promovem oportunidades de geração de lucro e absorção dos excedentes de capital e trabalho.”

Para a análise da configuração urbana de Palmas, é importante compreender a inserção do estado de Tocantins, na sua recente história (com apenas 30 anos de existência), para além de suas características cartográficas. A criação desse mais novo Estado no Brasil, integra-se ao contexto de desenvolvimento do capitalismo, inserido no processo do capitalismo mundializado de forma dependente. Assim, faz-se necessário discorrer sobre a contextualização histórico-estrutural, buscando compreender esse processo.

É preciso considerar a crise estrutural do capital, que ativa a concorrência entre os próprios capitalistas, na busca da reversão da tendência à queda da taxa de lucro, numa luta acirrada do grande capital pela extração de superlucros, levando esses a economizar trabalho vivo substituindo-o por trabalho morto (o que provoca o desemprego em massa) e elevar a composição orgânica do capital de suas empresas e, em decorrência, de seus respectivos ramos de produção.

A região reconhecida como TO é marcada por uma longa história de ocupação, derivada de processos internos de migração, que remontam à coroa portuguesa. Esta unidade da Federação carrega também o peso do anacronismo político e econômico, que deu origem a um processo de dominação política de oligarquias agrárias, que garantiram uma administração pública patrimonialista, conservadora e autoritária.

É constituinte do capitalismo a combinação contraditória de processos de desenvolvimento desigual e combinado, o que significa, para Oliveira (2003, p. 32), que “o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado [moderno] cresce e se alimenta da existência do [atrasado].” Sob essa determinação, há a predominância do arcaico, combinado com Estados modernos e industrializados,

¹¹ Na Dissertação de Mestrado, sob o título *Sujeitos em cena, processo histórico dos movimentos sociais em Palmas no Tocantins*, dedicou-se um capítulo para discutir o processo histórico de constituição do Estado do Tocantins. Ali ficou evidente que, apesar daquela Unidade da Federação (UF) ter sido emancipada, do ponto de vista político-administrativo somente em 1988, seu território foi povoado desde o século XVII, época em que já detinha importância nos processos econômicos do País, tendo sua população local desenvolvido uma luta secular para a emancipação outrora advinda (SILVA, 2009).

colocando esse Estado em questão em uma condição de relações sociais atrasadas, mas necessária para o processo global de produção capitalista.

A partir da ideologia dominante, é comum se atribuir a uma determinada localidade uma característica de atrasada, em desenvolvimento ou de desenvolvida, enfim, são relações sociais de produção que produzem essas formas fenomênicas que se fazem presentes dentro do modo de produção capitalista, fazendo parte da sua lógica o desenvolvimento de determinados locais em detrimento de outros, processos de dominação, hierarquização e subordinações, diferenciando regiões, países, estados e cidades.

Na obra *Ornitórrinco*, Francisco de Oliveira (2003) analisa o desenvolvimento de São Paulo em relação a outros Estados brasileiros. Harvey (2004) e Santos (1980), também trabalham essa temática, indicando como são desiguais às formas de urbanização, ou seja, o desenvolvimento territorial é desigual, e isso não é decorrente de fatores naturais. Pois, conforme assevera Harvey (2004, p. 108), “a territorialização é em última análise resultado de lutas políticas e de decisões políticas tomadas no contexto de condições tecnológicas e político-econômicas determinadas.” Pois de acordo com este autor (2016), é próprio do capitalismo o processo de organização de sua paisagem geográfica que favoreça sua reprodução e com isso aumente suas possibilidades de extração de lucros extras.

Harvey (2004, p. 109) evidencia que

As escalas em que a atividade humana pode ser orquestrada é algo que depende pesadamente, é claro, das inovações tecnológicas (sendo vital o sistema de transporte e comunicações), bem como de várias condições político-econômicas mutáveis (comércio, as rivalidades e alianças geográficas etc.). Elas resultam igualmente de lutas de classes e de outras formas de luta política/social, ao mesmo tempo que definem as escalas em que se tem de travar lutas de classes.

Segundo Borges (2004), em função do seu desenvolvimento, dentro da lógica capitalista, combinando o novo e o velho, articulado a uma estrutura burocrática e administrativa, os principais gestores vinculados aos latifundiários da região de Tocantins, seguiram um modelo de administração com a reprodução de velhas representações políticas, apesar de sua recente criação.

Sob tal viés, o Brasil já contava com uma racionalidade burocrática (mais avançada), inclusive, formalizada pela Carta Magna de 1988 – mesmo ano de criação do estado do Tocantins. No entanto, contraditoriamente, tal unidade federativa ainda possui fortes marcas patrimonialistas que, para Souza Filho (2011).

Para ilustração, é preciso recordar a ação da Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), ao realizar um convênio com empresário da EADECOM na oferta de Ensino à Distância (EaD) para o Brasil, com cobrança de mensalidades, constituindo-se em um claro uso de patrimônio público para o fortalecimento de interesses privados, com a aliança entre

governo, grupos latifundiários e empresariado. Em 2009, houve uma grande mobilização dos trabalhadores da instituição e da sociedade tocantinense para retomar o caráter público da Universidade em questão, que teve como vitória a criação de três cursos de graduação presenciais (Direito, Serviço Social e Agronomia) totalmente gratuitos. Em 2016, a fundação foi transformada em autarquia. Na atualidade essa universidade se expandiu por diversos municípios do estado, com a criação de novos cursos. (SILVA, 2009)

Todos esses elementos são representativos do desenvolvimento particular de países capitalistas periféricos, visto que, no interior do país, essas relações se acentuam com mais vigor, ainda combinadas nesse processo à materialização do neoliberalismo.

Tocantins é banhado pelos rios Araguaia e Tocantins – vias anteriormente responsáveis pelo escoamento de produtos minerais e agropecuários dessa parte do interior do País, quando não existiam rodovias para o acesso à sua produção. A existência do rio Tocantins propiciou a criação de várias pequenas hidroelétricas¹², antes mesmo da criação do estado. De modo semelhante a outras hidroelétricas nacionais, tal processo gerou conflitos com a população local, composta, principalmente, por ribeirinhos e indígenas. Assim, esse Estado surge já fornecendo energia para outros Estados brasileiros, sendo que as duas maiores usinas se situam nos municípios de Peixe e Lajeado – esta última localizada a aproximadamente 60 quilômetros de Palmas, que tem seu território banhado por um lago, que é fruto do represamento de água produzido por uma hidroelétrica.

Frederico (2014) atenta para o processo de expansão da produção agrícola no Brasil, quando indica alguns investimentos nas principais regiões brasileiras, incluindo o estado do Tocantins. Destaca o bioma Cerrado¹³ como ambiente propício para o tipo de produção em questão, pois conta com terrenos planos, períodos longos de chuva e a presença de um tempo maior de luminosidade originária da exposição ao sol. Para ele, nas décadas de 1980 e 1990, o Estado brasileiro realizou pouco investimento na expansão agrícola, mesmo quanto à existência de infraestrutura para dar suporte ao escoamento da produção.

Neste ínterim, tem-se a criação do Estado do Tocantins, sendo necessária a criação de condições políticas para a instalação da infraestrutura necessária. Como desenvolve Marx, no Livro I de *O Capital*, sobre a concepção de cooperação ampliada para além do espaço fabril,

¹² O rio Tocantins apresenta características favoráveis à instalação de hidroelétricas, e tal potencial é explorado para este fim. De acordo com Rodrigues (2007), no território tocantinense existem 13 hidroelétricas instaladas

¹³ A produção da monocultura no cerrado é depredadora do meio ambiente, tendo em vista que devasta um tipo de bioma que tem uma grande importância para a natureza, em função de suas árvores serem antigas e terem raízes profundas. Na contramão dessa diversidade, são plantadas cultivares com raízes minúsculas sem possibilidades de recuperação do bioma anterior.

houve a necessidade da instalação das condições gerais da produção capitalista, assumida pelo Estado, antecipando e acompanhando o desenvolvimento do modo de produção nos diversos países capitalistas. Não é estranho, portanto, que o mesmo tenha ocorrido em TO. Isso porque o Estado brasileiro criou incentivos para o desenvolvimento produtivo do novo Estado.

A partir do ano 2000, em âmbito nacional, tem-se uma grande oferta de empréstimos para os produtores agrícolas – processo acompanhado da criação de parques multimodais e de vias de escoamento das produções, mediante a construção de ferrovias rumo à região Norte do País. O parque multimodal construído no estado do Tocantins está localizado na área rural do município de Porto Nacional, próxima à área urbana de Palmas – cidade que constitui referência primeira do escoamento da produção agrícola, por dispor das condições necessárias para realizar seu transporte.

Na qualidade de capital, Palmas é a principal e maior cidade do TO. Do ponto de vista econômico, conta com importantes infraestruturas urbanas que dão suporte à expansão da produção agropecuária. Nesse sentido, é possível afirmar que seu desenho urbanístico se deu a partir de uma perspectiva modernista, nos termos de Harvey (2007), todavia, apresenta singularidades a ser apresentadas nesta Tese.

Em 1989, a cidade de Palmas foi criada em meio ao bioma Cerrado, onde existia apenas o pequeno distrito de Porto Nacional, chamado Taquaralto¹⁴ e o povoado canela. A área em questão, que era totalmente de produção rural até 1988, tornou-se o centro administrativo do Estado. Na Figura 2, tem-se o território do município de Palmas, destacado no mapa do Estado do TO e localizado no centro de seu território:

¹⁴ O distrito ficava localizado onde atualmente está a região do extremo sul da cidade, no bairro Taquaralto. Apesar de fazer parte do território do Município recém-criado, inicialmente ficou fora do plano diretor municipal.

Figura 2: Mapa do Território do Tocantins



Fonte: Teixeira (2017).

O governador da época avaliou que seria importante criar a cidade em um lugar centralizado no estado e longe das forças políticas ali existentes, pois, a expectativa se assentava na ideia de que a capital do estado deveria ser instalada em Araguaína, Gurupi ou Porto Nacional, que se constituíam as cidades mais importantes da região naquele período (SILVA, 2009).

Conforme Reis (2018), além do discurso de que a cidade deveria ser implantada no centro geográfico do estado, outro discurso – como já sinalizado – que tomou corpo foi o da ideia de superar o retrocesso e imprimir uma administração moderna. Mas esse não foi um processo sem resistência, pois os municípios mais estruturados para receberem a sede da capital do estado reivindicavam esse direito, porém, sem sucesso. E o projeto vitorioso foi o do governador da época, que construiu uma cidade sob uma lógica do moderno, a partir de um traçado urbano inspirado na Carta de Atenas,¹⁵ que já havia sido implementado em Brasília e fora duramente criticado, conforme a autora Reis (2018).

¹⁵ O princípio da setorização: a segregação das atividades nas áreas especializadas, de acordo com suas funções; a segregação do trânsito de pedestres e de veículos, acarretando a substituição da rua-corredor pelo critério da independência do agenciamento das edificações em relação ao sistema viário; a organização das áreas residenciais em unidades de vizinhança (REIS, 2018).

Reis (2018) denominou o modelo escolhido para urbanizar Palmas como “modernidade tardia”. Palmas foi construída nos moldes modernistas sob uma direção neoliberal no processo de produção urbana, com a pretensão de se tornar um centro de propagação, em todas as esferas, do processo econômico, sócio-político e cultural do Estado nascente. Desse modo, a cidade de Palmas tem-se constituído uma referência para vários municípios pequenos do próprio estado do Tocantins, bem como de outras unidades da federação (Pará, Mato Grosso e Maranhão), direcionada ao desenvolvimento do comércio e de serviços, como por exemplo, tratamentos médicos e cumprindo seu papel de capital. Também trata-se de uma cidade que se encontra no centro geográfico do país e se constitui em rota de comercialização e transporte, mesmo não estando na linha da BR 153. Torna-se uma cidade referência para o desenvolvimento em moldes capitalistas no interior do país.

Assim, instalada em meio ao bioma Cerrado, a partir daí, Palmas se tornou, conforme a argumentação de modelo “ideal” de lugar, uma cidade moderna, com o objetivo de construir novas identidades. No entanto, ela foi projetada com um traçado urbano de caráter excludente, pois não destinou espaço para a classe trabalhadora nas suas áreas de ocupação providas de recursos de infraestrutura. Logo, os integrantes da classe trabalhadora, ao virem para a cidade, não conseguiram se instalar no espaço urbano construído a partir do plano diretor – espaço projetado para a cidade. Afinal, os lotes nessa região são vendidos a preços inacessíveis à grande parte da população, desprovida de renda ou com renda familiar baixa, obrigando-a a ocupar áreas distantes do centro, desprovidas de equipamentos e serviços urbanos, e fora do traçado do então plano diretor, tornando a cidade uma ampla extensão, mas com pouca densidade demográfica.

Tal perspectiva política de ocupação do espaço, sem dúvida, dará origem a uma importante produção de renda fundiária urbana em função dos grandes espaços vazios dentro de áreas urbanizadas. Neste sentido, vale questionar: para quem e a que propósito se deu essa lógica de produção dessa cidade?

Atualmente, Palmas representa um lugar de desenvolvimento do capital comercial e financeiro, e a apropriação desse espaço urbano vem sendo palco das maiores lutas do estado. Nesse sentido, é possível considerar que a população dessa cidade, cujo espaço pode oferecer a possibilidade de agregação urbana e populacional, tem atores sociais que buscam novas formas de resolver os velhos problemas. Todavia, o ímpeto de modernidade ali instalado não representou a superação das mazelas inerentes às cidades do modo de produção capitalista: o que ocorre a cada dia é a elevação das desigualdades sociais.

A “nova” cidade poderia dar conta da diversidade cultural dos habitantes do antigo norte goiano em contraste com a daqueles do sul do estado de Goiás. Pois, conforme Reis (2018), o sul do estado foi povoado por mineiros e paulistas, enquanto que, na região do rio Tocantins, seus primeiros habitantes vieram dos Estados do Maranhão e do Pará, bem como da região Nordeste em geral. Ao se instalarem na região Norte, esses habitantes produziram uma diversidade, ao se misturaram com os indígenas e negros que ali habitavam, trazendo, para Palmas, diferentes expressões culturais, produzindo a diversidade e a riqueza própria da nova unidade federativa.

A cidade de Palmas, segundo Reis (2018), teria que estimular não somente o desenvolvimento de TO, mas também a grandeza de sua história e cultura; porém, não se pode afirmar que ocorreu esse processo, com a criação dessa identidade. É perceptível que a cidade não teve preocupação em demonstrar as questões inerentes ao retrato do estado. Em realidade, a preocupação central foi a de imprimir uma ideia de modernidade, em contraposição à ideia dominante de decadência que ficava evidenciada para a sociedade no interior do país. E foi sob tal signo que nasceu Palmas, construída e demarcada ideologicamente pelos grupos hegemônicos do estado do novo Estado. A impressão dessa lógica promoveu um distanciamento cultural entre a cidade de Palmas e as outras cidades do Estado.

Em 1989, ao ser criada a cidade de Palmas, o governador do Estado do TO nomeou um prefeito. No entanto, o ato era ilegal, pois, em 1988, a Carta Magna já previa que os prefeitos precisariam ser eleitos democraticamente, com voto direto. Logo, a fim de evitar um desgaste constitucional, o mandatário estatal agregou aquele espaço territorial ao município de Taquaruçu, onde já havia ocorrido eleição municipal. Ao realizar esse ato, transformou a cidade de Taquaruçu em distrito da cidade de Palmas, e o então prefeito desse território tornou-se o primeiro prefeito da capital do Estado do TO.

Nesse momento, fez-se necessária a desapropriação das áreas que eram de uso rural no local onde seria construída a capital, tendo em vista que se tratava de áreas de produção de agropecuária, ou seja, de propriedade privada de diversos pequenos proprietários. Na área demarcada para se tornar a terra municipal urbana e se implantar o primeiro “Plano Diretor” fez-se a desapropriação dos proprietários. Todavia, até os dias atuais, alguns proprietários de terras em Palmas demandam na justiça o “pagamento adequado” de suas terras.

Conforme dados da Companhia Imobiliária do Estado do Tocantins (Terra Palmas), em 2015, havia uma relação de 53 desapropriações do território que abriga o que seria o Plano

Diretor da cidade de Palmas¹⁶. Destas, 26 foram devolvidas a seus proprietários, quatro se encontravam em processo de tramitação da desapropriação, e as demais foram desapropriadas mediante indenizações – que foram e ainda são judicialmente questionadas.

Na Figura 3, a seguir, é possível visualizar a localização do município de Palmas e os distritos de Buritirana e Taquaruçu, o que torna a cidade de Palmas extensa em território. Observa-se, no mapa, que a capital foi implantada à margem direita do rio Tocantins e, conforme Moraes (2006), ela é cercada pelas serras do Carmo e do Lajeado, na região central do estado; possui área de 2.219 Km² e sua altitude média é de 260 m acima do nível do mar.

Figura 3: Mapa do Território de Palmas



Fonte: Teixeira (2017)

¹⁶ A região que pertencia a Taquaruçu não necessitou de desapropriações, pois tal território, que em 1988 era cidade no Estado do Tocantins, já tinha seus limites territoriais definidos por aquela municipalidade.

Reis (2018), em seus estudos sobre a criação da cidade de Palmas, assevera que essa se deu a partir de uma lógica que se caracterizou como *creatio exnihilo*¹⁷ – cidades criadas a partir do nada. Do ponto de vista da questão urbana, tem-se a construção de uma cidade em espaço vazio, pois tratava-se de um espaço ocupado anteriormente pela produção rural.

O discurso e os argumentos de defesa sobre a instalação da cidade no referido território assumiram o papel de buscar introduzir uma modernidade em um local do país que era tido como espaço de atraso político, econômico e cultural. A proposta tinha por objetivo produzir uma novidade que mudasse completamente a visão do estado recém-criado. Essa produção da cidade responde aos interesses do capital, pois “a paisagem urbana do capitalismo existe como uma imagem divisionista de um mundo mais próximo de certo sentido transcendental do desejo e dos anseios humanos.” (HARVEY, p. 150, 2016).

Assim, o espaço em análise muda seu papel no processo de produção do capital, e a lógica instituída pode produzir uma renda da terra vigente sob a lógica da cidade do capital. Na análise sobre a renda da terra e a segregação socioespacial em Palmas, um conteúdo recorrente em toda a pesquisa é a materialidade da forma como a cidade fora criada, sob o prisma de um “planejamento”.

Para Lefebvre (2008), a racionalidade que envolve o urbano requer uma necessidade de organização, tratada pelo autor como *planimetria*, pois, para ele, desde os séculos XVI e XVII, já “aparecem na Europa, os planos de cidade e, sobretudo, os primeiros planos de Paris.” (LEFEBVRE, 2008, p. 22). Ele demonstra que o pensamento sobre o planejamento urbano é uma construção histórica antiga.

Existe uma disseminação em diversas produções sobre a cidade de Palmas que argumenta que essa cidade foi planejada, mas alguns elementos precisam ser destacados. Ao descortinar alguns elementos do pensamento que trouxe as idealizações sobre a cidade de Palmas, tornou-se evidente que talvez fosse mais adequado a utilização do termo “projetar”, em vez de “planejar”. Afinal, a instalação da cidade não se preocupou nem mesmo com os preceitos que já estão aprovados na Constituição da República Federativa, em seu artigo sobre a política urbana¹⁸ – que dispõe de uma série de normativas cujo objetivo consiste na correção

¹⁷ Expressão em latim, muito apropriada dentro do contexto, que significa “a partir do nada”. Termo também utilizado por Yves Bruand, na obra *Arquitetura Contemporânea no Brasil* (1991, p. 346), em item que trata da criação de novas cidades no Brasil (REIS, 2018, p. 25).

¹⁸ A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 1o O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. § 2o A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. § 3o As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro. § 4o É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I – parcelamento ou edificação compulsórios; II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado

de diversas distorções do uso do solo urbano, que não foram adequadamente aplicadas na “cidade planejada”. O processo de Planejamento imprime uma racionalidade burocrática, como se essa fosse uma novidade da modernidade, porém, o debate de planejamento não se resume apenas a essas questões. O ato de planejar constitui um processo teleológico impresso na ação que somente os homens são capazes de realizar, como o próprio trabalho que, do ponto de vista ontológico, impõe o planejamento daquela ação.

Conforme Marx (2013, p. 255), “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Observa-se que o autor deixa de forma bastante evidenciada que somente o homem pode realizar ações nessa perspectiva, e continua afirmando que “no fim do trabalho obtêm-se um resultado que já no início deste existiu em sua imaginação, e, portanto idealmente.” (p. 255). Para Marx (2013, p. 225),

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera.

Logo, o ato de planejar se constitui como uma capacidade teleológica, o trabalho pensado, ideado constitui o homem como um ser humano-genérico e inclusive, por via inicialmente do trabalho, este se torna um ser social, autocriativo, mas quanto mais os homens se desenvolvem mais demandam outros componentes para seu desenvolvimento, e esta consiste na *práxis*¹⁹ social, a conjugação do trabalho, da arte, da filosofia, enfim dessa forma essa capacidade criativa é infinita, pois a cada criação, se abre caminho para novas criações (NETTO; BRAZ, 2007).

Assim, não se pode sustentar que o ato de planejar é algo “novo” na história da humanidade, mas é claro que essa capacidade se estendeu a todo o processo de organização da própria sociedade. Afinal, conforme bem lembra Teixeira (2009), não é possível se pensar na construção de obras tão monumentais como as pirâmides do Egito sem a realização de um projeto norteador dessas obras.

Diante dessa argumentação, destaca-se uma problemática: as cidades criadas sob a égide do capital e sob o neoliberalismo produzem e reproduzem a segregação socioespacial, como pode ser observado em Palmas, Tocantins. A referida cidade já nasce sob essa lógica

Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais. (BRASIL, 1988, art. 182.)

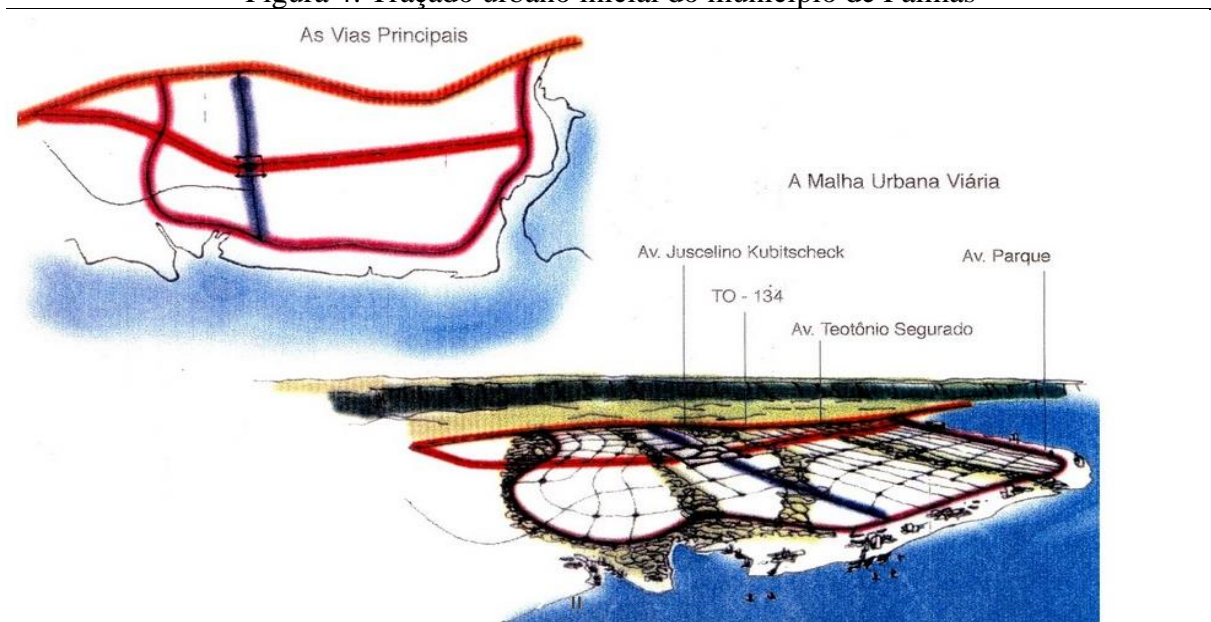
¹⁹ A ontologia social marxiana, fundada na *práxis* e centrada no trabalho, apreende a constituição do ser social como a constituição de complexos: a realidade social é uma totalidade concreta composta por totalidades concretas de menor complexidade. (NETTO, 1994. p. 37).

perversa de produção de um espaço excludente, próprio de uma sociedade capitalista. Tal condicionante econômico de segregação socioespacial foi aliado ao determinante de natureza política, por meio do qual os grupos hegemônicos dificultam a ocupação de zonas centrais, providas de infraestrutura já desde o plano diretor, pelas frações empobrecidas da classe trabalhadora.

Esta é uma realidade que se apresenta como um processo de segregação, onde a cidade já nasce sob o prisma da segregação. De acordo com Moraes (2003), foi um fenômeno que se materializou também em Goiânia, em Brasília e no Distrito Federal. Porém, mesmo tendo sido concebidas a partir de um projeto, que as orientou inicialmente, em um bioma majoritariamente comum, no cerrado brasileiro, devem-se resguardar as particularidades históricas, econômicas e regionais de cada uma dessas cidades. Em 1989, ano de criação de Palmas, logo em seguida à promulgação da Constituição Federal, ficou marcado, paradoxalmente, pelo crescimento de uma hegemonia do pensamento em defesa do neoliberalismo.

A Figura 4, a seguir, traz uma ideia do que se pensava para o povoamento da cidade de Palmas por meio do traçado inicial de seu projeto. É preciso observar que no desenho em questão não aparece a região do extremo sul, onde se localiza: Taquaralto, Aurenys, Taquari, nem mesmo Taquaruçu e Buritirana – a ocupação nos extremos da cidade inicialmente não fazia parte de seu plano.

Figura 4: Traçado urbano inicial do município de Palmas

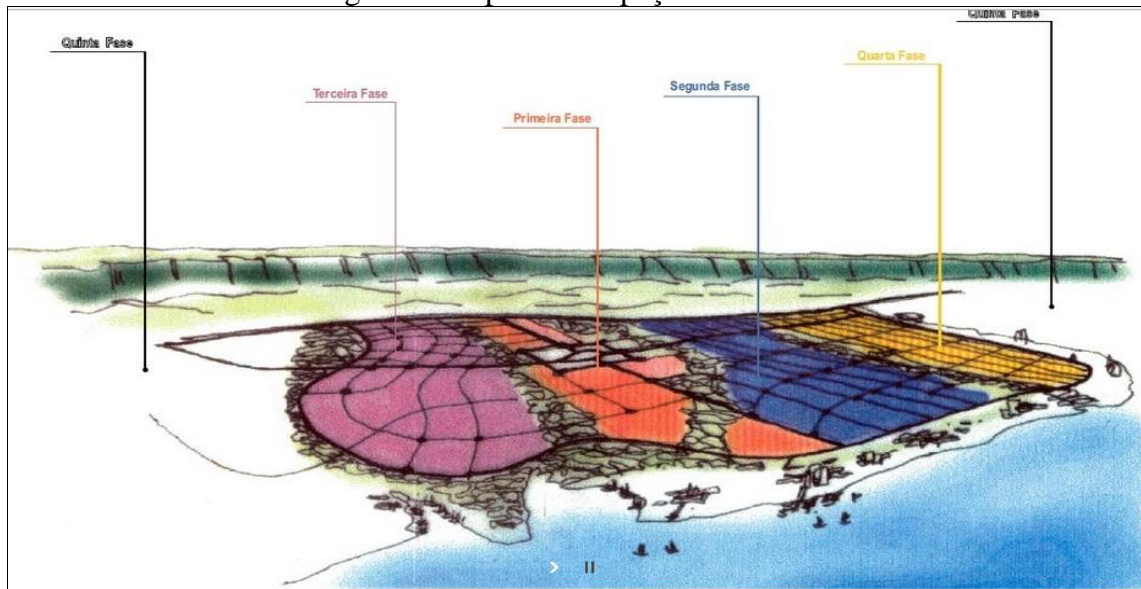


Fonte: Teixeira (2017)

O processo de ocupação territorial em Palmas foi completamente diferente daquele que se apresenta na Figura 5, a seguir, pois, a ocupação do que seria a primeira etapa se deu no

mesmo período da quinta etapa. De acordo com o Diagnóstico do Plano Diretor (2017), a primeira etapa de ocupação contaria com 200.000 habitantes, onde aí sim se daria o início da segunda etapa, com 260.000 habitantes; a terceira etapa com 185.000 habitantes; a quarta etapa com 440.000 habitantes; e, a quinta etapa com 800.000 habitantes.

Figura 5: Etapas de ocupação de Palmas



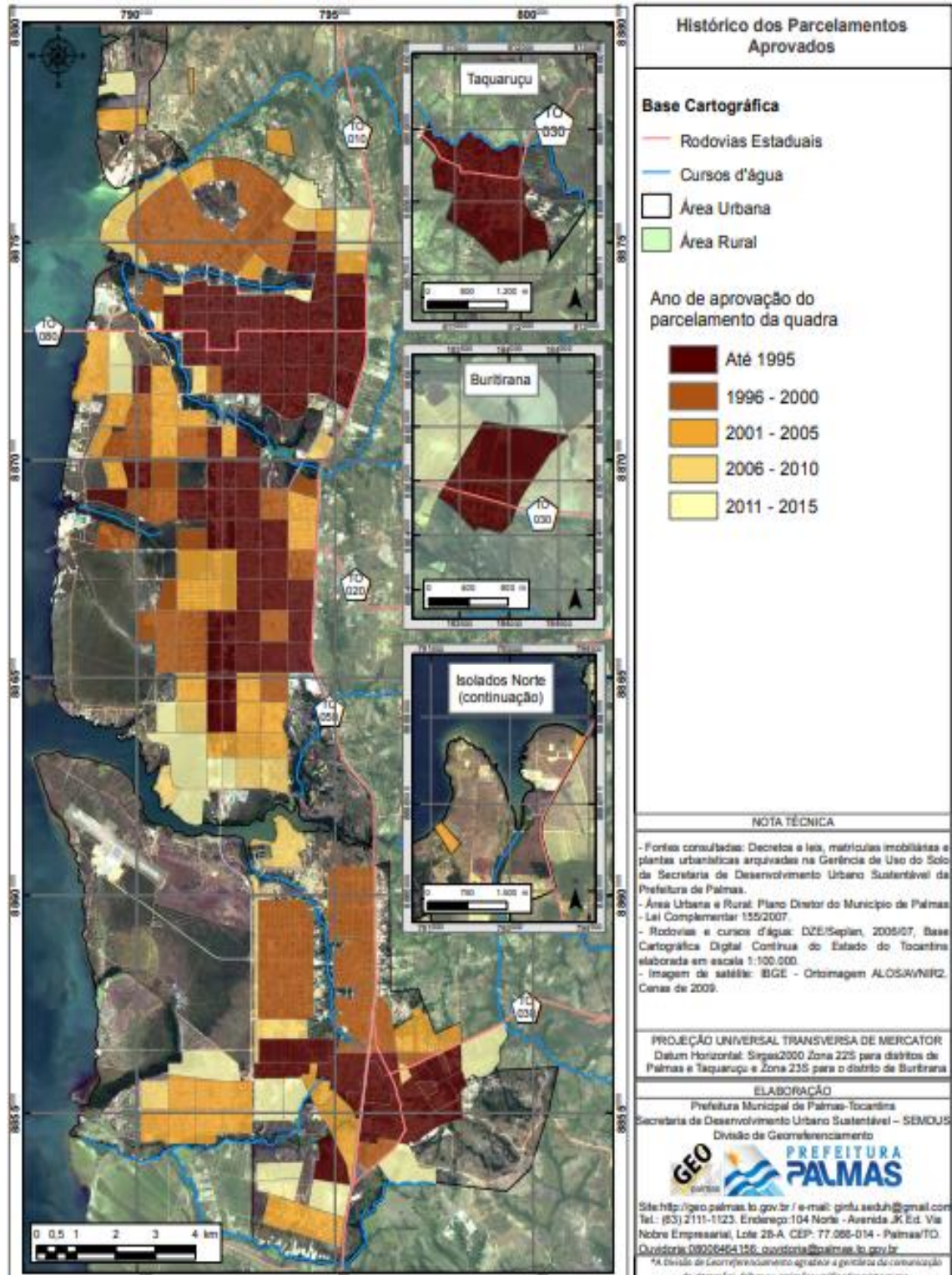
Fonte: Teixeira (2017)

A Figura 6, contendo o mapa dos parcelamentos aprovados de Palmas, demonstra o processo contraditório entre o desenho que fora pensado para a ocupação do território da cidade e a aprovação dos parcelamentos. Inclusive porque alguns arquitetos autores do plano parecem ter se comprometido com interesses imobiliários e fundiários. Observa-se que, já em 1995, a cidade com apenas seis anos após sua criação, já havia parcelamentos aprovados para moradia fora do plano de ocupação. Esse processo é provocado pelo próprio município, o que demonstra sua responsabilidade institucional no processo de segregação socioespacial que foi regulamentado. Isso sem falar na segregação de espaços irregulares demonstrada adiante. Contraditoriamente, o que se observa na cidade, mesmo após 30 anos de sua criação, é a existência de vazios urbanos em áreas nobres e urbanizadas, principalmente no eixo entre o lago e a avenida Theotônio Segurado, principal avenida da cidade que a corta de norte a sul da cidade: espaço resguardado para apropriação de superlucros a partir da extração de renda da terra.

Esse mapa é uma denúncia de que o processo de ocupação não seguiu a lógica de ocupação inicialmente proposta, o que resultou em uma avassaladora segregação socioespacial. Caso a proposta de ocupação tivesse seguido a lógica impressa na figura 5, Palmas ainda estaria na segunda etapa de ocupação. Isso geraria uma inimaginável economia de recursos públicos e

outra lógica de distribuição territorial, o que proporcionaria aos cidadãos melhor qualidade de habitação.

Figura 6: Mapa de série histórica de parcelamentos aprovados



Fonte: Diagnóstico do Plano Diretor de 2017

Em 2018, a população ainda não havia alcançado os 300.000 habitantes – momento em que a segunda etapa de ocupação deveria estar se iniciando, conforme evidenciado abaixo na Tabela 1:

Tabela 1: Evolução populacional de Palmas/TO

Ano	Área (Km ²)	População	Densidade (hab/Km ²)
1991	2.218.942	24.334	10,97
1996	2.218.942	82.977	37,39
2000	2.218.942	137.355	61,90
2007	2.218.942	178.386	80,39
2010	2.218.942	228.332	102,90
2016	2.218.942	279.126	126,12

Fonte: Diagnóstico Socioterritorial (2017), extraído do IBGE (2017)

Ainda no início da década de 1990, quando Palmas era um verdadeiro canteiro de obras, para ela se dirigiram trabalhadores de todo o Brasil. Segundo Reis (2018), fez-se uma grande propaganda nacional, a fim de atrair investidores para tal localidade, sendo considerada, naquele momento, um “*eldorado*”; bem como a mão de obra necessária a sua produção. Ou seja, junto aos investidores, dirigiram-se à Palmas aqueles que tinham somente sua mão de obra para vender – trabalhadores – sem posses, mas com o que há de mais valioso no processo produtivo, a fonte de produção de toda a riqueza: o trabalho com sua capacidade de produção, ou seja o capital variável adiantado à produção de mercadorias pelo capitalista.

Ao chegar à cidade, eles se depararam com um espaço urbano novo, cuja boa parte de seu território já era privatizado, isso ocorreu em função de uma medida de gestão da cidade, que destinou diversos territórios, às vezes, quadras inteiras, via “*dação em pagamento*”²⁰ para a iniciativa privada. Isso representava uma forma de pagamento às construtoras em troca do projeto e da construção de infraestrutura urbana de determinadas áreas da cidade. Essa foi uma prática presente no Estado do TO, quando, ao urbanizar a cidade, destinaram grandes áreas urbanas a agentes, ou seja, empresas que “trabalharam” na urbanização da cidade. Claro que o preço pelo qual às empresas receberam essas grandes áreas foram negociadas ao valor que ainda não havia incorporado significativo trabalho social à terra da cidade de Palmas. No entanto, essas empresas, que se apropriaram por essa via das terras da cidade, venderam e ainda hoje vendem essas áreas por preços muito mais elevados, considerando na atualidade então o trabalho social incorporado à terra, dando origem a superlucros. Esse processo pode decorrer da perspectiva neoliberal que se instala essa cidade, como expressão de um processo de privatização e terceirização de serviços e equipamentos coletivos.

²⁰ Esse termo se refere ao processo de forma de pagamento, que ocorreu através da entrega de solo urbano em troca de oferta de serviços de urbanização.

Nesse momento foram negociadas 21 áreas que imediatamente se tornaram propriedades de empresas, e logicamente descartadas como opção para moradia da classe trabalhadora, culminando em forma de ocupação de camadas superiores de Palmas. Se por um lado o Estado foi o soberaníssimo proprietário das terras de Palmas, por outro lado, ele imediatamente repassou para as empresas uma enorme parte desse território, privatizando-o.²¹

Possuir um pedaço de terra, para o pequeno produtor, para o artesão, para o feirante, dentre outros, consiste em obter uma fonte de rendimentos ou de reprodução social. Haja vista que a localização em que estão faz toda uma diferença no processo de reprodução social, porque não precisam pagar pelo solo em uso. Em Palmas, existem diversos trabalhadores rurais que têm suas pequenas propriedades localizadas no entorno da cidade. Esses trabalhadores trazem seus produtos para serem comercializados nas feiras do município.²² A produção desenvolvida é artesanal, portanto, não tem característica de capital, mas os capitalistas os pressionam, com objetivo de expropriar suas terras e terem o domínio sobre o solo e sua produção. O Estado exerce a função importante de coerção desses trabalhadores, que muitas vezes são obrigados a sair dessa condição e se tornarem trabalhadores assalariados ou mesmo desempregados.

Em Palmas, essa é uma realidade que dá origem a muitos embates. Os empresários imobiliários têm, historicamente, exercido pressão objetivando a expansão e a eliminação de obstáculos a sua produção, ou seja, eles precisam de ter o domínio na organização da produção capitalista e, por conseguinte, ter acesso pleno às terras, mesmo as do entorno, as diversas propriedades rurais próximas à cidade. Os trabalhadores rurais, diante dessa pressão, lutam para não disponibilizarem aos capitalistas as suas terras rurais, mantendo-as com sua pequena produção agrícola. Essa luta se expressa nos planos diretores da cidade de 2007 e de 2018.

A correlação de forças da classe trabalhadora produziu uma importante mudança na proposta de expansão urbana na região Sul, em relação a algumas áreas que estavam sendo transformadas em área urbana em 2017. Os trabalhadores rurais dessa região conseguiram garantir que uma área próxima à Agrotins,²³ na região sul não fosse considerada como perímetro urbano pelo Plano Diretor de 2018. No entanto, ainda assim, esse Plano Diretor

²¹ As empresas beneficiárias de tal processo foram: CONTERPA, ENCAN e Outros – quadra ARNE 24; S.O.S – Construção e Saneamento Ltda – ARSE 41; Basílio, Touro Blanco e Outros – ARNE 41, 64 e 41; Agropastoril Catarinense Ltda – ARNE 53, 54, 63, 74, ARNO 22; EMSA – Empresa Sul Americana de Montagem Ltda – ARNO 14, ARSE 52, ARSO 13, 14, ARSO 51, 52; ORLA – Participação e Investimentos S/A – ARSO 31; E.B.L. – Elétrical do Brasil Ltda – ARSO 12, 24; e, ITEBRA – Construções Instalações Técnicas – ARSO 23, 53. (TERRA PALMAS, 2015).

²² Palmas conta em toda sua extensão com um importante número de feiras que fazem a diferença na cidade, como a cidade é constituída de diversos polos de pequenos comércios, também se encontram organizadas, feiras que funcional de segunda à segunda, sendo que a cada dia da semana ela se instala em um quadrante da cidade, sendo assim faz uma cobertura de norte a sul. A maior dentre elas funciona na sexta-feira na região central da cidade, essa feira ganhou uma importância tão significativa que atualmente já está organizado o comércio de peixes durante toda a semana. Mas vale considerar que apesar de se constituir na feira mais completa, também é que tem preços mais elevados em seus produtos.

²³ A Agrotins, Feira de Tecnologia Agropecuário do Tocantins, ocorre anualmente e tem uma localização fixa na zona rural da cidade, onde são expostas diversas tecnologias de viés agropecuários.

produziu uma grande expansão da cidade rumo às áreas rurais, sob a alegação de que ali já se encontravam moradias urbanas.

Essa forma de distribuição de terras tem atualmente peculiaridades próprias. Porém, não se pode negar que essa mesma distribuição guarde semelhanças peculiares com o processo de povoamento realizado ainda no período da acumulação primitiva, no que se refere à lógica de promoção da acumulação de terras em detrimento da classe trabalhadora.

Segundo Marx (2013), no período que prenunciava a revolução burguesa, ocorrida entre os séculos XV e XVI, tempo em que o feudalismo já dava sinais de sua falência, a burguesia já conseguira seu lugar no poder político da época. Foi nesse período que houve a acumulação primitiva do capital, com a expulsão de pequenos camponeses de suas terras, usurpando também seus direitos ao uso das terras comunais, através do cercamento delas.

As grandes guerras feudais deixaram, como resultado, a dominação do senhor dinheiro, que passou a ser o dono do poder. Na Inglaterra, o poder aquisitivo de alguns senhores tinha como meta transformar as lavouras em pastos para ovelhas, destruindo assim vilas, igrejas e moradias. Essa devastação chamou a atenção do rei da época, que chegou até a criar lei que contivesse a destruição da pequena propriedade, pois, já naquele período se formaram grandes proprietários de terras que exploravam sobremaneira a renda fundiária.

Outro golpe de expropriação ocorre no século XVI, com a expropriação das terras da igreja, no período da Reforma. Essas terras foram distribuídas pelo rei Carlos I aos seus favoritos, ou vendidas a baixo custo para especuladores. Assim, os moradores pobres dessas terras disponibilizadas pela igreja, foram todos expulsos e jogados à própria sorte, em miséria absoluta.

Em 1750, as terras comunais desapareceram em sua totalidade, e o que predominou nessa revolução agrícola foi o poder econômico, com todo o rigor da violência à dignidade humana que se possa imaginar. Essa usurpação das terras foi realizada de forma legal por latifundiários e, assim, aboliram o regime feudal de propriedade da terra. De acordo com Marx (2013, p. 796-797),

Os capitalistas burgueses favoreceram a operação, entre outros motivos, para transformar o solo em artigo puramente comercial, ampliar a superfície da grande exploração agrícola, aumentar a oferta de proletários absolutamente livres, provenientes do campo etc. Além disso, a nova aristocracia era aliada natural da nova bancocracia, das altas finanças recém-saídas do ovo e dos grandes manufatureiros, que então se apoiavam sobre tarifas protecionistas. [...] o roubo sistemático da comunidade comunal, ao lado do roubo dos domínios estatais, ajudou especialmente a inchar aqueles grandes arrendamentos, que, no século XVIII, eram chamadas de fazendas de capital ou arrendamentos de mercador, e a “liberar” a população rural para a indústria, como proletariado.

O resultado dessas expropriações foi a criação de monopólios de terras concentrados em poucas mãos. Todavia, todos esses episódios não tinham o objetivo de corrigir a evidente contradição entre a riqueza da nação e a pobreza do povo, provocada pelo cercamento das terras

ocorrido no século XIX. Muito pelo contrário, essa era a lógica que prevalece no mundo burguês. Esse movimento conduz ao crescimento dos grandes centros, ou seja, à criação de cidades, pois os trabalhadores serão impelidos a buscar meios de sobrevivência nesses centros urbanos, produzindo grandes bolsões de miséria. De acordo com Marx (2013, p. 804),

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo da propriedade feudal e clânica privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletário inteiramente livre.

No período da acumulação primitiva ocorreram as grandes expropriações, como registra Marx (2013); mas, na atualidade, ocorre espoliação, nos termos de Harvey (2014b).²⁴ Em Palmas, o poder público, além das desapropriações, conforme identificado nessa pesquisa, também distribuiu – como forma de pagamento por obras – um grande número de terras urbanas do município que foram utilizadas exclusivamente para extração de superlucros. Essa resultou, em Palmas, em segregação socioespacial, em pleno século XXI. Dessa maneira, fica evidente como a espoliação ocorrida em Palmas foi promovida pelo próprio poder do Estado.

De acordo com Harvey (2014b, p. 127), “toda formação social, ou território, que é inserido ou se insere na lógica do desenvolvimento capitalista tem de passar por amplas mudanças legais, institucionais e estruturais”. Em relação aos primeiros moradores da capital do estado do Tocantins, essas mudanças atingiram em cheio a classe trabalhadora, o que favoreceu a ocupação sem a observância das etapas de ocupação territorial.

Os milhares de trabalhadores que vieram para a cidade para vender sua mão de obra realizaram diversas ocupações contrárias ao “modelo” de ocupação pensada para determinadas áreas. Tal processo foi tão intenso, evidente e carregado de tanta resistência que o governo foi obrigado a fornecer cessão de posse para diversas ocupações irregulares, que se formaram no início da década de 1990. Conforme Kran e Ferreira (2006, p. 124),

Os mecanismos de formação de preço e de acesso à terra designaram boa parte da demanda por moradia, sobretudo, para os bairros satélites de Taquaralto e dos Jardins Aurenys (I, II, III e IV), bairros formados fora da área do Plano Diretor Básico, e para as quadras ARNO 31,32 e 33, ocupadas, principalmente, através de invasões de terrenos.

No início da década de 1990, as regiões das extremidades da cidade já se encontravam ocupadas. Diversas áreas rurais tiveram seu uso do solo modificado de rural para urbano, a fim de legalizar tais ocupações, que foram sancionadas pelo próprio poder público (BAZZOLI,

²⁴ A acumulação por espoliação pode ser interpretada como custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com forte apoio dos poderes do Estado (HARVEY, 2014b, p. 128).

2012). Ainda no início dessa década, nos primeiros anos de povoamento da cidade de Palmas, a classe trabalhadora, ao ocupar a região sul, nas proximidades de Taquaralto, o fizeram porque aí encontraram loteamentos com preços acessíveis. Apesar de não constituir parte do primeiro desenho de plano diretor da cidade, foram em busca de condições mínimas de sobrevivência, sendo a primeira o seu poder de compra, tendo em vista que grande parte da cidade, onde fazia parte o primeiro projeto de cidade, o poder público já havia sido repassado para a iniciativa privada, o que por questões econômicas, já limita o acesso à classe trabalhadora.

Outro fator determinante no processo de ocupação da região nas proximidades de Taquaralto, ou seja, dos Aurenys, foi a necessidade de acesso à terra como meio de sua reprodução social, pois naquele período os escassos equipamentos de uso coletivo de transporte e comunicação e ainda o comércio se encontravam em Taquaralto, que era o único espaço onde já havia, ainda de forma precária uma urbanização, pois era distrito de Porto Nacional.

Dante dessa realidade, e da pressão da classe trabalhadora, o poder público estadual criou a Lei n. 836/1996, que regularizou as ocupações pré-existentes. Assim, houve a doação dos lotes dos moradores já instalados nos Jardins Aurenys I, II, III e IV e no loteamento Santa Fé, 7ª etapa na região sul – todos fora do primeiro Plano Diretor daquele período. Ou seja, as ocupações e posterior regularização dessas áreas já demonstravam o processo histórico de segregação socioespacial em Palmas que marcou a cidade de Palmas desde sua criação.

Contraditoriamente, é perceptível em Palmas um grande número de vazios urbanos e um alto custo de infraestrutura urbana para produzir obras em locais longínquos, a fim de atender às demandas criadas com as ocupações em locais distantes. Bazzoli (2012) denuncia em sua tese esse grande gasto com infraestrutura do setor público. Tal processo tem proporcionado uma elevação do custo da terra urbana na cidade de Palmas, sendo que os proprietários dessas terras extraem elevadas rendas fundiárias urbanas.

Por outro lado, a realidade vem demonstrando que diversos locais de moradia na periferia de Palmas – tanto na região norte quanto na região sul – ora são frutos das ocupações urbanas irregulares dos trabalhadores empobrecidos, ora são loteamentos longínquos regularizados vendidos com baixo custo, pois a classe trabalhadores ficou inviabilizada de comprar seus lotes nas regiões mais centrais. Tais ocupações ocorreram em função dos trabalhadores que vieram construir a cidade, não terem permissão para residir na parte projetada, tal como Brasília e Goiânia. Como já mencionado, uma grande parte da área citadina se tornou privada imediatamente após a desapropriação pelo Estado, ao serem repassadas

para diversas empresas como forma de pagamento para a urbanização local. Esse repasse de áreas acentuou o processo de exploração da renda urbana desde a criação da cidade de Palmas.

A Lei n. 836/1996 também regularizou as quadras 31, 32, 33, 41, 43, 44, 61, 71, 72, e 73, Área Residencial Noroeste (ARNOS) – áreas pertencentes ao primeiro desenho do Plano Diretor do Município. Tais ocupações mudaram a ideia do uso do solo de uma parte da região norte, onde se propunha produzir edificações de alto padrão, em função da sua proximidade com o centro e também com o lago, que forma uma exuberante paisagem. Todavia, a ocupação e resistência dos trabalhadores foram ações responsáveis pela criação da região atualmente conhecida como Vila União. O nome dessa vila é bem sugestivo sobre sua característica, lá houve instalação em massa de trabalhadores durante a década de 1990. Uma grande quantidade de barracos foi construída, o que materializou uma mudança na forma como se havia pensado a capital pelos idealizadores. Ali se tem uma bonita região, margeada pelo lago – paisagem que enche os olhos e razão pela qual os idealizadores pensaram na construção de grandes mansões. Por fim, o mesmo ditame legal regularizou as quadras das 112 e 122, Área Residencial Sudeste (ARSES), posicionadas na região sul da cidade, a aproximadamente oito quilômetros do centro, mas que fazem parte do Plano Diretor inicial da cidade. Essa lei reconheceu o direito de posse dos ocupantes dessas moradias populares da classe trabalhadora, cuja fração se instalou nesse local da cidade.

Essas reflexões e esses dados históricos contribuem para compreender o processo contraditório de ocupação da cidade de Palmas, permeado por disputas da cidade entre os representantes do capital e do trabalho.

CAPÍTULO VI - QUANDO O HECTARE VIRA METRO QUADRADO: CONTRADIÇÕES DO SOLO URBANO/RURAL DE PALMAS

Conforme demonstrado anteriormente nos dados sobre a ocupação de Palmas, ficou evidente a materialização da transformação de terra rural em terra urbana. Isso ocorreu a partir do momento em que os proprietários de terras (em sua maioria, pequenos proprietários ou antigos posseiros), que se ocupavam de produção agropecuária, foram desapropriados para a instalação da cidade. Esse feito foi acompanhado de indenizações insignificantes aos proprietários originais, situação que gerou até os dias de hoje processos jurídicos de questionamentos. Isso porque os valores para a indenização foram contabilizados tendo como referência o preço comercial rural de unidades de medida como o hectare, por exemplo. Porém, um hectare corresponde a 10.000 m², enquanto que a dimensão desse tamanho era absolutamente descompassada em relação ao m² praticado nas terras urbanas. Para além do tamanho, acrescenta-se que as relações sociais que regem a renda da terra no meio rural têm determinações diferentes comparadas aos mecanismos de valorização das terras urbanas, onde são instaladas condições gerais para a produção capitalista. Esse processo fica evidenciado nos primeiros capítulos desta tese, ao se discutir a teoria do valor, considerando que a renda da terra rural ou urbana é parte da mais-valia apropriada pelo capitalista.

Schvarsberg (2011) assegura que a transformação da terra rural em terrenos urbanos produz uma determinação diferente no processo da venda da terra, realizada anteriormente em alqueires e agora comercializados em metros quadrados, de onde se conclui que esse fenômeno gera uma grande massa de renda da terra, processo esse registrado em Palmas.

De acordo com Lefebvre (1999, p. 163), na cidade,

[...] a terra e mais ainda o espaço inteiro se vendem por parcelas. A permutabilidade tem uma importância crescente na transformação das cidades; mesmo a arquitetura depende dela: a forma dos edifícios provém dos loteamentos e da compra da terra fragmentada em retângulos de pequenas dimensões. O setor imobiliário cada vez mais nítida, um setor subordinado ao grande capitalismo, ocupado por suas empresas (industriais, comerciais e bancárias), como rentabilidade cuidadosamente organizada sob a cobertura da organização do território. [...]. Os lucros são imensos e a lei (tendencial) de queda da taxa de lucro médio é muito eficazmente bloqueada. De um lado, as rendas fundiárias (a renda I, dada pelas melhores terras – as mais próximas dos mercados urbanos – e a renda II, renda técnica obtida pelos investimentos de capitais na produção agrícola) não cessam de aumentar, em função dos capitalistas, em função do crescimento das cidades.

A terra urbana agrega outros atributos em função do lugar que passa a ocupar no processo de produção ampliada do capital, com a instalação das condições gerais da produção

capitalista, em termos restritos, meios de comunicação e transporte, trabalhadas por Marx (2013), para explicar o processo ampliado de cooperação. A essas condições gerais de produção indicadas por Marx, Lojkine (1997) acrescenta os meios de reprodução da força de trabalho, na década que escreveu a sua tese de doutorado, denominados de meios de consumo coletivo. Essas novas formas criadas para atender a aglomeração de mão de obra nas cidades fazem o valor da renda da terra se modificar rapidamente e, em muitos casos, multiplicar-se em um curto espaço de tempo, como pode ser observado nas tabelas das plantas de valores genéricos que demonstraram o crescimento do valor da terra em poucos anos em Palmas.

Provavelmente esse tenha sido um dos motivos que levou a maiores questionamentos jurídicos, de natureza política e econômica, aos processos de indenizações das desapropriações realizados em hectares. diversos processos de desapropriação mediante indenizações foram judicializados, a exemplo de parte das terras de Taquari que ocorreu em 2016²⁵.

Quando observada a diferença em m² para alqueire ou hectare, é possível identificar a grande discrepância em tamanho e em valor. Não obstante, essa alteração de preço nas terras citadinas decorre da quantidade de trabalho social que vai sendo incorporado aos terrenos urbanos, processo que também pode ser registrado nas terras do meio rural.

No que se refere à Palmas, esse fenômeno pode ser observado nas plantas de valores genéricos das terras da cidade, com grandes saltos nos seus preços, o que beneficiou o processo de acumulação do valor nas mãos de algumas construtoras e/ou grandes proprietários que receberam quadras inteiras como forma de pagamento da instalação de infraestruturas urbanas, conforme explicitado anteriormente. Na presente data, ainda é possível encontrar quadras inteiras sem urbanização interna e/ou com urbanização e sem ocupação, aguardando elevação de seus preços a fim de serem loteadas e vendidas a preço corrente de mercado na cidade.

Em Palmas, desde o ano de 1993, são elaboradas plantas de valores genéricos que tem como objetivo regular tanto os preços dos lotes em m² quanto das construções - de acordo com Topalov (1984), essa é uma forma administrativa de regulação de preços - e esses valores são utilizados como referência para a realização da cobranças do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), e também como base de cálculo do cartório em transações que envolvem oficializações do setor imobiliário. Esses são

²⁵ Como indenização, o proprietário desapropriado teve devolvida uma área não alienada correspondente ao valor de R\$ 16.457.180,00 e é proposto o valor de R\$ 75.958.292,00 pela parte alienada pelo governo do Estado do Tocantins e ocupada por centenas de moradores (TOCANTINS, 2016c). No termo de acordo, afirma-se que esse valor proposto corresponde um pagamento de R\$ 24,00 pelo metro quadrado da área, avaliado como menos da metade do valor venal do metro no Jardim Taquari (LUCINI, 2018, p. 169).

preços administrativos, ou seja, um parâmetro de valor do solo. Entretanto, essa não é a única referência para se definir o preço de um terreno, condições já discutidas anteriormente em renda diferencial I e II.

As plantas genéricas de valores seguiram uma lógica similar entre os anos de 1993 e 2012; porém, a partir de 2013, as Leis referentes a esse assunto passaram a ser publicadas considerando individualmente o preço de cada terreno; fato que inviabilizou colocar na mesma série de valores os dados a partir de 2013.

Em Palmas, essas plantas genéricas de valores variam por localidade e tipo residencial ou comercial, agrupadas em cinco regiões comerciais²⁶ e cinco regiões residenciais²⁷, e cada região com valor em m², variando de 1 a 4, apresentando subvariações definidores do valor venal dos terrenos. Os mais elevados encontram-se em locais onde residem e/ou comercializam pessoas ou famílias pertencentes a camadas superiores. Os trabalhadores empobrecidos que ainda insistem em morar em áreas ocupadas por *camadas superiores* estão correndo o risco de serem expulsos para locais longínquos, pois podem ter dificuldades de obter recursos para o pagamento do IPTU de sua moradia.

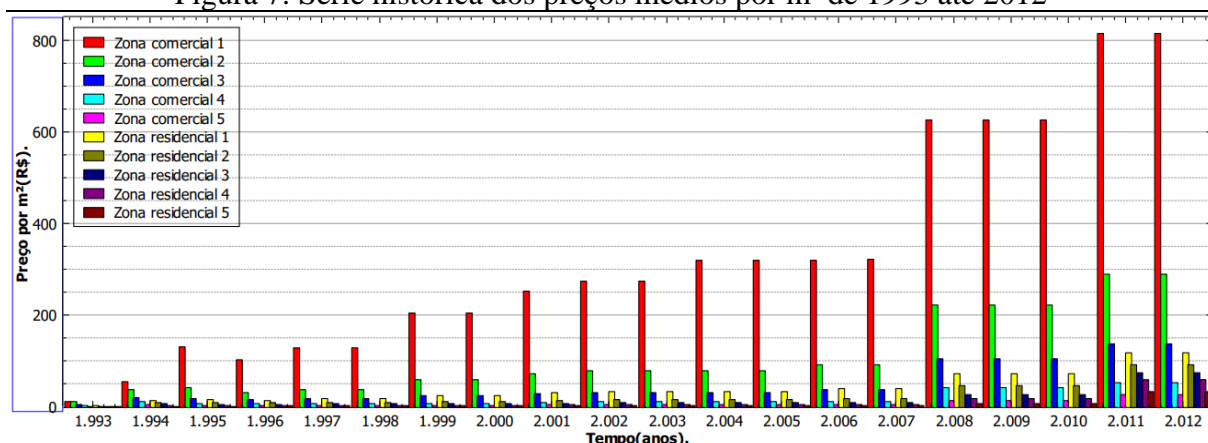
Conforme Figura 7, que expressa os preços médios do m² em Palmas, é possível identificar a variação de preço do m², entre 1993 e 2012. Vê-se aí o acelerado processo de valorização do m² na cidade, com picos maiores em 1995, 2004, 2008 e 2011, e demonstra as diferenças de preços das zonas comerciais e residenciais. A lógica de elevação de preços é similar no decorrer dos anos em função do tipo de terra comercializado, com uma grande discrepância no preço entre terra comercial e residencial.

Os maiores saltos ocorrem de 2007 para 2008 e de 2010 para 2011, o que pode denotar com essa materialidade da realidade, que essas elevações nos valores do m² coincidiram exatamente com períodos marcados com investimentos dos programas governamentais PAC e PMVMV, o que pode ser visualizado que essas interferências do estado na economia podem ter significado um plus no processo de aquecimento da economia com esses investimentos públicos.

²⁶ As regiões comerciais são subdivididas em cinco grupos, sendo que cada grupo tem um valor do m² diferenciado, variando de forma crescente de um a cinco, quando fica estabelecido que às áreas com maiores valorizações estão mais bem localizadas.

²⁷ Assim como às áreas comerciais, as regiões residenciais também são subdivididas em cinco grupos, sendo que cada grupo tem um valor do m² diferenciado, variando de forma crescente de um a cinco, quando fica estabelecido que às áreas com maiores valorizações estão mais bem localizadas.

Figura 7: Série histórica dos preços médios por m² de 1993 até 2012

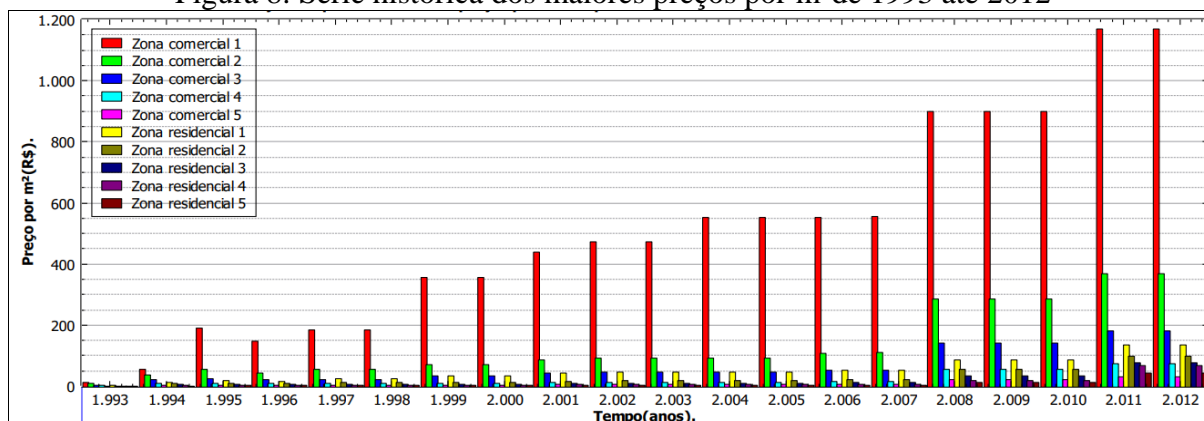


Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas (2018), dados colhidos pela autora nas legislações municipais e tabulados por David de Ribamar Antunes da Silva, acadêmico de Física Médica da UFG.

A planta genérica de valores de 2013, que não consta nessa Figura, revela uma elevação no valor do m² superior a três vezes mais que o maior valor de 2012. Esse fenômeno se contrasta com a realidade econômica do país que, nesse período, vivencia o aprofundamento da crise econômica. Todavia, essa planta de valores genéricos de 2013 tornou-se referência até o ano de 2018, pois a planta de 2014 foi embargada pela justiça, em função da elevação abusiva do valor do m², questão amplamente discutida pela sociedade com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Palmas no TO e da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Na Figura 8, que demonstra os valores do m² das áreas mais valorizadas de Palmas, tanto comercial quanto residencial, verifica-se a mesma lógica já apontada na Figura 7, que identifica a média de preços, seguindo a sequência de elevação registrada nos mesmos anos.

Figura 8: Série histórica dos maiores preços por m² de 1993 até 2012



Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas (2018), dados colhidos pela autora nas legislações municipais e tabulados por David de Ribamar Antunes da Silva, acadêmico de Física Médica da UFG.

As determinações da fixação de preços do solo urbano não decorrem da lógica de mercado, como se este tivesse uma autonomia na regulação dos preços, mesmo que uma

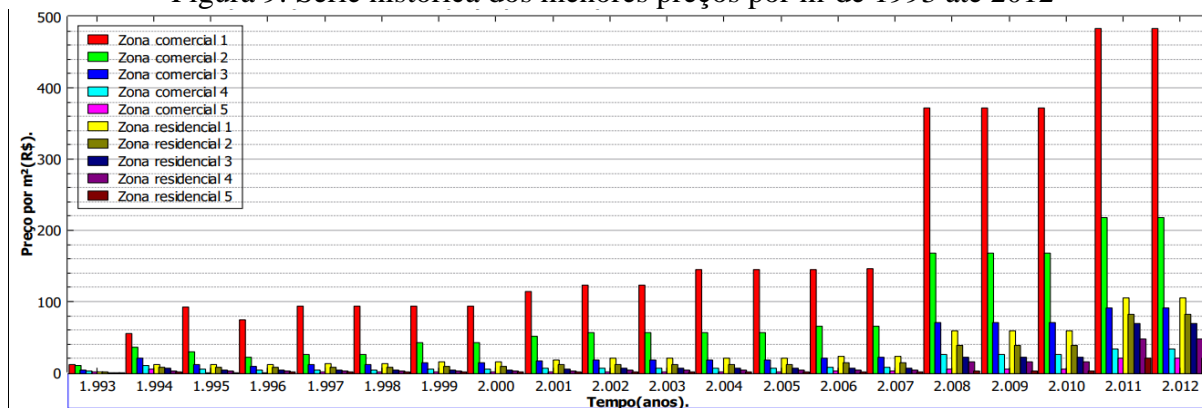
variação possa ocorrer conjuntamente definindo o preço de mercado. Também não são meramente questões especulativas, da relação entre oferta e procura, como defendem diversos profissionais da área.

Para que esses elementos sejam desmistificados, faz-se necessário analisar a fixação da renda da terra a partir do processo de produção capitalista e a sua subordinação a esse processo. Topalov (1984) parte do pressuposto de que o solo não produz valor, seguindo a orientação teórica marxista para entender o que é o valor, a partir da Teoria do Valor Trabalho. Para Smith, Ricardo e Marx, somente o trabalho é capaz de gerar valor. Desse modo, a terra somente terá valor agregado quando houver nela incorporação de trabalho social.

De acordo com Topalov (1984), o crescimento do preço dos terrenos urbanos em função da oferta e da procura é um falso paradigma. Na verdade, o preço dos lotes não depende da quantidade ofertada, ou seja, da abundância ou escassez, mesmo que isso venha influenciar no seu preço de mercado, mas não no seu preço de custo e no seu preço de produção. Mesmo quando se trata de mercadorias comuns, a lei da oferta e da procura não é o meio adequado para explicar a fixação de seus preços. Sua correta análise é a partir das suas condições de produção, inserida dentro do processo de produção capitalista.

Já na Figura 9, que demonstra os menores preços dos terrenos urbanos por m², apesar de seguir a mesma lógica de crescimento do preço na referência dos anos de 1995, 2004, 2008 e 2011, o crescimento do preço é mais linear, ou seja, com uma variação menor em referência às áreas com maiores preços. Essa série histórica dos solos menos valorizados também apresenta uma grande valorização de 2007 para 2008 e de 2010 para 2011, assim como a tabela que ilustra os lotes mais valorizados.

Figura 9: Série histórica dos menores preços por m² de 1993 até 2012



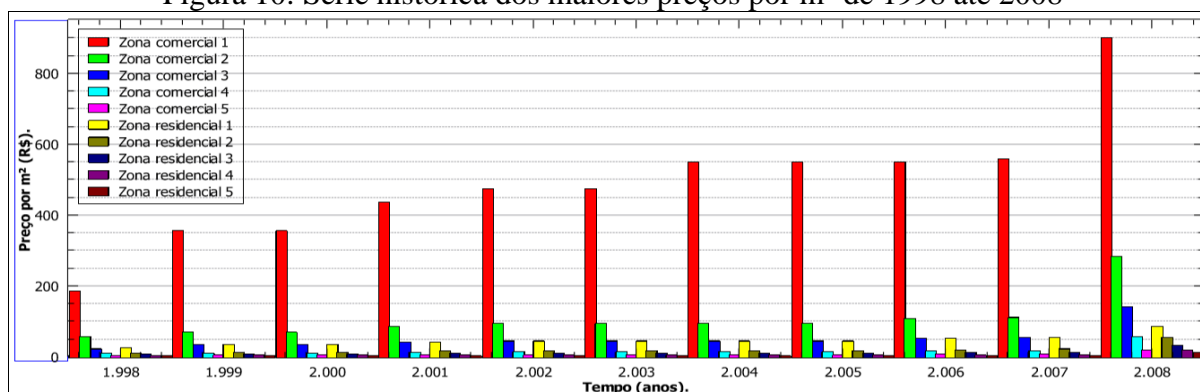
Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas (2018), dados colhidos pela autora nas legislações municipais e tabulados por David de Ribamar Antunes da Silva, acadêmico de Física Médica da UFG.

A cidade é espaço privilegiado de aglomeração da população e dos meios de produção e circulação das mercadorias, o que demanda o crescimento de uso dos terrenos. Porém, existe uma limitação estrutural, dado que o solo não é reproduzível, pois não é possível multiplicar terrenos nos mesmos locais, com as mesmas condições de infraestrutura urbana. Além disso, ocorre a retenção de lotes com fins especulativos, para aguardar a elevação dos seus preços.

Diversos elementos contribuem para a determinação do preço do solo urbano, relacionados ao processo de produção capitalista. De acordo com Topalov (1984), o preço do solo depende também do uso que será dado pelo capitalista, como, exemplo, uso industrial, comercial (lojas e escritórios) ou residencial. Porque a relação social entre proprietário de terreno urbano é conflituosa. Um pretendendo abaixar o preço e o outro elevá-lo. Interfere nessa definição do preço do terreno a expectativa de lucro a ser obtido nesse empreendimento. Ou seja, depende do lucro a ser alcançado no uso do terreno.

Nas Figura 10 e 11, que demonstram a variação dos maiores e menores preços entre os anos 1998 e 2008, é possível perceber um movimento diferenciado no crescimento do preço dos terrenos urbanos em Palmas. A Figura 10, de maiores preços, retrata um crescimento com uma diferença crescente de em torno da metade do valor em relação ao valor de 2008. Os dados apresentados demonstram que os valores do m² das áreas residenciais é enormemente menor que às áreas comerciais.

Figura 10: Série histórica dos maiores preços por m² de 1998 até 2008

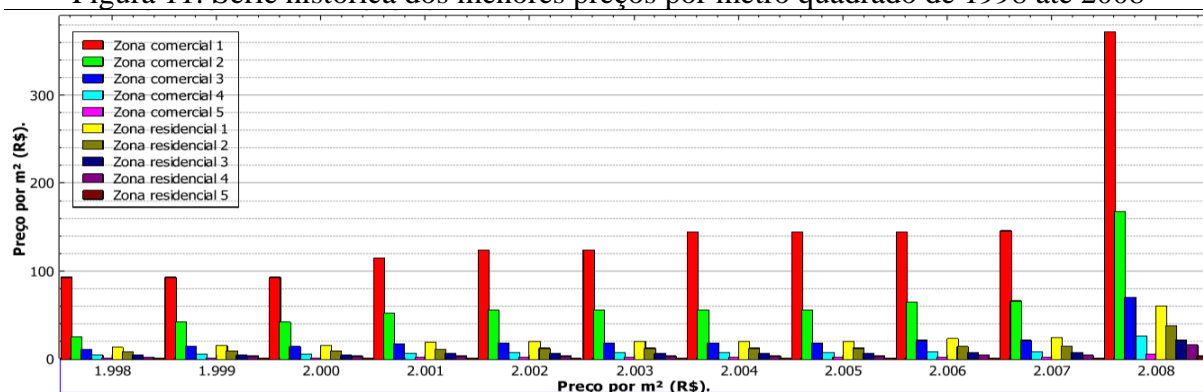


Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas (2018), dados colhidos pela autora nas legislações municipais e tabulados por David de Ribamar Antunes da Silva, acadêmico de Física Médica da UFG.

Já na Figura 11, que reflete os menores preços, registra-se um crescimento mais tímido em relação a 2008; sendo que, de 1998 a 2007, a elevação do preço representa menos que a metade daquele maior ocorrido em 2008. Esse dado, de forma isolada, ao mesmo tempo que demonstra um crescimento grande no valor do m², esconde as determinações das crises internacionais do capital ocorridas em 1998 e em 2008. Essa tabela demonstra também que o

crescimento dos valores de 2007 para de 2008 foram mais elevados para os terrenos com menor valor, mais que dobrando somente de um ano para o outro, enquanto em relação aos terrenos com maiores valores de 2007 para 2008 a elevação é menor que 50%. Isso representa que às classes sociais empobrecidas foram ainda mais atingidas com a elevação do valor do terreno, criando assim uma maior dificuldade para acessá-lo

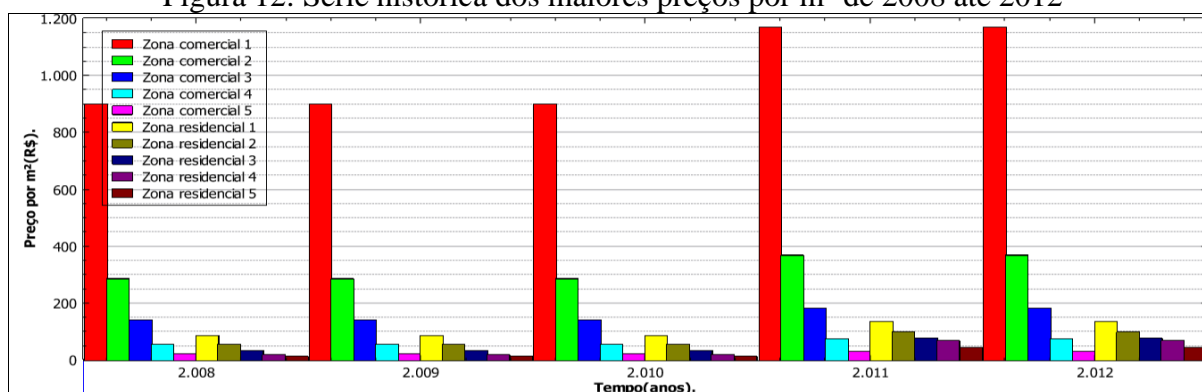
Figura 11: Série histórica dos menores preços por metro quadrado de 1998 até 2008



Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas (2018), dados colhidos pela autora nas legislações municipais e tabulados por David de Ribamar Antunes da Silva, acadêmico de Física Médica da UFG.

Já as Figuras 12 e 13, com os maiores e menores valores de 2008 até 2012, mostram uma variação de preço discreta e, possivelmente, esses dados já podem sinalizar a chegada dos impactos da crise internacional de 2008.

Figura 12: Série histórica dos maiores preços por m² de 2008 até 2012

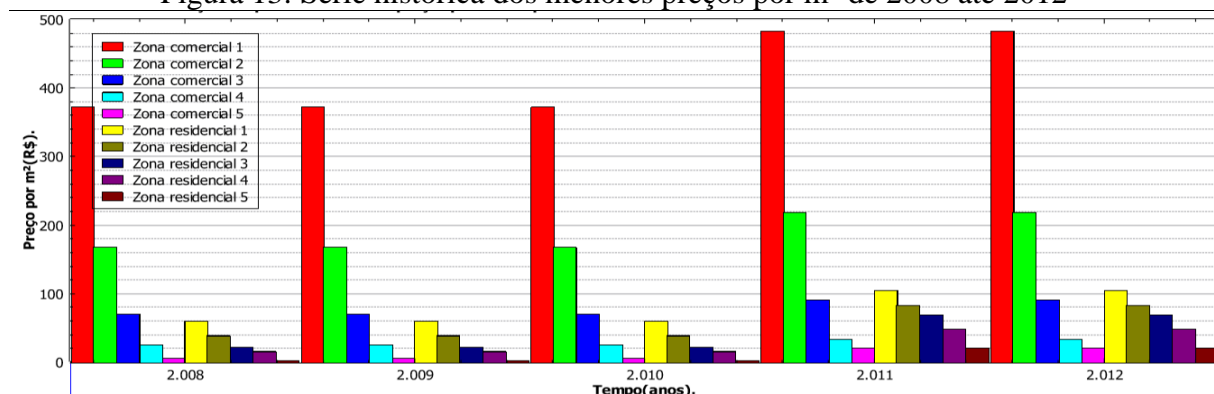


Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas (2018), dados colhidos pela autora nas legislações municipais e tabulados por David de Ribamar Antunes da Silva, acadêmico de Física Médica da UFG.

Na Figura 13, é possível identificar o processo de estagnação dos preços, que ocorre principalmente entre os anos de 2008 e 2010, tendo em vista que os dados das figuras 10 e 11 já demonstraram que houveram grandes elevações de valores de 2007 para 2008, o que vai ser retomado outra vez de 2010 para 2011. E essa informação pode também já revelar impactos

positivos dos programas governamentais implementados com o objetivo de reduzir os efeitos da crise internacional no Brasil.

Figura 13: Série histórica dos menores preços por m² de 2008 até 2012



Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas (2018), dados colhidos pela autora nas legislações municipais e tabulados por David de Ribamar Antunes da Silva, acadêmico de Física Médica da UFG.

De acordo com Topalov (1984), o crescimento de oferta de terrenos em locais diferentes não reduz os preços dos já supervalorizados. Na verdade, pode ocorrer exatamente o contrário: a elevação da oferta por meio de expansões e urbanizações em outros locais pode contribuir para aumentar ainda mais os terrenos com elevado preço. O fato de se produzir infraestrutura em uma área urbana não garante que, logo em seguida, seus lotes sejam colocados no mercado. Isso ocorre em função de que a terra não se constitua genuinamente uma mercadoria.

Outra questão importante diz respeito ao barateamento dos terrenos pelos órgãos administrativos, o que não representa o barateamento dos lotes de forma automática. Conforme Topalov (1984), o solo não tem valor de troca, e a determinação de seu preço não está no mercado mobiliário, mas na localidade onde ocorre a valorização do capital que se reflete no solo, o que remete ao estudo das rendas e de como se dá sua formação, consoante ao discutido nos capítulos iniciais.

Existe uma ruptura entre as condições de acumulação inerentes ao solo urbano, que são incontrolláveis e não reprodutíveis, e as condições produzidas pelo capital. Topalov (1984) trabalha a ideia da complexidade do valor de uso criado no processo do espaço urbano, onde são criadas condições elementares de valor de uso. Por conseguinte, a definição desse valor é fruto da incorporação de trabalho humano, pois somente existirá elevação dos preços de terrenos se houver, por exemplo, a construção de uma ferrovia ou rodovia, a instalação de uma linha de transporte coletivo, ou ainda de um shopping, para agregar valor ao terreno e às suas redondezas.

Dessa forma, o Estado contribui para elevação do valor da propriedade privada urbana. Isso ocorre em função da instalação das condições gerais da produção capitalista, e geralmente é o Estado capitalista o responsável por essas condições, via empreendimentos que fornecerão as condições de acumulação de capital.

O Estado também realiza obra que produz contraditoriamente o barateamento de determinados bens fixos. Entretanto, essa desvalorização tende a ser parcial quando é repassada sua exploração para capitais privados, como é o caso da privatização de estradas (criando o pedágio nas rodovias), nos sistemas de fornecimento de água e de eletricidade. Nesses casos, o Estado, através de concessões, torna-se aliado das empresas capitalistas, e repassa a incorporação de tais lucros para o capital privado. Ele age igualmente com linhas de ônibus, estradas, portos e aeroportos, todas elas em franco processo de privatização no Brasil.

Segundo os estudos de Topalov (1984), o investimento em infraestrutura do Estado não é capaz, por si só, de induzir automaticamente a aglomeração, pois, muitas vezes, esses equipamentos e serviços podem ficar obsoletos ou insuficientes. Essa é uma particularidade de Palmas que, mesmo com uma grande massa de investimentos públicos em infraestrutura urbana, ainda são gigantescos os vazios urbanos, com um processo de retenção de terras para fins de especulação imobiliária, o que revela um processo de espoliação urbana, retirando a possibilidade da classe trabalhadora de morar nas centralidades da cidade, provocando assim grande massa de segregação socioespacial em Palmas.

Ainda que o setor público venha produzir a infraestrutura necessária, nem sempre ela vem acompanhada dos investimentos do capital privado, haja vista que os capitais migram conforme seus interesses de maior rentabilidade. Isso se evidencia em períodos de crises, quando ocorre um enorme deslocamento de investimentos de capitais para outros locais, deixando para trás verdadeiros cemitérios de edifícios e espaços vazios.

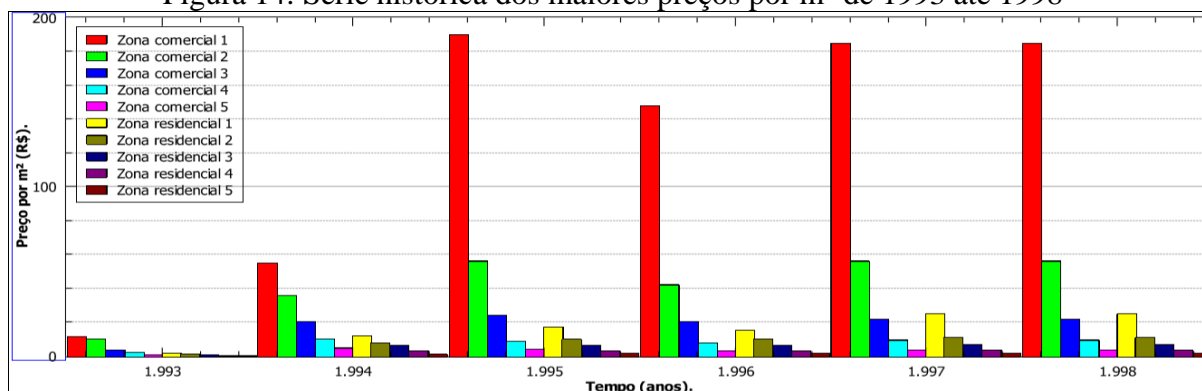
A criação de novas cidades, a partir de um território totalmente rural, fornece a possibilidade de criação de superlucros espaciais localizados, como é o caso de Palmas. Isso também ocorre em cidades que surgiram próximas a uma importante rodovia, como é registrado no Estado do TO, que criou, potencializou ou deu vida a diversas cidades próximas à linha rodoviária da BR 153. Os efeitos da aglomeração não são lineares, mas ocorrerá em função dos interesses do grande e médio capital.

Topalov (1984) demonstra que ocorre um duplo processo na transformação do lucro localizado em renda fundiária. Um deles é o lucro por ramo, que implica a supervalorização de um determinado capital. Nesse caso, tanto o capital quanto a propriedade privada ganham

autonomia, porém, paradoxalmente, pode ocorrer uma resistência no processo, vindo da propriedade fundiária em oposição à utilização da terra pelo capital.

Conforme a Figura 14, de maiores preços de 1993 até 1998, é possível observar que, no início da década de 1990, o valor do m² é irrisório. Com poucos anos de diferença, já em 1995, ocorreu um crescimento exponencial do valor da terra em relação ao ano de 1993. E essa elevação confirma o debate que tem se desenvolvido nessa tese de que é o trabalho incorporado à terra que agrega valor a ela. E é perceptível, justamente nos anos em que a urbanização da cidade começou a se consolidar, como o preço do m² cresceu, e esse crescimento aparece de forma expressiva em 1995, porém, seguiu com uma baixa em 1996, e subiu novamente em 1997 e em 1998, voltando aproximadamente ao valor de 1995.

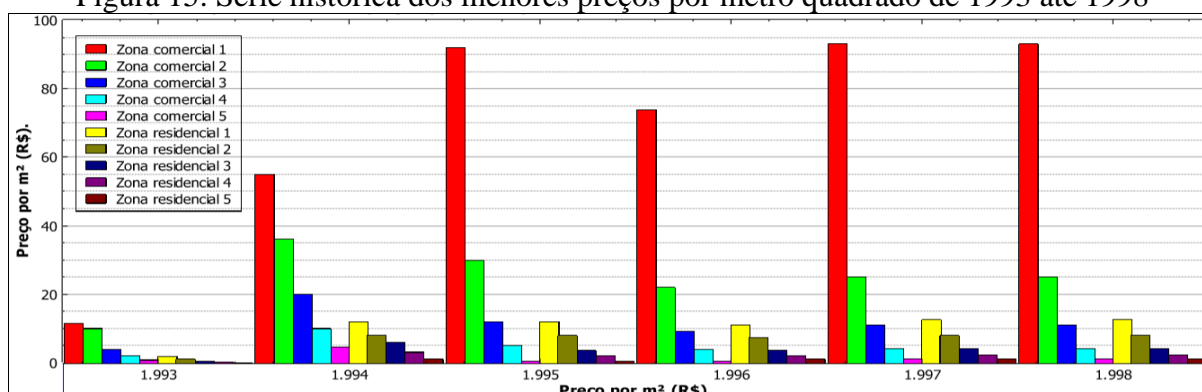
Figura 14: Série histórica dos maiores preços por m² de 1993 até 1998



Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas (2018), dados colhidos pela autora nas legislações municipais e tabulados por David de Ribamar Antunes da Silva, acadêmico de Física Médica da UFG.

Mesmo nos locais de menor valorização, ocorre um processo de elevação na renda da terra, como pode ser visualizado na Figura 15, onde, após apenas três anos de criação da referência do preço administrativo das plantas genéricas, é possível perceber que o preço do m² subiu quase 10 vezes.

Figura 15: Série histórica dos menores preços por metro quadrado de 1993 até 1998



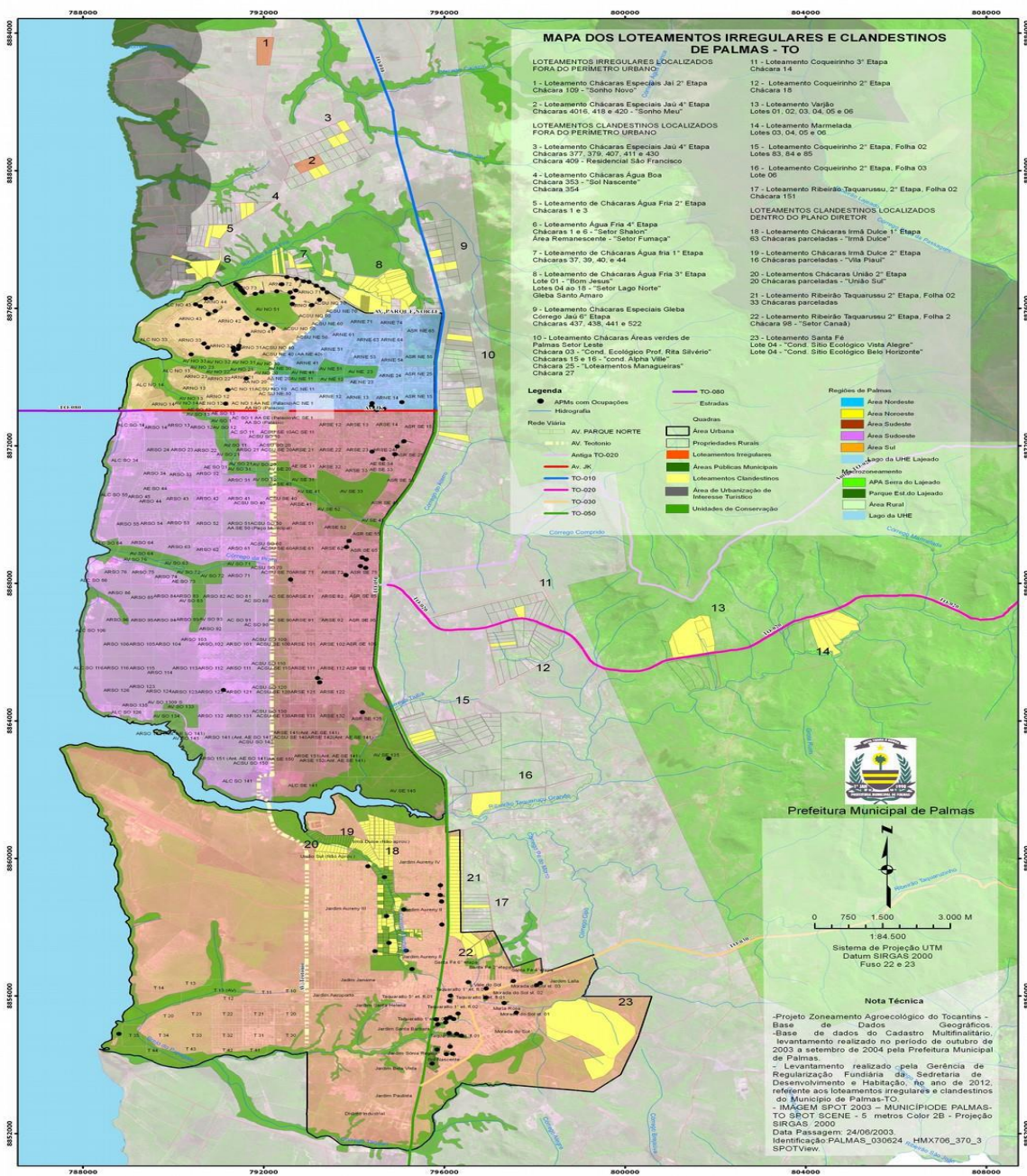
Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas (2018), dados colhidos pela autora nas legislações municipais e tabulados por David de Ribamar Antunes da Silva, acadêmico de Física Médica da UFG.

Parece muito simples pensar na propriedade privada: trata-se de donos de determinados terrenos com direitos, consignados em lei, de usufruir de seus bens de forma individualizada. Nisso consiste uma forte ideologia produzida pela sociedade. Essa relação de propriedade é tão consolidada, em sua forma jurídica, política e ideológica, que todos pretendem possuir esse bem, ou seja, uma propriedade privada, difundido na mídia pelo “sonho da casa própria”. Essa é uma crítica construída por Engels (2015), ao analisar a questão da moradia, expressa em uma visão romântica de que todos deveriam ter uma casa e uma horta. Todavia, para ele, o que deveria ocorrer seria a quebra dessa propriedade privada e, principalmente, a lógica de acumulação.

A terra, quando usada como relação de produção, serve como suporte desse processo, além de ter potencial de valorização de um determinado capital. Esse poder do solo tanto pode ser usado para se tornar produtivo quanto para barrar a valorização do capital. Segundo Topalov (1985), os proprietários de terra constituem obstáculo à valorização da produção capitalista, quando exige, para a liberação dos terrenos, o pagamento de renda pela terra emprestada, alugada ou vendida.

Apesar de Palmas ter se constituído por meio de um projeto de urbanismo, ainda conta com uma série de áreas irregulares e clandestinas, observadas em 2012, conforme fica evidente no Figura 16. Pode-se considerar uma contradição: uma cidade que foi recentemente projetada e construída, mas que, ainda jovem, possui grande quantidade de áreas irregulares e clandestinas, tanto na zona rural, quanto na urbana, apresentando 26 loteamentos nessa condição.

Figura 16: Áreas irregulares em Palmas/TO – 2012



Fonte: Diagnóstico do Plano Diretor (2017) extraído do Mapa do Plano de Regularização Fundiária Sustentável de Palmas

Faz parte da história de quase todas cidades, inclusive de Palmas, a ocupação irregular, sendo que, muitas vezes, essa é a única possibilidade de moradia de diversos segmentos da classe trabalhadora, principalmente a mais empobrecida. O poder público, que deveria disponibilizar áreas na cidade para a população em questão, na realidade, promoveu um processo de regularização e expansão desenfreado nos Planos Diretores de 2007 e 2018, privilegiando as frações do grande e médio capital. Esse processo, como se sabe, é

historicamente comprometido com uma cidade orientada para a valorização dos empreendimentos financeiros, comerciais ou então industriais.

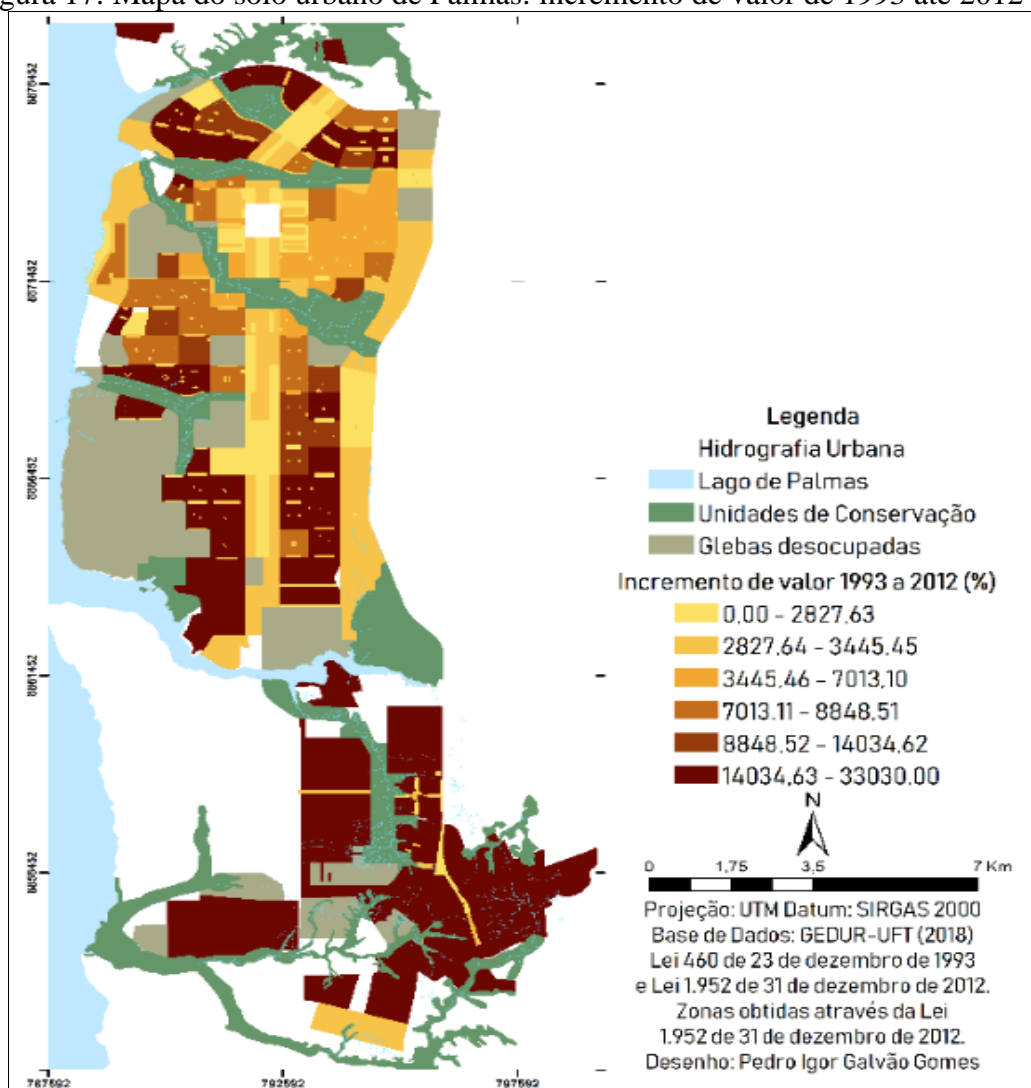
Como ficou evidenciado anteriormente, a proposta de ocupação de Palmas, que deveria ter ocorrido do centro para a periferia, com ocupação da periferia somente após 50 anos, ocorreu, na realidade, um processo de adensamento contrário, com uma forte ocupação periférica. Assim, Palmas, com apenas 30 anos de existência, tem se expandido para áreas muito distantes.

A lógica da produção capitalista se estende para a exploração das terras urbanas, produzindo mecanismos de realização da extração de renda da terra para garantir superlucros. Conseqüentemente, o próprio Estado constrói a infraestrutura necessária para garantir esse processo de exploração. Além de ser expropriada de seus bens em termos de posse ou propriedade de suas pequenas áreas rurais transformados terrenos urbanos de elevado valor, a classe trabalhadora continua sendo expropriada no trabalho, ao receber apenas o correspondente a parte do trabalho realizado, porque a outra parte é trabalho não pago, origem dos lucros e da acumulação de capitais pelos donos do capital adiantado.

Outra questão que merece destaque, conforme o Diagnóstico Socioterritorial de Municipal de Palmas, de 2017, é o processo de ocupação da zona rural nas proximidades da cidade. Essa ocupação, porém, não se volta a uma perspectiva produtiva, mas ocorre para fins de lazer, promovendo a valorização do espaço para o aumento do valor da renda daquela terra, reduzindo a possibilidade de produção agrícola nesses espaços, alterando completamente suas características.

Outro elemento que causou surpresa na investigação, visualizado na Figura 17, demonstra que, apesar de todas as séries históricas de valores do m² em reais apontarem uma elevação crescente no decorrer dos anos, o valor real em moeda é maior que o valor dos loteamentos das zonas periféricas. Porém, o solo na periferia também teve grande elevação, em percentual, ou seja, no incremento, a maior representação de aumento de valor da terra, o que acentuou um outro tipo de segregação. No decorrer de 19 anos, essas áreas tiveram uma elevação entre 14.034,63% e 33.030,0 % de crescimento da renda da terra. Então, até mesmo as áreas mais segregadas da cidade se tornaram segregadoras dos segmentos de trabalhadores ainda com mais baixos poder aquisitivo.

Figura 17: Mapa do solo urbano de Palmas: incremento de valor de 1993 até 2012 (%)



Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas (2018), dados colhidos pela autora nas legislações municipais e mapa produzido por Pedro Igor Galvão Gomes, acadêmico de Arquitetura da UFT.

Uma alternativa que esses setores empobrecidos da cidade têm recorrido para obter suas moradias é a aquisição de lotes com prestações diluídas em longos anos, na margem direita do rio Tocantins – região parte do Município de Porto Nacional, no distrito de Luzimangues²⁸, porém mais próximas ao território de Palmas, local onde geralmente trabalham. De acordo com Pinto (2014), tal loteamento se constitui em um grande problema urbano. A população que lá reside já se aproxima a 10% da população de Palmas. Porque a maior parte desses trabalhadores tem esse espaço de moradia, usando-o apenas como dormitório, visto que sua atividade de

²⁸ Luzimangues é um distrito do Município de Porto Nacional, situado ao lado do lago de Palmas, e que faz divisa com Porto Nacional; porém, está localizado a 60 km de distância do centro dessa cidade, e a, aproximadamente, 12 km do centro de Palmas. Nos últimos anos, o loteamento em questão apresentou um crescimento elevado nas vendas, pois propunha prestações de baixo valor, dimensionadas a perder de vista e, com essa estratégia de venda, o local passou a ser moradia de trabalhadores empobrecidos de Palmas. Pinto (2014) contabilizou 22.323 imóveis, o equivalente a quase 10% da população de Palmas.

trabalho, de estudo, ou outras, são realizadas geralmente em Palmas, o que gera dificuldades de diversas ordens. No caso das políticas sociais municipalizadas, essa população não pode usar os serviços de Palmas, mas precisam das políticas de Porto Nacional, que é uma cidade com uma arrecadação bem menor do que a de Palmas.

A valorização da terra naquele espaço é muito pequena, porém, para os loteadores que recebem pequenas parcelas com prestações a perder de vista, há uma significativa apropriação de renda naquelas terras. No entanto, esses loteadores não assumem as responsabilidades sociais decorrentes da venda de terrenos naquela localidade. O tráfego de veículos entre Porto Nacional e Palmas ocorre pela ponte e pelo aterro Fernando Henrique Cardoso, com uma extensão de 8 km, gerando congestionamentos e diversos acidentes.

Resguardadas as particularidades históricas, econômicas, sociais e regionais, já no século XXI, diversos planejamentos tornaram-se instrumentos de gestões governamentais e, conforme consta no diagnóstico sócio territorial do Município, publicado em 2017. Palmas foi projetada para acolher 1.200.000 habitantes. Porém, após 30 anos de sua criação, o censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou apenas uma população de 228.332. Na atualidade, essa população foi estimada em 286.787 indivíduos (IBGE, 2017). Portanto, ao confrontar o território urbano de Palmas e a população nela residente, constata-se uma baixíssima densidade demográfica, de 102,9 hab./km² (IBGE, 2010), evidenciando-se gigantescos vazios urbanos,²⁹ em decorrência dos entraves à classe trabalhadora no seu acesso à moradia.

Em Palmas, existem muitas áreas urbanizadas, com escasso número de habitações, dada a mencionada dificuldade de acesso da classe trabalhadora aos terrenos urbanos e, portanto, à habitação. Constituem-se em áreas nobres, cujos preços dos terrenos ficam fora do alcance para serem acessados por grandes segmentos dessa classe. Tal situação resulta da incorporação de trabalho social em terra urbana, em espaços sociais reservados para as frações burguesas. Até mesmo as camadas médias de elevado poder aquisitivo, com a instalação de infraestruturas e a construção de espaços residenciais nobres, contribuem para a elevação do processo de valorização da terra urbana.

O poder público ao realizar um elevado investimento em infraestrutura urbana, corrobora com a elevação da renda da terra de terrenos localizados naquela área. Ao mesmo

²⁹ João Aparecido Bazzoli contribui com esse debate em sua Dissertação de Mestrado apresentada em 2007, tratando da questão dos efeitos dos vazios urbanos no custo da urbanização da cidade de Palmas, Tocantins, e também em sua Tese de Doutorado, de 2012, intitulada *Dispersão urbana e instrumentos de gestão: dilemas do poder local e da sociedade em Palmas/TO*.

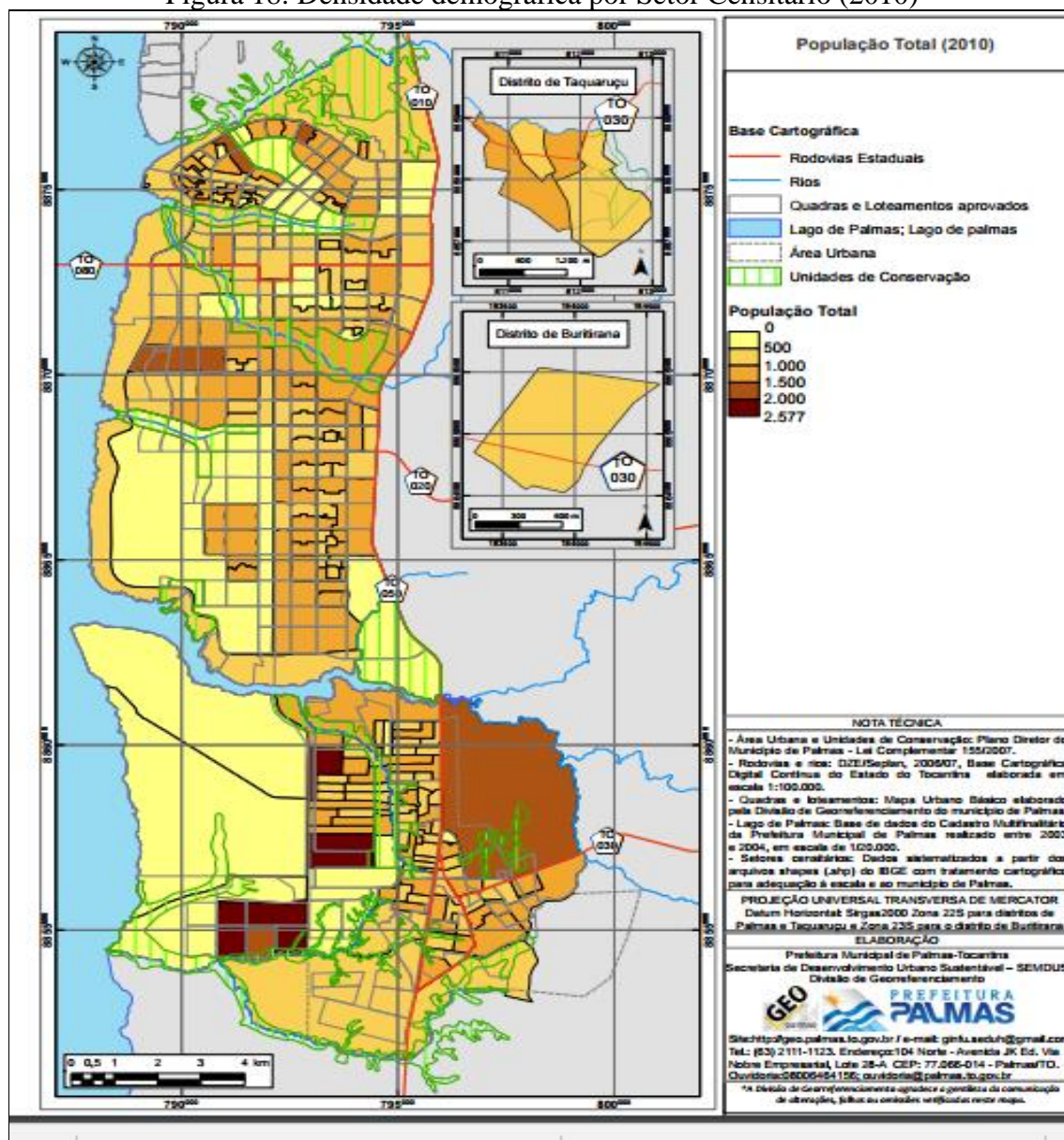
tempo que eleva os preços das construções urbanas, colabora para a existência de grandes contingentes de lotes vazios. Nesse processo, restou, aos trabalhadores empobrecidos, a busca por moradias em localidades onde inexistem infraestrutura urbana ou são de baixa qualidade e insuficiente, ou seja, em terrenos desprovidos e/ou com precários equipamentos e quase inexistência de serviços coletivos urbanos. Uma vez que grandes faixas populacionais estão impedidas de ocupar as áreas residenciais de espaços valorizados, aumentam as demandas da classe trabalhadora quanto a investimentos públicos nos espaços residenciais periféricos e desprovidos de infraestrutura urbana.

Segundo Bazzoli (2012), as áreas vazias se constituem em grandes estoques de terra urbana disponibilizadas à venda, com crescente valorização, dificultando gradativamente o acesso da classe trabalhadora à terra urbana valorizada. Tal processo é fruto, principalmente, das negociações do poder público com as empresas da construção civil, contratadas para urbanizar a capital do estado do Tocantins. Em 1991, o próprio governo criou loteamentos em regiões localizadas a mais de 30 km de distância do centro, ou seja, fora do Plano Diretor preliminar da cidade, onde deveria ocorrer a ocupação da cidade.

Esse território de mais de 30 km fica na divisa com Porto Nacional, onde foi loteada a região de Taquari, sem nenhuma infraestrutura urbana e, até a atualidade, ainda requer instalação de infraestrutura urbana. Para agravar mais a situação, na região em questão, há outra ocupação urbana, conhecida popularmente como “Capadócia”, região ainda mais distante do centro e a mais discriminada de Palmas, apresentando grandes problemas urbanos. As expansões para as áreas periféricas, conforme explicitado no Diagnóstico do Plano Diretor de 2017, deveriam ocorrer somente 50 anos após a criação da cidade. Porém, a segregação socioespacial em Palmas encontra-se representada no estabelecimento de grandes segmentos populacionais em terras distantes do centro, tanto nos limites da cidade de Porto Nacional, quanto no próprio Município de Porto Nacional.

A Figura 18, a seguir, evidencia a densidade geográfica de Palmas na atualidade, de caráter absolutamente abusivo de produção de renda da terra, com grandes extensões de espaço vazio. As regiões das extremidades norte e sul são os locais com maior densidade populacional, sendo que, na região sul, reside quase metade da população da capital do estado do TO (REIS, 2018). Na parte do mapa do extremo sul, com uma distância de aproximadamente 30 km em relação ao centro da cidade encontra-se a maior aglomeração da população de Palmas, sendo elas às regiões dos aurenys, taquaralto e taquari.

Figura 18: Densidade demográfica por Setor Censitário (2010)



Fonte: Diagnóstico do Plano Diretor (2017)

De fato, as primeiras ocupações urbanas clandestinas são onde se concentram, até a atualidade, grande parte da população de Palmas. Na Figura 18, é possível observar que, no extremo norte, com faixa mais escura, representando as moradias dos operários, se situam exatamente os moradores das Área Residencial Noroeste (ARNOS), ou seja, a Vila União: uma das regiões que vivenciaram o processo de normalização para a regularização das ocupações pré-existentes. Atualmente, tal região possui infraestrutura urbana. No entanto, a população passou por um processo de sofrimento no começo das ocupações, inclusive com episódio de incêndio, que destruiu os barracos de lona dos moradores (REIS, 2018). Tendo em vista que

boa parte das áreas centrais já era propriedade de empresários da construção civil, a população foi se organizando nos espaços que restavam.

Na quadra 1.306 sul, que não foi incluída na Lei n. 836/1996, havia um espaço vazio, onde os trabalhadores, organizados pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), realizaram uma ocupação nos anos 2000.³⁰ Porém, houve uma forte repressão e uma retirada violenta das famílias que estavam em luta, logrando êxito somente em 2006, com a lei estadual que estabeleceu a doação da quadra inteira para o domínio do MNLN, onde foram implementados diversos projetos habitacionais de Interesse Social. O espaço conta, atualmente, com infraestrutura urbana completa, inclusive com uma escola municipal de Tempo Integral de alta qualidade, infraestrutura urbana essa que demorou quase 10 anos para chegar, após muitas lutas.

Diante do exposto, vale observar que o processo histórico de ocupação da cidade de Palmas fora todo permeado por ocupações irregulares nas diversas áreas da cidade, onde sobrou das interdições do centro para às classes trabalhadoras empobrecidas, fruto da resistência da classe trabalhadora, tanto na região sul, quanto na região norte. Por outro lado, contraditoriamente, ocorre um processo exacerbado de expansão urbana. Nas áreas centrais, há um elevado número de propriedades pertencentes a imobiliárias privadas. Todas essas áreas são urbanizadas, muitas delas vazias e intactas, com a finalidade de valorização e posterior venda para a apropriação da renda da terra produzida pelo trabalho socialmente desenvolvido.

³⁰ Na dissertação de Mestrado de Silva (2009), foi realizada uma pesquisa sobre essa quadra e sobre o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN).

PARTE III – CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA URBANA DE PALMAS E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

E por fim, a terceira parte da Tese trata da configuração urbana e seu processo de segregação socioespacial. Para tanto, foi necessária a construção de três capítulos que se ocuparam de aproximações sucessivas ao processo de elevação da renda da terra e à produção da segregação socioespacial. Nessa parte, o sétimo capítulo se ocupa das análises da urbanização e o lugar ocupado por Palmas no processo ampliado de produção do capital. Inicia-se discorrendo de forma breve sobre o processo histórico que marca a urbanização brasileira, e tem como objetivo demonstrar o papel que desempenham os serviços e infraestruturas urbanas na vida interna da cidade e nas conexões com outras cidades do Brasil. Nesse capítulo, são expostas também algumas determinações do Estado capitalista, a partir das ideias de Mandel (1982).

O oitavo capítulo possibilita identificar a segregação socioespacial, enquanto expressão da contradição de classe, no tecido urbano de Palmas, como um processo resultante do antagonismo entre capital e trabalho, produzindo pelo mesmo processo, acúmulo de riqueza e extensão da pobreza, fazendo uso da exposição de dados empíricos. Demonstra-se também a espacialização da segregação socioespacial de Palmas, considerando o valor administrativo do preço da terra.

E por fim no nono e último capítulo remete-se o debate para o processo de segregação socioespacial e seus reflexos na moradia popular, considerando seus aspectos objetivos mediante a utilização de fontes empíricas. No entanto, aliada a essa demonstração, expõe-se elementos teóricos para auxiliar no deslindamento da questão da moradia, assim como das lutas políticas, que se tornam o motor para criar possibilidades de introduzir modificações na realidade, a fim de atender interesses da classe trabalhadora.

CAPÍTULO VII - A URBANIZAÇÃO E O LUGAR OCUPADO POR PALMAS NO PROCESSO AMPLIADO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O presente capítulo tem como objetivo analisar alguns elementos do processo de urbanização e o lugar ocupado por Palmas no processo ampliado de produção do capital: papel central da rede de serviços e de infraestrutura urbana que é a de criar conexões com outras cidades do Brasil.

A urbanização brasileira foi deveras tardia. Conforme Santos (2013), durante séculos, o país permaneceu predominantemente agrário. No Estado da Bahia, a urbanização deu seus primeiros passos, sendo que, na sua capital, foi construída a primeira rede urbana de conexão com as Américas. Registrou-se, no século XVI, a criação de 18 aglomerados urbanos constituído de vilas e cidades. No século seguinte, mais 37 foram criados e, no século XVIII, mais 15. Os dados fornecidos por Santos (2013) demonstram a lentidão do processo de urbanização no Brasil. Em três séculos, apenas 70 vilas e cidades foram criadas, sendo registrada, na região norte, somente quatro.

Oliveira (1982) informa que as primeiras cidades que se desenvolveram no Brasil seguiram a rota do povoamento litorâneo, local das instalações necessárias, com meio de transporte para o escoamento de produtos primários, em função da lógica de seu padrão de acumulação. Por outro lado, afirma que a industrialização produz um redimensionamento de cidades brasileiras, mesmo que ocorra ainda a partir de dentro de uma economia agroexportadora, com características da monocultura, diferentemente de outros países, cujos produtores agrícolas se diversificam, dando origem às vilas ou pequenas cidades. No Brasil, o que se forma são poucas cidades, embora de grande proporção, acompanhada de uma importante polarização na população, com os ricos e os pobres.

O fenômeno de urbanização tardia, conforme constata Silva (1989), ocorre em função de tratar-se de um país de economia periférica. Sua dinâmica interna, decorrente do papel ocupado na divisão internacional do trabalho, ou seja, de seu lugar no processo ampliado de produção do capital, confere características próprias a seu processo de urbanização.

Se por um lado, até o século XIX, não ocorreu um processo de urbanização significativa, no século XX, triplicou a concentração da população nas cidades. De acordo com Santos (2013, p. 29),

[...] a partir da metade do século XIX, quando, a partir da produção do café, o estado de São Paulo se torna polo dinâmico de vasta área que abrange os estados mais ao sul e vai incluir, ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais. [...] De

um lado, a implantação de estradas de ferro, a melhoria dos portos, a criação de meios de comunicação atribui uma nova fluidez potencial a essa parte do território brasileiro. De outro lado, é aí também onde se instalam, sob os influxos do comércio internacional, formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio, consumo, que vão tornar efetiva aquela fluidez. Trata-se, porém, de uma integração limitada, do espaço e do mercado, de que apenas participa uma parcela do território nacional.

Enquanto em São Paulo ocorria um processo de produção cafeeira, que se desenrolou até o início de 1920, Silva (1989) informa que já existia uma importante aglomeração nessa cidade, colocando para os trabalhadores mal remunerados o aluguel como única alternativa de habitação existente em cortiços de extremas e precárias condições de sobrevivência. Já os trabalhadores de poder aquisitivo mais elevado residiam em vilas de conjuntos habitacionais, com casas de pequeno tamanho, muitas delas geminadas. Nessa mesma década, a lógica dos cortiços começou a ser modificada, com o avanço da industrialização, dando origem ao processo de segregação, quando os trabalhadores passaram a construir suas próprias casas em locais mais remotos, distantes da fábrica, ou seja, longe do local de trabalho (SILVA, 1989).

A dinâmica em questão contribui para viabilizar as condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo, tanto em território nacional, quanto internacionalmente. Mais adiante, já no século XX, Silva (1989, p. 22) observa que:

A maioria dos autores brasileiros que tratam da economia brasileira aceitam a Revolução de 1930 como marco de passagem da predominância do Modelo Econômico Agroexportador, para o Modelo Urbano-Industrial, sendo, porém, que só em 1956, pela primeira vez, a renda do setor da industrial supera a da agricultura.

Assim, de acordo com Santos (2013, p. 27), “Após os anos de 1940-1950, os nexos econômicos ganham enorme relevo, e impõem-se às dinâmicas urbanas na totalidade do território.” Porém, a integração do restante do país somente será possível após a Segunda Guerra Mundial, em função da necessidade de instalação da infraestrutura necessária para a produção do capitalismo imperialista, sob a hegemonia dos Estados Unidos. Conforme Silva (1989, p. 23),

A partir de 1940, se registra enorme fluxo de migração nacional, principalmente para São Paulo, em decorrência das transformações econômicas, que se aprofundam desde 1930, com a aceleração da industrialização, como a criação de um mercado de mão-de-obra e a fixação de salários mínimos regionais.

Segundo Santos (2013, p. 38), esse mecanismo “de meio técnico-científico-informacional é marcado pela presença da ciência da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico

para sua realização.” No Brasil, esse movimento foi consolidado com a Ditadura Militar, o que proporcionou um rápido ingresso na economia internacional. Conforme as análises de Lefebvre (1999, p. 171), a cidade é “o lugar por excelência e o conjunto dos lugares onde se realizam os ciclos da reprodução, mais amplos, mais complexos que os da produção que eles envolvem”.

De acordo com Rauta Ramos (1997, p. 102):

Todo o conjunto das “condições gerais da produção social” tem que se adaptar a socialização do território nacional e multinacional. Os capitalistas, para instalar suas unidades de produção, de gestão, de pesquisa ou de direção e de serviços financeiros, exigem, além dos meios de comunicação material (estradas e instrumentos de telecomunicação), conjuntos coletivos de habitação, escolas, universidades e centros de pesquisa.

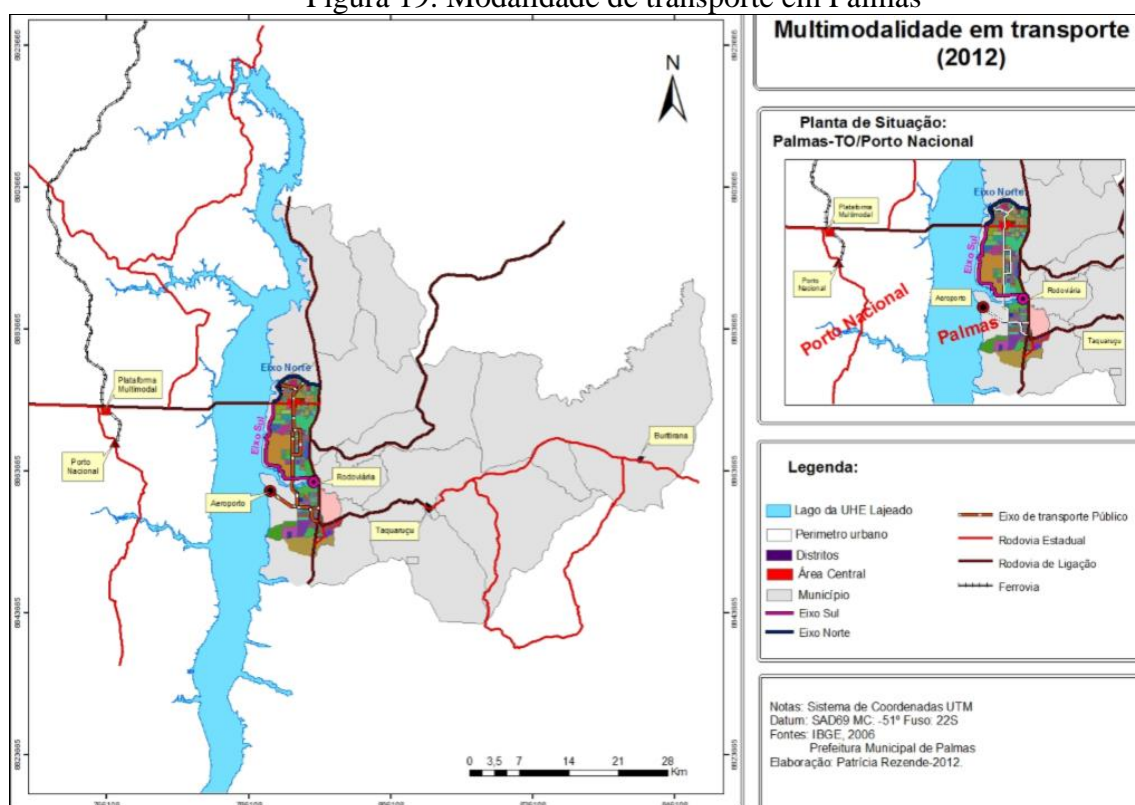
Silva (1989) atenta que a produção do urbano se desenvolve na teia das relações sociais, e que isso não se trata de uma característica exclusiva do modo de produção capitalista. Porém, de acordo com essa autora (1989, p. 14), é a partir dessas relações de produção que

[...] o urbano se apresenta como expressão do modo de vida capitalista, se transforma, também, num espaço da luta entre as classes sociais que compõem esse modo de produção e que se expressam, historicamente, pelas formações sociais que engendra, isto porque o urbano, ao mesmo tempo em que constitui espaço de reprodução do capital, é também espaço de reprodução das classes sociais.

Muito embora a produção industrial não tenha ocorrido na cidade de Palmas, essa cidade passou a exercer uma função importante para a integração da região norte no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Para Lefebvre (2008), a cidade não é somente superestrutura, mas é parte do processo de produção, distribuição e troca, dentro do modo de produção capitalista, exercendo uma relação imediata dentro desse processo. Assim, verifica-se que o centro urbano de Palmas desempenha um papel importante. Afinal, suas localidades são providas das principais infraestruturas que dão suporte ao movimento do capital na região. Nesse território, se encontram instalados aeroporto, bancos, rede hoteleira, estradas, além de um parque multimodal.

A Figura 19 indica as rodovias de acesso de Palmas, a proximidade do pátio multimodal a seu território, facilitando o processo de uso da cidade no acesso a esse espaço de escoamento de produção. Isso exige do poder público municipal a criação de melhores condições para a circulação das carretas que passam pela cidade. Estão sendo construídas vias especiais de escoamento, além da substituição de asfalto para suportar o peso do transporte.

Figura 19: Modalidade de transporte em Palmas



Fonte: Bazzoli (2012)

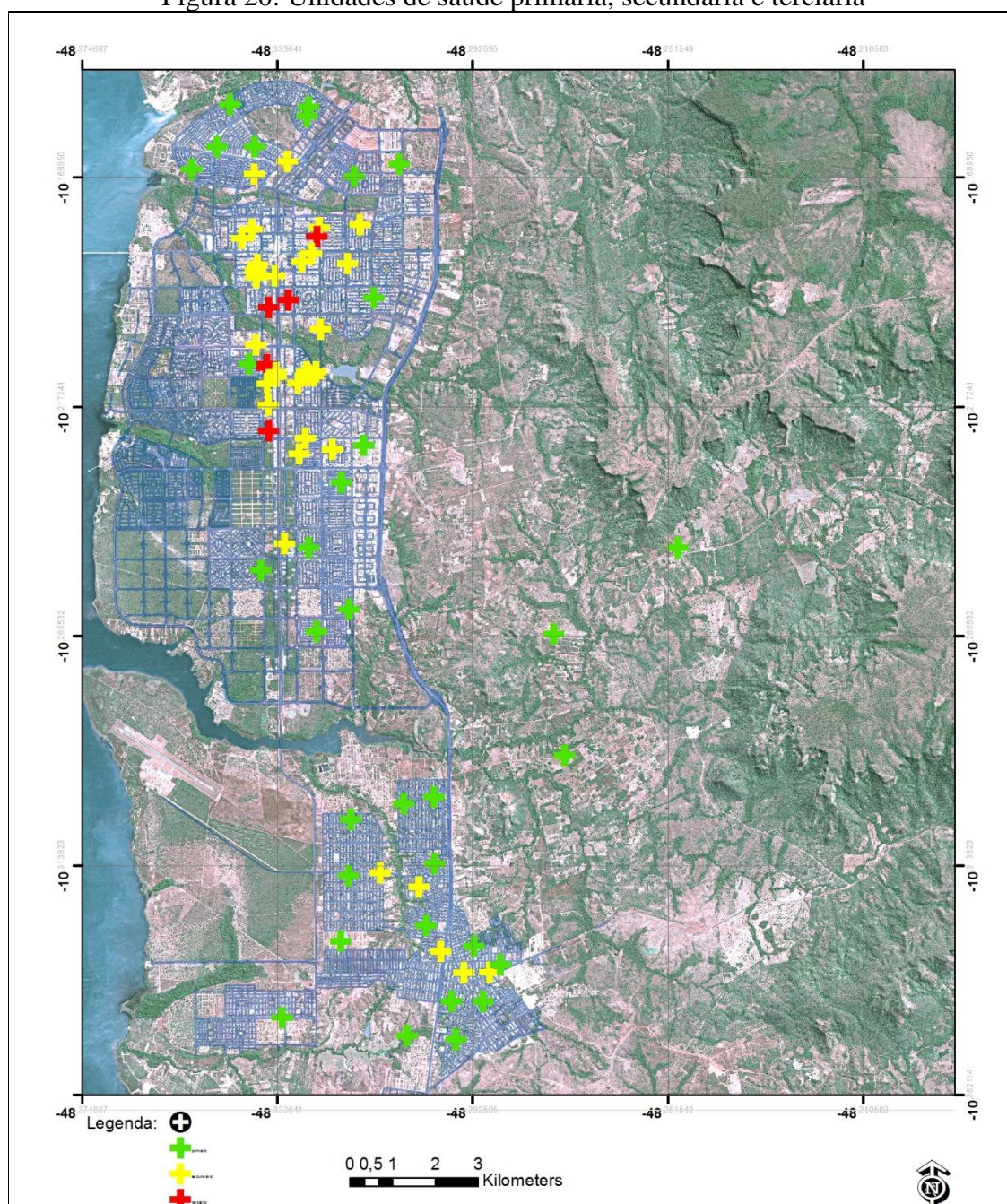
Apesar de o território de Palmas não ser cortado pela BR 153, essa rodovia se localiza a aproximadamente 40 km, possuindo três rodovias estaduais de acesso: TO-050, TO-010 e TO-060. Isso coloca essa cidade em posição estratégica em relação às vias de transporte que ligam Belém, Palmas e Brasília. A rodovia interestadual 153 exerce um papel muito importante no processo de conexão da região norte com o restante do país.

De acordo com Bazzoli (2012), o aeroporto de Palmas, denominado Brigadeiro Lysias Rodrigues, dispõe de uma área total de 23.739.952 m² e uma área construída de 12.300 m², possibilitando uma grande expansão, caso no futuro seja necessário. Ele tem uma capacidade de circulação anual de 370 mil passageiros. Entre os anos de 2005 até 2010, recebeu uma média anual de 260.100 passageiros. A rodoviária de Palmas registrou, no ano de 2008, um movimento de 208.800 passageiros, sendo Brasília e Goiânia os destinos mais procurados na rodoviária. Observa-se que o número de passageiros no aeroporto é maior que o da rodoviária.

A Figura 20 trata dos equipamentos de saúde. O ponto verde representa as unidades primárias; o ponto amarelo, as unidades secundárias; e o ponto vermelho, as unidades terciárias. Aqui é preciso observar a concentração das Unidades de Saúde, de nível terciário, na região central da cidade; e, nas periferias, têm-se, em maior número, as Unidades Básicas de Saúde, com cobertura pulverizada. Tal processo é compreensível, tendo em vista que, nas áreas centrais

da cidade, são mais evidentes os vazios urbanos, pois a classe trabalhadora empobrecida habita nas extremidades da cidade. De fato, a cidade de Palmas representa um polo de referência em atenção à saúde, tanto pública, quanto privada, pois se trata do centro urbano mais próximo geograficamente de diversas cidades dos Estados do Maranhão, Pará e Mato Grosso.

Figura 20: Unidades de saúde primária, secundária e terciária

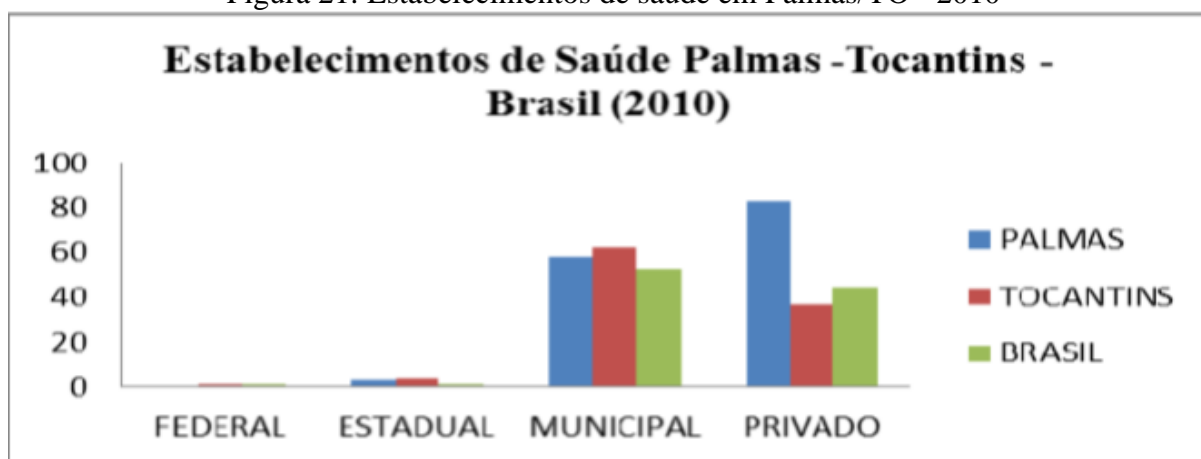


Fonte: Diagnóstico do Plano Diretor (2017)

Na Figura 21, onde está registrada a quantidade de equipamentos de saúde, fica evidente que a rede privada em Palmas é maior que a rede pública. Esse segmento se instalou em função

da possibilidade de extração de lucros, dado o papel estratégico de seu território do interior do país.

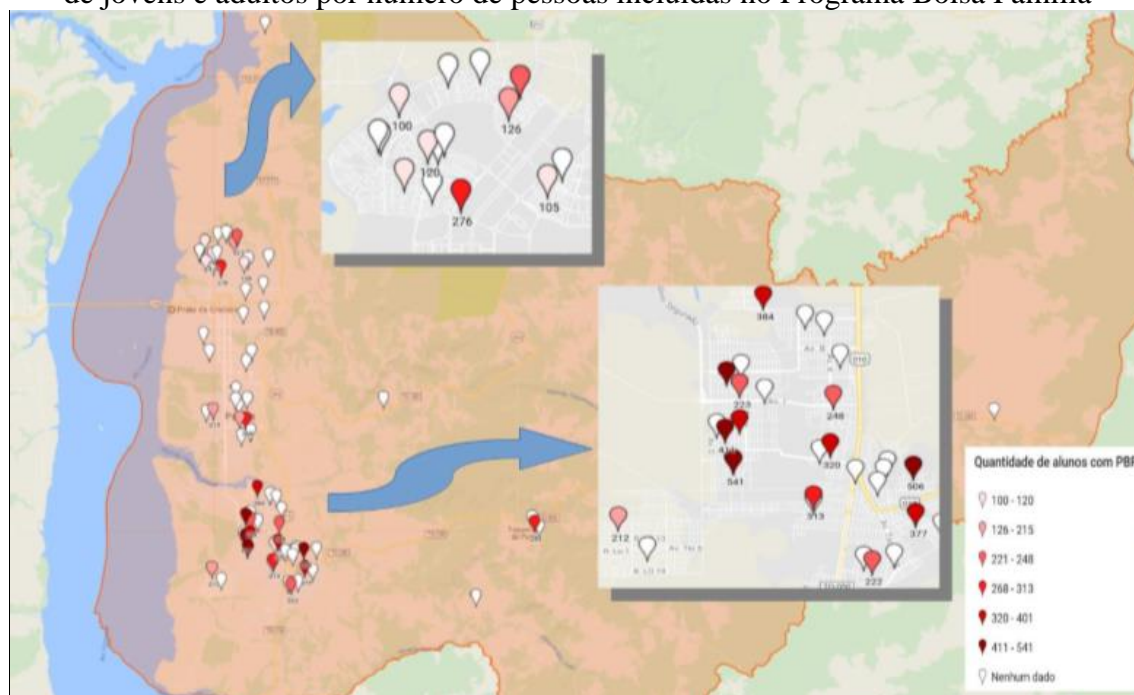
Figura 21: Estabelecimentos de saúde em Palmas/TO - 2010



Fonte: Bazzoli (2012), recolhido do IBGE 2010

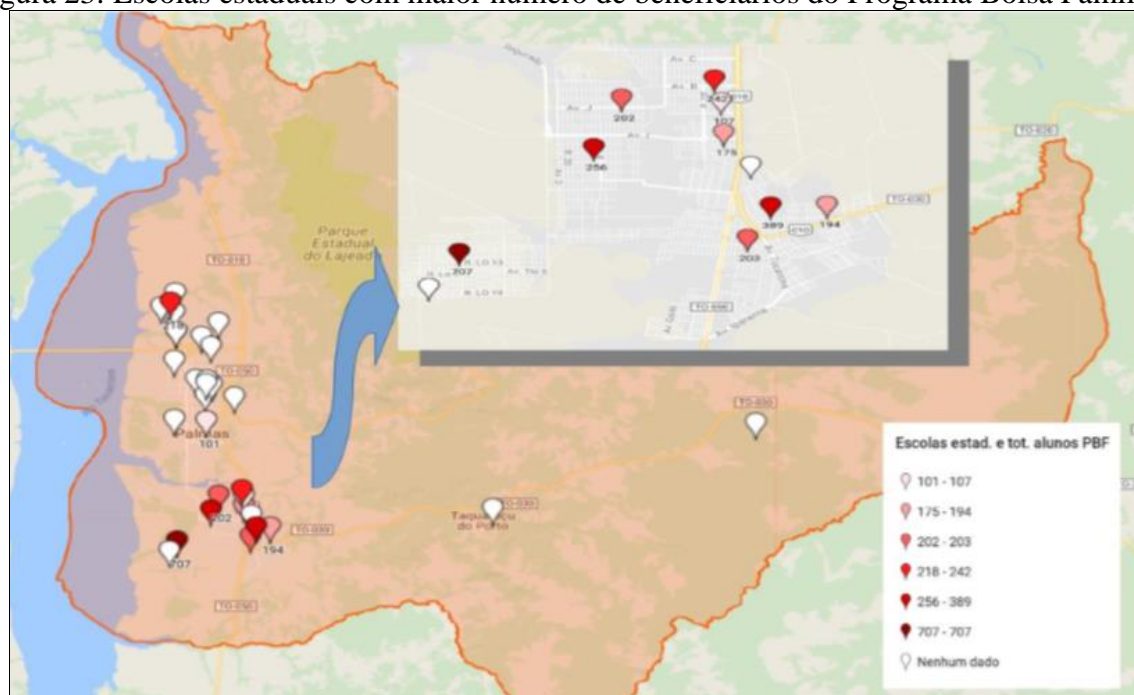
As Figuras 22 e 23, a seguir, apresentam os mapas de escolas municipais e estaduais com o número de beneficiários do Programa Bolsa Família, indicando as localidades onde se encontram a população segregada, mostrando onde vivem os trabalhadores com menor renda. Na extremidade da região norte, tem registrado um menor número de moradores, enquanto que, na extremidade da região sul, concentra-se uma maior densidade demográfica, dado o maior número de trabalhadores pauperizados.

Figura 22: Escolas de Tempo Integral, CEMEI, Escolas municipais e Centro de Educação de jovens e adultos por número de pessoas incluídas no Programa Bolsa Família



Fonte: Diagnóstico Socioterritorial (2017)

Figura 23: Escolas estaduais com maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família

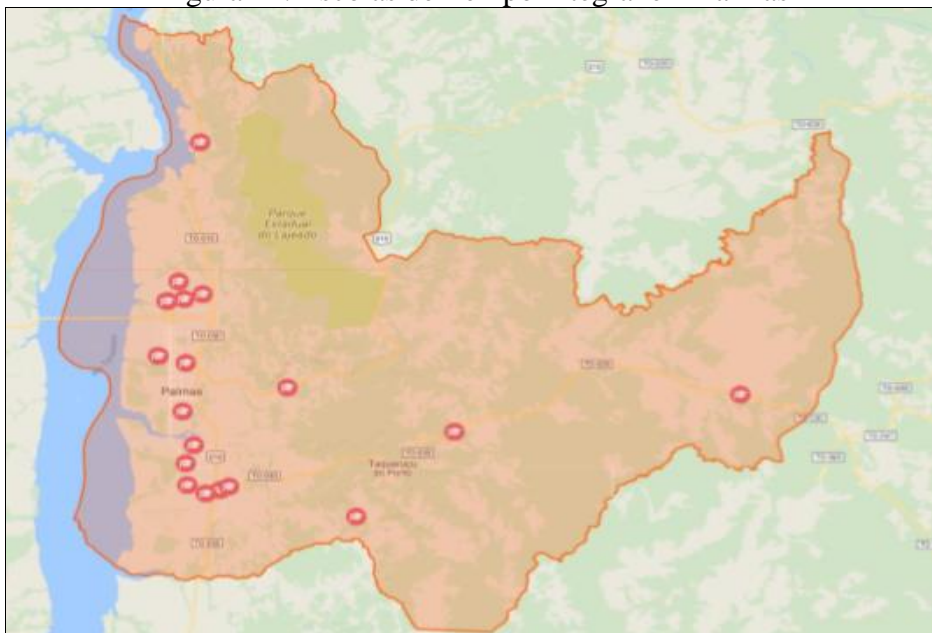


Fonte: Diagnóstico Socioterritorial (2017)

A Figura 24 registra as escolas de Tempo Integral, cuja modalidade de educação está sendo implementada em Palmas desde a gestão petista, que se iniciou em 2005. Mesmo com a mudança de prefeitos, vinculados a outros partidos, o sistema de ensino integral continuou com

a criação desse tipo de escolas e atualmente elas se encontram instaladas em todas as regiões da cidade.

Figura 24: Escolas de Tempo Integral em Palmas



Fonte: Diagnóstico Socioterritorial (2017)

Essas escolas são marcadas por infraestrutura de qualidade, englobando diversos instrumentos de ensino, lazer e cultura, o que oferece diferentes oportunidades para os filhos dos trabalhadores. Geralmente esses jovens, antes da escola de tempo integral, ficavam ociosos no contra-turno da escola, sem ter ocupações adequadas, e essa realidade teve uma significativa mudança, o que, em longo prazo, pode ser percebido. Todavia, nem todas as famílias reconhecem seus atributos e consideram que seu caráter impositivo não atende seus interesses em manter seus filhos o dia inteiro na escola, pois poderiam, se tivessem tempo ocioso, contribuir diretamente em sua reprodução social. Esse modelo não oferece a alternativa para quem quer deixar seus filhos em horário parcial na escola. Então ou os pais se ajustam ao ensino em tempo integral ou procuram escolas em outras localidades.

Outra reflexão que merece atenção decorre do fato de que muitas dessas escolas têm suas gestões compartilhadas com as forças militares. É possível perceber uma forte militarização na educação em Palmas, assim como em escolas militares no restante do país.

Em Palmas, encontram-se 74 unidades públicas, das quais 30 escolas são estaduais, 44 municipais, em contraposição a 54 escolas da rede privada, conforme dados do diagnóstico socioterritorial (2017). Das 54 escolas privadas, 37 se encontram localizadas nas áreas mais centralizadas, ou seja, nos locais com maior valorização da renda da terra. Já no extremo norte,

estão 3 escolas e, no extremo sul, mais 14 escolas, ambos locais de moradia da classe trabalhadora. Certamente essa rede de educação e saúde, tanto pública quanto privada, atrai trabalhadores de diversas localidades do país.

Nos marcos da modernidade, a problemática urbana se constitui em uma totalidade orgânica societária, onde encontra-se presente a intervenção do Estado, que não é um sujeito à parte. Na sociedade contemporânea, sob a vigência do capitalismo monopolista, o Estado se constitui em seu parceiro fundamental, principalmente no papel de produção das condições gerais da produção capitalista, onde se pode incluir, seguindo Lojkine (1997), os meios de reprodução da classe trabalhadora. Ao Estado capitalista se atribui o papel de uma suposta mediação na resolução de conflitos entre capital e trabalho. Mas esse Estado, em face de quase todos os conflitos, toma a defesa dos interesses do grande e médio capital, justificando-os como interesse nacionais. Isso não quer dizer que, algumas vezes, a depender de conjunturas, o Estado não possa assumir a defesa de interesses da classe trabalhadora. Segundo Harvey (2016, p. 52),

No quadro de um sistema global interestatal emergente e em contínua evolução, o Estado capitalista procura vantagens e alianças diplomáticas, comerciais e econômicas para garantir sua própria riqueza e seu próprio poder (ou, mais exatamente, a riqueza, o *status* e o poder de seus líderes e, pelo menos, de alguns segmentos da população), melhorando a capacidade dos detentores dos direitos de propriedade de acumular mais e mais riquezas no território onde residem.

Lefebvre (1999, p. 159) analisa como o Estado usa a parte da mais-valia a ele devida (por exemplo, com a arrecadação de impostos), para assegurar investimentos que facilitam a acumulação do capital, enquanto um mínimo é destinado à sobrevivência de diversos outros segmentos sociais, explicitado, a seguir:

Desde que existe Estado, os limites e pressões extraeconômicos, exercidos pelo aparelho de Estado, têm efeitos econômicos. [...]. Os objetivos políticos e estratégicos do Estado, principalmente os recursos destinados à guerra (exército, armamento), não resultam de um emprego de sobretrabalho (mais-valia), mas *impõem* uma distribuição de Recursos.

A partir dessa complementação da discussão teórica, pode-se pensar na construção pelo Estado da cidade de Palmas. Esferas com similitudes ao Estado existem há mais tempo que o capitalismo. O Estado tinha a função de proteger as terras dos senhores feudais, inclusive contra os burgueses que emergiam naquele momento. Conforme Mandel (1982, p. 335):

Em sociedades pré-capitalistas, as formas específicas do Estado desempenham funções bem diferentes daquelas que garantem o tipo de segurança legal necessário ao desenvolvimento necessário ao desenvolvimento da produção de mercadorias.

Nessas sociedades, a propriedade privada assume a forma de apropriação privada da terra e do solo, e não das mercadorias.

O Estado tem suas funções amplamente modificadas com o processo de transformação da sociedade, que deixa de ser regida pelo antigo regime “feudal”, para se tornar parceiro do modo de produção capitalista que se encontra em desenvolvimento. Esse se torna o objeto de estudo de Marx (2013), ou seja, a origem e o desenvolvimento da sociedade burguesa. No texto da acumulação primitiva de *O Capital* (2013), Marx informa que, desde aquele período, o Estado estabeleceu a regulamentação da jornada de trabalho. Foram criadas leis que garantiam a obrigatoriedade para que todos os homens, mulheres e crianças, que não dispunham de meios de produção, trabalhassem. Do contrário, seriam duramente penalizados. Tais elementos evidenciam como o papel do Estado Capitalista se constituiu, modificando completamente do modo de produção feudal, e como ele passou a exercer a função da criação das condições para o desenvolvimento do capitalismo.

De acordo com Mandel (1982), o Estado monopolista no capitalismo tardio³¹ passou a atender a três funções: a de criar as condições necessárias para a produção; a de conter as classes trabalhadoras e a de integrar as classes dominadas, a fim de manter as classes dominantes como hegemônicas. As funções de produção estão ligadas à realização de estradas, ferrovias, portos de escoamento de mercadorias, dentre muitos outros. Neste ínterim, o Estado criou as condições necessárias para a reprodução ampliada do capital, nas atividades que não se apresentavam, naquele momento, como lucrativas, aquelas ligadas às atividades não produtivas de mais-valia, como os serviços. Entretanto, na medida em que o capital identificava novas formas de lucratividade dos serviços, houve a demanda para a sua privatização, passando esses bens públicos para serem explorados pela iniciativa privada, através de um processo de concessão ou de mera privatização.

Para Mandel (1982), a função integradora é amplamente utilizada pelo capital, com a produção de políticas sociais para a educação, a saúde, a moradia, a qualificação para o trabalho, etc. São diversas formas que, além de desenvolverem ações no campo social, também garantem a reprodução social dos trabalhadores e a reprodução ampliada do capital.

³¹ Conforme Mandel (1982), o capitalismo tardio é caracterizado pela redução da rotação do capital fixo; aceleração da inovação tecnológica; aumento dos custos para acumulação; necessidade do Estado financiar capitais; o capital estatal funciona como esteio do capital privado; dificuldade da valorização do capital; o Estado administra as crises com políticas governamentais anticíclicas; o Estado desenvolve principalmente ações ideológicas de manipulação do proletariado; centralização e redistribuição de parcelas do excedente social.

Essas políticas sociais são realizadas pelo Estado em face de conflitos constantes entre a classe trabalhadora e os capitalistas, que é compelido a dar respostas às demandas do objeto de diversas lutas sociais, além de ser necessária a manutenção da força de trabalho necessária para continuar o processo de exploração, a fim de garantir a reprodução ampliada da acumulação capitalista. Em tempos de crises, esses serviços, mantidos pelo Estado, surgidos em resposta às lutas de classe, são altamente criticados pelos representantes da classe capitalista, sendo muitos deles privatizados.

De acordo com o pensamento de Marx (2013), a estratégia de integração se inscreve no processo de alienação dos trabalhadores, que ocorre como é demonstrado no capítulo 1 de *O Capital*, que expõe o processo do fetiche da mercadoria, pois, no capitalismo, a própria mão-de-obra do trabalhador também se torna uma mercadoria. Nessa situação, o sujeito que cria o objeto, assume o papel inverso, processo denominado de *reificação*, em que os sujeitos da relação social se veem como objetos e as coisas aparecem como sujeitos.

Nesse contexto, as pessoas têm a ideia de que são livres e iguais e aceitam suas condições como se fossem “*normais*” ou “*naturais*”. Para reforçar essa ideologia, existem diferentes aparatos e instituições, como mídias de massa, uma infinidade de igrejas de diversos credos, além dos mais variados mecanismos sociais, econômicos e políticos, todos garantindo a manutenção da alienação, questão que será discutida no capítulo XIX.

Para Mandel (1982), a função repressora é desenvolvida por uma série de mecanismos legais e pelas forças armadas que, de um lado, tem o papel de garantir a proteção de um determinado país e, de outro, também asseguram que a realidade não se altere e que a hegemonia seja mantida pelos donos do capital e seus prepostos. Além dessas duas questões, a função repressora também desempenha um papel importante no processo produtivo de produção bélica, que irá propiciar vultosos lucros.

Verifica-se que, no período que compreendeu a ditadura autocrática burguesa no Brasil, o Estado combinou de forma explícita essas três funções, pois foi nesse período que, por via inclusive de grandiosos empréstimos internacionais, construiu diversas estradas, hidroelétricas, empresas de aço, enfim, estruturou o país para melhorar aí as condições de desenvolvimento do capital, inserido no processo ampliado do capital internacional.

Na função repressora, o sistema foi ainda mais eficiente, pois criou mecanismos de inibição de manifestações de todas as ordens que viessem a contrariar os ditames da Ditadura Militar. Esse período foi marcado por prisões, torturas, assassinatos e exílio das forças contrárias àquele regime de organização política e econômica, onde o primeiro ato foi a

extinção de todas as formas de governo democrático, inclusive a representativa. Nesse período, o Estado também realizou ações de integração via políticas sociais, com perfil tecnocrático, centralizador e focalizado em alguns segmentos, a fim de convencer a população de que havia “proteção social”.

O capitalismo monopolista de base imperialista, sob a hegemonia dos Estados Unidos, alcança sua maturidade após a Segunda Guerra Mundial. Conforme Boccara (1978, p. 42), “o caráter benéfico das intervenções do Estado em proveito dos monopólios resulta do facto de o Estado não procurar lucro para si próprio, mas para os capitalistas, os monopólios, a oligarquia financeira.”

Observa-se que o caráter do Estado no capitalismo tardio assume o papel de garantir a acumulação do capital, pois está “servindo aos interesses de proteção, consolidação e expansão do modo de produção capitalista como um todo.” (MANDEL, 1982, p. 336). Porém, isso não se dará sem conflito, pois a classe trabalhadora tem resistido constantemente a esses mecanismos de dominação.

As funções do Estado são desempenhadas conforme as necessidades do próprio capital. Com o discurso da necessidade de terem total liberdade em suas ações comerciais, a economia vai se colocar na condição de se autorregular, conforme preceitos neoliberais, como se o mercado fosse capaz de, por si só, manter a reprodução ampliada do capital sem a intervenção do Estado. Porém, o capital nunca é independente, pois precisa do Estado como seu parceiro. O sonho do mercado autorregulável jamais se materializou. Conforme Harvey (2016, p. 147),

O Estado não é uma coisa simples e suas várias ramificações nem sempre são coerentes, embora instituições importantes dentro do Estado tenham um papel de apoio direto na gestão da economia do capital (os ministérios da Fazenda se aliam aos bancos centrais para construir o nexa Estado-finanças). O governo do Estado depende da natureza de seu sistema político, que às vezes pretende ser democrático e é frequentemente influenciado pelas dinâmicas de classe e outras lutas sociais. [...] O capital não é o único interesse ao qual o Estado deve responder, e sobre ele recaem pressões de vários interesses.

Então, é absolutamente necessário considerar o caráter contraditório do Estado, pois onde os trabalhadores estão mais organizados, é possível, ainda que por via da democracia representativa, levar para as instâncias de poder algumas demandas da classe trabalhadora, o que pode fortalecer a função integradora. Tal processo se materializou nos países escandinavos, na Europa, ao final da Segunda Guerra Mundial, onde, de acordo com Silva (2012, p. 70),

[...] o Estado social viabilizou proteção social ao trabalho, por meio dos sistemas de proteção social, mas esses sistemas também foram constituídos para atender às necessidades de acumulação do capital e de legitimação do sistema capitalista naquele contexto do capitalismo monopolista sob o fordismo/keynesianismo.

Segundo Mandel (1982), não é possível resolver o problema da distribuição da riqueza social via Estado, pois, no máximo se consegue realizar um reformismo, e é preciso ter em vista que a questão central da concentração das riquezas somente pode ser alterada com o fim do capitalismo, ou seja, com a produção capitalista, baseada na propriedade privada com a apropriação privada dos meios de produção e de seu produto, não é possível distribuir a riqueza produzida socialmente. Para Mandel (1982, p. 339),

Todas as ilusões subsequentes relativas a um “Estado social” baseavam-se numa extrapolação arbitrária dessa tendência, na falsa crença em uma redistribuição crescente da renda nacional, que tiraria do capital para dar ao trabalho. Na verdade, é claro que a queda da taxa média de lucros, resultante de qualquer redistribuição num modo de produção capitalista, arriscaria não apenas a reprodução ampliada, mas também a reprodução simples: detonaria uma greve dos investidores, a fuga do capital e o desemprego em massa. As ilusões quanto à possibilidade de “socialização através da redistribuição”, não passam, tipicamente, de estágios preliminares do desenvolvimento de um reformismo cujo fim lógico é um programa completo para a estabilização efetiva da economia capitalista e de seus níveis de lucro. Esse programa incluirá habitualmente restrições periódicas ao consumo da classe operária, a fim de aumentar a taxa de lucro e assim “estimular investimentos.

No capitalismo tardio, algumas intervenções por meio de políticas sociais podem assumir um papel de intervenções anticíclicas, a fim de retardar ao máximo as crises do capital e assegurar a lucratividade, controlando a tendência à queda da taxa de lucro. Conforme Mandel (1982, p. 340),

[...] a “administração da crise” é uma função tão vital do Estado na fase tardia do capitalismo quanto sua responsabilidade por um volume enorme de “condições gerais de produção” ou quanto seus esforços para assegurar uma valorização mais rápida do capital excedente. Economicamente falando, essa “administração das crises” inclui todo um arsenal de políticas governamentais anticíclicas, cujo objetivo é evitar, ou pelo menos adiar tanto quanto possível, o retorno das quedas bruscas e catastróficas como a 1929/32. Socialmente falando, ela envolve esforço permanente para impedir a crise cada vez mais grave das relações de produção capitalistas por meio de um ataque sistemático à classe trabalhadora.

No Brasil, conforme Boschetti (2009), historicamente, a política social foi conformada por suas particularidades (contradições decorrentes da natureza do Estado capitalista dependente), o que deixa suas marcas no grau de desenvolvimento das relações de produção e estratégias de acumulação prevalecentes.

Em Rauta Ramos (2002), verifica-se que os equipamentos urbanos e serviços coletivos são instalados nas regiões mais valorizadas da cidade que são mais bem “*aquinhoadas*” do que as periferias segregadas, pois, para esses últimos espaços, sobram apenas os serviços de atendimento às necessidades mais elementares da classe trabalhadora empobrecida. Esse processo se materializa em função do comprometimento do Estado com os detentores do capital, tendo em vista que “há muito tempo os poderes e as práticas de Estado são direcionados para satisfazer as demandas das empresas e dos portadores de títulos, muitas vezes à custa dos cidadãos.” (HARVEY, 2016, p. 140).

Na cidade de Palmas, existem diversos aglomerados que reproduzem os meios de transporte, comércio e serviços públicos, o que cria a impressão de existência de diversas cidades dentro da mesma, com diversas formas de segregação, e esse fenômeno é visualizado conforme as características materializadas por seu processo histórico de ocupação.

CAPÍTULO VIII - A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EXPRESSÃO DA CONTRADIÇÃO DE CLASSE SOCIAL NO TECIDO URBANO DE PALMAS

O processo de segregação tem como raiz e fundamento a apropriação das riquezas produzidas pelo trabalho não pago, ou seja, as riquezas são fruto do trabalho social materializado, mas, o trabalhador é remunerado apenas com parte da riqueza gerada, e outra parte fica com o capitalista sob a forma de mais-valia. Diante de tal realidade, têm-se como fundamentos a explicação da renda da terra. Segundo Rauta Ramos (2014) et al. (2014, p. 5): “Sob o capitalismo, a renda da terra é a parte da mais-valor, extraída na produção, que é apropriada pelo proprietário fundiário.”

Rauta Ramos (2002, p. 138) indica que a “segregação socioespacial e seus efeitos na vida das populações atingidas somente pode ser explicada a partir do estudo das relações de produção e da estrutura das classes sociais [...]” E ainda, que a segregação tem uma característica de “[...] hierarquização na distribuição dos grupos sociais ou ‘categorias sociais’ nos espaços territoriais do município decorrente de sua maior ou menor capacidade de acesso às áreas residenciais mais nobres, portadoras de equipamentos públicos e privados; [...]” (p. 138). A qualidade e a quantidade desses equipamentos e serviços coletivos “[...] são mais bem aquinhoadas quando situadas em áreas onde habitam as frações mais ‘bem posicionadas’ nas relações sociais de produção [...]” (p. 139).

Para Lojkin (1997, p. 188), a renda da terra é responsável pelo fenômeno da segregação da classe trabalhadora na cidade, tendo em vista que “[...] a renda fundiária urbana vai, pois, marcar de forma durável o desenvolvimento urbano. Sua principal manifestação espacial reside, a nosso ver, no fenômeno da *segregação*, produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo, [...]”. De acordo com as análises de Lojkin (1997, p. 189), a segregação socioespacial pode ser assim concebida:

- 1) Uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é o mais alto, e a periferia. O papel-chave dos efeitos de aglomeração explica, a nosso ver, a importância dessa “renda de acordo com a localização.
- 2) Uma separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular.
- 3) Um esfacelamento generalizado das “funções urbanas”, disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zonas de escritórios, zona industrial, zona de moradia, etc. É o que a política urbana sistematizou e racionalizou sob o nome de zoneamento.

Ainda na perspectiva de explicar a segregação socioespacial, Topalov (1984) coloca que a distância até o centro da cidade é uma questão muito importante no processo de definição dos

preços, embora essa não seja uma questão linear, pois há áreas com preços elevados, mas que não têm como referência de preço o centro da cidade. Então, o tempo de deslocamento será outro importante elemento que comporá os preços. O preço do tempo é somente o preço do solo investido. O tempo gasto pelo trabalhador até seu trabalho é vida, pois é nesse tempo que o impossibilita de ter momentos de lazer, de estudo, ou seja, de reprodução social. Nas cidades em que os locais de trabalho são muito distantes, os trabalhadores iniciam sua jornada ainda pela madrugada, já que muitos trabalham de 8 a 10 horas, e podem passar muito tempo para se deslocarem.

O centro é o símbolo da valorização, ou seja, das classes sociais superiores, enquanto que, para as classes sociais empobrecidas restaram as moradias nos bairros degradados e distantes. No entanto, para os agentes econômicos, essa divisão de espaço entre centro e periferia não é a questão central, pois seu lucro na exploração da terra perpassa por outras questões, como a destinação daquele espaço, no caso da distância, sendo um mero elemento de custo. Segundo Silva (1989, p. 17),

[...] a lógica de construção do urbano se responsabiliza por criar uma realidade contraditória ao propiciar, de um lado, através da produção, a agregação do trabalhador na fábrica e, de outro lado, a concentração social segregativa da moradia no âmbito da esfera da reprodução, gerando condições objetivas para a construção da resistência popular, tanto a partir do local do trabalho, como do local da moradia.

O solo é usado como reserva de valor, e isso também acarreta a elevação do custo da terra, que é fruto da retenção de terrenos com o objetivo de valorizá-los. A consequência disso são os gigantescos vazios urbanos. Conforme Silva (1989, p. 30),

A localização da família no espaço urbano determina sua inserção ou exclusão social, pois é a partir daí que é possível ou não ter acesso a uma série de benefícios urbanos, tais como água, luz esgoto, serviço de saúde, educação, cultura, recreação, etc. Daí a habitação não pode ser concebida como mero abrigo, pois ela representa a porta de entrada dos serviços urbanos.

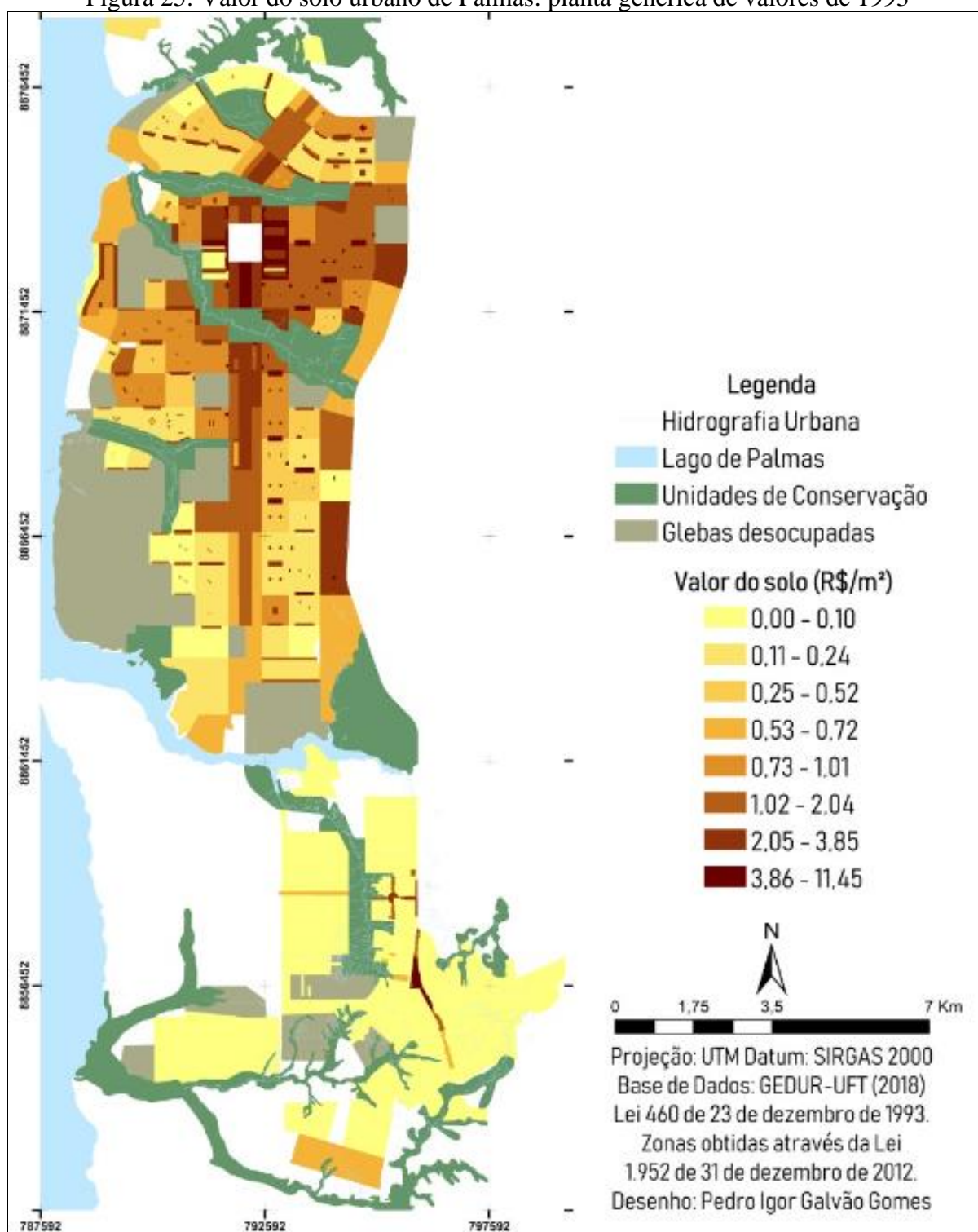
A população de baixo poder aquisitivo lança mão das mais variadas formas de estratégias de moradia, conforme as possibilidades que se encontram a sua disposição. De acordo com Silva (1989, p. 34),

[...] cada tipo de aglomerado habitacional se separa, geralmente, por uma distância física, apresentando especificidade de problemática, embora tenha em comum a segregação a que a maioria deles está sujeita, consumindo algumas horas que poderiam estar disponíveis para o trabalhador tratar de seus interesses.

Para a classe trabalhadora, sobra apenas a alternativa de morar distante dos centros urbanos, em aglomerados sub-humanos, sem a infraestrutura necessária para se reproduzir, o que pode colocar em risco a reprodução da força de trabalho.

Então, a segregação socioespacial em Palmas se caracteriza pela periferização da cidade, que tem uma grande extensão no eixo norte-sul, de mais de 30 km de perímetro urbano. Nas áreas distantes do centro vivem os trabalhadores empobrecidos da cidade. Tem-se aí uma contradição, já que existe um elevado número de lotes vazios nas áreas centrais e urbanizadas da cidade. A Figura 25 demonstra como, em 1993, apesar de os valores dos terrenos ainda estarem com preço mais baixos, já é possível visualizar as áreas valorizadas no centro da cidade, em oposição às áreas distantes da cidade, cujo preço era ainda menor.

Figura 25: Valor do solo urbano de Palmas: planta genérica de valores de 1993

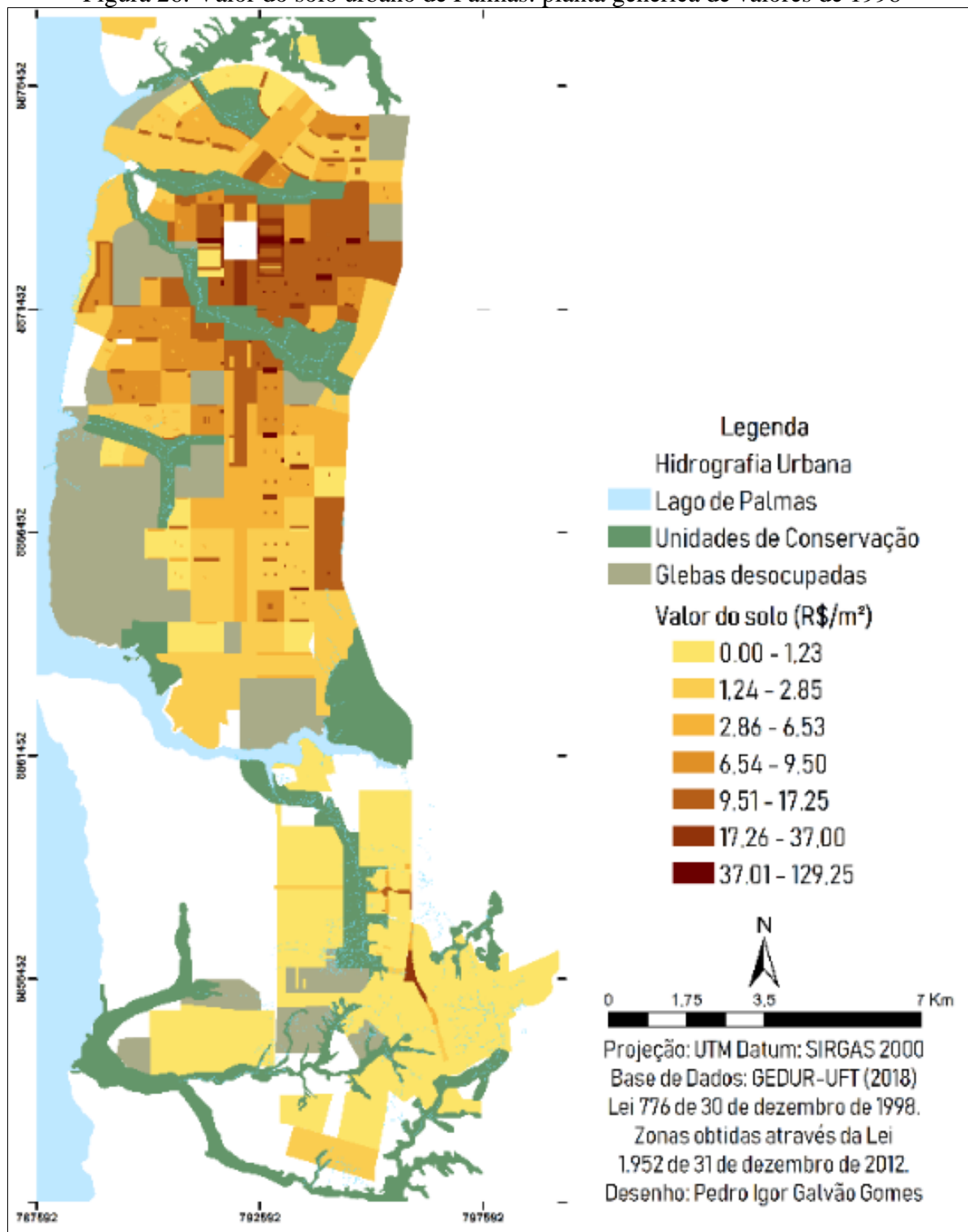


Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas (2018), dados colhidos pela autora nas legislações municipais e mapa produzido por Pedro Igor Galvão Gomes, acadêmico de Arquitetura da UFT

A Figura 26, que trata dos valores do m² dos terrenos urbanos, em 1998 (cinco anos após a criação da legislação que determina o preço administrativo da terra), apresenta uma

grande quantidade de terrenos, nas áreas centrais, com preços bastante elevados, representando uma elevação de aproximadamente 12 vezes em apenas cinco anos.

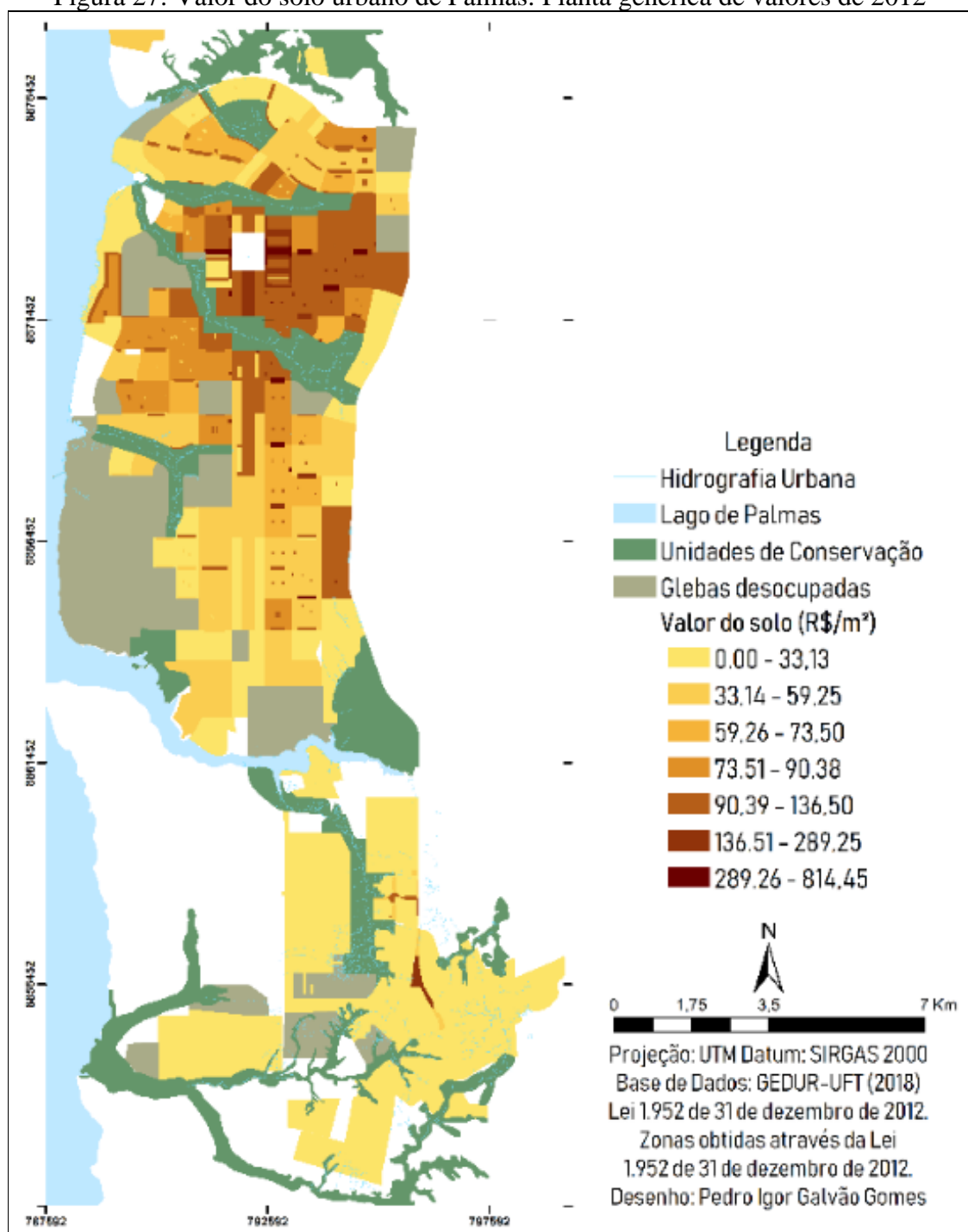
Figura 26: Valor do solo urbano de Palmas: planta genérica de valores de 1998



Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas (2018), dados colhidos pela autora nas legislações municipais e mapa produzido por Pedro Igor Galvão Gomes, acadêmico de Arquitetura da UFT

A Figura 27 mostra o valor do solo urbano de Palmas, com a planta genérica de valores em 2012. Tal subida exorbitante se dá em função do trabalho social incorporado à cidade, em termos da instalação de infraestrutura urbana, alcançando um elevado grau de urbanização, com a consolidação do processo de produção da cidade de Palmas.

Figura 27: Valor do solo urbano de Palmas: Planta genérica de valores de 2012



Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas (2018), dados colhidos pela autora nas legislações municipais e mapa produzido por Pedro Igor Galvão Gomes, acadêmico de Arquitetura da UFT

Nesse processo de urbanização, o Estado desempenha um papel fundamental; e em Palmas não foi diferente, pois foi o poder público que se responsabilizou pela produção do espaço, para designar essa cidade como capital do Estado de Tocantins, exercendo uma posição de polo irradiador do incremento das relações sociais de produção no interior do país. A produção de sua infraestrutura tem como objetivo atender às necessidades do capital, tanto em âmbito nacional como internacional. Todavia, essa infraestrutura é diferente nas periferias urbanas, onde podem ser visualizadas quadras antigas desprovidas quase que totalmente de infraestrutura urbana. Foi necessário um grande investimento estatal para produzir essa cidade, a fim de instalar as condições gerais de produção do capital.

Palmas repassa a ideia de “cidade modelo”, com o objetivo de se apresentar o centro urbano atraente para os investimentos capitalistas em contraposição à pobreza na periferia da cidade, que fica deveras escondida nos locais mais longínquos. Os visitantes desavisados dificilmente percebem as contradições da segregação socioespacial, caso restrinjam sua visita às regiões centrais da cidade, por demais extensas, dado seu formato longo, localizado entre a serra e o lago.

Para se ter uma ideia de como ocorre esse processo de venda da imagem de Palmas, nos últimos anos em períodos natalinos, a prefeitura decora diversos quilômetros de ruas, com milhões de luzes, para indicar esse espaço como a *Vila do Papai Noel*, na tentativa de recriar o cenário do polo norte, produzindo uma contradição com o excessivo calor que acomete a cidade durante todo o ano.

A cidade sediou os jogos indígenas internacionais, um grandioso evento que trouxe para essa cidade importantes holofotes da mídia do mundo inteiro. Tal evento ocorreu sob a justificativa da existência de diversas tribos indígenas³² no interior do Estado, objeto de teses de doutorados de diversos pesquisadores.

Observa-se que, se por um lado Palmas é uma cidade marcada pela segregação socioespacial, por outro, nela se evidencia o maior número de empregos existentes no Estado, conforme pode ser observado na Tabela 2. Grande parte desses empregos se enquadravam, em 2016, na Administração Pública (53,74%), seguida do setor de serviços (24,77%) e do comércio (13%).

³² De acordo com o Diagnóstico do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (2013), existem seis etnias indígenas no Estado do Tocantins, vivendo em 13 municípios. Vale destacar que, na cidade de Tocantínea, nas proximidades da cidade de Palmas, quase 50% da população é constituída por povos indígenas.

Tabela 2: Número de empregos formais, variação absoluta e relativa no período 2015-2016 por setor de atividade econômica em Palmas

Setores de atividade	Absoluto 2015	%	Absoluto 2016	%	Varição de %
Extrativa mineral	128	0,11	100	0,08	-21,88
Indústria de transformação	3.267	2,53	2.828	2,21	-13,44
Serviços industriais de utilidade pública	1.907	1,48	1.901	1,49	-0,31
Construção civil	5.791	4,49	5.221	4,08	-9,84
Comércio	16.933	13,13	16.621	13,00	-1,84
Serviços	31.906	24,75	31.685	24,77	-0,69
Administração pública	68.240	52,93	68.734	53,74	0,72
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	747	0,58	811	0,63	8,57
Total	128.919	100	127.901		-0,79

Fonte: adaptado de RAIS – Decreto nº 76.900/1975

Elaboração: CGCIPE/DER/SPPE/MTb

Registra-se que, na capital de Tocantins, houve uma queda nas taxas de emprego de 0,79%, representando uma proporção bem menor que no restante dessa unidade federativa. Todavia, no período supramencionado, enquanto nesse Estado houve um crescimento de empregos no setor da construção civil, em Palmas, ocorreu uma redução de 9,84% – dado bastante contraditório, pois, no mesmo período, houve um significativo aumento de receita.

A Tabela 3, a seguir, mostra a estratificação econômica de Palmas, que segue a mesma tendência dos dados apresentados na variação de empregos formais, com 50,14% no setor da Administração Pública, e um índice muito baixo no campo da industrialização, de 2,09%. Tal dado demonstra o que já vem se discutindo sobre a sua configuração urbana, que possui uma grande representação de empreendimentos capitalistas em seu espaço. Não se tratando de uma cidade industrial, seus empregos e as fontes de renda das famílias são oriundos principalmente dos setores da Administração Pública, de serviços e de outras variadas áreas. A Tabela 3 apresenta a estratificação econômica de Palmas:

Tabela 3: Estratificação econômica de Palmas

(continua)

Setor	Percentual
Administração Pública	54,14
Comércio atacadista e varejista	13,57
Construção civil	6,09
Educação	5,05
Serviços Profissionais Técnicos	2,39
Indústria	2,09
Serviços de alimentação e Hospitalidade	2,07

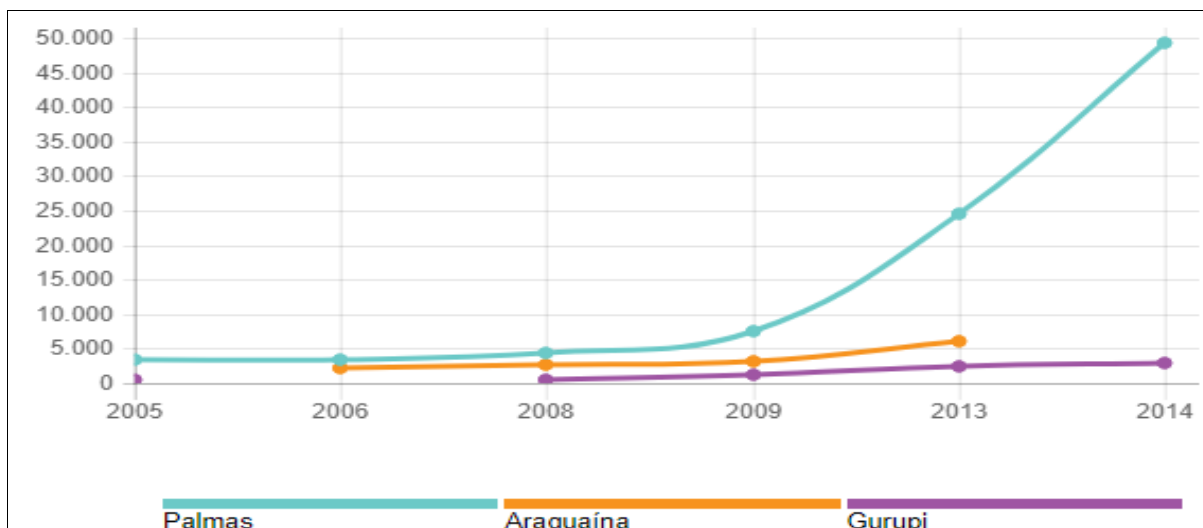
	(conclusão)
Administração e serviços de suportes	3,62
Atividades de saneamento básico	1,88
Serviços Sociais de Saúde	2,61
Transporte e Armazenamento	1,79
Serviços financeiros e seguros	0,07
Serviços Imobiliários	0,34
Outros	4,29
Total	100

Fonte: Instituto Municipal de Planejamento de Palmas. Diagnóstico de revisão do Plano Diretor (2017), construído com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

As tabelas 02 e 03 demonstram uma grande contradição da lógica neoliberal da qual a cidade demonstrou em seu contexto de criação e desenvolvimento, tendo em vista que tanto os empregos, quanto a estratificação econômica demonstram a predominância da presença setor público, e apesar do município seguir uma forte lógica de privatizações de seus serviços, ainda assim é da área pública que sai a maior representatividade da economia na cidade de Palmas. Essa é uma forte característica de uma cidade que não tem a industrialização em seu desenvolvimento.

A Figura 28, a seguir, revela dois dados importantes: o primeiro, que segue a mesma tendência do PIB, havendo, em Palmas, a maior arrecadação da Unidade da Federação e o crescimento da arrecadação via Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). A arrecadação de IPTU, nos anos 2005, 2006 e 2008, seguiu quase inalterada, mas a partir de 2009, apresentou uma curva crescente extraordinária (de 2008 para 2014), com aumento de quase 10 vezes, graças a sucessivos aumentos da taxa urbana e também da política de execução fiscal realizada no período. Isso indica, em escala espiral crescente, o aumento da valorização das terras urbanas no, de onde decorre a elevação das taxas do IPTU.

Figura 28: Receitas orçamentárias realizadas/impostos/imposto sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano (unidade: R\$ x 1000)

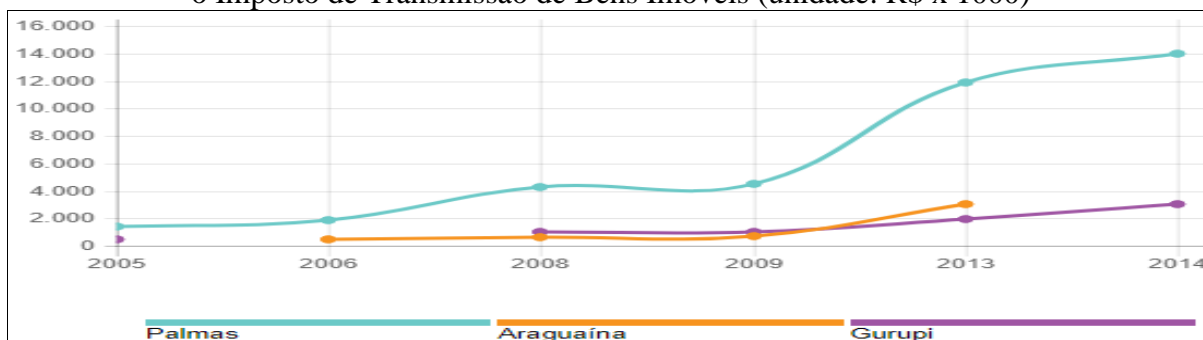


Fonte: IBGE/Cidades (2017)

Os dois fatores supramencionados fizeram com que diversos moradores contribuintes integrassem as imensas filas de negociações de suas dívidas nos Programas de Recuperação Fiscal (REFIS) realizados anualmente. No entanto, a lógica de investimento público parece não ter seguido a mesma lógica de crescimento de arrecadação, na medida em que não se vislumbrou uma mudança de perfil nas condições de vida da grande maioria da população da cidade.

A Figura 29, disposta abaixo, evidencia os dados do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), ou seja, os impostos sobre as transações de venda e compra de imóveis. Os números demonstram que, em pleno período de crise no setor imobiliário (2009-2014), esse tipo de arrecadação se elevou cinco vezes mais, o que parece uma contradição em função da detonação da crise internacional, em 2008, cujo motivo aparente ocorreu no plano imobiliário, crise que repercutiu bem mais tarde ao Brasil.

Figura 29: Receitas orçamentárias realizadas/impostos/imposto sobre o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (unidade: R\$ x 1000)



Fonte: IBGE (2017) Série histórica ITBI

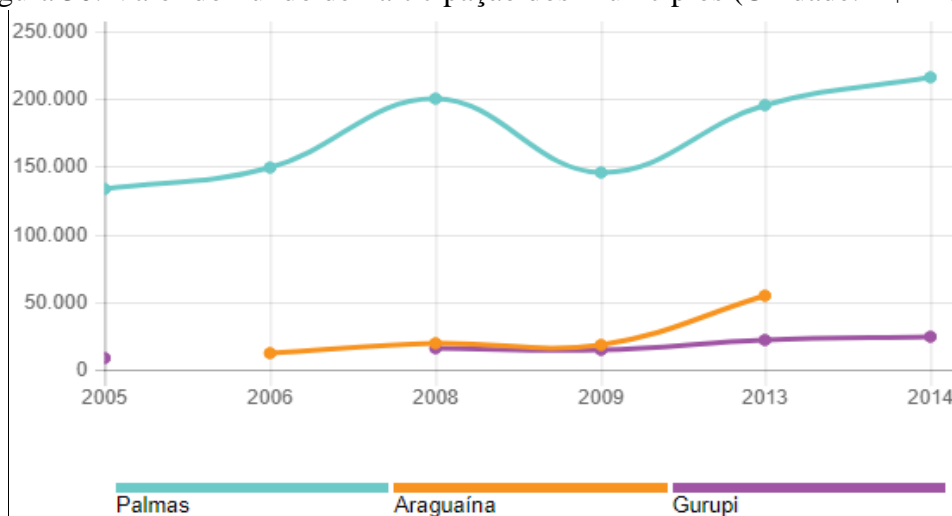
Tal fenômeno talvez possa ser explicado, examinando o contexto nacional, pois, no Brasil, para Maricato (2014), o governo constituiu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009. Tais programas foram concebidos com o objetivo de resguardar a economia da crise internacional que explodiu 2008, pois “projetos de infraestrutura financiados pelo Estado são implementados nas crises para reativar o crescimento econômico.” (HERVEY, 2016, p. 143).

Maricato (2014) realiza uma reflexão sobre a criação do Ministério das Cidades (MCidades), que evidencia que entre o planejamento inicial e as ações realizadas, houve uma grande distância. Esse ministério foi duramente criticado pela elite brasileira e pelas mídias dominantes e, logo em 2005, já teve o ministro substituído, interrompendo sua proposta de atender às necessidades da questão urbana brasileira.

Ainda assim, neste ínterim, com base nos recursos públicos, foi possível alocar para segmentos de baixa renda um grande volume de imóveis de moradia, o que impactou o contexto econômico nacional e local. Os investimentos, então, foram tão representativos que acabaram por corroborar com a valorização dos imóveis, chegando ao seu maior valor a renda fundiária urbana no contexto econômico vigente

Ainda seguindo a mesma lógica da cidade com a maior renda do estado do Tocantins, quando se trata do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Palmas é a localidade que detém o maior repasse de recursos do Governo Federal. Neste sentido, mostram-se evidentes as curvas de crescimento em 2008, com queda em 2009 e subida no período de 2013-2014. É curioso que as curvas dos outros dois maiores municípios do Estado não seguem a mesma proporção de Palmas. A cidade de Gurupi mostra-se estagnada, e a cidade de Araguaína apresenta apenas uma leve subida no período 2009-2013, bem diferente de Palmas.

Figura 30: Valor do Fundo de Participação dos Municípios (Unidade: R\$ x1000)



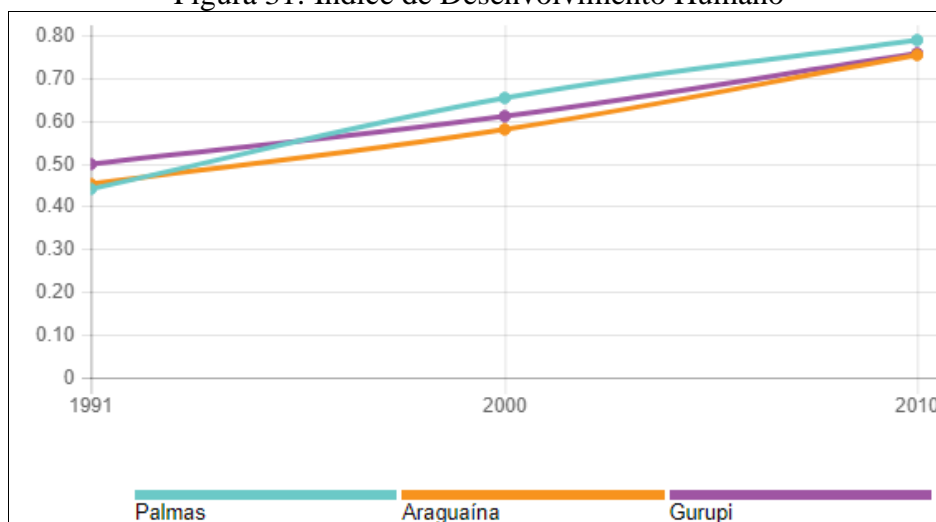
Fonte: IBGE/Cidades (2017).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade de Palmas, evidenciado na Figura 31, a seguir, é o mais alto do Estado, sendo muito contraditório, já que há dados que refletem a realidade da pertença dos melhores equipamentos de saúde e educação, o que aparentemente induz o leitor a posicionar a capital com uma excelente qualificação. Porém, vale observar as contradições existentes na localidade em questão para uma avaliação que reflète a realidade material desse território. Neste ínterim, a base de muitas explicações se fundamenta na aparência dos fenômenos e, segundo Carcanholo (2013, p. 19), vale destacar que:

Duas características importantes devem ser consideradas, aqui, sobre a aparência na sociedade capitalista. A primeira é que ela não é resultado de um erro ou um engano do observador. Trata-se de uma das duas dimensões da realidade, tão real quanto a sua oposta a essência. O erro não está na aparência e nem mesmo na interpretação que ela sugere, mas na crença de que a realidade tem uma só dimensão. [...].

A segunda característica da aparência que convém destacar aqui é o fato de que ela resulta diretamente da observação da realidade, mas desde um ponto de vista particular, específico: do ponto de vista do ato individual e isolado. Enquanto a essência só é compreensível a partir da perspectiva da totalidade social, [...]

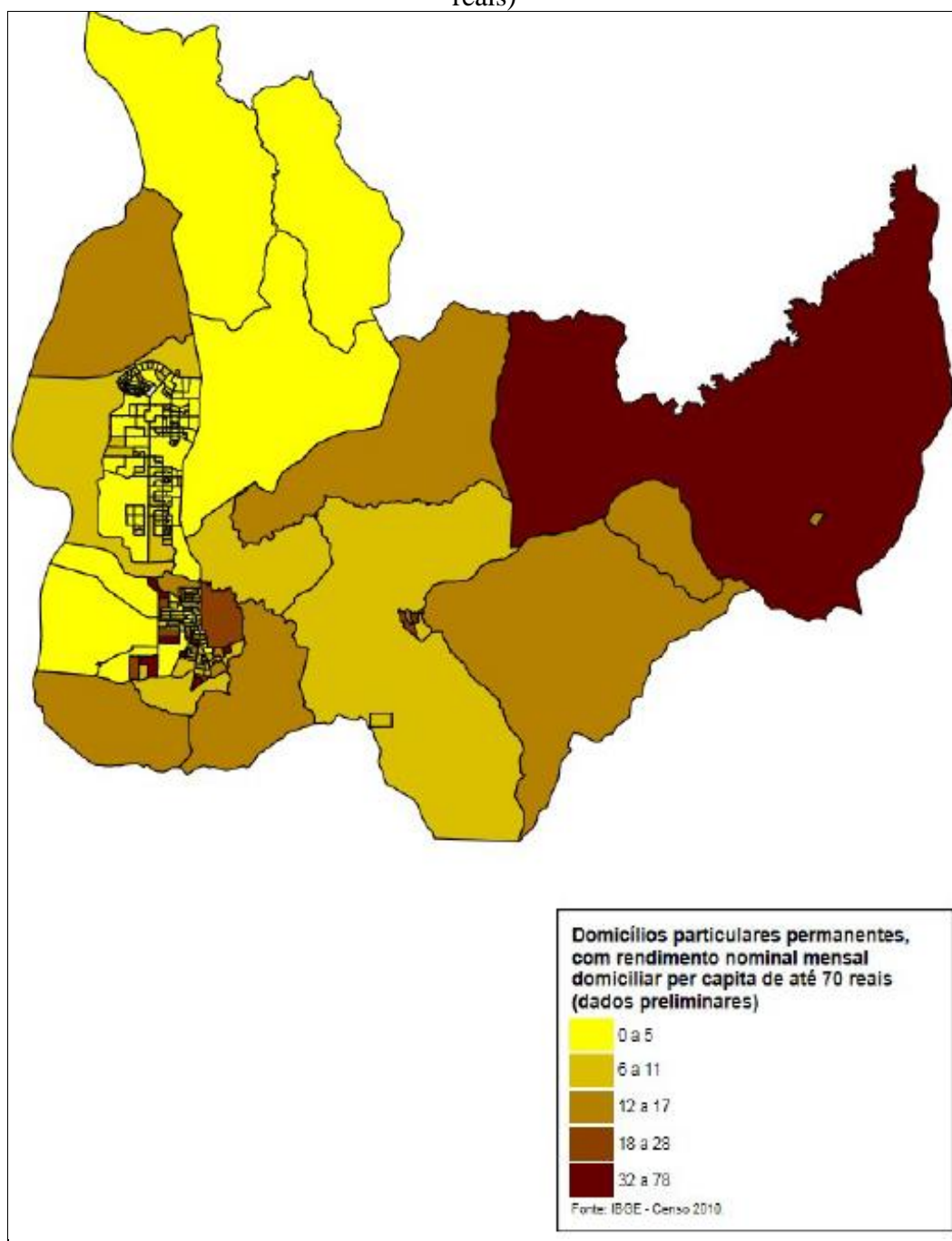
Figura 31: Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: IBGE/Cidades (2017)

Por outro lado, a Figura 32 evidencia a localização das moradias da população que vive abaixo da linha da pobreza, ou seja, quanto mais escura a cor representada na área, maior a proporção de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 70,00. Tal dado denuncia que um bom IDH não significa a ausência de contradições. Essa Figura é uma perfeita amostragem da segregação socioespacial produzida historicamente na cidade de Palmas.

Figura 32: Mapa da cidade de Palmas com a população com renda de até R\$ 70,00 (setenta reais)



Fonte: IBGE (2018)

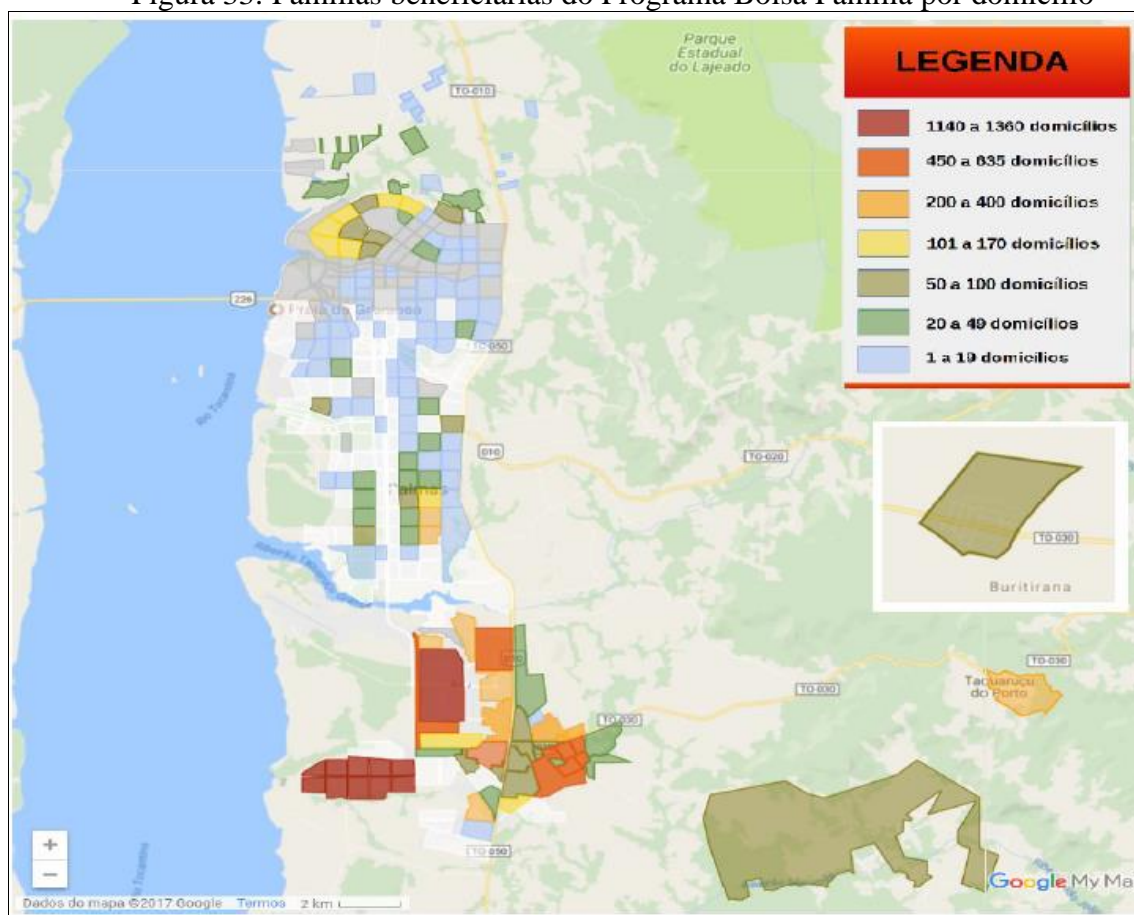
Conforme apontado anteriormente, as primeiras ocupações dos trabalhadores se deram a partir da resistência de classe, e somente após as mesmas estarem materializadas, o poder público cedeu aquele grande número de moradias irregulares, legalizando as moradias em questão. A Figura 33, que trata dos beneficiários do Programa Bolsa Família, também mostra o local onde a população em situação de pobreza absoluta reside, nas extremidades da cidade, segregadas do centro, concentrando-se mais na região sul da cidade, local onde deveria ser

ocupado somente quando a cidade contasse com mais de um milhão de habitantes. Todavia, a região em questão foi povoada ainda no início da criação da cidade, sendo que as regiões centrais, na atualidade, ainda contam com quadras inteiras desabitadas.

Nas extremidades da capital do Estado do TO, de forma segregada, habita grande parte da população pauperizada. Conforme o relatório do Diagnóstico Socioterritorial (2017), nos bairros Aurenys III e IV, Taquari, Morada do Sol, Lago Sul e Santa Bárbara – extremo sul da cidade – encontra-se 41.6% da população beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF).

Ainda conforme o Diagnóstico Socioterritorial (2017), a maior concentração das expressões da questão social encontra-se no Bairro Aurenys III, pela sua grande densidade demográfica, conforme Figura 33, que trata das famílias beneficiárias do PBF. Muitos moradores desses bairros estão inseridos em programas de Assistência Social. Além disso, é importante mencionar a existência de ocupações irregulares nas margens do córrego Machado, onde se acentuam a ausência de atenção às necessidades humanas, por tratar-se de ocupação urbana em área de preservação ambiental e distante dos equipamentos das políticas sociais.

Figura 33: Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família por domicílio



Fonte: Diagnóstico Socioterritorial (2017), extraído do CadÚnico de 2016 (fascículo 5)

Outra região com elevado índice de pauperismo é o Taquari, principalmente a T-23, T-24, T-30 e T-33, região de ocupação urbana com graves conflitos de regularização fundiária, onde a Defensoria Pública tem sido acionada pela população, a fim de legalizar a área e urbanizá-la. Ali se tem uma região de muita resistência política, com a presença marcante do MTST³³ desde 2013.

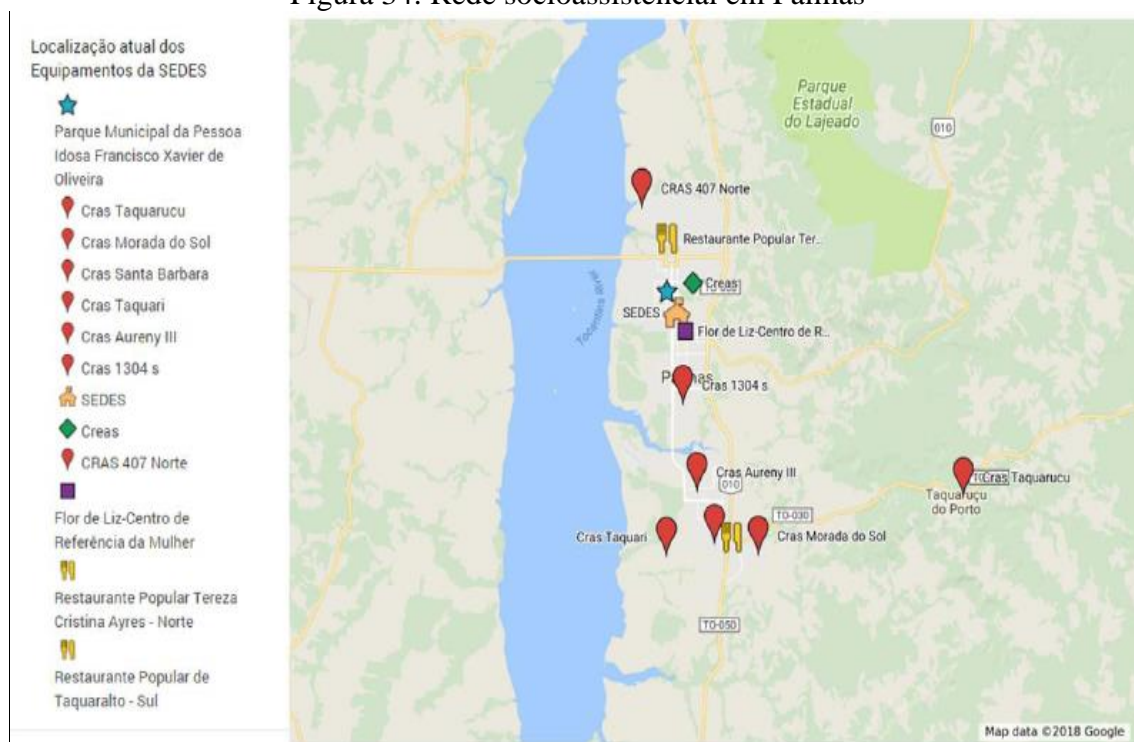
Já nas regiões centrais de Palmas, ainda ao sul, as áreas que detêm elevada população segregada, não pela distância, mas pelo pauperismo, encontram-se nas quadras 1.106 sul, 1.206 sul e 1.306 sul, áreas com histórico de ocupação irregular que, com o passar dos anos, foram conquistando sua urbanização permeada por muita luta dos moradores.

³³ As lutas do MTST nascem da articulação do MST com os trabalhadores da cidade, a partir de 1997, e teve, como primeiras estratégias de resistência, a ocupação de prédios desocupados em São Paulo, com ação expandida para outras cidades somente a partir de 2008 (GOULART, 2017). Conforme a Revista do MTST (2005), esse se trata de um movimento social territorial que tem como bandeira de lutas a moradia, além da defesa de melhores condições de vida, de residências providas de bases materiais que garantam a dignidade humana. Encontra-se organizado nacionalmente em vários Estados e Municípios, trabalhando dentro de uma perspectiva democrática na tomada de decisões e na construção de um poder popular. O MTST se faz presente em Palmas.

A última dessas áreas a conquistar a urbanização foi a 1.306 sul, que teve sua área doada para o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), em 2006, via legislação estadual. Ali se tem uma quadra que abriga moradias populares, que colaborou para a redução da situação de pauperização de sua população moradora. É, sem dúvida, um território advindo de conquistas do movimento social.³⁴ Nas extremidades da região norte, as quadras mais segregadas são: 305 norte, 307 norte, 405 norte 409 norte e 607, conforme o mapa de distribuição do PBF, porém os locais que apresentam as situações mais grave são: Santo Amaro e Lago Norte, áreas que, em grande parte, tiveram sua ocupação inicial de forma irregular e somente após muitas lutas foram e/ou estão sendo urbanizadas.

Na Figura 34, a seguir, é possível identificar os locais da cidade onde estão instalados os equipamentos da rede socioassistencial. Nesse quesito, Palmas possui sete Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo que anteriormente existiam 10. Aqui se tem a falta de retorno dos gestores à população que, ao questionar o fechamento de três desses equipamentos, não recebem respostas satisfatórias. Neste sentido, considerando o grande aumento de arrecadação no município nos últimos anos, seria mais racional em termos de crescimento da população a extensão dos serviços e não seu enxugamento, como foi realizado.

Figura 34: Rede socioassistencial em Palmas



Fonte: Diagnóstico Socioterritorial (2017)

³⁴ Atualmente, existem diversas pesquisas em Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações de Mestrado, entre outros, sobre a construção desse local de moradia.

A Figura 34 indica os locais onde estão instalados os equipamentos da rede socioassistencial, com um CRAS na região central da cidade, e os demais localizados nas periferias da cidade. O alargamento da cidade e sua baixa densidade trazem, como consequência, uma grande amplitude das áreas de cobertura, provocando, muitas vezes, a necessidade de os cidadãos beneficiários desses serviços utilizarem transporte coletivo para ter acesso aos equipamentos. Os dois restaurantes populares localizam-se nas duas extremidades da cidade, sendo um na região norte, bem próximo às moradias de segmentos da classe trabalhadora, e um na região sul, no bairro Taquaralto, região que contém forte comércio. Apesar de a região sul se estender por uma distância muito grande em relação à localização do restaurante, que tem um importante significado no atendimento aos trabalhadores do setor de serviços que se aglomera nessa região.

A sede da Secretaria de Assistência Social, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Parque Municipal da Pessoa Idosa se encontram em uma região mais centralizada. A instituição “Flor de Liz”, que atende a mulheres vítimas de violência, está localizada em um lindo parque, também na região central da cidade. A reflexão da configuração urbana de Palmas remete à análise da realidade de uma cidade projetada a partir de uma perspectiva da modernidade, mas com particularidades da modernidade tardia, conforme Reis (2018) e construída sob a ótica das necessidades do capital e não da classe trabalhadora.

Os dados evidenciados a seguir auxiliam a compreender alguns elementos sobre a aparência da configuração urbana da capital do TO. Tal aparência foi projetada em prol de um discurso de inovação, mas se materializou com as marcas do passado, que já era impregnada das características próprias de uma sociedade dividida socialmente, em decorrência do antagonismo de classe, entre capital e trabalho. Além disso, é inegável o processo de aprofundamento das contradições que pode ser observado nesses dados sobre a realidade socioeconômica da cidade.

CAPÍTULO XIX - A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, REFLEXOS NA MORADIA E LUTAS POPULARES

Diante da exposição dos dados colhidos na pesquisa empírica, é necessário trazer para o debate a questão da moradia, imbricada na questão urbana. Isso demanda um aprofundamento na reflexão relativa a esse tema, especialmente no sentido de se fazer um recorte que aborde a temática da moradia popular articulada à segregação socioespacial, resultado da elevação da renda da terra e o seu enfrentamento a partir das lutas sociais.

Para além do espaço que cumpre a função de abrigo, é importante ressaltar os elementos fundadores dessa problemática, relativos à rede de equipamentos e serviços coletivos (infraestrutura urbana) no entorno do espaço residencial de *camadas superiores*, *camadas intermediárias* e *operários*. É comum ouvir ou ler expressões de cunho neoliberal quando se trata de políticas de atenção às moradias populares, dirigidas às frações empobrecidas da classe trabalhadora, tais como:

- 1) “Para que destinar habitações para população pobre, que, muitas vezes, as vendem?”
- 2) “Essas pessoas precisam trabalhar para adquirir suas próprias casas”;
- 3) “O sonho da casa própria só pode ser realizado por quem tem poder aquisitivo para adquiri-la”;
- 4) “O Estado deve ser impedido de distribuir parte da riqueza social através da construção de casas populares a fundo perdido.”

Tais afirmações, à primeira vista, parecem ser meramente preconceituosas, mas expressam muito mais que isso, por se tratar de ideias de raiz liberal, impregnadas no ideário da população difundida pela ideologia dominante. Na contemporaneidade, conforme Borón (1999), o neoliberalismo teve uma penetração ideológica muito importante na sociedade, e isso se explica pela estrutura social e econômica, própria do capitalismo.

Apesar de reconhecer a importância da análise das políticas habitacionais, a presente pesquisa não trata especificamente de tais políticas. Por conseguinte, esse capítulo visa muito mais o aprofundamento de elementos que explicam a questão da moradia das camadas populacionais empobrecidas na sociedade capitalista. Esses elementos constituem-se como campo de disputa de classe: de um lado, os capitalistas engajados na produção de habitações ou de mercadorias relativas a esses processos; de outro, frações da classe trabalhadora que reivindicam e desenvolvem uma série de lutas para assegurar moradias de qualidade.

Como já foi mencionado, Engels (2015) realizou reflexões sobre a situação da classe operária na Inglaterra, que corroboram para a compreensão da cidade capitalista. Em sua obra

Sobre a Questão da Moradia, esse autor aponta que a resolução dessa questão se assenta na necessidade de revolução, por meio da qual o capitalismo deve ser destruído. Enquanto isso não ocorre, a classe trabalhadora se empenha em lutas sociais com as mais variadas estratégias de organização, inclusive por meio de ocupações, realizadas por trabalhadores sem teto, em prédios vazios ou abandonados.

Já no fim do século XIX, evidenciava-se que essa questão não se constitui em um fenômeno recente e localizado. Na verdade, ele atinge historicamente os trabalhadores no mundo inteiro, e resulta da espoliação dos trabalhadores no modo de produção capitalista. Trata-se de um tema central, pois refere-se a uma necessidade relacionada à reprodução da classe trabalhadora, com destaque para o fato de que: “nossa atual ordem social dá condições ao capitalista de comprar a força de trabalho do trabalhador por seu valor, mas extrai dela muito mais do que o valor pago por ela.” (ENGELS, 2015, p. 38).

O resultado disso é o sobrevalor, ou seja, a mais-valia, o trabalho não pago extraído da classe trabalhadora, questão trabalhada nos primeiros capítulos dessa Tese. Sob a forma de lucro, seu somatório é dividido entre as classes detentoras do capital, ou seja, distribuído entre os capitalistas, transformado em juro para os banqueiros, em lucro, para os industriais e comerciantes e em renda da terra, para os proprietários de terra.

Engels (2015) esclarece que ocorre um processo de valorização nas áreas centrais da cidade, onde certamente novas habitações vêm substituir os prédios antigos, com maior rentabilidade. Os trabalhadores que viviam ali de aluguel são automaticamente empurrados para áreas de baixo ou nenhum valor agregado. Esse processo atinge, com mais violência, os trabalhadores empobrecidos, mas também alcança a pequena-burguesia.

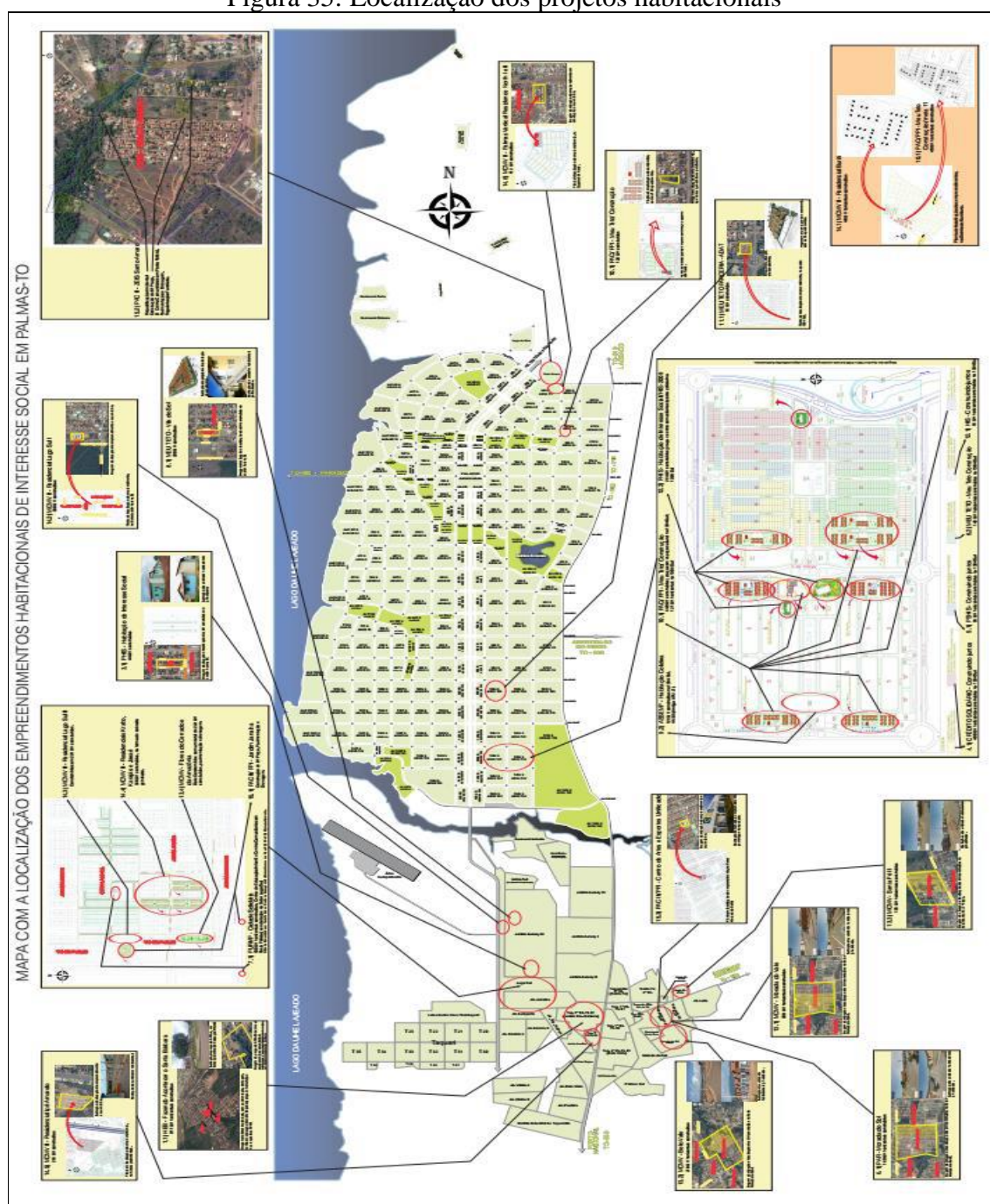
Na realidade de Palmas, essa elevação dos preços dos terrenos urbanos já se apresenta desde o momento de sua criação, quando foi delimitado o local onde iria morar a classe trabalhadora empobrecida, e a essa classe foram destinadas áreas muito distantes das regiões centrais da cidade. Conforme Topalov (1979), a produção de habitação no modo de produção capitalista é subordinada à mesma lei do capital, de acumulação e apropriação do trabalho não pago. No entanto, a reprodução desse capital carrega “dois obstáculos específicos: por um lado, no que se refere ao período da rotação, por outro, no que se refere à base fundiária da produção.” (TOPALOV, 1979, p. 53).

Em Palmas, desde sua instalação, ocorreu a utilização de recursos públicos no processo de urbanização e, em particular, na produção de moradia, tanto de moradias populares para aqueles setores desprovidos de poder aquisitivo, quanto de moradias das frações da classe

trabalhadora bem posicionadas na estrutura social. Verifica-se, com mais clareza, essa realidade, no campo da produção habitacional de interesse social, quando o governo brasileiro desenvolveu o “Programa de Aceleração do Crescimento” (PAC), em 2007, e o “Programa Minha Casa Minha Vida” (PMCMV), em 2009. Diversas ações associadas a estes programas governamentais corroboraram para o aumento da renda da terra em Palmas. No ano de 2008, a cidade também foi marcada institucionalmente pela criação do ditame municipal – Lei n. 1.536, de 12 de março de 2008 – que instaura o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), juntamente à instituição do Conselho Gestor do FMHIS.

A Figura 35, a seguir, evidencia a localização dos projetos habitacionais de interesse social em Palmas, onde é possível identificar a construção de nove conjuntos populares na região do extremo sul, três na região centro-sul e mais três na região do extremo norte da localidade, ou seja, em sua maioria, com a presença de fortes traços da segregação socioespacial. Tais edificações confirmam as discussões realizadas neste trabalho, no tocante à segregação socioespacial produzida de forma sistemática, com o aval ou sob o controle do poder público, que não teve interesse em destinar áreas centrais providas de infraestrutura urbana para os trabalhadores. Assim, quando se registra a ocupação de áreas urbanas centrais por segmentos da classe trabalhadora, tal fato se deu em função das lutas e resistência nos locais destinados originalmente para iniciativas da classe capitalista.

Figura 35: Localização dos projetos habitacionais



Destacam-se no ponto mais centralizado da Figura 35, moradias populares que foram conquistadas a partir de muita luta com a forte participação das lutas da classe trabalhadora, constituindo a quadra 1.306 sul, ao lado da rodoviária, e os conjuntos habitacionais na 409 norte, próxima à praia e ao centro da cidade.

A Tabela 4, a seguir, evidencia a quantidade de domicílios em Palmas, discriminando os não ocupados (8,87%), comparativamente ao Estado do TO, representando quase 10% de domicílios vagos. Esse é um aspecto da realidade material que evidencia o quanto o debate de

Engels (2015) ainda é pertinente, constatando-se que o problema não é a ausência de moradia, mas a concentração da mesma nas mãos daqueles que detêm o capital.

Tabela 4: Domicílios de Palmas e no Estado do Tocantins

Tipo de Domicílio	Palmas	Tocantins
Particulares	69.002	399.506
Não ocupados	6.127	71.504

Fonte: IBGE/cidades (2017)

Engels (2015, p. 42) explica que a habitação é uma mercadoria, seja sob a forma de propriedade privada da casa ou na forma de aluguel. O trabalhador precisa adquirir sua casa para seu processo de reprodução social. Assim, a aquisição dessa mercadoria

[...] é feita de acordo com as leis econômicas que regulam a venda de mercadorias, em geral e a venda da mercadoria de “posse fundiária” em especial. O primeiro item que entra no cálculo é o custo de construção e manutenção da casa ou da respectiva parte da casa; em segundo lugar, leva-se em conta o valor do terreno, condicionado à localização mais ou menos favorável da casa; o valor final é determinado pela situação momentânea da relação entre oferta e procura.

Engels (2015) se reporta à difusão da ideia de que todo trabalhador precisa ter uma “casinha e uma hortinha”. Esse entendimento procede dos socialistas pequeno-burgueses proudhonianos e traz, em seu pano de fundo, o atraso da luta revolucionária, pois está atrelado às amarras que prendem os trabalhadores. Foi justamente a libertação dessas amarras que criou as primeiras condições para a conscientização dos trabalhadores. No período feudal, teorização sobre a luta em prol da revolução da classe trabalhadora. As condições dos trabalhadores ainda guardavam vestígios das relações predominantes no feudalismo, porém somente com o avanço da industrialização ocorreram revoluções operárias, como a Comuna de Paris e a Revolução de Junho (ENGELS, 2015).

Conforme Engels (2015), o aluguel de uma casa gera renda fundiária, e esse valor pode dobrar, triplicar (e assim por diante) o valor do capital adiantado na construção da casa. A moradia, em seu valor de troca, tem uma longa durabilidade, podendo chegar a 100 anos ou mais, dependendo do processo de sua manutenção. Esse fato possibilita a seu proprietário vendê-la de forma parcelada com mensalidades distribuídas em diversos anos ou mesmo alugá-la. No caso do aluguel, a casa chega a se pagar várias vezes. Ao vender de forma parcelada, o proprietário está renunciando receber de uma única vez o valor investido, mas irá receber os juros com valor acrescentado às prestações. Porém, também pode ocorrer, nesse processo, a intermediação das agências financeiras, que emprestam o valor para o comprador, sendo os

juros destinados ao banco que forneceu o crédito. Nesses casos, a diferença está em quem irá receber os juros, se é o banco ou o proprietário.

Para Engels (2015), não é a abolição do aluguel ou o advento da casa própria que irá resolver o problema da sociedade. É preciso entender que esses elementos não extinguem a extração da mais-valia do trabalhador. Nesse sentido, caso não sejam abaladas as bases da espoliação, não é possível resolver as mazelas da sociedade de classes.

A ideia referente à casa própria é usada pela própria burguesia, que tira proveito da defesa proudhoniana, de que todo trabalhador tem que sair do aluguel, servindo de base para a manutenção da especulação imobiliária. Esse mecanismo de obtenção da casa própria obriga o trabalhador a pagar mais de três vezes o valor do imóvel. Ideologia que também fomenta a criação de orçamento público para financiar a moradia própria, para os trabalhadores, com tamanhos muito pequenos, porém através um longo prazo para seu pagamento.

Dessa forma, qualquer espírito revolucionário fica entorpecido, além de impor a necessidade de fixação do trabalhador em um local que nem sempre guarda relação com os espaços onde existem oferta de trabalho. Isso o constrange a permanecer em condições de exploração excessiva, em função da aquisição de sua “casinha”, além de submetê-lo às dívidas de hipotecas, que oneram ainda mais seu orçamento com um custo elevado em relação ao benefício da casa própria.

Assim, segundo Engels (2015), somente com a ultrapassagem das relações de produção capitalista, baseada na propriedade privada e na extração da mais-valia realizada sobre o trabalhador, é que se pode resolver o problema habitacional. Outra questão relacionada é a eliminação da contradição entre cidade e campo. Existem habitações suficientes para abrigar os trabalhadores sem teto, basta que haja expropriação dos proprietários e transferência das casas para quem não a possui. Porém, isso somente será possível quando os trabalhadores tiverem sob seu controle o poder político, o que lhes possibilitará executar esse objetivo, dentre tantos outros.

A Tabela 5, a seguir, aponta o “déficit habitacional”,³⁵ onde se observa que o número de déficit habitacional é o mesmo número de domicílios não ocupados conforme dados da Tabela 4. Esses dados corroboram com o debate de Engels (2015), ao desmistificar que o que falta não são moradias, observando que é o processo da lógica de acumulação do capital que

³⁵ É preciso ter claro que o quadro referencial teórico crítico dessa tese é incompatível com o conceito de “déficit habitacional”. Esse conceito meramente quantitativo não representa o ponto de vista da crítica do materialismo histórico aplicada à questão urbana. Então a motivação ao uso desse “indicador” apenas para efeito ilustrativo e não argumentativo.

provoca a impossibilidade de acesso a esse bem ou a inadequação de moradias da classe trabalhadora.

Tabela 5: Déficit habitacional ou quantitativo em Palmas - 2000 e 2010

Deficiência de estoques	2000		2010	
	Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual
Domicílios improvisados	497	1,40	810	1,40
Coabitação familiar	2.007	5,72	3.270	5,72
Residentes em cômodos	1.669	4,76	2.720	4,76
Domicílios rústicos	2.375	6,77	3.870	6,77
Total	6.548	18,65	10.670	18,65

Fonte: Diagnóstico do Plano Diretor (2017)

Outra questão interessante refere-se à projeção do “déficit habitacional” para os próximos 10 anos, que tem o mesmo indicador, significando que a variante objeto de intervenção política para a resolução dessa problemática não se movimenta, nem no planejamento, no sentido de minimizar os problemas habitacionais.

Em face a essa problemática, o papel do Estado deve ser o de regular a questão da moradia, com o objetivo de impedir abusos de construtores com construções inadequadas no tocante à segurança e às questões sanitárias. Ao Estado cabe também os investimentos para sanar a escassez da moradia, porém, quando o faz, suas quantias são irrisórias, pois “O Estado nada mais é que a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, os agricultores e os trabalhadores.” (ENGELS, 2015, p. 99).

Por isso que, segundo Engels (2015), a solução que a burguesia dá à questão da moradia não é e nem será definitiva. Quando essa se vislumbra, as medidas ocorrem em número extremamente reduzido, e isso vira exemplo para toda a sociedade, ignorando-se toda a massa de moradores sem teto. Às vezes, muda-se o problema de lugar, e essa é uma estratégia amplamente utilizada pelo Estado, que desloca os trabalhadores, para possibilitar a mudança de uso dos terrenos urbanos, que passa a ser ocupado em função dos interesses capitalistas, elevando o seu valor de troca dada sua localização central ou sua proximidade às áreas com infraestrutura urbana. Nesses casos, os trabalhadores são deslocados para áreas longínquas sem infraestrutura ou de extrema insalubridade.

A Tabela 6, a seguir, evidencia a inadequação de moradias, ou seja, um déficit qualitativo, que segue a mesma lógica; e ainda, tem como agravante um número elevado (63,03%) de inadequação ou de déficit qualitativo de moradias em 2000, em comparação com o déficit quantitativo (18,65%).

Tabela 6: Inadequação de moradias ou déficit qualitativo em Palmas - 2000 e 2010

Inadequação de moradias	2000		2010	
	Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual
Inadequação fundiária	814	2,37	1.326	2,37
Adensamento excessivo	3.599	10,48	5.865	10,48
Domicílios sem banheiro	4.405	12,82	7.178	12,82
Carentes de infraestrutura	12.830	37,35	20.906	37,35
Total	21.648	63,03	35.275	63,03

Fonte: Diagnóstico do Plano diretor (2017)

A Tabela 7, transcrita abaixo, indica que até o ano 2020 haverá a necessidade de construção de 12.402 novas habitações, em função de atender as famílias com renda de até cinco salários mínimos.

Tabela 7: Estimativa para demanda demográfica futura em Palmas para 2020

Ano	Quant. Domicílios estimados	Total de domicílios baixa renda	Até 3 SM	De 3 a 5 SM	Total do acréscimo de população por novos domicílios entre 2010-2020
2010	57.389	33.630	22.961	10.669	-
2015	68.011	39.859	27.211	12.643	-
2020	78.554	46.032	31.429	14.603	12.402

Fonte: Diagnóstico do Plano diretor (2017)

A Tabela 8, a seguir, mostra a soma da demanda futura e do déficit de 2010, evidenciando que, até o ano de 2020, serão necessárias políticas que atendam à demanda de 23.072 moradias.

Tabela 8: Necessidades Habitacionais em Palmas para 2010

Demanda demográfica futura	(+) 12.402
Déficit habitacional básico em 2010	10.670
Necessidades habitacionais	= 23.072

Fonte: Diagnóstico do Plano Diretor (2017), extraído do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) 2010

Embora a construção de habitações de interesse social atenda a demandas da classe trabalhadora, Engels (2015) ressalta que não adianta pensar em resolver de forma definitiva o problema da habitação com a construção de casas, pois essa não tem solução na ordem social capitalista, sendo apenas consequência da lógica do processo de exploração do capital. O que se observa é que determinadas iniciativas somente obscurecem e mascaram o problema. Esse processo tem um caráter conciliador e pode enfraquecer as lutas sociais. Observa-se que movimentos sociais que lutam pela moradia levantam uma extensa pauta de atenção a essa problemática; e muitos desses movimentos, inclusive, assumem a gestão de projetos de construção de moradias, inclusive por meio de mutirões.

Conforme Lefebvre (1999), o objetivo de Engels (2015) foi combater essas ideias, assim como as concepções advindas do prodhonismo da “casinha” e da “hortinha”. Engels faz uma crítica à grande cidade capitalista, pois não há como pensar em uma sociedade de igualdades com diferenças tão gritantes de conglomerados. A grande cidade é o principal símbolo da acumulação capitalista, e isso pode ser visualizado em um ambiente no qual milionários e paupérrimos dividem o espaço, exprimindo de forma plena essa contradição das relações capitalistas.

Segundo Engels (2015), a supervalorização da renda da terra via moradia ocorre somente nos grandes centros urbanos, pois, nas pequenas cidades, a terra não terá a mesma possibilidade de elevação da renda da terra. Nota-se, portanto, que nem sempre os processos de produção de renda da terra são similares, a depender das dimensões da cidade e do privilegiamento de espaços em detrimento de outros, fazendo elevar a renda diferencial I e II. Nesse caso, fica evidente que a possibilidade de extração de superlucros ocorre em função da renda da terra urbana extraída da construção de prédios industriais, comerciais e/ou residenciais, e não exclusivamente em função da moradia.

Conforme pode ser observado, nos capítulos anteriores, o processo de ocupação e uso do território da cidade de Palmas foi permeado por contradições e lutas de classe. Essas contradições quando manifestas têm a capacidade de interferir diretamente no processo de urbanização da cidade. No caso dessa cidade, os trabalhadores conseguiram desmontar alguns

preceitos de ocupação elitizada, no entanto, outros foram cristalizados, demonstrando vitórias e derrotas bastante consideráveis no processo contraditório de estruturação dessa cidade capitalista.

De norte a sul, no município, consta, nos registros históricos da cidade, a resistência da classe trabalhadora no processo de ocupação do território palmense. Essa resistência se consolidou, sobretudo, por meio das ocupações registradas em locais como Vila União, Santo Amaro, Aurenys, Santa Bárbara, Taquari, quadras 1.206, 1.106 e 1.306. Estes são os maiores exemplos de lutas de ocupação do solo urbana por trabalhadores que chegaram em Palmas. Embora, essas não sejam as únicas ocupações, sem dúvida foram as de maior expressão política e territorial. As regiões da Vila União, quadras 1.106, 1.206 e 1.306 são as mais centralizadas. A segregação territorial ficou menos impactante no tocante à distância do centro da cidade, mas ainda assim são regiões que mantêm o estigma da discriminação, algumas de forma mais expressiva que outras.

Essas lutas e resistências confirmam as teses defendidas por Lefebvre (1999, p. 27), ao afirmar que “As grandes cidades são a sede do movimento operário; é aí que os operários começam a refletir sobre sua situação e a sua luta; é aí que se manifesta primeiro a oposição entre proletariado e burguesia”. Todavia, Palmas não se configura como uma grande cidade brasileira se comparada aos grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Porém, em relação ao norte do país e, apesar de sua juventude, da ausência de perfil industrial e de sua baixa densidade demográfica, trata-se de uma cidade referência na região, no que tange ao processo de produção, reprodução e circulação de mercadorias não apenas dentro do país como no espaço internacional, especialmente aquelas advindas do agronegócio.

Então, na atualidade, no que concerne às lutas urbanas em Palmas, diversos movimentos sociais urbanos se manifestam como atores coletivos de lutas por terra, moradia e equipamentos coletivos. Diversos movimentos sociais realizam lutas em prol do atendimento à necessidade humana da moradia para a classe trabalhadora empobrecida. A cidade também está organicamente ligada a outros problemas sociais existentes no Brasil. Nesse sentido, ocorre a luta e reivindicação pelo direito à garantia de acesso aos equipamentos e serviços de uso coletivo.

No entanto, com base em Rauta Ramos (1994), pode-se afirmar que, apesar de as relações entre as classes sociais, e dessas com o Estado conjuntamente se modificarem – a partir da correlação de forças presentes na realidade local onde elas ocorrem e do que se passa

no nível nacional – a estrutura contraditória de classes (capitalistas *versus* trabalhadores) permanece inalterada enquanto perdurar o modo de produção capitalista.

O estudo de movimentos sociais pode ser remetido a uma longa e extensa bibliografia, altamente heterogênea. Na atualidade, existem diferentes movimentos sociais que carregam uma marca expressa por suas bandeiras específicas. Os movimentos de moradia no Brasil – inseridos no movimento social urbano – podem ser observados a partir de sua bandeira principal, que é a de resolver a questão da espoliação urbana, nos termos de Kowarick (1993).

Para alguns teóricos, esse movimento social não tem relação direta com o antagonismo de classes inerente à sociedade capitalista, pois, nessa perspectiva, os movimentos sociais urbanos fazem parte de um “novo movimento social”³⁶ e que nada têm a ver com os movimentos tradicionais, como o movimento operário e sindical, visivelmente vinculados às frações de classe dos trabalhadores e em oposição à classe capitalista. Não obstante, de acordo com Rauta Ramos (2016, p. 19), essa leitura tem recebido críticas, desde a década de 1960, dos autores que debatem essa temática a partir da teoria do valor de Marx, “ou numa perspectiva de totalidade contraditória, como espaço de formação, realização e distribuição da mais-valia.” Um grande disseminador das teorias acionistas é Touraine (1994), que tem grande influência nos estudos dos autores que se dedicam a analisar os movimentos sociais no Brasil. Ele critica o debate sobre as lutas a partir de uma totalidade, pois afirma que “o sujeito só existe como movimento social, como contestação lógica da ordem, tome essa uma forma utilitarista, ou seja, simplesmente a busca da integração social.” (p. 249); e “um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural.” (p. 255). Tanto Alan Touraine quanto Manuel Castells são influenciados pela matriz weberiana.

Todavia, esses movimentos precisam ser pensados a partir da unidade entre processo de produção e processo de reprodução social, dentro do qual se encontra inserida a reprodução da classe trabalhadora. A partir dessa perspectiva, o estudo de qualquer movimento social precisa ser focado na totalidade concreta, dentro do contexto da sociabilidade capitalista, o que exige um processo de análise a partir de seu processo histórico-político e econômico-estrutural.

Pode-se ajuizar que a militância dos atores dos movimentos sociais, ainda que sujeita a contradições inerentes às lutas sociais, tem como potência a possibilidade de construir coletivamente uma consciência de classe *para si*, considerando que os movimentos sociais

³⁶ Dentro desse contexto de novas determinações é que precisam ser buscadas as explicações sobre os “novos movimentos sociais”, ou seja, aqueles movimentos que se manifestam no âmbito da cultura e do “consumo de massa” (movimento negro, feminista, gay, lutas urbanas, etc.), mas que, em última instância, têm a determinação social de classe, determinação essa que precisa ser trabalhada na pesquisa social (RAUTA RAMOS, 2016, p. 51).

funcionam como arenas privilegiadas de construção de outra cultura, de outro pensamento, de outra sociedade, que supere as relações de produção capitalista.

O livro “Espaços de Esperança”, de Harvey (2004), escrito nos anos 2000, apesar de ter sido publicado no Brasil há mais de 15 anos, tem uma atualidade no campo do pensamento da esquerda, principalmente ao tratar do processo agudo de perseguição política e ideológica dirigidas aos que se colocam como marxistas ou marxianos. Tendo em vista que a moda hoje se encontra em todo pensamento que se enquadra como “pós-moderno”, é como se estivesse em um futuro que superou seu passado, sem considerar que a produção de Marx trata da explicação da produção movida pelo capital, que mesmo vivendo sob uma crise internacional, ainda vigoram as relações de exploração e dominação, tendo portanto no século XXI uma grande atualidade.

Segundo Harvey (2004), esse debate não é algo novo, sendo um processo que remonta os anos 1492, inclusive demonstra que, no texto de Marx e Engels, do “Manifesto Comunista”, já fica evidente que o capitalismo tratará de se disseminar suas relações de produção em todo o planeta como forma de se expandir e sobreviver, alcançando um grande processo de globalização. Então, essa temática não é nova. Ao contrário, inclusive o capital se utiliza dessa estratégia na produção, distribuição e troca de mercadorias, e esse é um grande mecanismo de expansão e de contenção de crises de superprodução. Esses processos de expansão do capital são realizados com base em realidades desiguais, combinando o atraso e o desenvolvimento como forma de proteção e de fortalecimento do capital.

Conforme Harvey (2004), as lutas das classes trabalhadores têm como grande desafio realizar suas atividades com pautas que congreguem cultura e economia política, tendo em vista que, quando se separam esses dois determinantes da sociedade, dificilmente se alcançam pautas globais, e o máximo que se consegue é atingir, de forma pontual, determinadas demandas específicas.

Alguns elementos teóricos e empíricos demonstram a potência da sua capacidade de transformação, a partir das lutas por moradia em Palmas, que têm como elemento central de segregação socioespacial resultado do uso da renda da terra.

Silva (2009)³⁷ realizou o mapeamento dos movimentos sociais no TO, sendo identificada a presença dos movimentos de moradia em diversos municípios. Segundo essa

³⁷ O mapeamento dos movimentos e das lutas dos movimentos sociais no TO na dissertação do mestrado contou com o aprofundamento da pesquisa no Movimento Nacional de Luta pela Moradia. Essa pesquisa possibilitou identificar as resistências da classe trabalhadora no processo de produção da cidade de Palmas. Esta Tese traz-se para o debate o amadurecimento teórico do estudo realizado anteriormente. (SILVA, 2009)

autora, observou-se a existência de diversas expressões de participação social, sejam elas institucionalizadas, nos espaços de controle social, nas ruas, ou espontâneas, com formatos variados e estratégias diversas de reivindicação.

Movimentos sociais são organizados por trabalhadores, inseridos em determinados contextos societários, considerando que essas manifestações ocorrem a partir das condições reais da sociedade. Nesse processo, é pertinente considerar as mediações em ocorrência na totalidade concreta da sociedade burguesa, conforme o debate que vem sendo realizado nessa tese. Vale considerar que é a consciência de classe trabalhadora que dá conta de produzir as lutas capazes de produzir resultados positivos no processo das contradições postas na sociabilidade capitalista, porém esse é um processo complexo que perpassa pela defesa da emancipação humana.

De acordo com Chasin (1988, p. 62), é necessário conhecer a discussão acerca da “emancipação humana a partir da transformação dos indivíduos”. A partir dessa questão, vale destacar a constituição do Ser Social como ser consciente e a contraposição da alienação/individualismo. Esse último se constitui na maior arma da burguesia para se manter como hegemônica no mundo moderno. Logo, tal abordagem teórico-metodológica tem como fundamento uma concepção ontológica, em que o movimento lógico e histórico se engendra na realidade social, com a concentração da riqueza e, de outro, a pobreza e a miséria, como expressão da hegemonia do capital financeiro sob a ofensiva neoliberal, mesmo com a resistência da sociedade.

Chasin (1988) indica que a ontologia de Marx se baseia em três componentes iniciais. A primeira é a filosofia hegeliana, da razão especulativa. A segunda é a ontologia da economia política. E a terceira é a crítica da prática ou da razão prática da política, da emancipação política à emancipação humana. É a partir dessas três críticas que Marx constrói sua ontologia histórico-materialista, sobre a qual Netto (1994, p. 37) afirma com base em Lukács: “A ontologia social marxiana, fundada na práxis e centrada no trabalho, apreende a constituição do ser social como a constituição de complexos: a realidade social é uma totalidade concreta composta por totalidades concretas de menor complexidade.”

O trabalho compreendido do ponto de vista ontológico constitui o homem como ser humano-genérico. Lukács (1978) aponta que o homem, ao interagir com a natureza por via do trabalho, transforma a natureza e a si próprio. Esse debate revela que o trabalho do homem projetado/planejado se diferencia do trabalho dos outros animais, que o fazem por mera reprodução biológica, sem que haja ideação. Na tentativa de compreender esses processos,

Markús (2015) afirma que o homem é parte da natureza e subsiste por meio de constantes metabolismos na sua relação com ela. Para o autor, o homem é um ser natural ativo, finito, limitado, dependente da natureza, que precisa satisfazer suas necessidades, e o faz conforme suas construções socio-históricas.

O processo de trabalho ocorre através uma relação entre o sujeito (o homem) e o objeto (a natureza), mediados pelos instrumentos de trabalho. Conforme Netto (1994), o trabalho é sempre uma atividade coletiva, tendo em vista que o sujeito nunca está isolado e sempre inserido em um conjunto. Isso imprime uma coletivização do conhecimento e da organização do trabalho, o que exige também a comunicação entre eles. Para Markús (2015), no processo do desenvolvimento histórico, a transformação do meio natural para meio sociocultural é resultado da atividade produtiva de gerações passadas e presentes.

O mundo objetivo é um produto histórico de toda uma série de gerações, e a produção do trabalho imprime uma rede de normas, regras e costumes, que constrói a sociabilidade. As habilidades desenvolvidas no passado são repassadas às próximas gerações, constituindo a base da continuidade histórica. Portanto, os homens têm história porque precisam produzir suas vidas, o que exige tomada de decisões, ou seja, têm de fazê-lo de modo determinado. É nesse processo de reprodução que homens alteram suas condições objetivas e a si próprios. Ainda conforme Markús (2015), o trabalho, como atividade humana, pressupõe a satisfação de necessidades sociais, criadas historicamente. Portanto, o homem supera todos os outros animais devido à capacidade de ideação de suas ações e, nesse processo, a extensão de suas necessidades tem um caráter ilimitado, assim como a capacidade humano-genérica.

Para Netto (1994), o trabalho é constitutivo do Ser Social, mas não somente, tendo em vista que quanto mais o ser social se desenvolve, mais aumentam suas exigências de desenvolvimento, como em relação à arte, à filosofia, à cultura, etc. Trata-se da práxis que inclui todas as objetivações da constituição humana, pois é ela que revela a capacidade do homem enquanto ser criativo e autoprodutivo. Para Netto e Braz (2007), o homem, ao nascer, é puramente singular e sua subjetividade é elaborada a partir das objetivações existentes e no conjunto de interações em que o ser singular se insere. Todos os homens têm iguais possibilidades humanas de socializar-se, porém, na sociabilidade capitalista, essas condições são diferentes, a depender das relações entre as classes sociais.

Observe que essa capacidade humano-genérica é capitaneada em todas as suas determinações para a construção de um modelo de sociedade que, no processo da história da humanidade, apesar de apresentar enormes contradições, e tais desenvolvimentos podem ser

consideradas “progressos”. Para Luckács (1978), o escravismo é um avanço em relação ao canibalismo, assim como o capitalismo é uma evolução em relação ao feudalismo, tendo em vista que eram relações ainda mais deletérias da humanidade.

Nessa direção, a civilização consiste em uma síntese das atividades humanas e aparece sempre acompanhada de novos conflitos sociais. Porém, para Luckács (1978), ainda se vive na pré-história da humanidade, que somente será desenvolvida de fato quando houver a plena liberdade em um contexto de sociabilidade socialista. Em todos os momentos da história da humanidade, houve resistência dos homens que se colocaram contra a exploração do homem pelo homem. Essa resistência se revelou mediante lutas marcadas pelo uso da força e derramamento de sangue.

O determinante central das lutas de classe é a consciência de classe, que se produz a partir da constituição do Ser Social. No entanto, o modo de produção capitalista busca capturar toda a capacidade humano-genérica para produzir e acumular riquezas e aprofundar suas amarras por meio de sua lógica, baseada inteiramente na alienação do trabalhador.

Conforme Luckács (1978), a essência do trabalho humano, diferentemente do trabalho dos animais (ver exemplo do pássaro João de Barro³⁸), está na capacidade de ir além de uma competição biológica. A singularidade do trabalho humano reside na consciência que orienta suas ações. Os homens são impelidos pelas circunstâncias a agir de determinado modo, sendo que a consciência tem um papel decisivo na delimitação materialista entre a natureza orgânica e o Ser Social.

Diante desse debate, compreende-se que o homem é um ser que dá respostas, precisamente, tornando questionáveis seus próprios carecimentos, de modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é produto imediato da consciência e, nesse processo, o dever-ser é um comportamento determinado por finalidades sociais. Todo movimento é submetido a um determinado dever-ser, porém o homem não tem todas as condições de ver os condicionamentos da própria atividade, o que traz como consequência a dialética interna do constante aperfeiçoamento do trabalho e da divisão do processo de trabalho com a diferenciação do nível superior. Com o surgimento das classes sociais portando interesses antagônicos, esse tipo de posição teleológica torna-se a base espiritual-estruturante do que o marxismo chama de ideologia.

³⁸ Trata-se de um passarinho muito habilidoso, que constrói sua casa principalmente com o uso de barro, que se torna a moradia de sua família.

Para se tornarem conscientes desses conflitos, os homens se inserem nas lutas de classe, e é nessa perspectiva de constituição dos sujeitos que eles lutam por transformações societárias a partir de uma consciência para si. Os trabalhadores desenvolveram uma série de lutas pela dissolução do capitalismo e romperam sua aliança com a burguesia, tendo como marco o ano de 1848.³⁹ Logo, a consciência de classe, para Lukács (2003, p. 142) é “a ação historicamente decisiva da classe como totalidade [que] é determinada pelo pensamento do indivíduo; essa ação só pode ser conhecida a partir dessa consciência.” No entanto, a depender das condições socio-históricas em que os homens estão inseridos, a relação real no modo de produção capitalista, ou seja, a relação entre criador (os trabalhadores e criatura (as mercadorias) aparece invertida. A criatura passa a dominar o criador, e essa inversão produz a alienação, que é própria das sociedades capitalistas, em que ocorre a exploração do trabalho do homem, com estímulo à regressão do ser social. Tudo isso constitui-se em uma das armas mais importantes da burguesia para manter-se dominante sobre a classe trabalhadora.

De acordo com Lukács (1978), no processo de coisificação do trabalho, os homens estão sujeitos a uma falsa consciência, o que os coloca em uma situação de alienação frente a sua realidade. Por outro lado, o autor diz também que os homens, caso alçassem consciência de sua classe, podem fazer importantes enfrentamentos para modificar suas realidades. Essas análises ajudam a entender a importância da discussão em torno das lutas sociais e dos movimentos sociais, de natureza absolutamente complexa. Se, por um lado, tem-se uma forte construção sócio-política de uma falsa consciência, por outro, há um segmento social que vem em um processo de resistência lutando para atingir a sua verdadeira consciência. Para isso, há a necessidade de se analisar a sociedade burguesa para além da sua aparência, em seus elementos determinantes, pois somente por essa via poderá se chegar à revolução e à superação da sociedade capitalista.

Contudo, é preciso entender a falsa consciência e apreender para além dos elementos da *reificação*, como também as questões da *práxis*. Afinal, o que se tem observado, no decorrer do estudo dos processos históricos, é que as fortes tendências, inclusive da pós-modernidade, vêm estimulando a ideia de fragmentação da compreensão da vida humana, uma vez que, ao trazerem o reforço da ação do sujeito como responsável por suas lutas, sem considerar as

³⁹ “Em nível histórico-universal, a experiência de 1848 demonstrou os limites reais do projeto sócio-político conduzido pela burguesia – a *liberdade* deve restringir-se à liberdade de concorrer no mercado, a *igualdade* esgota-se na formalidade jurídica e a *fraternidade* se resolve na retórica do moralismo. O *projeto da emancipação humana*, nesses limites, não desborda da emancipação política.” (NETTO, 1998, p. XIX).

mediações da consciência da classe trabalhadora, acabam por desconsiderar a perspectiva das lutas de classe entre capital e trabalho.

Não se trata aqui de negar o papel sócio-político e histórico dos sujeitos que lutam, ou de afirmar que todos vivem em processo de alienação, mas de reconhecer que esses sujeitos são construídos historicamente. Além disso, como diz Marx, “os homens fazem sua história [...], mas não em circunstâncias por eles escolhidas.” (LUKÁCS, 1978, p. 16). É preciso, portanto, entender a totalidade das relações sociais capitalistas em suas determinações, para se compreender a necessidade da construção de uma consciência de classe.

Os motivos que levam as pessoas a reivindicarem determinados serviços/necessidades, surgem inicialmente de demandas materiais específicas, o que cria um caldo altamente diverso em termos de bandeiras de lutas. Essas questões não são negativas, porém, a restrição das lutas, a partir de um processo fragmentado, traz como consequência o provável fracasso das conquistas ou a mera parcialidade da resolução de alguns problemas. De acordo com Marx (2013, p. 89), o movimento social pode ser concebido como “um processo histórico-natural, regido por leis que não são independentes da vontade, consciência e intenções dos homens, mas que, pelo contrário, determinam sua vontade, sua consciência e intenções.”

Conforme Santos (2007), diversas transformações na contemporaneidade trazem outros arranjos de organização, por isso diversos autores irão defender o fim da modernidade com o advento de ideias pós-modernas, a partir de diversas mudanças: o capital financeiro; a combinação de extração de mais-valia absoluta e mais-valia relativa, inclusive com o trabalho análogo ao trabalho escravo; as ideias do fim da centralidade do trabalho e o consenso entre as classes; a fragilização do sindicalismo, onda migratória de empresas para localidades onde há frágeis lutas de classe e quase nada de direito; ajustes neoliberais dramáticos, inclusive onde o Estado tem uma frágil intervenção no campo dos direitos; e alterações na acumulação que combinam sua forma rígida e flexível, conforme a conveniência de maior lucratividade.

Refuta-se o advento da pós-modernidade visto que tais transformações, em momento algum, superaram o modo de produção capitalista. Ao contrário, elas têm fortalecido suas relações defende-se que a modernidade não foi substituída pela pós-modernidade, visto que essas mudanças são, na verdade, formas de enfrentamentos das crises do capitalismo. Para Netto e Braz (2007), elas são provocadas por diversas causas, como a anarquia na produção, que não segue uma lógica determinada, mas é realizada de tal forma que garante o máximo possível de extração de mais-valia. Esse processo produz, na sequência, uma tendência à queda da taxa de

lucros, em função inclusive da superprodução, o que leva ao subconsumo das massas dos trabalhadores, que tem seus salários rebaixados e/ou que perdem seus empregos.

No debate sobre os movimentos sociais, as novas formas de organização de lutas por causas específicas, considerados como os “novos movimentos sociais”, trazem, em seus fundamentos, a perda da centralidade das classes sociais e do antagonismo existente entre capital e trabalho. Essas ideias de “novo” aparecem, conforme crítica de Santos (2007), como se fossem elementos de novidades, eliminando completamente o processo histórico e econômico das relações sociais construídas até então.

Os movimentos sociais se fragmentam em suas bandeiras específicas, fortalecem tanto suas divergências, confundindo quem é o verdadeiro inimigo, que dificilmente conseguirão resolver problemas que os levem ao alcance da emancipação humana. Para melhor compreender esse processo da fragmentação das lutas, vale a pena recorrer a Coutinho⁴⁰ (1991, p. 5) na referida discussão sobre pluralismo “como fenômeno social e político”. Para ele, esse é um debate da modernidade, que está ligado à questão da individualidade a partir de um processo de exacerbação de valorização do indivíduo.

Coutinho (1991), discute o pluralismo individual, como uma questão da modernidade e, por outro lado, o pluralismo de sujeitos coletivos, não centrado no individualismo do sujeito, denominando esse sujeito coletivo, considerado em seu pluralismo, de “sociedade civil”, tais como associações diversas, partidos políticos, sindicatos, dentre outros.

O autor traz, como exemplo, a condenação à morte de Sócrates, em função de sua religião ser diferente da religião comum do local onde vivia, evidenciando a intolerância à pluralidade naquele período. Ou seja, um ponto importante é o da tolerância aos ideais diferentes, assentados no ideário liberal. Mas a dinâmica dessas relações sociais é altamente funcional ao modo de produção capitalista, pois, conforme Bluy (2004, p. 142), “a individualidade e a moral humanas se convertem em artigo comercial.”

A sociedade capitalista produz um reforço ao individualismo que, do ponto de vista ideológico, coloca o sujeito na posição de acreditar que tudo é individual e privado, como se cada um, individualmente, fosse capaz de atender suas demandas de forma isolada. Essa questão é tão forte ideologicamente, que realmente as pessoas se ocupam em resolver suas questões a partir de um egoísmo individualista. Conforme Rouanet (1998, p. 09), “a individualidade significa que esses seres humanos são considerados como pessoas concretas e não como

⁴⁰ O debate de Coutinho encontra-se em “Pluralismo: dimensões teóricas e políticas”, incluído no caderno ABESS número 04, onde ele se dedica a analisar o pluralismo enquanto fenômeno social e político e suas implicações nas ciências sociais, ajudando a entender, nesse segundo caso, a diferença entre pluralismo e ecletismo.

integrantes de uma coletividade e que se atribui valor ético positivo à sua crescente individualização.” E esse individualismo se reflete em todos os espaços da vida cotidiana. No entanto, o homem não se constrói individualmente. Markús (2015) considera inventivas essas ideias, pois, na verdade, as pessoas se constroem a partir da *práxis* em um processo altamente coletivo. De acordo com o autor, tem bases falsas o sentimento impregnado na sociabilidade capitalista do individualismo, porém a força ideológica desses elementos é uma questão que impõe dificuldades ao seu rompimento para superação do modo de produção capitalista. Markús (2015, p. 53), cita Marx, analisando que:

[...] uma atividade que eu raramente posso executar em comunidade imediata com os outros, estou *socialmente* ativo, porque [ativo] como *homem*, não só o material da minha atividade – como a própria na qual o pensador é ativo – e é dada como produto social, a minha existência *própria* é atividade social [...]. O indivíduo é o *ser social*. A exterioridade da vida – mesmo que ela não apareça na forma imediata de uma exteriorização da vida *comunitária*, levada a cabo simultaneamente com outros – é, por isso, a exteriorização da *vida social*.

Então, por mais que os homens desenvolvam ações que pareçam ser individuais, elas resultam de um processo de construção produzida coletivamente. São esses elementos de coletividade que precisam ser reforçados, a fim de fortalecer a construção das lutas coletivas. Sader (1988, p. 55) considera que o sujeito coletivo deve ser concebido como “uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas.” Coutinho (1991, p. 9) afirma que:

O desafio posto diante da situação do mundo moderno é buscar uma síntese entre o domínio da vontade geral – que impede suas múltiplas associações de se fragmentarem em interesses meramente corporativos – e, ao mesmo tempo, a conservação dessa multiplicidade, desse pluralismo de sujeitos.

Portanto, a multiplicidade de interesses que os movimentos sociais carregam tem uma grande importância: não permitir que ocorra um processo da exacerbação dos interesses privados que leve ao corporativismo. Essa é uma contradição que os movimentos sociais específicos precisam tomar cuidado, pois precisam, independentemente de sua especificidade, inserir-se em um contexto de totalidade que tem como ponto unificador os conflitos de classe, a partir de um projeto comum de sociedade.

Compreende-se que os movimentos sociais são heterogêneos, pois lutam por questões que parecem ser particulares, no entanto, todas essas questões são frutos das contradições

criadas e recriadas pelo próprio modo de produção capitalista, na concretude da sociedade contemporânea. Então, sua heterogeneidade não deve ser um problema, pois a ordem societária, quando unificada em torno de um projeto de sociedade, baseada em justiça, igualdade e fraternidade, provavelmente venha fortalecer a luta e as transformações sociais.

Nesse contexto, a inserção nas lutas de classe, concebidas enquanto participação social, é absolutamente necessária, pois colabora para a compreensão das realidades socio-históricas e dos mecanismos de democracia consolidados, considerando suas diversas limitações.

Para Netto (1990, p. 84), existem dois tipos de democracia, sendo uma “democracia-método” e a outra “democracia condição social”, explicitadas a seguir:

Por democracia-método deve entender-se o conjunto de mecanismos institucionais que, sob formas diversas (mais ou menos flexíveis), numa dada sociedade, permitem pôr sobre a vigência de garantias individuais, a livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais; quanto à democracia-condição social, ela não é um simples conjunto de institutos cívicos, organizados num dado ordenamento político, mas um ordenamento *societário* em que *todos*, a par da livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais, têm iguais chances de intervir ativa e efetivamente nas decisões que afetam a gestão da vida social.

Pode-se conceber os valores democráticos em uma sociedade capitalista e, em contrapartida, em uma sociedade socialista. Na primeira, não é possível a universalização democrática, pois há somente participação política jurídico-legal, e sem considerar as questões da participação das riquezas, não é possível essa universalização. É evidente que, somente em outro ordenamento político, em que não tenha dominantes e dominados, será possível exercer a democracia-condição social.

Na contramão dessa conceituação de democracia-condição social, em TO, vê-se que as experiências de democracia se restringem em absoluto à democracia-método. E até mesmo essa prática de democracia funciona com uma série de limitações, em função da formação histórica desse Estado, que demorou a reconhecer os princípios democráticos, ainda que na institucionalidade. Afinal, o que dizer de um Estado da federação que elege um governador de raízes tradicionais e autoritárias por quatro mandatos? Essa é uma evidência da fragilidade da democracia que, quando acompanhada de estruturas altamente excludentes, deixam a população em uma situação de fragilidade para se integrar às lutas sociais, efetivando sua participação social. Esse tipo de democracia pode até ter elementos de liberdade, mas não tem aqueles componentes que identificam o que é, de fato, melhor para a sociedade.

Essas marcas de um passado ultraconservador de dominação, que se apresentam na atualidade, corroboram para que os grupos tradicionais na política estejam sempre à frente das

gestões governamentais. Como entender que uma população tão excluída dos processos produtivos e que vive uma grande desigualdade social eleja representantes políticos tão conservadores? Esse é um dos reflexos do processo de “democracia” vigente no país, permeado pelo mandonismo e tradicionalismo político, mas principalmente pela concepção do voto enquanto uma forma de pagamento de um favor. A essa realidade de relações perversas, agregasse que a atual “democracia” também é fruto de um sistema profundo de alienação dos trabalhadores.

Todos esses elementos colaboram com a alta concentração do poder político, tendo em vista que, no contexto da atualidade, o que se tem de mais consolidado no campo da democracia fica submisso a um processo de profunda dominação de um segmento altamente minoritário, pois, conforme Netto e Braz (2007, p. 225):

A concentração do poder econômico conduziu e está conduzindo a uma enorme concentração de poder político. Aqui, claramente, revela-se o caráter antidemocrático do capitalismo e, em especial do capitalismo monopolista (...): ao mesmo tempo em que desqualificam a política, ladeando as instâncias representativas (parlamentos, assembleias legislativas) ou nelas fazendo sentir o peso dos seus *lobbies*, essas “elites orgânicas” do capital – empresários, executivos, analistas, cientistas, engenheiros – realizam a sua política, tomando decisões estratégicas que afetam a vida de bilhões de seres humanos, sem qualquer conhecimento destes.

Observa-se, com essa reflexão, as dificuldades encontradas para a inserção de trabalhadores nas lutas de classe, concebidas como participação social. Ainda que exista a democracia formal, ela precisa ser permeada por uma série de mediações para que se abram os diversos complexos para o exercício da participação democrática.

A população, de modo geral, somente consegue visualizar a democracia no período eleitoral, quando todos os brasileiros são obrigados pela legislação a escolherem seus representantes. Ao serem eleitos, seguem um processo de autonomia na tomada de decisões, e seus eleitores, apesar de dificilmente terem conhecimento do que está sendo resolvido, sofrem a influência direta dessas decisões em suas vidas. Porém, todo esse processo formal de democracia-método encontra resistência de segmentos das classes sociais subalternas que lutam para ampliar as possibilidades de participação.

Ressalta-se que todas as demandas sociais podem significar um percurso de construção de uma realidade diferente que poderia contribuir para construir as condições iniciais para se chegar à transformação social. Mas a força desses manifestos não significa que foram esses os movimentos sociais que levaram multidões às ruas nos últimos grandes manifestos no Brasil e no mundo, o que pode ter ocorrido fruto de meios midiáticos de comunicação social,

considerando que as pessoas se autoconvocaram via rede social, porém, não se pode desconsiderar o papel desses movimentos sociais.

Conforme Rauta Ramos (2016, p. 56), as formas de mobilização na contemporaneidade fazem uma forte utilização das tecnologias da informação, e demonstram “a ação dos movimentos sociais que se manifestam em espaços da cidade (ruas e praças), articulados e mobilizados por redes sociais, vem demonstrar que há algo no padrão socio-histórico definido pelo desenvolvimento inédito das forças produtivas.” Tais manifestações não ocorrem com exclusividade no Brasil.

Os movimentos sociais têm sido participativos nas lutas, a partir de uma diversidade de pautas, mas, para que essas ações ocorram, é necessário o pleno desenvolvimento das forças democráticas e que, em torno dessas pautas, participem as principais forças de todos os segmentos da classe trabalhadora e de seus aliados históricos existentes em TO. Tais mobilizações confirmam a importância da congregação de forças no campo das lutas sociais, a fim de alcançarem êxitos importantes para a classe trabalhadora.

Exemplifica-se esse processo com o que ocorreu em Palmas, em 2019, em termos de uma ocupação de famílias sem teto na quadra 905 sul, quadra essa desocupada da região central da cidade, muito bem localizada, conforme noticiado na mídia, no jornal “Sou mais notícia”. Tal quadra passa por um processo de disputa judicial entre o Estado e particulares pelo domínio da propriedade. Essa luta teve como resposta o uso da força do Estado policial que foi agressivo e prendeu seis militantes do MNLM, sob a mais cabal violação de uma série de direitos já conquistados por leis.

Essas lutas demonstram que, se, por um lado, debate-se a cidade mais importante economicamente nesse Estado, por outro lado, é nela onde se expressam as maiores contradições de classe, em situação que se materializa de diversos modos, entre os quais, a segregação socioespacial. É nesse contexto de conflitos que se registra a ação de alguns movimentos sociais importantes do Brasil. Sobre isso, Lojkin (1997, p. 315) assevera que:

[...] caracteriza-se primeiramente pela capacidade de um conjunto de agentes das classes dominadas diferenciar-se dos papéis e funções através dos quais a classe (ou fração de classe) dominante garante a subordinação e dependência dessas classes dominadas com relação ao sistema socioeconômico em vigor.

É importante observar se o movimento social está inserido em um espaço territorial local, regional ou nacional, além do nível de articulação existente entre os diferentes movimentos e dentro desses níveis. Essa questão influencia diretamente o processo de lutas em

relação às agências públicas e aos agentes vinculados aos setores de produção e circulação capitalistas. Para Lojkin (1997, p. 319-320), “não se pode, contudo, definir a natureza sociológica desse movimento enquanto não se conhecer o tipo de relação que mantêm entre si as práticas ideológicas e políticas da organização e as da base social”, pois,

[...] o alcance histórico real de um movimento social só pode ser definido pela análise de sua relação com o poder político. Logo, em vez de “parar” e de “esfriar” quando confrontado ao Estado, o **movimento social será definido em última instância, por sua capacidade de transformar o sistema socioeconômico no qual surgiu.** (grifo nosso)

Pode-se indagar se a direção social e política dos movimentos sociais urbanos, explicitada em suas defesas, estratégias de lutas e embates políticos, corrobora para formação de uma consciência de classe. Para Cardoso (1995, p. 87), “[...] a organização das classes subalternas é uma exigência fundamental, porque é na luta organizada que os segmentos subalternos da sociedade elevam sua consciência e sua solidariedade e se constituem em sujeitos coletivos.”

O alcance das condições de moradia que atendam às necessidades humanas somente será obtido na medida em que os movimentos sociais urbanos, articulados com as lutas relacionadas ao trabalho, colocarem em evidência sua crítica para a ultrapassagem do modo de produção capitalista. Ou seja, as condições serão alcançadas na medida em que se relacionarem a luta imediata, concreta, às lutas em longo prazo de superação das relações sociais de produção capitalista.

Com este estudo, buscou-se conhecer as lutas dos sujeitos que constroem a cidade, que vivem e trabalham dentro do processo de produção capitalista, através de uma relação conflituosa que lhe é inerente, constituída de classes sociais antagônicas, vinculadas ao capital e ao trabalho. Portanto, é mediante tal relação conflituosa que os sujeitos produzem a cidade. Os capitalistas têm o Estado como aliado estratégico na sua dominação e exploração de classe, evidenciado por Mandel (1982) e Harvey (2016).

Já referido anteriormente o estudo de Engels (2015) sobre a solução dos capitalistas para a questão da moradia, que nunca é nem será suficiente. Eles, quando da resolução de um problema em prol de um grupo de indivíduos, o fazem em número extremamente reduzido, ignorando toda a massa de moradores sem teto, produzida cotidianamente pela sociedade, mudando apenas o problema de lugar. Tem-se aí uma estratégia amplamente utilizada pelo Estado, que desloca os trabalhadores de áreas, principalmente das regiões mais valorizadas, para áreas menos valorizadas. “Limpa-se” a cidade da “sujeira da pobreza”, assegurando o

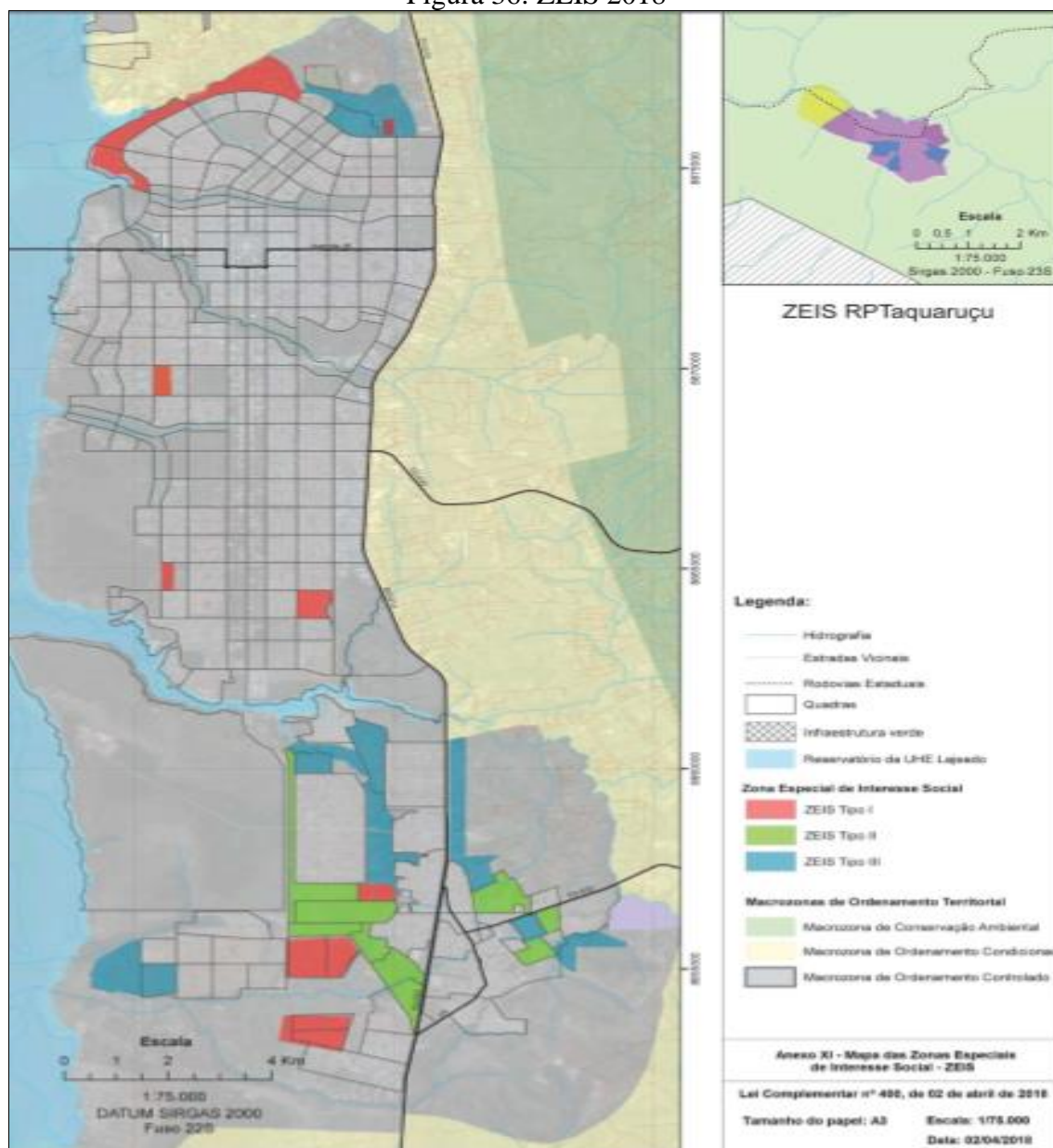
processo de extração de superlucros e a construção de habitações em áreas nobres. Os trabalhadores, então, são jogados para áreas longínquas e/ou insalubres.

Já foi tratado, neste trabalho, que alguns movimentos sociais de moradia em Palmas registraram importantes conquistas na questão habitacional, pois, onde houve uma força efetiva, com a constituição de sujeitos coletivos e de seus aliados, foram conquistadas moradias em localidades de menor segregação social e territorialmente. Assim, têm-se dois conjuntos habitacionais que ilustram essa afirmação, um deles na região norte e outro na região sul, espaços próximos às áreas nobres. Na região norte de Palmas, os movimentos de moradia conquistaram uma área na quadra 409 Norte, ao lado da praia, com uma capacidade para abrigar mais de 2.000 unidades habitacionais e, na região sul, conquistaram uma área na quadra 1.306 Sul, com capacidade para 1.140 unidades habitacionais. Todas as áreas com ditame estadual, destinando as terras para os movimentos sociais.

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são instrumentos legais de tipificação de uso do solo para interesse social, então, pode-se considerá-la como conquista da classe trabalhadora no decorrer do processo histórico das lutas no campo da reforma urbana. No entanto, conforme pode ser observado na Figura 36, abaixo, fica evidente que as áreas destinadas ao uso de interesse social da classe trabalhadora empobrecida se encontram, em sua grande maioria, nas extremidades da cidade, mas mesmo estando em áreas distantes das centralidades, trata-se de espaços urbanizados com a oferta de infraestrutura urbana e equipamentos de uso coletivo, onde os trabalhadores têm acesso às políticas sociais.

No ano de 2006, ocasião em que se discutia o Plano Diretor que fora aprovado em 2007, os movimentos sociais realizaram uma grande defesa de se colocar um percentual das quadras centrais da cidade para à destinação das ZEIS. Essa seria uma medida que poderia enfrentar a segregação socioespacial, mas a proposta não foi incorporada ao plano e, em sua revisão, após 10 anos, a realidade segue a mesma lógica de colocar bem longe a moradia da classe trabalhadora em relação às frações sociais integrantes da classe dominante. A classe trabalhadora, por sua vez, luta e almeja por casas próprias e com dignidade. O que fica evidente com essa luta é que, vista empiricamente, trata-se de uma luta pela participação no processo de ter uma propriedade. Mas, quais caminhos os movimentos deveriam buscar no sentido de resolver a questão da moradia, tendo como horizonte uma sociedade socialista, ao invés da subordinação aos interesses do capitalismo?

Figura 36: ZEIS 2018



Fonte: Plano Diretor 2018

O sentimento de desejo de ter sua moradia em nome próprio é uma necessidade de segurança à classe trabalhadora empobrecida. Quem luta por moradia já vive em uma constante insegurança de viver de aluguel ou em posses sem regulamentação, e já convive cotidianamente com a sombra da ideia de poder ter que se retirar do local que habita, a qualquer momento. Tal insegurança os leva a almejar o alcance dessa segurança de pertencimento, ou seja, de ter sua propriedade. Essa passa a ser uma luta pelo estatuto jurídico e político de pertencimento, ou seja, a de o Estado assegurar o direito ao acesso à terra para as camadas empobrecidas da classe trabalhadora.

Na contemporaneidade, a moradia possui duas determinações contraditórias: *da reprodução social e da mercadoria*. Essa contradição é constituinte do processo de reprodução ampliada do capital que, segundo Rauta Ramos (2008, p. 207),

[...] é aquela relação social que se dá no processo continuado de produção capitalista em toda a sua extensão, levando-se em consideração o conjunto da classe capitalista e da classe trabalhadora, ou seja, todos os componentes da estrutura econômica e superestrutura política.

Para que o processo de produção se mantenha em pleno funcionamento, é absolutamente necessário assegurar todo esse sistema de reprodução social, tendo em vista que o trabalhador que produz mais-valia precisa ser preservado.

Sobre o processo de reprodução social da classe trabalhadora, Rauta Ramos (2008) identifica três elementos importantes que são registrados no cumprimento do papel do Estado capitalista, sendo o primeiro: a *questão da subsistência*; o segundo a *coação legal* – realizada das mais variadas formas, tanto com políticas sociais, como também por meio da criação de mecanismos legais de *repressão* contra as lutas da classe trabalhadora; e o terceiro, a *formação socio-técnica* do trabalhador.

O processo educativo é um mecanismo de reprodução da formação, mas a classe dominante o utiliza como um dos mecanismos de reprodução do conservadorismo e, às vezes, até do reacionarismo.⁴¹ É nesse contexto de interesses contraditórios que se encontra a moradia, tendo em vista que ela é considerada uma mercadoria que tem também a função de meio de reprodução social. Ao se observar os diversos ciclos de metamorfoses do processo da mercadoria, essa imbricação trará como consequência o afastamento do acesso à moradia para as classes trabalhadoras, principalmente para aqueles com menor renda no processo de divisão social e técnica do trabalho.

Esse movimento se dará em função da lógica presente no capitalismo, que tem, como seu elemento principal, a apropriação de mais-valia no processo de produção, a distribuição e a troca de mercadoria. Assim, na produção da mercadoria, ocorre o ciclo de continuidade da acumulação do capital, e o que garante a preservação do capital é o seu ciclo contínuo de rotação. Para a produção de moradia no solo urbano, conforme vem se debatendo, a questão da renda da terra apresenta-se como um grande gargalo. Nesse sentido, para Rauta Ramos (2008),

⁴¹A referência do conservadorismo impresso neste trabalho se refere à conservação das bandeiras de conquistas burguesas no campo político e econômico, e o reacionarismo é entendido aqui como o retorno das ideias ainda do período feudal, no qual nem mesmo as liberdades individuais eram reconhecidas.

na cidade, já está impressa uma série de incorporações de trabalho social aplicado a ela, o que eleva seu valor.

Conforme Rauta Ramos (2008, p. 1998) “a partir do século XX, com o surgimento da indústria da construção civil, com a expansão e generalização da aplicação do capital financeiro nesse ramo [...]”, o processo de construção de moradia se generaliza e a classe trabalhadora, detentora de renda, passa a adquirir suas casas. Porém, essas moradias são quitadas depois de longos anos de pagamento, afinal, são comercializadas como qualquer outra mercadoria. E como essa mercadoria tem uma durabilidade grande, que pode ultrapassar 100 anos, a depender de seu processo de conservação e manutenção, esse tempo serve como garantia de pagamento. Nesse caso, tanto o capital industrial como o financeiro recolhem lucros dessas moradias.

De acordo com essa autora, na medida em que a moradia é utilizada pelo capital como uma mercadoria, ela assume características próprias das mercadorias – valor de uso e valor de troca, por exemplo. É importante reafirmar que a moradia, em seu valor de uso, constitui-se em elemento essencial no processo de reprodução social do próprio trabalhador. Então, a produção dessa mercadoria, que ocorre ininterruptamente, segue todo o ciclo do capital, e nela está imbricada todo o processo imediato de produção, ou seja, a transformação da natureza.

Ainda seguindo sua análise, a moradia não é uma mercadoria produzida no interior da fábrica, porém, a maioria dos insumos para essa produção sai das fábricas, ao se transformarem em materiais de construção, mas “a mercadoria-habitação, vende-se conjuntamente uma parcela do solo urbano.” (RAUTA RAMOS, 2008, p. 201). Além de envolver, em seu processo de produção, outros agentes, como o sistema de crédito bancário, e também a utilização de recursos a fundo perdido, mediados pelo Estado.

Então, na análise dessa mercadoria em particular, estão envolvidos outros elementos que justificam esta pesquisa sobre a renda da terra como elemento central da segregação socioespacial na questão da moradia. A moradia é uma mercadoria importante na sociedade capitalista, que tem uma participação direta tanto do capital industrial como financeiro, além do uso da renda agregada à terra por diversos segmentos de todas as classes sociais no contexto da cidade.

Para Rauta Ramos (2008), a construção de edifícios pode servir tanto à produção como ao consumo, e isso dependerá do uso que será dado a essas construções. Além disso, a construção de moradias será realizada conforme a classe social a qual se destinam, desde moradias com custos mais elevados até moradias com custos mais baixos. Apesar da construção de moradias para a classe trabalhadora empobrecida seguir a mesma lógica de construção,

circulação e distribuição, ela é similar às moradias com custos mais elevados. Conforme Rauta Ramos (2008, p. 209),

A produção de habitações é condicionada, portanto, pela combinação de elementos, como o solo urbano, os meios de produção, os meios de circulação, cuja distribuição particular de seu controle caracteriza o sistema de lugares ocupados por agentes econômicos: o capital financeiro, que empresta o capital adiantado para deslanchar o processo de produção das habitações, financiando a sua produção; e a fração do capital financeiro que custeia a aquisição das [...].

Essa autora traz à tona um importante debate sobre a incorporação do capital “desvalorizado” para o uso da produção habitacional. Esse capital é oriundo das poupanças de uma massa de trabalhadores empobrecidos com juros insignificantes de menos de 10% ao ano, que compõem o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores. Conforme Schvasberg (1996), o FGTS foi e é uma importante fonte de financiamento do sistema financeiro da habitação, constituído por recursos oriundos de contribuições trabalhistas. Evidencia-se que é a parte do trabalho que se torna a principal fonte de recursos para a habitação.

Ainda de acordo com esse autor, desde a criação do FGTS, em 1966 até 1986, ou seja, no período de 20 anos, existiu um Conselho Curador do FGTS sem a participação de representantes dos trabalhadores pauperizados, nem de movimentos sociais que os defendessem. Dessa forma, o Conselho atendia somente as prioridades dos trabalhadores com maiores rendas. E essa foi uma realidade que sofreu modificações após a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em função da pressão da classe trabalhadora via seus sindicatos. Em virtude disso, em 1989, ocorreu um processo de redimensionamento, na perspectiva de utilização do FGTS, na Caixa Econômica Federal (SCHVASBERG, 1996, p. 156):

A política urbana praticada no território por meio dos programas de habitação e urbanização popular nas experiências do FGTS pós-1989 comportou um processo de transferência de renda do trabalho para o capital, patrocinada pelos recursos dos trabalhadores [...].

Entretanto, esse capital, ao ser acessado pelo capital-produtivo, produzirá outros objetivos quando incorporado à indústria da construção civil, para produzir as moradias. De sua utilização nesse ramo, também será extraído trabalho não pago, uma vez que se trata da mais-valia da construção civil.

Conforme Rauta Ramos (2008), os trabalhadores com condições de endividamento acessam o banco para comprar sua habitação que pode ser imóvel novo ou usado. Isso renderá

juros ao banco e, quanto mais forte a política de financiamentos, mais o setor da habitação será valorizado. Nesse caso, o banco empresta tanto para a empresa da construção civil, como para o trabalhador, que adquire a casa por meio desses empréstimos. Os bancos têm, então, um capital que se amplia através de juros, beneficiando-se de dupla maneira.

Rauta Ramos (2008) destaca a importância do financiamento público, que proporciona um importante mecanismo para adiantar capital-dinheiro no processo de produção de moradias, e, com isso, atinge diversas frações de classe. Essa lógica é modificada quando a habitação é destinada ao trabalhador a fundo perdido, porém, ainda assim, prevalece a lógica do capital (com a extração de mais-valia) no processo de produção da habitação, ou seja, na extração de trabalho não pago aos trabalhadores no processo de sua construção com sua realização na circulação dessa mercadoria.

Esse processo de promoção de moradia de interesse social, cuja regulamentação necessitou de lutas das classes trabalhadoras via movimentos sociais, pode parecer que foge em determinados momentos à lógica mercantil. Porém, ele não fica completamente fora desse processo, e a construção em massa imbrica aquilo que seria uma forma de atender às necessidades humanas de reprodução social da classe trabalhadora empobrecida. Mesmo assim, sua construção se torna fonte de extração de mais-valia, salvo quando são elaborados sistemas de autoconstrução⁴². Um exemplo desse processo ocorreu em Palmas, entre os anos 2006 e 2008, através do projeto *Construindo juntos*, com a construção de 400 unidades habitacionais com recursos do crédito solidário, em parceria com o estado (que destinou cheque moradia) e com a prefeitura, que assumiu o controle dessa realização, disponibilizando equipe técnica para acompanhar o projeto.

No Brasil, de acordo com Bonduki (1998), nos primeiros anos de industrialização, houve diversas epidemias que atingiram a classe trabalhadora. A reação do poder público foi a de, muitas vezes, queimar locais de moradias da classe trabalhadora, por serem considerados insalubres. Esses e outros atos de barbárie não se justificam, sendo verdadeiro o fato de que o Estado tem historicamente se comportado em favor das classes dominantes. Esses fatos também ocorreram na Inglaterra, no período da industrialização, como já aludido anteriormente, quando trabalhadores viviam em plena degradação de condições de sobrevivência, conforme relatos de Engels (2015), em sua obra sobre a questão da classe trabalhadora na Inglaterra.

No entanto, esse não é o único motivo da questão de a moradia ser a preocupação da pequena e grande burguesia, tendo em vista que essa, enquanto mercadoria, tem um grande

⁴²Para mais informações, ver Silva (2009).

potencial econômico em todas as dimensões do capital, tanto produtivo, quanto financeiro.

Engels (2015), em seu diálogo com Proudhon, evidencia que esse desloca o problema da economia para o campo jurídico, retirando-o também da economia, levando-o para o campo da moral, deixando claro que o trabalhador não se importa em buscar moradias adequadas. Disso decorre a culpabilização desses trabalhadores que, ao alugarem casas ou cômodos pequenos sem ventilação e sem condições sanitárias, o fazem não porque seus rendimentos são insuficientes, mas para sobrar dinheiro para gastarem com bebidas e com diversões inúteis e pecaminosas. No mundo capitalista, o ápice da realização pessoal se assenta na posse fundiária, além do prestígio social, porém é ilusória a ideia de que a posse da casa ou qualquer propriedade privada transforme um trabalhador em um capitalista (ENGELS, 2015). Em tempos de crises e desemprego, o trabalhador proprietário fica obrigado a vender sua posse, porém, abaixo do preço, impossibilitando a adquirir outra.

As análises realizadas neste trabalho têm, como pressuposto, que a casa que serve como residência para seu proprietário, na função de moradia, não é capital, mas elemento necessário para a reprodução social. Dessa forma, o proprietário que possui um único imóvel não poderia se transformar em um capitalista, pois a casa somente é capital quando é produzida ou adquirida para ser destinada à venda ou ao aluguel. Essas reflexões levam à defesa de que é necessária a produção de moradias com recursos estatais com recursos a fundo perdido, para não onerar ainda mais o trabalhador empobrecido e apenas gerar lucro para os capitalistas.

Nesse processo de construção de moradias de interesse social, o Estado, via política habitacional, cria uma série de condicionantes para o acesso à casa própria, inclusive a proibição da venda. Porém, em caso de ausência de disponibilidade de emprego, o que justificaria o trabalhador permanecer naquele local, questiona-se se sua moradia lhe será suficiente para lhe fornecer alimento e/ou suprimento para suas necessidades humanas. Na verdade, a posse fundiária da casa própria, conforme a crítica de Engels (2015), produz o barateamento da mão de obra e, mais uma vez, aumenta o lucro dos capitalistas. É preciso tomar muito cuidado para não cair em propostas idealistas, devendo ser analisada a realidade com base em suas determinações, para que se possa buscar soluções verdadeiras para problemas reais.

A produção habitacional, ainda como observado por Engels (2015), é rentável. O capitalista não elimina a escassez da moradia, pois esse não é seu objetivo. Resta apenas duas prováveis soluções aos trabalhadores empobrecidos, quais sejam: a construção através de mutirões de ajuda mútua, muito praticada entre os trabalhadores, e as políticas do Estado mediante a aplicação a fundo perdido. Porém, é preciso ter cautela em relação à ideia de ajuda

mútua, pois diversas propostas dessa natureza são, na verdade, uma forma de poupar dinheiro coletivamente. O objetivo dessa economia geralmente é formar fundos para produção ou aquisição da casa própria, embora essa prática tenha dado origem a instituições de créditos hipotecários.

Sendo a produção de imóveis uma atividade rentável, não é interessante para o capital acabar com a falta de acesso à moradia, pois essa é uma fonte de extração de superlucros (já analisados sob a rubrica marxista de renda diferencial I e renda diferencial II) que, no decorrer dos anos, tem se constituído em importante forma de reprodução de riqueza. Organizações que produzem moradias em grande escala acumulam um montante exorbitante de recursos.

CONCLUSÃO

A conclusão desta Tese tem como objetivo demonstrar os achados mais importantes que foram encontrados após quatro anos de dedicação de estudos em uma vasta bibliografia, aliada à leitura e análise de diversos dados advindos da realidade. A coleta de dados permitiu identificar a materialidade do processo de segregação socioespacial na cidade de Palmas/TO, que desemboca em uma série de precarizações no processo de reprodução social da classe trabalhadora empobrecida, em seu modo de vida e de moradia, e os estudos teóricos apontaram que esse processo é fruto do uso da renda da terra pelo capital.

A presente pesquisa teve como base a Teoria Social de Marx, tendo como referência a Teoria Valor Trabalho, as concepções sobre a Renda da Terra e as Lutas de Classes. A partir dessas concepções, essa pesquisa trouxe para o debate a assertiva de que todas as riquezas da sociedade são fruto do trabalho. E, a renda da terra trata da parte do trabalho não pago do trabalhador, ou seja, da mais-valia.

O objeto de estudo dessa pesquisa foi a cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins, por apresentar um processo de conformação e de inserção particular dentro do Estado. Por um lado, a cidade apresenta uma fundação e um desenvolvimento singulares e, por outro, apresenta uma forma especial de concentração da renda da terra e, como consequência, de segregação socioespacial, uma vez que possui um tempo histórico, uma localização, um estágio de desenvolvimento socioeconômico brasileiro e político peculiares e que atravessam, tanto a formação da cidade, como a forma de apropriação, desenvolvimento e concentração da renda da terra. São perceptíveis suas contradições, sendo uma cidade aparentemente rica com uma urbanização bem-feita e, contraditoriamente, com um projeto altamente segregacionista, com as contradições sociais veladas nas periferias da cidade.

Palmas foi gestada em um momento de redemocratização e reconfiguração do Estado brasileiro, para um Estado democrático de direito. Apesar disso, a cidade “cresceu” sob a égide neoliberal que passou a assolar o país, com contrarreformas regidas sob a bandeira do “Estado da livre iniciativa privada”. Isso tudo mesclando o moderno, o arcaico e o mandonismo político da região.

A importância da criação de Palmas como capital do Estado do TO está na integração e no desenvolvimento de uma região do país, em que houve o desenvolvimento de uma “burguesia” local (possuidores de terras) que antes estivera sob o mando e o desmando da política do Estado de Goiás. Ela transformou-se de subordinada para autônoma no seu novo *status* enquanto ente federado, e de presa aos “grilhões” da política de Goiás para a liberdade

burguesa. Em Palmas, o Estado foi o agente de desenvolvimento local, constituído pela burguesia local. É nessa conjuntura de particularidade brasileira que se encontra Palmas, pela sua singularidade de formação social-econômica-cultural, além da sua inserção “periférica” em relação ao território nacional onde houve o singular processo de apropriação e concentração da terra, de segregação socioespacial e de luta pela moradia.

O exponencial aumento de concentração da renda da terra, em um curto espaço de tempo, é um dos traços da formação de Palmas, realizado pelo poder estatal, o Estado neoliberal, que conjuga não somente o moderno e o arcaico, mais o neoliberalismo e a transferência do público (furto da terra) para indivíduos e grupos privados. Trata-se de uma forma de apropriação da riqueza socialmente produzida, por meio da concentração da renda da terra, mediada pelo Estado.

Entre outras características de sua peculiaridade, Palmas não passou por um desenvolvimento e ocupação de cidade de forma natural. O município foi instalado em um território que não apresentava características de cidade. Como consequência disso, o “vazio urbano” (território rural) favoreceu a dominação dos grupos hegemônicos, no intuito de consolidar seus projetos, na época.

A fundamentação teórica para a apreensão da conformação urbana de Palmas tratou de situá-la dentro do modo de produção do capital em seu processo ampliado de produção, considerando toda a rede de atendimento seu processo de reprodução. Portanto, Palmas foi criada para ser uma cidade moderna, neoliberal e do capital, se constituindo como fundamental, como sendo o centro de ligação e de fortalecimento do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A renda da terra tem a potência de produzir superlucros localizados, que se refere a uma categoria econômica que nasce das relações sociais capitalistas, fruto da exploração do trabalho não pago, sendo a renda da terra uma parte da mais-valia que é repartida entre os capitalistas. Independentemente das formas metamorfoseadas que aparece essa renda, suas origens continuam intactas.

Este estudo mostrou como se forma o preço de custo e o preço de produção, que fornecerá o valor da mercadoria a ser vendida pelo capitalista. Nas fórmulas, ficou demonstrado a forma pela qual o capitalista desenvolve uma grande corrida por superlucros. Entretanto, o superlucro, advindo da renda da terra, não comunga da mesma lógica, pois a renda da terra é oriunda dos atributos presentes unicamente na terra, a partir da renda absoluta, diferencial tipo

I e II e renda de monopólio. Esse processo ocorre porque a terra não é mercadoria, logo, não é reprodutível. Portanto, não entra na equalização dos custos de uma mercadoria.

Outra questão importante demonstrada nesta pesquisa foi o processo de apropriação da renda da terra utilizada por concentradores rentistas, ao ter o solo transformado em capital. Esse processo possibilita um grande uso da renda da terra pelo sistema financeiro, já que se torna um acúmulo de capital que abre para possibilidades de arrecadar mais dinheiro com a aplicação de juros e mais lucros. Entretanto, esse processo não muda a origem desse capital acumulado que se dá no processo de expropriação do trabalho não pago.

Em muitos momentos históricos, a consequência do processo de acumulação de capital e do acúmulo de riquezas ociosas foi motivo da detonação de crises do capital, devidamente demonstrado no corpo dessa Tese. No entanto, as crises do capital são inerentes à lógica do sistema, então, independentemente do motivo da detonação da crise, ela sempre ocorrerá, pois é fruto da tendência da queda da taxa de lucro, corriqueira no processo de superprodução que se reflete no valor de troca das mercadorias.

A terra também é um obstáculo para o capitalista, pois não é reprodutível, mas esse obstáculo é retirado quando ela é apropriada pelo capitalista. É o crescimento da renda que incide no solo, e não o contrário, e essa realidade se apresenta quando, em tempos de crescimento econômico, parte da mais-valia é destinada à renda da terra. Em contrapartida, em tempos de crise, ocorre um processo oposto. É possível antecipar o uso futuro de uma determinada renda da terra, e esse movimento resulta em especulação.

Se por um lado a terra não é mercadoria, por outro lado, a moradia o é. Todavia essa última não se converterá automaticamente em mercadoria, pois seu valor de uso é predominante no processo de reprodução social do trabalhador. Porém, esse processo se modifica quando o capitalista faz uso da moradia como uma mercadoria com valor de troca, onde é possível extrair lucro de diversas maneiras, com o aluguel, o arrendamento e a venda. Os bancos entram na perequação desses lucros com a oferta de empréstimos, para extraírem a renda do solo onde foi construída a moradia.

Ainda na perspectiva de responder aos objetivos da pesquisa, foi identificado que a questão central da produção da segregação socioespacial está diretamente ligada à questão da renda da terra urbana. A segregação socioespacial, de modo geral, está se referindo ao afastamento físico e simbólico entre classes sociais abastadas e classes empobrecidas, e não somente à segregação socioespacial das classes sociais empobrecidas.

A cidade de Palmas, em seu processo de urbanização, constituiu um processo de segregação socioespacial, respondendo a uma lógica socioeconômica própria das cidades capitalistas da modernidade e, mesmo quando produziu investimentos estatais, na política de habitação de interesse social, respondeu a uma ordem econômica que manteve a segregação socioespacial. Logo, a moradia em Palmas sofreu um processo de valorização que segregou os trabalhadores empobrecidos, que foram “empurrados” para moradias distantes dos espaços urbanizados, além de terem que se submeter a moradias precárias e com infraestrutura urbana inadequada.

A pesquisa demonstrou o impacto da segregação socioespacial provocado pela elevação da renda da terra para a classe trabalhadora empobrecida, que teve como alternativa a ocupação de áreas distantes do centro urbanizado. Em poucos anos, a cidade foi habitada a partir de suas extremidades e, com as lutas de seus moradores, o Estado foi obrigado a realizar infraestrutura para atender às novas demandas de moradia. Essa pesquisa identificou o escandaloso processo de segregação socioespacial que produziu consequências na particularidade da cidade, entre elas, o grande desperdício de orçamento público com grandes gastos com a urbanização de locais que ficavam em situação de subutilização.

Os dados empíricos dos preços administrativos dos terrenos de referência de cobrança de IPTU e ITBI foram reveladores do processo de elevação da renda da terra em Palmas, fruto do trabalho social aplicado à cidade, com um vultuoso processo de investimento em urbanização. Em poucos anos, foi possível fixar um grande volume de renda da terra em Palmas. Se por um lado esses investimentos estatais deram asas para a elevação da renda da terra urbana, por outro, não significou a ocupação automática das áreas urbanizadas, uma vez que, até hoje, há quadras inteiras urbanizadas, mas sem moradores.

Um achado importante, visualizado nessa pesquisa, foi o fato de às áreas periféricas da cidade também serem impactadas com a elevação da renda da terra em poucos anos. Essa é uma consequência normal em função das instalações que foram desenvolvidas no decorrer das ocupações. Todavia, a consequência disso, demonstrada nesta Tese, foi a produção de moradias fora do perímetro urbano de Palmas, já na cidade de Porto Nacional, ao lado de Palmas, com uma população que representa quase 10% da população de Palmas.

As contradições produzidas no processo de segregação socioespacial tiveram como enfrentamentos diversas lutas da classe trabalhadora, que tensionaram com várias formas de resistência, na perspectiva de acessar a moradia urbana em Palmas e, como respostas a essas lutas, diversas moradias populares foram construídas em regiões menos segregadas. Houve um

grande potencial de lutas da classe trabalhadora na constituição e ocupação da cidade, que contribuiu com a reconfiguração da cidade.

Conforme esse estudo apontou, a ideia de que todas as pessoas têm que ter uma “casinha e uma hortinha” é uma solução burguesa, que não considera as particularidades da classe trabalhadora, tendo em vista que, na sociedade capitalista, a casa própria não tem solução, pois a lógica da acumulação não permite a distribuição de moradias. A solução da casa própria trata-se apenas de paliativos dentro do mundo do capital, sendo que a maneira definitiva de se enfrentar as mazelas da habitação popular é a busca de solução para resolver os problemas societários, que perpassa por encontrar as explicações para a organização social do capitalismo. A partir dessa compreensão, abre-se o caminho para a busca da superação desse sistema.

As ações do Estado para a moradia são formadas considerando as particularidades que se encontram em uma totalidade das questões urbanas, no contexto da sociabilidade capitalista, que tem sido pauta de lutas dos movimentos sociais urbanos que, historicamente, reivindicam essa condição de reprodução da vida social. Tais conquistas não foram fáceis, tendo em vista que as lutas políticas de diversos movimentos sociais urbanos se encontraram no meio do caminho com o braço forte do Estado policial, que não mediu força no combate às lutas da classe trabalhadora, apresentando-se fortemente armados em defesa da propriedade privada.

Apesar disso, os trabalhadores promoveram um importante desbloqueio de diversas terras que foram ocupadas. Atualmente, pode-se observar a materialidade dessas lutas, com a presença da classe trabalhadora em quadras que jamais poderiam ser compradas, como nas seguintes, consideradas principais: a Vila União, a 1.106 sul, 1.206 Sul e, principalmente, a 409 Norte 1.306 Sul. Essas duas últimas foram contempladas com investimento público na produção das moradias populares. Isso foi possível, pois as conquistas desses dois espaços ocorreram no período onde existia, ainda que de forma insuficiente, investimentos de produção habitacional de interesse social. O destaque especial a essas áreas ocorre em função de estarem em locais de boa localização, onde a renda da terra tem um importante valor e cujos trabalhadores jamais conseguiriam ter reunido recursos suficientes para a compra desses terrenos.

Na cidade de Palmas, nos debates políticos dos movimentos sociais, já se aventava que a questão do acesso à terra era uma grande problemática, mas não havia ainda os subsídios críticos e teóricos para explicar esse tema, apesar de a classe trabalhadora já ter um arcabouço de debate com relação a questões fundiárias, que eram os principais gargalos a serem enfrentados na luta pela moradia digna. Os elementos constitutivos dessa Tese poderão ser

socializados com os trabalhadores para constituir subsídios para debates de lutas de classes, a fim de maturá-los, pois é preciso entender que a raiz central da problemática societária está na expropriação do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. H. E. Território e produção do espaço no contexto da ideologia neodesenvolvimentista no Brasil. In: **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 2014.
- ABREU, M. H. E. **Território, política social e Serviço Social**: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo. Campinas, SP: Papel Social, 2016.
- ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018. (coleção Mundo do Trabalho)
- BAZZOLI, J. A. Dispersão urbana e instrumentos de gestão: dilemas do poder local e da sociedade em Palmas/TO. 2012. 333 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.
- BAZZOLI, J. A. **Os efeitos dos vazios urbanos no custo de urbanização da cidade de Palmas-TO**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins, Palmas.
- BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, E. **Política social no capitalismo tardio**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOCCARA, P. **Estudos sobre o capitalismo monopolista de Estado**: sua crise e solução. Trad. de Victor Alaiz e Raul Mesquita. Lisboa: Estampa, 1978.
- BONATES, M. F. **Ideologia da casa própria... sem casa própria**: o programa de arrendamento residencial na cidade de João Pessoa-PB. João Pessoa: Editora Universitária, 2009.
- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.
- BORGES, P. C. A. O bipartidarismo autoritário em Goiás. In: SOUZA, D. B. (Org.). **Goiás: sociedade & Estado**. Goiânia: Cênone, 2004.
- BORÓN, A. A. Os novos Leviatãs e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, E.; GENTILE, P. (Orgs.). **Pró-neoliberalismo II**: que Estado e que democracia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.
- BOULOS, Guilherme. **De que lado você está? Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2015.

BUY, Franciso Fernández. **Marx (sem ismos)**. Tradução: Luiz Sérgio Henriques, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004

BRASIL. República Federal do Brasil. **Artigo 182 - Da Política Urbana**. Constituição Federal de 1988.

BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, jul./set. 2012.

CARCANHOLO, Reinaldo Antonio. **Capital: Essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. (Vol. 2).

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das Classes Subalternas: um desafio para o Serviço Social**. São Paulo: Cortez; São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 1995.

CASTELLS, Manuel. **Cidade: democracia e socialismo**. Trad. de Gloria Rodriguez. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Trad. de Arlene Caetano. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. (Coleção Pensamento Crítico; v. 48).

CHASIN, José. **Superação do Liberalismo**. Maceió: UFAL, 1988. Anotações de aula.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões técnicas e políticas. *In: Cadernos ABESS*, n. 4. São Paulo: Cortez, 1991.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre a democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CLEMENTE, Luciene de Oliveira. **A produção do espaço urbano através do ato de habitar: um estudo sobre a relação entre política habitacional, território e sujeitos sociais em Juiz de Fora – MG**. (Dissertação). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG, 2015.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; SILVA, Iraneide Souza; SÁ, Maria Elvira Rocha de. Segregação social do trabalho e da moradia: “portal da amazônia” em Belém (PA). **Revista Temporalis/ABEPSS**, Brasília, ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

DEVIS, Mike. **Planeta Favela**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2006.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica Serviço Social; v. 5).

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. de B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx-Engels).

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. Trad. de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015. (Coleção Marx-Engels).

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.

FREDERICO, Samuel. Agronegócio e dinâmica territorial brasileira no início do século XXI. **VI Congresso iberoamericano de estudios territoriales y Ambientales**. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2014.

FREITAS, Jonas Augusto da Silva. **A produção social do espaço urbano em fortaleza**: estudo da troca e permuta de unidades habitacionais entre os conjuntos habitacionais maravilha e Maria Tomásia. (Dissertação). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza/CE, 2014.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.

GOMES, Greice Kelly Costa; SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento. Lutas sociais urbanas e cidades brasileiras: delineamentos a partir dos Anais do XI, XII e XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). VI Jornada Internacional de Políticas Públicas/JOINPP. **Anais...** São Luis/MA, 2013.

GONZÁLEZ, Samuel Jaramillo. **Hacia una teoría de la renta del suelo urbano**. 2. ed. Bogotá: Universidad de Los Andes, Facultad de Economía, CEDE, Ediciones Uniandes, 2010. (Colección CEDE 50 años. Investigación empírica).

GOULART, Débora Cristina. **Do barracão à nacionalização**: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST como proposta de poder popular e resistência ao neoliberalismo. Disponível em: <http://www.simposioproducaosocial.org.br/Trabalhos/401.pdf>. Acesso em: 23 maio 2017.

GOULART, Débora Cristina. O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST. (Tese de Doutorado). Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - Campus Marília. Marília, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e Trad. de Carlos Nelson Coutinho; coedição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. (Vol. 3).

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GUERRA, Eliana Costa; GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro; SILVA, Raquel Cardoso da. A Questão Urbana e a Produção Acadêmica do Serviço Social Brasileiro em Foco. **Revista Temporalis/ABEPSS**, Brasília, ano 12, n. 24, jul./dez. 2012.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, out./dez. São Paulo: Cortez, 2015.

HARVEY, David et al. **Occupy**. Trad. de João Alexandre Peschanski et al. São Paulo: Boitempo, 2012.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Trad. de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014a.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Trad. de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Trad. de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital feitiço: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IASI, Mauro Luis. **As Metamorfoses da Consciência de Classe: O PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

KOPPER, Moisés. “Minha casa, minha vida”: experts, sentidos de classe e a invenção do “mercado” da casa própria no Brasil contemporâneo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 22, n. 45, p. 185-215, jan./jun. 2016. Disponível em: https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=SPLgVMKUG-uU8QfUkoGQA#q=Horizontes+Antropol%C3%B3gicos,+Porto+Alegre,+ano+22,+n.+45,+p.+185-215,+jan./jun.+2016. Acesso em: 14 jun. 2017.

KOWARICK, Lúcio (Org.). **As Lutas Sociais e a Cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana** 2. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1993.

KRAN, Faida; FERREIRA, Frederico Poley Martins. Qualidade de vida na cidade de Palmas: Uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. IX, n. 2, jul./dez., 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **Cidade do capital**. Trad. de Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Trad. de Sérgio Martins, Revisão Técnica: Margarida Maria de Andrade. 3. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. Trad. de Cristina C. Oliveira, Itapevi/SP: Nebli, 2016.

LENZ, Maria Heloisa. **A categoria econômica renda da terra**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992.

LOJKINE, Jean. **A Classe Operária em Mutações**. Trad. de José Paulo Netto, Belo Horizonte/MG: Oficina de Livros, 1990.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

LOPES, Josefa Batista; ABREU, Maria Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais. *In*: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

LOSURDO, Domenico. **A Luta de Classes: Uma história política e filosófica**. Tra. De Silvia De Bernardinis. São Paulo: Boitempo, 2015.

LÖWY, Michael. A Revolução Húngara. *In*: LÖWY, Michel (Org.). **Revoluções**. Trad. de Yuri Martins Fontes. São Paulo: Boitempo, 2009.

LUCINI, Andréia Cristina Guimarães Cantuária. **Palmas, no Tocantins, Terra de Quem? As Desapropriações e Desposseções de Terras para a Implantação da Última Capital Projetada Do Século XX**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista. Trad. de Telma Costa. Porto, Lisboa: Publicações Escorpião, 1974. (Biblioteca ciência e sociedade).

LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Revista Temas de Ciências Humanas**, n. 4. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

LUKÁCS, Georg. **Sociologia**. Trad. de José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

LUKÁCS, György *História e consciência de classe: estudo sobre a dialética marxista*. Trad. de Ronei Nascimento; revisão da tradução: Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Trad. de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. Trad. de Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas e Editora Ensaio, 1990.

MARICATO, Ermínia. Posfácio. *In*: DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Trad. de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MÁRKUS, Gyorgy. **Marxismo e antropologia: o conceito de “essência humana” na filosofia de Marx**. São Paulo: Ed. Expressão popular-EDIUNESC, 2015.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Trad. de Luis Cláudio de Casta. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia: História Crítica do Pensamento Econômico: Livro IV de O’Capital**. Vol. I, Trad. de Reginaldo Sant’Anna. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Trad. de Jesus Ranieri, Editora São Paulo: Boitempo, 2004. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon**. Trad. de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Trad. de Mario Duayer, Nélio Schneider; colaboração de Alice Helga Werner e Hudiger Hoffman. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. Trad. de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital**. Trad. e seleção de textos de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo Global da Produção Capitalista. Trad. e seleção de textos de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017a. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. **Os despossuídos**: Debates sobre a Lei referente ao furto de madeira. Trad. De Karl Marx Nélio Schneider e Daniel Bensaïd Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017b. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. de Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. Texto final Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Marx-Engels).

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Crédito, capital fictício, fragilidade financeira e crises: discussões teóricas, origens e formas de enfrentamento da crise atual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 449-474, dez. 2011.

MORAES, Nilson Alves de. **Memória social**: solidariedade orgânica e disputas de sentido. O que é memória social? Jô Gondar e Vera Dodebei (Orgs.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Programa de Pós-graduação em Memória da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. 89-104 p.

MORAES, Lúcia Maria. **A segregação planejada**: Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia: UCG, 2003.

Movimento Passe Livre. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. *In*: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

NETTO, José Paulo. **Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

NETTO, José Paulo Lukács: tempo e modo. *In*: LUKÁCS, Georg. **Sociologia**. Trad. de José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. Razão, ontologia e práxis. *In*: **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 44, ano XV, abril, 1994.

NETTO, José Paulo. Prólogo. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *In*: **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o Urbano no Brasil. **Espaço & Debates, Revista de estudos regionais e urbanos**, São Paulo, n. 6, ano II, jun./set., 1982.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PALMAS. **Plano Local de Habitação de Interesse Social PLHIS**. Prefeitura de Palmas, 2010.

PALMAS. Plano Diretor de Palmas (originário). Lei 468/1994. Prefeitura Municipal de Palmas. 1994.

PALMAS. Plano Diretor de Palmas. Lei 155/2007. Prefeitura Municipal de Palmas. 2007.

PALMAS. Diagnóstico Plano Diretor de Palmas. Prefeitura Municipal de Palmas. 2017.

PALMAS. Plano Diretor de Palmas. Lei 400/2018. Prefeitura Municipal de Palmas. 2018.

PALMAS. Diagnóstico Socioterritorial de Palmas. Prefeitura Municipal de Palmas. 2017.

PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília 50 anos: da capital a metrópole**. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2010.

PINTO, Lúcio Milhomem Cavalcante. Luzimangues: uma “nova cidade” na periferia de Palmas? **Revista Arquitetos**, n. 2, ano 14, jan., 2014. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.164/5019>. Acesso: 15 jan. 2018.

PRÉTECEILLE. Edmond. Paradigmas e Problemas das Políticas Urbanas. Trad. Micaela Krumholz e Revisão de Regina Silvia Pacheco. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos - Espaço & Debates: Leituras da Cidade**, São Paulo ano X, n. 29, 1990.

PRÉTECEILLE. Edmond. A Construção Social da segregação Urbana: convergências e divergências. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos - Espaço & Debates: Segregações Urbanas**, São Paulo, v. 24, n. 45, 2004.

RAUTA RAMOS, Maria Helena Rauta. Para a crítica do paradigma dos movimentos sociais urbanos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 44, ano XV, abr., 1994.

RAUTA RAMOS, Maria Helena Rauta. Poder Local e Acumulação Capitalista na Era da Globalização. **Praia Vermelha - Estudos de Política e Teoria Social**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1997.

RAUTA RAMOS, Maria Helena Rauta. Políticas Urbanas, conselhos locais e segregação socioespacial. *In*: RAMOS, M. H. R. (Org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

RAUTA RAMOS, Maria Helena Rauta. Habitação, um meio de reprodução social. *In*: GOMES, M. F. C. M.; FERNANDES, L. L.; MAIA, R. S. (Orgs.). **Interloquções urbanas: cenários, enredos e atores**. Rio de Janeiro: Arcoíres, 2008.

RAUTA RAMOS, Maria Helena Rauta. Para a análise dos movimentos sociais urbanos: da concepção de comunidade à teoria do valor trabalho. **Revista Praia Vermelha: estudos e teoria social**, Rio de Janeiro, v. 26, n. especial, 2016.

RAUTA RAMOS, Maria Helena; ICASURIAGA, Gabriela Lema. Concepção de Cidade na Obra de Clássicos da Teoria Social. **Revista Temporalis/ABEPSS**, Brasília, ano 12, n. 24, jul./dez., 2012.

RAUTA RAMOS, Maria Helena Rauta *et al.* Renda da Terra, Segregação Socioespacial e Teoria do Valor Trabalho. II ENCONTRO INTERNACIONAL TEORIA DO VALOR TRABALHO E CIÊNCIAS SOCIAIS GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE O TRABALHO, Universidade de Brasília. **Anais...** Brasília, 16-17 de outubro de 2014.

REIS, Patrícia Orfila Barros dos. **Modernidades Tardias no Cerrado**: arquitetura e urbanismo na formação de Palmas. Florianópolis: Insular, 2018.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-estar na Modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ROCHA, Aline. **Políticas públicas federais para habitação popular e o projeto arquiteto de família**: Estudo sobre o direito à moradia adequada e à cidade. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

RODRIGUES, Rodrigo Meireles Mattos (Org.). **Avaliação e diretrizes para o setor mineral do estado do Tocantins**. Palmas: SEPLAN, 2007.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 20015.

ROSA, Marta Freita. **Segregação sócioespacial na política urbana**: contradições histórico-estruturais no programa minha casa, minha vida. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF, 2015.

RUBIN, Isaak Illich. **A Teoria Marxista do Valor**. Trad. de José Bonifácio de S. Amaral Filho. Itapetininga/SP: Brasiliense, 1980.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAAD FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: Uma análise marxista. **Revista do Niep Marx**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, jan./jun. 2015.

SANTANA, Joana Valente. **Gestão das Cidades no BRASIL**: estratégias e orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Campinas: Papel Social, 2013.

SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento. Forma mercadoria assumida pela terra e submissão da propriedade à função social: uma contradição nas cidades do Brasil. **Revista Praia Vermelha** - Estudos de Política e Teoria Social, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2008.

SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento; TELES, Lia Raquel de Sousa. Mobilidade territorial de trabalhadores: fundamentos históricos, relações com a *cidade do capital* e a particularidade do Brasil. V Jornada Internacional de Políticas Públicas/JOINPP. **Anais...** São Luis/MA, 2011.

SANTOS, Joseane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007

SANTOS, Mauricléia Soares dos; VIEIRA, Núria Pardillos; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi. O Cenário da Política Urbana Brasileira e o Serviço Social: Contribuições para o Debate. **Revista Temporalis/ABEPSS**, Brasília, ano 12, n. 24, jul./dez. 2012.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad. de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1979. (Coleção Ciências Sociais).

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Trad. de Antonia Déa Erdens e Maria Auxiliadora da Silva. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, dos Theotônio. **Conceito de classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas, lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SALVADOR, Evilasio. Financiamento tributário da política social no pós-Real. In: SALVADOR, Evilasio S. *et al.* (Orgs.). **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SCHVASBERG, Benny. Habitação e urbanização: os recursos do trabalhador? A apropriação da “fonte de Manon” em Brasília, In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília, moradia e exclusão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

SCHVASBERG, Benny. Política Urbana e Planos diretores no Brasil. In: FARIA, Rodrigo de; SCHVARSBERG, Benny (Orgs.). **Políticas urbanas e regionais no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Adriana Ilha. **A Segregação Socioespacial em Vitória a partir do Exame das Condições Gerais de Produção Capitalista e dos Equipamentos e Serviços Públicos**. (Dissertação de Mestrado). Pós-Graduação em Serviço do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio De Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Adriana Ilha. As raízes da segregação socioespacial na divisão social do trabalho. **Revista Praia Vermelha - Estudos de Política e Teoria Social**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 2014.

SILVA, Edna Tania Ferreira da. **O acesso à habitação e a luta pelo direito de morar: um estudo sobre o conjunto habitacional Gervásio Maia em João Pessoa – PB**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPE, Recife/PE, 2014.

SILVA, Maria José Antunes. **Sujeitos em Cena: processo de organização dos movimentos sociais em Palmas/TO 1989-2008**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC/GO, 2009.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Erminia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

SOU MAIS NOTÍCIAS. Disponível em: <https://soumaisnoticias.com/movimentos-relatam-truculencia-da-pm-durante-conflito-em-quadra-ocupada-em-palmas/>. Acesso em: 15 set. 2019.

SOUZA, Perci Coelho. Uma crítica francesa acerca do espaço urbano. **Revista Ser Social**, Brasília, n. 17, jul./dez., 2005.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Gestão Pública & Democracia: a burocracia em questão**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

STEPHAN, Ítalo. **Fábulas Urbanas e outras lições sobre as cidades**. Viçosa/MG: O autor, 2019

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Efeitos Combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. **Rev. Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 85-102, jun. 2016.

TEIXEIRA, Fernando. **Mapas Tocantins/Palmas**. Disponível em: <https://fernandoteixeira.arq.br/inicio/escritorio/urbanismo/plano-diretor-palmas-to/>. Acesso em: 22 out. 2017.

TOCANTINS. Lei nº 836 de 15 de maio de 1996. Diário Oficial do Tocantins, 1996.

TOCANTINS. Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Urbano. **Diagnóstico do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social**. Palmas, 2012.

TOCANTINS. Secretaria de Planejamento e Orçamento. **Indicadores socioeconômicos do Estado do Tocantins**, 2017.

TOCANTINS. Defensoria Pública. **Atas de Audiência Pública Semana Nacional da Luta pelo Direito de Moradia referente aos anos de 2017 e 2018**, 2018.

TOCANTINS. **Relação das desapropriações propostas para a implantação da capital**. Terra Palmas Companhia Imobiliária do Estado do Tocantins, 2015.

TOCANTINS. Disponível em: <http://www.t1noticias.com.br/estado/dia-e-mercado-por-manifestacoes-de-movimento-sindicais-e-sociais-no-tocantins/50330>. Acesso em: 2 jun. 2016.

TOPALOV, C. **Le Profit, La Rente et la Velle**: Eléments de théorie. Paris: Económica, 1984. (Trad. de Maria Helena Rauta Ramos - em construção, 2018).

TOPALOV, C. O papel do ciclo de reprodução do capital investido na produção da indústria da construção civil. *In*: FORTI, R. (Org.). **Marxismo e urbanismo capitalista**: textos críticos. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Trad. de Elia Ferrerira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.